



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

NATHÁSSIA MATIAS DE MEDEIROS

**“VIRTUOSAS E INOCENTES COMO O LYRIO”: PRODUÇÃO DE
SUBJETIVIDADES FEMININAS EM JORNAIS CEARENSES PARA MULHERES
(1875-1907)**

FORTALEZA

2020

NATHÁSSIA MATIAS DE MEDEIROS

“VIRTUOSAS E INOCENTES COMO O LYRIO”: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
FEMININAS EM JORNAIS CEARENSES PARA MULHERES (1875-1907)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Idilva Maria Pires Germano

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Luciana Lobo Miranda.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M44v Medeiros, Nathássia Matias de.
"Virtuosas e inocentes como o lyrio" : produção de subjetividades femininas em jornais cearenses para
mulheres (1875-1907) / Nathássia Matias de Medeiros. – 2020.
222 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Fedeml do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Psicologia, Fortaleza, 2020.

Orientação: Profa. Dm. Idilva Maria Pires Germano.

Coorientação: Profa. Dra. Luciana Lobo Miranda.

1. Subjetividade. 2. Mulher. 3. História. 4. Imprensa. 5. Ceará. I. Título.

CDD 150

NATHÁSSIA MATIAS DE MEDEIROS

“VIRTUOSAS E INOCENTES COMO O LYRIO”: PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES
FEMININAS EM JORNAIS CEARENSES PARA MULHERES (1875-1907)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Psicologia. Área de concentração: Psicologia.

Aprovada em: 08/12/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Idilva Maria Pires Germano (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro
Doutora em Saúde Coletiva (IMS-UERJ)

Prof^ª. Dra. Ana Rita Fonteles Duarte
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Monalisa Pontes Xavier
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Prof. Dr. Pablo Severiano Benevides
Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Deus.

A Carminha e Reginaldo, meus pais.

A Thalles, meu esposo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter permitido que eu chegasse até aqui.

A minha orientadora Dra. Idilva Maria Pires Germano pela paciência, orientações, gentileza, estímulo para seguir em frente e inestimáveis contribuições ao texto da tese.

A minha co-orientadora Dra. Luciana Lobo Miranda pela generosidade de dispor-se a estar junto na orientação da tese, pelas leituras atentas do texto e contribuições valiosas.

Às professoras Dra. Clara Virgínia de Queiroz Pinheiro, Dra. Ana Rita Fonteles Duarte e Dra. Monalisa Pontes Xavier e ao professor Dr. Pablo Severiano Benevides por aceitarem compor as bancas de qualificação e de defesa da tese, pela leitura cuidadosa e pelas excelentes contribuições.

Ao meu esposo, Thalles Araújo, que acompanhou e apoiou cada passo dessa caminhada, inspirando-me força e coragem para persistir até o fim.

Aos meus pais, Maria do Carmo e Luiz Reginaldo, pelo apoio incondicional em tudo.

A minha família e às amigas e amigos que estiveram junto comigo, que ofereceram momentos de escuta da minha “ladainha” sobre o doutorado.

As minhas professoras e professores que marcaram a minha trajetória de aprendizagem.

As minhas alunas e alunos que torceram pela finalização do doutorado.

Às funcionárias e funcionários dos arquivos públicos que visitei na busca por jornais antigos.

A todas e todos que, em algum momento da história, trabalharam na conservação dos jornais antigos que compuseram o material de análise desta pesquisa de doutoramento.

“O que ela via não era uma garça na beira do rio. O que ela via era um rio na beira de uma garça. Ela despraticava as normas.” (Manoel de Barros, 2018, p. 46).

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo analisar os discursos sobre a vida feminina presentes em jornais cearenses para mulheres publicados entre 1875 e 1907, de modo a pensar as subjetividades femininas que tais jornais pretendiam ensejar. A partir das últimas décadas do século XIX, Fortaleza, acompanhando o movimento das principais cidades brasileiras, passou por intensa modernização, urbanização e reformulação das relações sociais. As novas sociabilidades desenvolvidas na capital cearense exigiam a construção de novas referências de vida para as mulheres, em consonância com as mudanças sociais então em curso. A imprensa era vista como uma grande via de disseminação do progresso e da instrução no Ceará, considerado pelas “elites” como atrasado e ignorante. Metodologicamente, esta pesquisa trabalha a partir de ferramentas teórico-metodológicas propostas por Michel Foucault. Após consultar acervos públicos de três estados brasileiros, reuniu-se o conjunto de sete títulos de jornais cearenses para mulheres que constituem o *corpus* desta pesquisa: *A Brisa*, *Lírio*, *O Orvalho*, *O Bond*, *O Bemtevi*, *Pimpão* e *O Astro*, totalizando quarenta e dois números de jornais, publicados entre 1875 e 1907. A partir de um olhar genealógico, foram observadas as estratégias disciplinares, pedagógicas e biopolíticas através das quais os jornais operavam para governar as mulheres leitoras, educando seus corpos e subjetividades. Estabeleciam-se, através dos jornais, parâmetros de virtude, sexualidade, beleza e dinâmica familiar para as mulheres da época. Eram difundidos novos valores para a vida feminina em conformidade com a nova feição social que se configurava no final do século XIX e início do século XX. Os discursos dessa imprensa buscavam alcançar os corpos, sexualidades, comportamentos, subjetividades de suas leitoras. Os jornais funcionavam não apenas como fonte de informação, mas também como meio de governo tanto do corpo individual quanto do corpo da população. Um governo sobre a vida, que buscava construir padrões de gênero de modo a atender interesses político-sociais. Concluímos que os discursos dos jornais cearenses para mulheres analisados procuravam atuar na produção de novas subjetividades femininas, que servissem aos propósitos políticos de um poder sobre a vida em ascensão. Buscava-se produzir corpos dóceis, úteis e regulados, necessários à manutenção do trabalho fabril, da higiene e da família burguesa, dando sustentação à sociedade capitalista em consolidação.

Palavras-chave: Subjetividade. Mulher. História. Imprensa. Ceará.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the speeches about female life present in Ceará newspapers for women published between 1875 and 1907, in order to think about the female subjectivities that these newspapers intended to give rise to. From the last decades of the 19th century, Fortaleza, following the movement of the main Brazilian cities, underwent intense modernization, urbanization and reformulation of social relations. The new sociability developed at Ceará's capital required the construction of new life references for women, in line with the social changes that were taking place. The press was seen as a great way of disseminating progress and education in Ceará, considered by the "elites" as backward and ignorant. Methodologically, this research works based on theoretical and methodological tools proposed by Michel Foucault. After consulting public collections in three Brazilian states, a set of seven titles from Ceará newspapers for women that make up the *corpus* of this research was compiled: *A Brisa*, *Lírio*, *O Orvalho*, *O Bond*, *O Bemteví*, *Pimpão* and *O Astro*, totaling forty two numbers of newspapers, published between 1875 and 1907. From a genealogic point of view, we considered the disciplinary, pedagogical and biopolitical strategies through which newspapers operated to govern women readers, educating their bodies and subjectivities, were observed. Parameters of virtue, sexuality, beauty and family dynamics were established through newspapers for women of the time. New values were disseminated for female life in accordance with the new social feature that was configured in the late 19th and early 20th centuries. The speeches of this press sought to reach the bodies, sexualities, behaviors, subjectivities of their readers. Newspapers functioned not only as a source of information, but also as means of governing both the individual body and the body of the population. A government on life, which sought to build gender standards in order to meet political and social interests. We conclude that the speeches of the newspapers from Ceará for women analyzed sought to act in the production of new female subjectivities, which would serve the political purposes of a power over life on the rise. The aim was to produce docile, useful and regulated bodies, necessary for the maintenance of factory work, hygiene and the bourgeois family, supporting the capitalist society in consolidation.

Keywords: Subjectivity. Woman. History. Press. Ceará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Pintura <i>Leitura</i> , de Almeida Júnior.....	60
Figura 2 -	Capa e última página do jornal <i>O Bond</i>	64
Figura 3 -	Capa do jornal <i>A Brisa</i>	67
Figura 4 -	Parte da conferência popular de J. Ramos Filho publicada no jornal <i>A Brisa</i> (16/05/1875).....	68
Figura 5 -	Cabeçalho do jornal <i>Lirio</i> (06/06/1875).....	69
Figura 6 -	Trecho do jornal <i>Lirio</i> (06/06/1875).....	70
Figura 7 -	Capa de <i>O Orvalho</i> (19/08/1888).....	72
Figura 8 -	Capa do jornal <i>O Orvalho</i> (19/03/1894).....	74
Figura 9 -	Capa do jornal <i>O Bond</i> (01/10/1890).....	75
Figura 10 -	Cabeçalho do jornal <i>O Bond</i> (18/05/1890).....	77
Figura 11 -	Capa do jornal <i>O Bemteví</i> (03/04/1892).....	79
Figura 12 -	Capa do jornal <i>Pimpão</i> (13/06/1897).....	81
Figura 13 -	Gravura do jornal <i>Pimpão</i>	82
Figura 14 -	Capa do jornal <i>O Astro</i> publicado em Baturité (junho 1902).....	83
Figura 15 -	Parte da capa do jornal <i>O Astro</i> publicado em Fortaleza (12/02/1907).....	85
Figura 16 -	Trecho do jornal <i>O Bond</i>	98
Figura 17 -	Trecho do jornal <i>Pimpão</i>	113
Figura 18 -	Trecho do jornal <i>O Bond</i>	116
Figura 19 -	Trecho do jornal <i>O Bemteví</i>	117
Figura 20 -	Trecho do jornal <i>O Astro</i>	120
Figura 21 -	Trecho do jornal <i>Pimpão</i>	121
Figura 22 -	Trecho do jornal <i>O Bond</i>	122
Figura 23 -	Trecho do jornal <i>A Brisa</i>	123
Figura 24 -	Trecho do jornal <i>O Astro</i>	126
Figura 25 -	Trecho do número 5 do jornal <i>A Brisa</i>	144
Figura 26 -	Pintura <i>Maternidade</i> , de Eliseu Visconti.....	153
Figura 27 -	Poesia do número 7 do jornal <i>O Astro</i>	159
Figura 28 -	Notícia do número 31 do jornal <i>O Bond</i>	160
Figura 29 -	Poesia do número 26 do jornal <i>O Bond</i>	163
Figura 30 -	Trecho do número 7 do jornal <i>O Bemteví</i>	165

Figura 31 - Poesia do jornal <i>O Bemteví</i>	169
Figura 32 - Trecho do jornal <i>O Astro</i> (1902 n. 5).....	196
Figura 33 - Trecho do jornal <i>A Brisa</i> (13 de junho 1875).....	198

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	VEREDAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PESQUISA	30
2.1	Sob a poeira e o silêncio dos arquivos: a construção do <i>corpus</i> de pesquisa	30
2.2	Imprensa, discurso e subjetividade: os antigos jornais para mulheres em perspectiva foucaultiana	34
2.3	Ferramentas para uma análise dos discursos da imprensa	41
2.4	Sobre a genealogia do poder: como pensar a história das subjetividades	45
3	(CON)TEXTOS DA IMPRENSA CEARENSE PARA MULHERES	49
3.1	Imprensa para o público feminino: incursões históricas	51
3.2	Jornais cearenses para mulheres do final do século XIX e início do século XX	63
3.2.1	<i>A Brisa</i>	66
3.2.2	<i>Lírio</i>	69
3.2.3	<i>O Orvalho</i>	71
3.2.4	<i>O Bond</i>	75
3.2.5	<i>O Bemteví</i>	79
3.2.6	<i>Pimpão</i>	80
3.2.7	<i>O Astro</i>	82
4	CORPOS EDUCADOS: DISCIPLINAS E PEDAGOGIAS NOS ANTIGOS JORNAIS PARA MULHERES	87
4.1	A docilização disciplinar dos corpos femininos	90
4.1.1	<i>Controle da ocupação urbana feminina</i>	94
4.1.2	<i>Vigilância em crônicas: uma política do olhar sobre a mulher</i>	111
4.1.3	<i>A denúncia punitiva na normalização dos corpos femininos</i>	115
4.1.4	<i>Mulheres como alvos de pilhéria e chacota pública</i>	119
4.2	A instrução feminina através da imprensa para mulheres	124
5	UMA NOVA MULHER PARA UM NOVO TEMPO: SUJEITO E PODER ENTRE AS PÁGINAS DOS JORNAIS	133
5.1	Mulher, a rainha do lar	136
5.2	À imagem de Maria: as virtudes da mulher cearense	156

5.3	Os relacionamentos sob uma nova moral sexual	173
5.3.1	<i>Os namoros davam o que falar</i>	180
5.3.2	<i>O casamento em nome do amor e da família</i>	187
5.3.3	<i>Valorização do amor romântico</i>	195
6	REFLEXÕES FINAIS	205
	ÍNDICE DE FONTES.....	211
	REFERÊNCIAS	212

1 INTRODUÇÃO

“Se todas as moças fossem como ella, então o Ceará podia gabar-se de ter meninas virtuosas e inocentes como o lyrio” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4). Esta frase foi publicada no ano de 1890 em um jornal que se dizia feito para a leitura das moças cearenses, chamado *O Bond*. Deparamo-nos com alguns exemplares desse jornal, que podemos considerar uma verdadeira relíquia da memória cearense, ao vasculhar o acervo do Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) em busca de uma centelha que iluminasse a escolha um tema de pesquisa de doutorado em psicologia sobre subjetivação e vida feminina. Ao ler a frase, logo perguntamo-nos sobre como era essa moça tão louvada por esse jornal. Como ela se comportava, se vestia, amava, de que cor e classe social ela pertencia. Como “ella” era? Sabemos que era supostamente virtuosa e inocente...

Causou estranhamento ao nosso olhar o fato de um jornal para mulheres declarar tão abertamente a ideia de que ter meninas virtuosas e inocentes como uma flor era motivo de orgulho para o Ceará. Apesar do estranhamento inicial ao ler essa frase, rapidamente a memória evoca uma série de discursos que ainda circulam no Brasil nos tempos atuais, que parecem fazer coro ao trecho do jornal. O fundamentalismo religioso que cresce a galope no país tem como um de seus pilares a ideia da mulher virtuosa que, baseando-se no texto bíblico, atribui valor à mulher bem disposta aos afazeres domésticos, caridosa, dedicada à criação dos filhos e à felicidade do marido. Também vale a pena resgatar o fato de que nos últimos anos tem predominado na política brasileira um modelo identitário de segunda-dama que pode ser resumido ao bordão que se popularizou no Brasil: “bela, recatada e do lar”¹. De modo que questionamos se tal discurso sobre a mulher que lemos nesse jornal antigo, mesmo estando situado na última década do século XIX, é completamente estrangeiro ao tempo atual (pós-revolução sexual, conquistas de direitos femininos, entre tantos outros marcos históricos que deslocaram as possibilidades de ser mulher).

A trajetória teórico-metodológica de pesquisa que percorremos leva-nos a compreender que os modos de pensar a vida feminina não são naturais, mas sim historicamente situados e socialmente produzidos por práticas discursivas diversas, inclusive pela imprensa. A virtude e a inocência colocadas enquanto qualidades subjetivas desejáveis para mulheres trata-se de uma construção social datada, discursivamente construída.

¹ Em 2016, a revista *Veja*, uma das maiores veiculadoras brasileiras de notícia, publicou uma matéria que gerou extensa repercussão com o seguinte título: *Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’*. O subtexto da chamada esclarecia: “A quase primeira-dama, 43 anos mais jovem que o marido, aparece pouco, gosta de vestidos na altura dos joelhos e sonha em ter mais um filho com o vice” (Linhares, 2016, p. 1).

As inquietações frente a esses discursos da imprensa antiga direcionados à mulher cearense certamente dialogavam com nossa pesquisa de mestrado em Psicologia (MEDEIROS, 2016) na Universidade Federal do Ceará (UFC), que investigou a produção de subjetividades adolescentes nos discursos governamentais sobre educação sexual nas escolas brasileiras. Também dialogavam com o trabalho de conclusão de curso em Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), que buscou discutir o papel de discursos documentais prescritivos na produção subjetiva de pessoas vivendo com HIV e Aids. Essa curiosidade de pesquisadora, gravitando em torno das interlocuções entre discurso, poder e subjetividade, levou-nos adiante nas investigações dos enunciados da imprensa antiga que se dizia direcionada para o público leitor feminino e que parecia buscar propagar modelos de conduta para suas leitoras.

A partir da fagulha de curiosidade que o jornal despertou, identificamos ainda outros trechos, no mesmo jornal, que também davam recados às mulheres sobre como elas deveriam ser, como deveriam comportar-se e como deveriam relacionar-se. Por exemplo, encontramos o seguinte trecho, que alerta as moças em relação aos rapazes que não queriam um “namoro sério”: “Um concelho, queridas leitoras: não vos deixeis illudir, tende cuidado com estes magarefes, zelas a vossa honra, que vale mais que tudo” (*O Bond*, 1890, n.11, p. 4). Além dessa, muitas outras passagens do jornal propunham dar direcionamentos diversos às mulheres leitoras, através de conselhos, elogios, recriminações, exemplos, dentre outros modos de transmitir uma mensagem ao público.

Sobre a imprensa cearense das últimas décadas do século XIX (período histórico no qual está situado o jornal *O Bond*), Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009) afirma que, na cidade de Fortaleza-CE, os pequenos jornais e revistas funcionavam como vitrines das condutas sociais da população. No entanto, a partir de nossa perspectiva teórico-metodológica, consideramos que os periódicos não eram apenas vitrines, mas também operavam como meios de efetivação de determinadas regulações da vida, através da incitação ou da censura de determinados padrões de comportamento.

A leitura de alguns autores (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009; SILVA, 2017; VASCONCELOS, 2008; BRAGA JUNIOR, 2018) nos mostra que, durante o século XIX (principalmente nas décadas finais), o setor jornalístico da capital cearense foi um dos mais atuantes no controle da moral e dos costumes dos populares. Através da imprensa, defendiam-se e divulgavam-se modelos normativos de gênero os quais, ainda que baseados nos anseios das classes privilegiadas e letradas, eram usados como referência de sujeição para toda a população. “Os periódicos projetavam, ainda, muitos dos desejos elitistas, investindo

contra os fantasmas do atraso, da barbárie, do caótico mundo popular e da oralidade.” (SILVA, 2017, p. 183). É possível indagar sobre o papel regulador desses periódicos, como ilustrado no seguinte trecho do jornal *O Bond*: “Vamos tratar de moralizar certos cidadãos que existem nesta boa terra, pelo conselho ou pela ameaça, caso elles não queiram render-se logo da primeira vez.” (*O Bond*, 1890, n.2, p. 3).

Pareceu-nos então potente a possibilidade de estudar os discursos da imprensa cearense antiga enquanto produtores de subjetividades femininas. Partindo do primeiro jornal que encontramos (*O Bond*), publicado em 1890 e 1891, cabia-nos delimitar um recorte temporal relevante que guiasse a busca de outros jornais para mulheres em torno do mesmo período d’*O Bond* para compor o *corpus* de pesquisa.

As últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX demarcam um período relevante para a imprensa cearense devido o crescimento expressivo do número de títulos em circulação. A cada década desse período, aumentava consideravelmente o consumo dessa mídia e crescia a quantidade de jornais circulantes, sobretudo e mais rapidamente através dos recém-inaugurados trens, formando uma larga rede de comunicação pelo Estado (BARBOSA e LIMA, 2008).

De acordo com catálogo produzido ao longo de anos por Studart (1924b), na década de 1860 surgiram 116 novas publicações cearenses; na década de 1870, 78 jornais (queda que se atribui ao severo período de seca no Ceará); 175 novas publicações na década de 1880; 265 na primeira década do Brasil República; 345 novos periódicos na primeira década do século XX e 311 de 1910 a 1919. Entre 1920 a 1929, o número foi modesto em relação à década anterior, apenas 194 novos títulos, e na década seguinte os números voltaram a cair.

A imprensa para mulheres parece ter acompanhado esse movimento, ainda que muito timidamente se compararmos com a imprensa geral. Em nível nacional, Duarte (2016), em um levantamento sobre a imprensa feminina no século XIX, identificou 143 títulos de jornais e revistas desse tipo publicados no Brasil. Provavelmente, além destes, muitos outros existiram, mas seus registros foram perdidos ao longo do tempo.

É importante lembrar que, por sua própria natureza de mídia impressa, a imprensa para o público feminino era consumida pelas mulheres letradas, que, nesta época, em sua grande maioria pertenciam às classes médias e altas, diante do gradativo estabelecimento da educação feminina². No caso das mulheres não letradas, podemos imaginar que a imprensa

² Segundo o primeiro censo demográfico de 1872, o primeiro realizado no Brasil, apenas 11,5% das mulheres, de um total de 4.806.609, eram alfabetizadas.

chegava-lhes apenas de forma indireta, através de leituras em voz alta ou de conversas e comentários sobre os conteúdos dos jornais.

Ao lado de tal ideia está o fato de que a educação e letramento das mulheres ampliaram junto com o consumo da imprensa (RAGO, 1985). É nesse quadro de ensejo da educação que emerge a imprensa para o público feminino, com crescente força. Certamente também a cultura oral intensa do período, regada a encontros de leitura e saraus, exerceu importante papel na propagação dos conteúdos contidos nos periódicos, permitindo um alcance maior desses discursos.

Não foi apenas a imprensa que foi impulsionada no Brasil dessa época. Ao realizarmos uma incursão na história cearense, salta aos olhos a relevância do período que compreende as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, uma vez que este momento foi fortemente marcado pelo ímpeto de modernização, pela influência das tendências culturais europeias (especialmente as francesas) e pelo estabelecimento de novos valores sociais, modelos arquitetônicos, expressões artísticas, opções de lazer, tecnologias, etc. O contexto de mundialização do capitalismo no século XIX reposicionou as principais cidades brasileiras, incluindo-se nesse processo a capital alencarina, principalmente a partir da segunda metade do século XIX (PONTE, 2007). O modelo europeu de modernização sócio-urbana foi tomado como referência para a transmutação de valores sociais assim como para uma intensa reforma urbanística das cidades (PONTE, 2007).

Ainda no início do século XIX, o Brasil não configurava um país urbanizado, predominando um modelo rural de vida, baseado nas grandes fazendas. Em um período crítico para a agricultura no país, vivia-se o declínio da produção de cana de açúcar e a introdução do algodão, tabaco, cacau e café em certas regiões (BAER, 2003). Em um regime focado na exportação, o país sustentava-se no trabalho escravo. A comida era de má qualidade e, até o início dos anos 1800, o uso e a higiene da cidade não eram regulamentados por leis no Brasil. O cotidiano era, por assim dizer, tedioso, pobre em atividades de cultura e lazer, que se limitavam praticamente às missas dominicais. Até o recurso da leitura como fonte de lazer ou mesmo de instrução era limitada a muito poucos letrados privilegiados, sendo ainda mais restrita para as mulheres.

Muito rapidamente, em menos de um século, o Brasil, inclusive o Ceará, passa por intensa modernização, urbanização e reformulação das relações sociais. Vemos muito rapidamente acontecer o avanço da vida urbana e o surgimento de novas classes sociais, além da introdução do modo de vida burguês no código das relações sociais. As “elites” econômicas, políticas e intelectuais estiveram à frente desse processo que se pretendia

“civilizatório”, sendo a civilização tomada como sinônimo de progresso e modernização (PONTE, 2007). Segundo Oliveira (2011), as “elites” buscavam impor uma nova ordem urbana alicerçada na disciplina e organização social. Para alcançar esse objetivo, fazia-se necessário um controle e uma reorientação da sociedade definidos pela modernidade e pela civilidade.

Nessa época, o Ceará, apesar de ser um estado afastado do Rio de Janeiro, configurava um dos maiores centros urbanos do Brasil, tendo acompanhado, a seu modo, esse movimento brasileiro de modernização. Em 1872, enquanto o Rio de Janeiro contava com 819.604 habitantes, o Ceará possuía 721.686³, sendo o quinto estado com maior número de habitantes⁴. A partir da segunda metade do século XIX, a cidade de Fortaleza tornou-se um grande polo econômico-social, o que foi impulsionado, sobretudo, pelo crescimento na exportação de algodão.

Essa mudança na importância socioeconômica da cidade, em conjunto com as sucessivas secas que levavam a população rural a buscar o litoral, levou a um crescimento urbano acelerado da capital cearense, junto com todos os problemas decorrentes disso: fome, mendicância, falta de saneamento básico, doenças, pobreza, altas taxas de mortalidade e outros. Essa nova realidade citadina produzia conflitos urbanos e sociais entre os antigos costumes e os novos modos de vida das “elites” intelectuais, econômicas e políticas. Nesse período, os modos de vida burgueses emergiam como referências à população e saberes e práticas diversas entraram em jogo na disseminação dessa nova normatividade. A antiga cidade de Fortaleza e os velhos costumes dos cidadãos já não condiziam com a nova realidade que se impunha.

Seguindo o processo que acontecia nas principais cidades brasileiras, a capital alencarina começou a passar por um processo de remodelação urbana nos moldes das cidades europeias a partir da segunda metade do século XIX, mas principalmente após o estabelecimento da Primeira República. A boa produção agrícola na segunda metade do

³ No final do século XIX, segundo o recenseamento de 1890, o Estado do Ceará já contava com 805.687 habitantes, sendo 394.909 homens e 410.778 mulheres. Ainda assim, Studart (1924a) destaca o fato de que tais estatísticas pareciam estar aquém da realidade, uma vez que o recenseamento de 1872 já indicara 721.686 habitantes, sendo 365.847 homens e 355.839 mulheres. No ano de 1890, o número de mulheres ultrapassa o número de homens. No Recenseamento Geral da República de 1900, o Ceará aparece com 849.127 habitantes, 429.848 mulheres e 419.279 homens. A população cearense calculada para o ano de 1910 era de 1.119.489, sendo 65.816 o número de habitantes fortalezenses. No período, Fortaleza era a cidade do estado com o maior número de habitantes, seguida por Crato, Baturité e Aracati.

⁴ Apesar de o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) só ter sido criado em 1934, estatísticas brasileiras do século XIX e início do XX são disponibilizados no site do Instituto, baseadas em informações extraídas de volumes do Anuário Estatístico do Brasil e das Estatísticas Históricas do Brasil. Disponível em: <https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>

século XIX resulta no surgimento de novos ricos, fortalece o mercado e contribui para a rápida modernização do aspecto da cidade (CAMPOS, 1988). Novos aparelhos urbanos de transporte, saúde, cultura, intelectualidade, polícia, moradia, comunicação, lazer, consumo, entre outros desenhavam uma nova feição da cidade.

Foram construídos ou reformados teatros, livrarias, cafés, praças, espaços que buscavam seguir os moldes europeus, sobretudo o francês, uma vez que Paris era vista na época como o grande polo produtor de cultura. Só na década de 1880, quatro novos cafés surgiram na Praça do Ferreira (cafés Java, Iracema, Elegante e do Comércio). Além dos locais fechados de lazer, surgiam também novos espaços públicos e suas práticas, como o ciclismo nas praças, as corridas de cavalo no Campo do Prado e a patinação no Passeio Público⁵. O Passeio Público configurava um espaço favorável para passeios a pé, encontros entre pessoas e flertes entre rapazes e moças, novos hábitos de uma urbe que se pretendia aformoseada e moderna (PONTE, 2007).

A reurbanização pela qual passou a cidade de Fortaleza no final do século XIX e início do século XX, apesar de ser identificada por muitos autores como pertencente a um período histórico batizado de *Belle Époque* (devido ao embelezamento urbano e a secularização dos costumes inspirados nos moldes europeus), envolveu o desalojamento de inúmeras famílias pobres e promoveu a marginalização urbana e social desses segmentos. “Dessa maneira, a mesma cidade que se embelezava era também aquela que inventava a favela [...]” (DEL PRIORE e VENANCIO, 2016, p. 223). Para quem era bela aquela época? Certamente não para toda a população.

Segundo Alves e Carvalho (2011), o traçado da cidade desenhava-se de modo a reservar o centro ao convívio preferencialmente dos membros das “elites” e as regiões periféricas aos demais segmentos populacionais. A moradia na área central da cidade era reservada às classes abastadas e isso se constatava por meio dos suntuosos sobrados e palacetes de estilo arquitetônico europeu que iam sendo construídos e concedendo uma nova feição à urbe.

As reformas urbanas na capital focaram-se nos locais considerados elitizados, enquanto as áreas marginais e rurais permaneciam em condições precárias. Assim, o embelezamento e ordenação foram muito mais fortes no centro da cidade, pois lá residiam as

⁵ O Passeio Público surgiu na década de 1880 e era um dos principais locais de lazer e sociabilidade na cidade de Fortaleza. Ele possuía três avenidas: uma destinada às “elites”, a Avenida Caio Prado, que tinha melhor vista do mar; uma para classes médias, a Avenida Carapinima; e outra para as classes mais populares, a Avenida Mororó. Era no Passeio Público que as “elites” desfilavam a moda e as tendências de corte e costura francesas que tanto influenciaram os costumes da época.

classes mais abastadas. Além disso, o Centro era o local onde circulava grande parte da população, o que o tornava, portanto, o modelo tanto de urbanidade quanto de costumes: “[...] o centro aformoseado, de qualquer forma, exigia e ensinava novos modos e comportamentos educados e higiênicos à população pobre que ali tinha que circular para trabalhar ou mesmo passear.” (PONTE, 2001, p. 110).

Um novo plano urbanístico para a cidade foi elaborado em 1875, com a nova Planta Topográfica da Cidade de Fortaleza e Subúrbio de Adolfo Herbster, claramente inspirado no modelo da reforma parisiense realizada por Barão de Haussmann em meados do século XIX. Este possuía uma configuração em xadrez, visando a disciplinarização da expansão da cidade, uma vez que tal formato favorecia a vigilância e o controle da circulação da população (PONTE, 2001).

Os monumentos arquitetônicos que se criavam eram vistos como um meio de efetivar a missão civilizatória idealizada para o estado do Ceará nesse período. Ao construir uma praça, um novo meio de transporte, uma fábrica, um instituto dedicado ao saber e outras modernidades, pretendia-se trazer o progresso para uma sociedade que era considerada pelas “elites” como atrasada e rudimentar. “A civilidade que as elites almejavam passava a reconfigurar costumes e valores. O esforço para disciplinar os corpos sinalizava espaços a alterar ou a criar para as pessoas que circulavam pela cidade.” (AMARAL, 2008, p. 930).

Além do objetivo de embelezamento da urbe, prevalecia em tal projeto de remodelação urbana a preocupação da medicina com questões sanitárias das cidades. Na passagem do século XIX para o XX, ganhou força o movimento higienista no Brasil, que não se restringia apenas ao campo médico, pois adentrava a pedagogia, a arquitetura, a jurisdição, entre outros saberes e áreas de atuação profissional. Durante o século XIX, as cidades dos países não desenvolvidos, principalmente as que recentemente haviam deixado de ser colônias, eram vistas como insalubres, dando espaço a práticas higienistas civilizatórias que buscavam apagar o ranço colonial e instalar a modernidade em seu território⁶.

Como nos explica Rago (1985), em todo o Brasil, muitas das mudanças urbanas realizadas nesse período foram promovidas por higienistas sociais ligados aos poderes públicos, tais como: desinfecção de lugares públicos, limpeza de terrenos baldios, drenagem de pântanos, alinhamento das ruas, arborização das praças, etc. Essas preocupações médico-sanitárias em Fortaleza foram potencializadas pelas periódicas secas que assolaram o Estado

⁶ No Brasil-Colônia, a medicina atuava prioritariamente através do tratamento das doenças e buscando evitar a morte. Já a partir de meados do século XIX, em todo o Brasil, preponderou uma medicina coletiva e preventiva ao mesmo tempo social e urbana, que buscava controlar a saúde através tanto de mudanças na cidade quanto do controle do comportamento da população.

do Ceará nesse período e as epidemias que as acompanharam, delineando questões não apenas climáticas, mas também econômicas, políticas e sociais.

Tanto as irregularidades nos espaços urbanos quanto os comportamentos anti-higiênicos da população eram considerados perigos à saúde. Como explica Costa (1999), essa remodelação social de matriz higienista deu uma dimensão médica a inúmeros fenômenos físicos, humanos e sociais e visava promover uma educação do corpo, da moral, da sexualidade e da intelectualidade. No governo da vida privada pelo saber médico-higienista, lançou-se mão de estratégias disciplinares para modificar as relações dos indivíduos com eles mesmos e com o mundo.

Além das estratégias médico-higiênicas, outros discursos e práticas operavam-se em função dessa reorganização da sociedade. Segundo Silva (2017), o crescente processo de controle moral da população cearense em meados do século XIX desenvolve-se em paralelo com a força policial da urbe e questões costumeiras, do campo da moral, faziam parte da alçada policial. Segundo o autor, as novas legislações, em conjunto com o poder policial, irão direcionar suas ações no sentido de organização e disciplinarização social, vendo nisso as fundações sobre as quais se construiria uma nova sociedade almejada. Essas ações concentravam-se principalmente nas camadas populares.

Não é a toa que, nas últimas décadas do século XIX, três novos Códigos de Posturas Municipais (1865, 1879 e 1891) foram implementados na capital alencarina, os quais exerceram sua parcela de influência na adequação dos cearenses à nova ordem social em consolidação (ALVES e CARVALHO, 2011; CAMPOS, 1988). Tanto as leis, por meio principalmente dos Códigos de Posturas, quanto as normas sociais criavam padrões de condutas de urbanidade, delineando segregações e hierarquias entre os grupos sociais, uma vez que condenavam os modos considerados incultos, atrasados ou rudes, que faziam parte mais frequentemente do cotidiano das classes sociais distintas das “elites”. Assim, usar determinadas roupas em público (camisa e ceroula), banhar-se nas águas públicas, urinar na rua, escalar muros, conduzir animais de grande porte pelas vias, gritar em praça pública, todos esses são exemplos de comportamentos considerados inadequados, passíveis inclusive de intervenção policial e judicial. Fica evidente que, além do embelezamento da urbe, a “domesticação” dos hábitos considerados atrasados e rudimentares também foi colocada como prioridade na agenda civilizatória.

Assim, a disciplinarização e higienização não operaram apenas em relação aos espaços urbanos, mas em todo o tecido social. Uma série de transformações urbanas, econômicas, sociais e culturais tomaram lugar em Fortaleza a partir da segunda metade do

século XIX, gerando mudanças nos valores e padrões de toda a sociedade, produzindo também novas formas de relacionar-se. As relações sociais, que nos tempos coloniais eram primordialmente senhoriais, tornavam-se cada vez mais aburguesadas e orientadas por uma lógica eurocentrada, liberal e progressista, guiadas pelos interesses econômicos das novas classes em ascensão.

Houve um esforço coletivo, partindo de setores sociais diversos, que concorria para a modernização, disciplinarização e moralização da sociedade, com foco na valorização de princípios morais como o trabalho, a família, a educação e o progresso da nação (CHALHOUB, 2001). Incutia-se nas “elites” a preocupação em adotar os modos burgueses, de modo a parecerem cosmopolitas e refinados, distinguindo-se socialmente das camadas populares ao emularem os estratos superiores europeus, principalmente franceses. O afrancesamento se fazia perceber na linguagem, na moda, na arquitetura, nas artes e em hábitos diversos do cotidiano.

As novas “elites” da sociedade cearense se pretendiam não apenas civilizadas, europeizadas e aburguesadas, mas também intelectualizadas. Foram fundadas escolas, gabinetes de leitura, bibliotecas, agremiações culturais, espaços de culto à imprensa na capital e no interior do estado. Por meio da influência de ideias positivistas, evolucionistas e darwinistas, a busca do desenvolvimento intelectual ganhou força e serviu de inspiração para movimentos de grande redefinição político-social como o abolicionismo e o republicanismo (PONTE, 2007).

O culto à vida urbana levou os moradores da capital do Ceará que se modernizava a ansiar por equipamentos urbanos considerados mais sofisticados. Apesar de apenas uma pequena parcela populacional possuir poder aquisitivo e letramento para utilizar os aparatos culturais elitizados, estes continuavam a surgir cada vez mais no final do século XIX e início do século XX (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009). Lojas de artigos de luxo e importados, clubes, bailes, danças de origem europeia, instituições dedicadas ao saber e às letras, praças aformoseadas e associações de finalidades intelectuais não paravam de surgir.

A vida da mulher das classes sociais abastadas passou a ser mais urbana do que outrora, sendo inclusive a ela atribuída a responsabilidade de organização das festas e reuniões nos novos espaços aburguesados de lazer e sociabilidade que surgiam (PONTE, 2001). Devido à nova ocupação da rua pelas mulheres das “elites”, o gosto feminino em relação à moda vai se tornando mais urbano e inspirado nos modelos europeus: “Predominam no gosto das mulheres, que vão se tornando mais cidadinas, os veludos, as ‘cachemiras’ e as

sedas. Não faltam as rendas de **Molechinia** e das **Valenciènnnes.**” (CAMPOS, 1988, p. 121, grifos do autor).

Novas exigências de conduta se impunham às mulheres que se tornavam mais urbanas (D’INCAO, 2015). A preocupação com os modos de portar-se em público foi cada vez mais acentuada à medida que a circulação urbana foi se abrindo à população feminina das “elites”. Foi exigido das mulheres das famílias tradicionais e das classes emergentes habilidades de diálogo, vestimenta e etiqueta pra circular nos espaços, modificando o modelo colonial de reclusão doméstica feminina entre as “elites”. Surge a preocupação com a educação voltada para “prendas”: falar idiomas, tocar piano, cantar, ler e apresentar “boas maneiras” desse contingente de mulheres (CUNHA, 2008). A educação feminina passa a ser uma questão a ser endereçada e colocada em foco na nova configuração social que se formava.

Pinsky (2016) explica que, na esteira da industrialização, do aumento das perspectivas de trabalho e da diversificação cultural ao longo do século XIX (que se radicalizaram nas últimas décadas do século), os grupos sociais diversificaram-se, crescendo o operariado e a classe média, de modo que impactaram as conhecidas fronteiras sociais dos tempos coloniais. Em um esforço de demarcação das hierarquias sociais nesse novo contexto socioeconômico, buscava-se delimitar os privilégios de classe com base em categorias como “honra” e “distinção”, sendo a mulher uma importante referência desses atributos, uma vez que a preservação da honra das famílias passava pela regulação moral das condutas de suas mulheres. Buscou-se demarcar socialmente as características da “mulher de bem” e das “mulheres perdidas”, construindo-se um novo código moral de comportamento feminino. Assim, a construção de novas referências de vida para as mulheres, que estivessem em consonância com essas mudanças sociais, fazia-se necessário. Diante dessa necessidade, a vida feminina é colocada em uma complexa rede de discursividade de modo a inseri-la no que podemos chamar de *ordem do discurso* (FOUCAULT, 2012b), sendo a imprensa um dos espaços de produção discursiva sobre esse novo modelo de mulher.

Um grande esforço teve que ser feito no sentido de enquadrar, por meio de normas, as condutas femininas, demarcar o “lugar da mulher” e definir claramente que tipo de mulher seria alvo do respeito social. Médicos, juristas, religiosos, professores e demais autoridades preocupadas com a ordem pública alegavam questões de moralidade e uniam-se no coro das vozes hegemônicas a esse respeito. A imprensa, como caixa de ressonância, dedicava-se a descrever os contornos desta mulher, a “mulher ideal” do novo século. (PINSKY, 2016, p. 472).

Trata-se de uma época de demarcação de diferenças entre categorias subjetivas e de individualização da mulher a partir de novos marcadores. Há o aparecimento de uma descontinuidade histórica. As novas sociabilidades desenvolvidas na capital cearense a partir da segunda metade do século XIX certamente exigiam uma nova mulher. Solicitava-se das mulheres uma nova gestão de condutas e novas formas de relação consigo mesmas. O próprio surgimento de uma imprensa voltada só para mulheres a partir de meados do século XIX é um indício de que havia um modelo feminino em construção, diferente do que se tinha até então. Isso nos indica a relevância desse período para pensar a subjetividade feminina em um viés histórico, sobretudo quando se deseja fazer essa análise em articulação com a imprensa.

Em uma época em que o provincianismo era combatido em nome da modernidade, os jornais e revistas funcionavam como forma de regulação da população, buscando educar a todos a partir dos novos preceitos modernos. A imprensa era vista como uma grande via de disseminação do progresso e da instrução em um Ceará considerado pelas “elites” intelectuais como atrasado e ignorante. Esse movimento civilizatório que se pretendia intelectualizado, baseado em ideais iluministas e cientificistas, mas que também era extremamente moralizador, está enodado aos jornais para mulheres.

Naquele tempo, a imprensa escrita era o grande formador de opinião pública, um instrumento para formação das idéias, para percepção dos atores sociais que dinamizavam o cotidiano da cidade e importante meio para o intercâmbio de idéias e informações entre os membros da camada social letrada. (CUNHA, 2008, p. 77).

Modernização dos espaços públicos, higienização da urbe e dos grupos sociais, disciplinarização dos costumes, normalização das vidas: todos esses processos, juntos, contribuíram para uma significativa mudança nos modos de os sujeitos relacionarem-se consigo mesmos, com os outros e com a cidade durante as últimas décadas do século XIX e início do século XX. “A nova Fortaleza aformoseada agora exigia novos corpos, sadios e civilizados.” (PONTE, 2001, p. 195).

Ao percebermos a relevância do final do século XIX e início do século XX na história do Ceará – devido à intensa remodelação dos costumes e redefinição subjetiva das mulheres, assim como o importante papel social que a imprensa desempenhava, em relação às suas leitoras, em tais processos transformadores desta época específica – definimos que o foco desta pesquisa de doutorado repousaria neste período. Seguindo o rastro do primeiro periódico para moças que chegou às nossas mãos, *O Bond*, encontramos registro histórico da existência de muitos outros jornais cearenses para o público feminino por volta do mesmo período, o que inicialmente nos pareceu surpreendente para a época. Além de vinte e três números do jornal

O Bond, publicados entre 1890 e 1891, encontramos também, disponíveis em acervos públicos, os seguintes jornais cearenses para o público leitor feminino: três números do jornal *O Orvalho*, produzido pelas alunas da Escola Normal de Fortaleza, em 1888 e 1894; sete números do jornal fortalezense *A Brisa*, de 1875; um número do jornal *Lirio*, publicado em Fortaleza em 1875; um número de *O Bemteví*, de 1892, publicado em Fortaleza; um número do jornal fortalezense *Pimpão*, publicado em 1897; e seis números de *O Astro*, dos quais cinco foram publicados na cidade de Baturité, em 1902, e um em Fortaleza, no ano de 1907.

Com esse *corpus* em mãos, esta pesquisa teve como objetivo analisar os discursos sobre a vida feminina dos jornais cearenses para mulheres publicados entre 1875 e 1907, de modo a pensar que subjetividades femininas tais jornais pretendiam produzir. Esse recorte temporal específico baseou-se tanto na disponibilidade das fontes presentes nas hemerotecas públicas consultadas quanto na importância dos deslocamentos sociais e históricos que a sociedade cearense operou no final do século XIX e início do século XX, assim como na expressividade que a imprensa teve nesse período.

Nessa incursão investigativa, não se pretende dar conta das práticas das mulheres leitoras dos jornais sobre si mesmas que a imprensa logrou em, de fato, instituir, ou das “maneiras concretas” como esse segmento de mulheres cearenses vivenciaram essas práticas. Apesar de reconhecermos a importância de pesquisas dessa natureza, no presente estudo trabalha-se com as práticas discursivas da imprensa cearense para o público feminino, que se articularam, naquele período histórico, em um projeto de produção de um sujeito-mulher moderno. Buscamos direcionar um olhar genealógico à produção desse novo sujeito que surge nesse momento específico, demarcando uma descontinuidade na história.

Em nosso problema de pesquisa repousa o pressuposto teórico-metodológico de que o discurso da imprensa possui função de produção de subjetividades. Tratar o discurso a partir desta perspectiva, norteadas pelo pensamento de Michel Foucault, implica em considerar que os indivíduos assumem os discursos e práticas de modo a constituírem-se enquanto sujeitos (LEGRAND, 2007).

Ao falar em discurso, também nos posicionamos com Foucault quando o mesmo afirma que “[...] isso a história desde sempre o ensinou — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos assenhorear-nos.” (FOUCAULT, 2012b). Quando pensamos sobre discurso a partir de Michel Foucault, buscamos entender os jogos de saber e poder envolvidos na formação discursiva em questão, pois a construção dos discursos

e das verdades vigentes está relacionada às relações de poder (LENE, 2006). Tal análise do poder é realizada tendo sempre em vista o efeito-sujeito. Isso porque, nos modos de subjetivação, um poder/saber exerce-se positivamente sobre um corpo, produzindo um modo de vida, constituindo um sujeito.

Segundo Fischer (2001), as coisas enunciadas estão sempre inscritas dentro de formações discursivas que seguem os regimes de verdade de determinada época histórica, o que significa que o que é enunciado relaciona-se com as dinâmicas de poder e saber da época em que se insere. Como aponta Fischer (2003, p. 373), isso significa considerar que as palavras e as coisas “[...] são históricas, são construções, interpretações; jamais fogem a relações de poder; palavras e coisas produzem sujeitos, subjetividades, modos de subjetivação.”. Assim como Fischer (2002), autora que também assume uma perspectiva foucaultiana, entendemos que a mídia funciona, ao lado das instituições, como um meio de educação das pessoas, participando nos processos de constituição de subjetividades. Como indica Gregolin (2007), os estudos que trabalham com análise de discursos podem estabelecer um rico diálogo com os estudos sobre as mídias, uma vez que pensar o discurso implica pensar na apropriação da linguagem pelos sujeitos e como este processo está inserido na história.

O papel das relações de poder na produção de discursos e práticas que engendram técnicas de subjetivação de mulheres é caro a diversas autoras e autores, sobretudo no campo de estudos sobre gênero e história das mulheres, como Joan Scott, Judith Butler, Margareth Rago, entre outras. Michel Foucault (2013b) também afirma, na entrevista intitulada *Não ao sexo rei*, que o corpo e a sexualidade da mulher são objetos de discursos. Na esteira desses autores, podemos considerar que o gênero é um efeito de significações e práticas sociais, ou seja, que os padrões de feminino e masculino não são inatos, mas sim construídos historicamente.

Assim, buscamos aqui refletir sobre como os padrões de gênero não são algo natural, fincado em determinações biológicas. O que cada sociedade, no caso desta pesquisa a sociedade cearense do final do século XIX e início do XX, entende sobre o que é ser uma mulher trata-se de uma questão social e, portanto, variável. Mais ainda do que demarcar a composição sócio-histórica desses padrões, buscamos pensar o gênero em interlocução com a política e a sociedade, lançando luz sobre as relações de poder imbricadas nesses processos.

Ao pensar a história desse modo, colocamo-nos em consonância com a genealogia proposta por Michel Foucault, que olha para o passado não para apontar certa evolução ou desencadeamento natural dos fatos, mas sim para manter a história na sua dispersão, como

produto de lutas de forças. A partir deste prisma, pode-se investigar quais são os diversos dispositivos de poder que se efetivam na sociedade, quais são os seus efeitos e as relações que estabelecem (FOUCAULT, 2013b).

Esta pesquisa, portanto, propõe-se a contribuir para o campo de estudos da história dos modos de subjetivação das mulheres que caminhe na contramão da narrativa histórica tradicional que privilegia a cena pública e os sujeitos masculinos, destinando as mulheres ao silêncio (PERROT, 2005). Interessa-nos, a partir de um olhar genealógico baseado em Michel Foucault, revisitar o passado não para localizar a origem de nossa identidade, mas sim para desconstruí-la. A história genealógica dirigida “[...] pretende fazer aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.” (FOUCAULT, 2013b, p. 83).

Pensar a partir de um olhar genealógico proposto por Michel Foucault e demais autores que se situam em seu campo de pensamento permite articular história, sujeito, poder e discurso, permite pôr em questão como as diferentes práticas articulam-se com as experiências que os sujeitos fazem deles mesmos. Nesse sentido, analisar os discursos de jornais para mulheres no Ceará do final do século XIX e início do século XX significa perguntar-se sobre produção de subjetividades e sobre como discursos operam relações de poder e fazem funcionar regimes de verdade. Assim, a preocupação com o sujeito e a sua relação com a cultura é central nesta pesquisa.

Faz-se necessária ainda uma contextualização acerca deste estudo: esta tese de doutorado é realizada dentro do programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará e inserida na linha de pesquisa “Sujeito e cultura na sociedade contemporânea”, a qual podemos demarcar que se ocupa com a investigação das formas através das quais a cultura e a sociedade contemporâneas relacionam-se com os modos de tornar-se sujeito. Quando pensamos o contemporâneo a partir de determinada perspectiva, pensamos que a realidade que aí está não decorre de um desencadeamento natural dos acontecimentos históricos, mas sim é fruto de construções e desconstruções, de embates entre forças que tomaram lugar ao longo do tempo. Assim, para uma desnaturalização do presente, faz-se necessário recorrer à história. Historicizar, como defende Prado Filho (2015), significa olhar para os acontecimentos passados com o pacto de criticar o que somos hoje. Assim, trabalhar com o passado não deixa de firmar um compromisso com o presente.

Para entender o contemporâneo, como sugere Agamben (2009), é necessário um distanciamento do presente, para que se possa “ver mais claramente”. O “recente” é marcado por assinaturas do arcaico e é apenas na medida em que essas assinaturas são observadas que é possível pensar o contemporâneo. Cabe-nos, de algum modo, fazer-nos contemporâneos aos

textos do passado. Tornar-nos contemporâneos das figuras do hoje existentes nos documentos antigos. Assim, estudar o contemporâneo não exclui a investigação sobre a história.

Pertence verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

Pesquisar a partir de tal prisma não envolve a procura pelas causas ou pelos porquês que levaram as coisas e pessoas a serem como são, mas sim busca delinear como se construíram tais formações, quais são os indícios dessas construções na história, as pegadas, as pistas. “Trabalhar o passado, seguir a trilha das antigas proveniências e articular pontos de emergência das atuais formações é pretender a crítica do presente; dos mecanismos normalizadores que por extensão se deslocam por toda a sociedade.” (PRADO FILHO, LOBO e LEMOS, 2014, p. 31). Olhar para a história permite desconstruir a ideia de gênero como algo fincado na natureza ou no biológico e colocar luz sobre os fatores sociais, culturais e históricos, elucidar as relações de saber e poder que atravessam a subjetividade feminina e a produzem.

Esta tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No primeiro, procuramos desenhar o horizonte teórico-metodológico que nos guiou nesta pesquisa, trazendo ao nosso texto conceitos, problematizações e perspectivas que animam nossa pesquisa. Inicialmente, levamos o leitor a uma incursão pelo processo de construção do *corpus* de pesquisa, através de uma narrativa de todos os passos e desafios envolvidos nessa empreitada. Em seguida, discutimos sobre como podemos pensar a imprensa enquanto um discurso que opera no sentido de atravessar as subjetividades, de modo a produzir sujeitos, trazendo, para tanto, autores que façam coro conosco. No tópico seguinte, estabelecemos de onde partimos ao falarmos que objetivamos analisar os discursos de antigos jornais cearenses para mulheres, explicando a perspectiva foucaultiana sobre o discurso e estabelecendo outros conceitos-ferramenta da pesquisa. No último momento do capítulo, trazemos o pensamento genealógico de Michel Foucault para nos posicionar ao seu lado enquanto investigadoras da história.

No segundo capítulo, propomo-nos a tratar dos textos e contextos da antiga imprensa cearense para mulheres, no sentido de apresentar, com maior envergadura, esta imprensa a quem nos lê. Contamos um pouco da história da imprensa para mulheres no Brasil, assim como traçamos alguns aspectos históricos do surgimento desse tipo de imprensa no Ceará, de modo a compreendermos, ao menos em parte, as condições sócio-históricas a partir das quais surgiram os jornais com os quais trabalhamos nesta pesquisa. Acreditamos na

importância desse capítulo para que não tomemos a existência de uma imprensa para mulheres no Ceará como um dado natural. Para que se compreenda que se trata de um acontecimento datado, que respondeu a urgências históricas específicas daquela sociedade. Demos, neste capítulo, o que consideramos o primeiro passo para a “desmontagem” da imprensa cearense para mulheres: a desnaturalização da sua própria existência.

No terceiro capítulo, abordamos os jornais cearenses para mulheres publicados entre 1875 e 1907, de modo a questionar os seus enunciados tendo em vista a elucidação de algumas das táticas utilizadas pelos jornais para conduzir as condutas de suas leitoras. Ao construir esse momento da tese, quisemos dar conta de analisar as principais estratégias pedagógicas e disciplinares de produção de sujeitos que os jornais utilizaram-se através dos seus discursos. Para tanto, estabelecemos um estreito diálogo com as formulações foucaultianas sobre o poder disciplinar, uma vez que os jornais estavam inseridos em uma sociedade que se propunha disciplinar e, por isso, trazem em suas páginas estratégias próprias desse tipo de exercício de poder. Discutimos a docilização dos corpos femininos pretendida pelos jornais, através, sobretudo, das táticas de distribuição nos espaços, da vigilância dos comportamentos e da denúncia vexativa juntamente com a chacota pública funcionando como sanções normalizadoras. Em seguida, argumentamos sobre como a imprensa pretendia funcionar como um meio de instrução da sociedade, de modo a pedagogizar a população feminina segundo os preceitos morais, científicos e filosóficos em ascensão.

No quarto e último capítulo, perscrutamos os enunciados dos jornais cearenses para o público feminino do final do século XIX e início do século XX para problematizarmos os comportamentos, atitudes, características femininas, enfim, o sujeito-mulher que se buscava produzir através dos discursos dos jornais. Continuamos a analisar o *corpus* de pesquisa a partir tanto do seu contexto sócio-histórico quanto a partir de nossa perspectiva teórico-metodológica que busca pensar sobre as relações de poder-saber que os discursos põem em marcha. No primeiro tópico do capítulo, focamos em tratar dos enunciados dos jornais que colocam a mulher no trinômio esposa-mãe-dona de casa, movimento característico das instâncias sociais naquele momento da história. No segundo tópico, destacamos o que os periódicos trazem como sendo uma mulher virtuosa, imagem feminina cara àquela época. Discutimos como as virtudes que se esperava da mulher cearense, segundo os enunciados dos jornais, aproximavam-se principalmente da ideia que se tem de Maria, mãe de Jesus. No terceiro tópico tratamos de como os jornais pretendiam regular os relacionamentos amorosos citadinos, através de diversas estratégias que já foram discutidas no terceiro capítulo da tese. Os namoros, os casamentos e mesmo o amor estavam na ordem do discurso dessa imprensa.

Ao final da tese, elaboramos algumas reflexões finais que se propõem menos a fechar conclusões do que a, de fato, levantar algumas últimas considerações sobre o trabalho de pesquisa empreendido.

2 VEREDAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE PESQUISA

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, esta pesquisa possui o cunho documental. Conforme esclarece Gil (1996, p. 50) “[...] a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa.”. Gil (1996, p. 51) considera que neste tipo de pesquisa “[...] estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas [...]. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos, como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.”.

Nesta pesquisa, trabalhamos com fontes primárias compostas por jornais cearenses antigos (1875-1907) para o público leitor feminino, disponíveis em arquivos públicos brasileiros. Destacamos que esse recorte temporal justifica-se pela relevância desse período na história brasileira e também cearense, sendo um período marcado por profundas modificações socioculturais e redefinição dos modos de subjetivação para homens e mulheres, além da expressividade que a imprensa teve nesse espaço temporal, a qual é refletida no aumento crescente de novos jornais cearenses publicados a cada década desse período. Além desses motivos, a seleção temporal dos jornais analisados também se deu mediante a disponibilidade das fontes que pudemos reunir após levantamentos realizados em hemerotecas públicas.

Escolhemos trabalhar com tal *corpus* de modo a analisar o sujeito-mulher que tais jornais pretendiam produzir. Buscamos realizar uma análise dos discursos desses periódicos inspirada na arqueogenealogia foucaultiana. Neste capítulo, contaremos sobre o nosso percurso de construção do *corpus* de pesquisa, da seleção das fontes, das escolhas efetuadas, assim como dos caminhos teórico-metodológicos elegidos como norteadores do caminhar da pesquisa.

2.1 Sob a poeira e o silêncio dos arquivos: a construção do *corpus* de pesquisa

Partimos de uma perspectiva teórico-metodológica discursiva que não busca identificar o sujeito que fala, apontar os nomes e personagens por trás dos enunciados, mas sim busca entender como o discurso faz operar relações de saber-poder na produção de subjetividades. Deste modo, nossa preocupação residiu menos em identificar quem escrevia nos jornais selecionados do que pensar sobre o público a quem eles se dirigiam. Sob tal perspectiva, o foco foi lançado sobre os discursos dos jornais direcionados às mulheres,

independente do gênero, classe, raça ou qualquer outro aspecto dos autores dos textos analisados.

Coube-nos então o instigante desafio inicial de identificar, localizar e catalogar os jornais cearenses **para mulheres** do final do século XIX e início do século XX, independente de quem tenham sido os autores e editores dos periódicos. Foi, de fato, um desafio, porque uma pesquisa que se proponha a trabalhar com documentos centenários apresenta enredamentos próprios da natureza de suas fontes. O acesso e manuseio do material documental antigo tornam-se laboriosos, uma vez que os documentos são datados de séculos tão distantes do presente. Muitos dos periódicos possuem partes ilegíveis e deterioradas, complicando a análise de quem pesquisa. Quanto mais antigo o periódico, mais difícil torna-se encontrar informações sobre as condições de sua produção, as pessoas envolvidas na sua elaboração, os destinos dos números impressos, a amplitude de sua circulação e o seu alcance em relação ao público. Além disso, a linguagem da época e as menções aos lugares, pessoas e costumes que há tempos já não existem nos convocam a, com dificuldade, remontar o cenário sociocultural do período histórico longínquo.

No entanto, algumas pistas nos guiaram nessa empreitada. Primeiramente, com Buitoni (1986, 2009) e Duarte (2016), aprendemos que a imprensa brasileira para o público feminino, desde o seu nascimento, possui algumas características específicas, a começar pelo título. No século XIX e início do século XX, os títulos dos jornais para as mulheres apresentavam a característica de fazer alusão ao suposto universo feminino: espelhos (*O Espelho Diamantino, Espelho das Brasileiras, Espelho das Bellas, O Espelho, etc.*), flores (*A Violeta, O Jasmim, A Camélia, A Violeta Fluminense, Lirio, A Tulipa, A Rosa, etc.*), animais delicados (*O Beija-Flor, A Borboleta, A Chrysalida, O Colibri, etc.*), entre outros símbolos.

Com a ajuda do catálogo de jornais editados no Ceará organizado por Barão de Studart (1904) no início do século XX, além do seu livro *Para a história do jornalismo cearense (1824-1924)* (STUDART, 1924b), identificamos os jornais que possuíam, no título, indícios de serem dirigidos ao público feminino. Procuramos por nomes de flores, de pequenos animais alados e objetos delicados, entre outros símbolos tradicionais de feminilidade. O próprio autor também muitas vezes indica em seus livros quais jornais eram destinados às mulheres. Porém, nem todos os jornais para mulheres que encontramos em nossos levantamentos foram indicados nos livros de Barão de Studart.

Contamos também com o auxílio do catálogo produzido por Duarte (2016) sobre a imprensa feminina produzida no Brasil durante o século XIX, que nos apontou a existência de

quatro jornais para mulheres produzidos no Ceará nesse século: *O Bond*, *Lirio*, *O Orvalho* e *A Brisa*.

Buscamos ainda por vestígios de jornais dirigidos por mulheres que escreviam para o público feminino. Poucos foram os jornais cearenses encabeçados por mulheres durante as últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX e ainda menos numerosos são os que atualmente estão disponibilizados para consulta em acervos públicos. Dos periódicos para o público leitor feminino desse tipo que encontramos registro, apenas dois jornais, *O Orvalho* e *O Astro*, possuíam números disponíveis nos acervos visitados por nós.

Após identificarmos os títulos dos jornais, restava-nos localizá-los nos acervos públicos do Estado do Ceará. Visitamos, na cidade de Fortaleza, o Arquivo Público do Estado do Ceará, o Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico) e a Biblioteca Pública Estadual Governador Menezes Pimentel.

Logo nos primeiros momentos percebemos que não se tratava de uma tarefa simples. O estado de conservação dos pequenos jornais desse período é notoriamente diferente daquele dos grandes jornais cearenses que perduraram por anos, veicularam escritos de pessoas de renome e figuraram os cânones da história da imprensa cearense. Ao procurar por esses periódicos “menores”, deparamo-nos com microfimes desaparecidos, folhas deterioradas, impressões ilegíveis, jornais manuscritos de leitura quase impossível e parca informação disponível sobre tais documentos.

Visitamos acervos públicos de outros estados (Rio de Janeiro e Pernambuco) à procura de mais números dos jornais para mulheres que passamos a conhecer, buscando aumentar o nosso escopo. Visitamos a Biblioteca Pública Nacional do Rio de Janeiro, a Biblioteca Pública do Estado do Pernambuco e o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano de Pernambuco. Fizemos ainda um levantamento no site da Hemeroteca Nacional Digital, no qual encontramos um material relevante.

Após a localização dos jornais nos acervos públicos consultados, fez-se necessária uma primeira leitura em cada número com o objetivo de identificar se o jornal, para além do seu título, realmente direcionava-se ao público feminino em suas publicações. Guiamo-nos por expressões como “charas leitoras” (*O Bemteví*, 1892), “jornal das moças” (*O Bond*, 1890-1891) e “publicação dedicada ao bello sexo” (*Lirio*, 1875). Depois de realizadas a identificação, localização e análise preliminar, foi-nos possível localizar sete jornais cearenses para mulheres, publicados entre os anos de 1875 e 1907. Não encontramos nenhum jornal cearense mais antigo do que os publicados em 1875 e, de periódicos para mulheres lançados

após 1907, só encontramos revistas ilustradas publicadas a partir da década de 1920, que já apresentam rupturas radicais em relação aos jornais tanto em relação à forma quanto ao conteúdo e objetivo das publicações, motivo pelo qual decidimos restringir a nossa pesquisa apenas aos jornais.

Após consultar acervos públicos de três diferentes estados brasileiros, conseguimos reunir o conjunto de sete títulos de jornais cearenses para mulheres que constituem a base do *corpus* desta pesquisa: *A Brisa*, *Lírio*, *O Orvalho*, *O Bond*, *O Bemteví*, *Pimpão* e *O Astro*. No total, trabalhamos com quarenta e dois números de jornais, que vão do ano de 1875 ao ano de 1907, divididos conforme quadro abaixo.

Quadro 1 – Quadro dos jornais fontes de pesquisa

JORNAL	Nº DE EXEMPLARES	ANOS DE PUBLICAÇÃO
A Brisa	7	1875
Lírio	1	1875
O Orvalho	3	1888 e 1894
O Bond	23	1890 e 1891
O Bemteví	1	1892
Pimpão	1	1897
O Astro	6	1902 e 1907

Fonte: Elaborado pela autora

Consideramos os jornais aqui mencionados como um *corpus* relevante a ser analisado para compreender que mulheres essa imprensa cearense buscava produzir através dos seus discursos e para analisar em que consistiram as estratégias discursivas empregadas visando tal produção. Esta pesquisa empreende, portanto, o esforço de “desmontar” a imprensa feminina cearense para analisar os exercícios de poder ali presentes, pensando as articulações entre relações de poder, os discursos dessa imprensa e a produção de subjetividade. Nos tópicos seguintes deste capítulo, perscrutaremos as escolhas teórico-metodológicas que fizemos ao abordar nosso material empírico, de modo a inscrever esta pesquisa em um quadro teórico e metodológico. Delinearemos alguns conceitos e levantaremos algumas problematizações buscando fabricar uma caixa de ferramentas ampla a partir da qual faremos uso, durante a análise das fontes, de uma ou outra ferramenta-conceito que nos for necessária para trabalhar com o nosso *corpus* de pesquisa.

2.2 Imprensa, discurso e subjetividade: os antigos jornais para mulheres em perspectiva foucaultiana

Imaginemos por um instante uma moça cearense, letrada, pertencente às classes sociais abastadas e branca, no ano de 1891. Ela sai à janela de sua casa em um dia de sábado, com 40 réis à mão, esperando o vendedor de jornais passar. Ela compra um exemplar do jornal *O Bond*, abre as suas folhas, chega à segunda página e lê a seguinte passagem em uma seção do jornal intitulada “Chronica das moças”:

Esta chronica, adoráveis leitoras, é para vós, sois vós que a inspira, por isso mesmo escrevo-a com a pena dourada da minha fantasia caprichosa. Lede-a, pois, e guardae-a com todo o desvelado carinho e recato de virgem na covinha perfumada de vosso seio immaculado.” (O Bond, 1891, n. 29, p. 2).

O ato de ler tal passagem, ao ser praticado por uma moça no Ceará antigo, não é livre de efeitos subjetivos. Certamente não falamos aqui de um processo de causa e efeito, de uma reprodução passiva de valores e normas, que levará necessariamente a jovem a ser recatada e se manter virgem conforme essas recomendações. No entanto, entendemos que a formação do sujeito envolve um processo de objetivação e subjetivação no qual cada sujeito, ao mesmo tempo em que é objetivado por relações de saber e poder variadas, também se produz ao engajar-se em certas práticas de autogoverno:

Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma intensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser. (GREGOLIN, 2007, p. 23).

As concepções de sujeito, de subjetividade e de modos de subjetivação das quais partimos alinham-se com as de Michel Foucault⁷, que interliga todas essas noções. Segundo Castro (2009), a problemática do sujeito na obra de Foucault consiste em uma abordagem histórica da questão da subjetividade. “O que Foucault, segundo suas palavras, sempre ‘teve na cabeça’ é levar a cabo uma ‘história do sujeito’ ou, antes, do que denomina modos de subjetivação.” (CASTRO, 2009, p. 407-408). Sobre a noção de modos de subjetivação em Foucault, podemos compreender que “Os modos de subjetivação são, precisamente, as práticas de constituição do sujeito.” (CASTRO, 2009, p. 408). Os modos de subjetivação

⁷ Foucault, ao anunciar a morte do homem na obra “As palavras e as coisas”, teve o seu pensamento considerado anti-antropológico. Como afirma Castro (2009), Foucault de fato rompe com a ideia humanista, cartesiana, universal e da tradição fenomenológica de homem. No entanto, o sujeito é o tema geral dos trabalhos foucaultianos, como o próprio autor afirma em seu texto intitulado *O sujeito e o poder* (FOUCAULT, 1995).

podem ser entendidos como as formas através das quais o sujeito é objetivado em relações de saber e poder e também como as formas de atividades do sujeito sobre si mesmo. “Chamarei de subjetivação o processo por meio do qual é obtida a constituição de um sujeito, mais exatamente de uma subjetividade, que não é evidentemente mais do que uma das possibilidades existentes de organização de uma consciência de si.” (FOUCAULT, 1994, p. 706, tradução nossa)⁸.

Na contramão da tradição filosófica, que se pergunta sobre como o sujeito cognoscente pode alcançar a verdade, Foucault articula noções de subjetividade, verdade e história, perguntando-se sobre efeitos de subjetivação de discursos que pretendem enunciar verdades para o sujeito (CANDIOTTO, 2008). Não se trata, portanto, de um sujeito substancial, mas sim mutável, construído por forças localizadas na história. O sujeito não é considerado sujeito **do** discurso, mas sim sujeito **ao** discurso (PRADO FILHO, 1998). Podemos investigar tais forças históricas através de análises dos jogos de saber e poder presentes em determinada sociedade e cultura.

Seria preciso tentar estudar o poder não a partir dos termos primitivos da relação, mas a partir da própria relação, uma vez que é ela que determina os elementos dos quais trata: mais do que perguntar a sujeitos ideais o que puderam ceder deles mesmos ou de seus poderes para se deixar sujeitar, é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos. (FOUCAULT, 1997, p.71).

Dessa maneira, não se busca, nesta pesquisa, realizar uma ontologia do ser mulher da época que estamos estudando, mas sim promover certa crítica genealógica da sujeição feminina aos regimes de verdade de outrora.

Os processos de subjetivação e objetivação nos quais o sujeito se enlaça possuem uma relação de interdependência. Ao realizar uma análise da produção do sujeito a partir de uma perspectiva foucaultiana, faz-se necessário entender as relações de poder que o objetivam, individualizam e constituem (TASSIN, 2012). Isso porque a obra de Foucault consistiu primordialmente em construir uma história dos modos de subjetivação, objetivação e individuação. Como explica Hack (2007), a objetivação entrecruza-se com os processos de individuação do sujeito, nos quais o mesmo é constituído por forças externas, como conjuntos de enunciados, mecanismos disciplinares, relações de poder, etc. Já a subjetivação consiste em um trabalho do sujeito sobre si mesmo, a partir dos saberes que o objetivam e os poderes que o individualizam.

⁸ “J’appellerai subjectivation le processus par lequel on obtient la constitution d’un sujet, plus exactement d’une subjectivité, qui n’est évidemment que l’une des possibilités données d’organisation d’une conscience de soi.” (FOUCAULT, 1994, p. 706).

O corpo e o sujeito são “recortados” por saberes e poderes, produzindo assujeitamento, mas também resistência. De todo modo, é sempre uma delimitação do corpo e da subjetividade que se pretende através de discursos e práticas objetivantes, de modo a circunscreve-los a partir de determinados interesses e critérios.

Quando se recorta, imprime-se uma força numa direção e a esta força sempre aparecem resistências, seja do material que está sendo cortado, seja da destreza da mão que corta. No processo de recortar corpos, são exercidos poderes, produzidos saberes e operam-se exclusões que não determinam exatamente como este corpo é, pois sua materialidade atua e se contrapõe a qualquer tentativa de estabelecimento de uma carne inerte. (FURTADO et al. 2011, p. 156).

Entendemos aqui a subjetividade enquanto uma construção histórica. Como afirma Deleuze (2005), Foucault não parte de categorias eternas e universais, pois as considera como produtos massivos que partem de repartições de singularidades que se inscrevem em contextos históricos específicos. A subjetividade, ao mesmo tempo em que é engendrada pelos saberes e práticas, também envolve um trabalho do sujeito sobre si mesmo, o qual pode inclusive fazer frente aos saberes e poderes como uma resistência. E todos esses processos complexos de produção da subjetividade articulam-se com o tempo. Esta noção de subjetividade rompe com os pressupostos de um sujeito cartesiano, composto de uma razão-substância atemporal, assim como rompe com a fixidez que a vida pulsional impõe ao sujeito freudiano (CARDOSO JR., 2005).

Nesse sentido, interessa saber como o sujeito relaciona-se com os discursos e práticas de modo a constituir-se subjetivamente, estabelecendo técnicas de construção de si mesmo, promovendo o que Foucault chama de “governo de si”. Foucault (1997) afirma que, ao explorar o trabalho do sujeito sobre si mesmo, ele transmuta a seu modo de fazer história da subjetividade. Além de identificar os efeitos da objetivação científica e da individuação, ele passa também a reconhecer as relações dos sujeitos consigo mesmo, com suas técnicas e efeitos de saber, e de tornar relevante o papel das relações com o outro nesse processo.

Levando em conta tal perspectiva, em que as técnicas sobre si mesmo são pensadas a partir do seu entrelaçamento com as relações sociais discursivas ou não discursivas, fica evidente como a concepção de sujeito em Foucault leva em conta o papel social na constituição subjetiva.

Seria possível, assim, retomar num outro aspecto a questão da ‘governamentalidade’: o governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro (como é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, na prescrição dos modelos de vida etc.). (FOUCAULT, 1997, p. 111).

Essa concepção foucaultiana sobre a governamentalidade, que considera que as relações sociais estão profundamente imbricadas nas chamadas técnicas de si, torna possível afirmar que Foucault considera que o sujeito é constituído principalmente através da sua relação com os outros sujeitos (ORTEGA, 1996). Podemos considerar que a governamentalidade é um conjunto de mecanismos e procedimentos de condução de condutas. Ela opera com a verdade de modo a governar as vidas dos homens e mulheres (SILVA, MIRANDA e GERMANO, 2011).

A governamentalidade moderna, diferentemente de um poder de viés soberano, não se utiliza prioritariamente da lei, mas sim de táticas que visam à população. Isso não quer dizer que a lei deixe de existir, mas ela passa a funcionar como norma e é em torno da norma que a distribuição, a regulação e a correção são feitas.

Foucault (2012a) afirma que mesmo as práticas ligadas à lei começam a lançar mão de saberes científicos para se sustentarem e atribuírem a si mesmas um valor de verdade, pois parece que a lei, por ela mesma, já não tem mais a mesma sustentação de outrora:

[...] penso ainda na maneira como um conjunto tão prescritivo quanto o sistema penal procurou seus suportes ou sua justificação, primeiro, é certo, em uma teoria do direito, depois, a partir do século XIX, em um saber sociológico, psicológico, médico, psiquiátrico: como se a própria palavra da lei não pudesse mais ser autorizada, em nossa sociedade, senão por um discurso de verdade. (FOUCAULT, 2012a, p. 18).

Entendemos que os jornais antigos para o público leitor feminino com os quais trabalhamos nesta pesquisa apresentavam-se como discursos que se pretendiam enunciadores de verdade ao prescreverem novos costumes, alinhados com as iniciativas civilizatórias empreendidas na sociedade cearense das últimas décadas do século XIX e início do século XX. Consideramos que se pretendia, com os jornais, uma condução das condutas femininas não através da imposição repressiva efetivada pela aplicação de leis, mas sim através da consolidação de normas sociais, da prescrição de certos modelos de vida, do governo de si mesmo e dos outros a partir de normas carregadas de valor de verdade, do governo da vida.

A arte de governar da modernidade implica uma nova modalidade de poder: um poder sobre a vida, um biopoder. “Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.” (FOUCAULT, 1988, p. 157). Foucault (1988) afirma que a consolidação da modernidade no mundo ocidental veio acompanhada do surgimento do biopoder, que tem como alvo a população e como objetivo a maximização da vida. Com o biopoder, a vida torna-se o grande objeto de governo (CASTRO, 2009). Quando falamos em exercício de poder, falamos em governo, pois o poder é da ordem da governamentalidade. Ao

governar, conduzem-se condutas. Nesse contexto, a lei é utilizada com a finalidade de governar a população, aperfeiçoando e intensificando os processos dirigidos pelo biopoder.

Segundo Alencar (2010), desde o início da comercialização dos jornais no século XIX a notícia é tomada como um espelho da realidade, uma fonte fidedigna acerca do mundo, um veículo de propagação da verdade. Ainda que esta máxima possa ser questionada, ela foi e talvez ainda seja o paradigma do jornalismo noticioso⁹. “Sabe-se que o mínimo que o cidadão comum espera de uma notícia é a verdade.” (ALENCAR, 2010, p. 7). Em outras palavras, seja ou não a imprensa de fato comprometida com a verdade, é como fidedigna que ela foi vista ao longo de sua história.

Este fato interessa particularmente a esta pesquisa, pois tal característica potencializa o poder dos jornais de apresentar os modos de subjetivação aos sujeitos-mulheres enquanto normas sociais a serem seguidas. Tal apresentação é realizada não apenas através da exaltação das formas aceitáveis de ser mulher, mas também através do combate aos modos indesejáveis, como discutiremos ao longo deste estudo. “Nesse sentido, é pertinente assinalar que as produções jornalísticas impressas [...] realizam uma seleção daquilo que será escrito ou irá ao ar nos ofertando e/ou rechaçando determinadas posições de sujeito.” (RODRIGUES e HENNIGEN, 2011, p. 50).

Os jornais não são apenas documentos, “fotografias” da realidade que aí está para ser representada, documentada. Os próprios jornais, enquanto discursos que circulam na sociedade, também são articuladores de realidade, produtores de modos de vida de homens e mulheres no contexto sócio-histórico em que estão inseridos, no caso desta pesquisa, no contexto do final do século XIX e início do século XX no Ceará. Os modos de vida são produzidos pelas práticas discursivas não apenas através do assujeitamento, do cerceamento da subjetividade e do corpo, mas também por meio das linhas de fuga que esses próprios processos criam, dos movimentos de resistência que se colocam em funcionamento.

Os jornais são pensados aqui enquanto ponto de união entre saber e poder, que traz consigo regimes de verdade de uma época, os quais mudam ao longo do tempo. Regimes de verdade, inclusive, sobre o que são, ou o que devem ser, as mulheres. Os meios de comunicação, entre estes a imprensa, cooperam com a construção de verdades sociais (LENE, 2006). Assim, consideramos a imprensa “como ao mesmo tempo produto e produtor da vida moderna, associado a toda uma extensa rede de ideários – racionalidade, emancipação, regimes de verdade.” (VOGEL, 2009, p. 2). Os regimes de verdade de uma época histórica,

⁹ Essa premissa tem sido, cada vez mais, colocada em cheque, com o fenômeno das chamadas *Fake News* e o contexto de pós-verdade contemporâneo.

que se fazem presentes nas práticas e enunciados do cotidiano, inclusive dos periódicos, atravessam o próprio corpo dos sujeitos.

O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as idéias os dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização. A genealogia, como análise da proveniência, está portanto no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo (FOUCAULT, 2013b, p. 65).

Foucault (2013b) expõe no texto *Verdade e Poder* que a verdade não é algo dado, que está pré-existente no mundo esperando para ser desvelado. Ele caracteriza a verdade como:

[...] conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder. [...] conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A verdade está circularmente ligada a sistemas de poder que ela induz e que a reproduzem. (FOUCAULT, 2013b, p.13-14).

O autor afirma ainda que em nossas sociedades a “economia política” da verdade apresenta cinco características: 1. centralidade da verdade na forma de discurso científico e nas instituições que o produzem; 2. submissão da verdade à constante incitação econômica e política; 3. imensa difusão e consumo da verdade; 4. a verdade é produzida e transmitida principalmente pelos grandes aparelhos políticos e econômicos; e 5. a verdade como objeto de confrontos políticos e sociais.

Talvez seja possível então afirmar que a verdade é o próprio poder em exercício, em contextos sociais específicos. Uma vez que os periódicos do final do século XIX e início do século XX propagavam-se em nome dos novos valores sociais que estavam em plena ascensão, moldavam-se aos interesses políticos e econômicos da época e eram o principal meio de comunicação em massa, podemos entendê-los como discursos de verdade, estabelecadores de relações de poder.

Nesse período sobre o qual nos debruçamos nesta pesquisa, a gestação do republicanismo criava condições para o estabelecimento de novos padrões de gênero (que carregavam valor de verdade) para homens e mulheres, sobretudo quando falamos sobre a dinâmica dentro das famílias. Saberes e práticas, como, por exemplo, o higienismo, concorriam para essa reforma social que se pretendia civilizatória. Segundo Corrêa (2011), a medicina trabalhou no estabelecimento de ideais higiênicos que prescreviam normas para o uso dos corpos e para as relações sociais, inclusive as relações familiares. Buscando construir uma sociedade organizada e civilizada, a remodelação da família segundo os preceitos da

higiene eram seminais. Uma nova função feminina passou a ser exigida das mulheres no interior das famílias.

No final do século XIX, novos códigos de comportamento feminino, que se posicionavam como a verdade sobre o que era ser mulher, eram disseminados por meios diversos, inclusive por meio da imprensa para mulheres. Quanto mais o Brasil aproximava-se da República, mais vigor ganhava a noção de que dependia da função da mulher nas famílias a evolução civilizatória da nação. “O republicanismo, no Brasil, deu espaço ao cientificismo e ao positivismo francês, que, apoiados numa prática conservadora, mantiveram o casamento e a família como base da sociedade disciplinada.” (MARTINS, 2010, p. 195-196).

Martins (2010) afirma que o comportamento feminino que atendia aos interesses da “elite” intelectual aproximava-se do paradigma civilizatório europeu que articulava a moral e os bons costumes ao posicionamento da mulher enquanto mãe, esposa e dedicada ao espaço doméstico. Segundo a autora, é possível afirmar que no início do século XX no Brasil “O catolicismo, o positivismo, o romantismo e o determinismo biológico atrelado à medicina apresentavam uma visão concordante quanto à posição da mulher na sociedade.” (MARTINS, 2010, p. 183).

É importante destacar que tais as orientações comportamentais, de inspirações civilizatórias europeias, dadas às mulheres brasileiras apenas condiziam com as condições de vida da parcela da sociedade detentora de privilégios de consumo material e *status* sócio-cultural, de modo que essa concepção hegemônica criava hierarquizações sociais e espaços de exclusão (MARTINS, 2010).

Esse código moral de conduta feminina foi amparado pela por saberes e práticas em campos como a educação, a literatura, a imprensa, o catolicismo, a justiça, entre outros, tornando-se então um norte direcionador do comportamento feminino na sociedade. É nesse contexto que se construíram condições para o alastramento de mecanismos normatizadores da conduta feminina.

Assim, nesta pesquisa, levamos em consideração que os antigos jornais para mulheres constituíam um espaço privilegiado de veiculação de discursos, com valor de verdade, sobre o que as mulheres eram ou deveriam ser, que possuíam estratégias próprias de controle da vida e que buscavam atuar na formação das subjetividades femininas. Mas o que queremos dizer quando afirmamos que os jornais para mulheres constituíam-se enquanto discursos? Vejamos.

2.3 Ferramentas para uma análise dos discursos da imprensa

Uma vez que os periódicos para mulheres trabalhavam com palavras e imagens, considerá-los enquanto discursos pode promover férteis análises. No entanto, as posições teórico-metodológicas acerca do que seja discurso são diversas. Nesta pesquisa, trabalhamos com a concepção de Michel Foucault. Em Foucault, a noção de discurso articula-se com outros conceitos básicos, como o de enunciado, prática discursiva, poder e formação discursiva, que serão explorados adiante.

Pensar sobre o discurso em Foucault implica pensá-lo não enquanto uma forma de representar o mundo que já “está aí” para ser desvendado, mas sim como uma versão fabricada da realidade. Tal concepção de que o discurso não traduz, mas sim produz alinha-se com o “giro linguístico” nos estudos sobre a linguagem, que foi mais do que apenas um aumento na ênfase dada à linguagem nas ciências humanas e sociais e na filosofia, pois levou à formulação de uma nova forma de conceber a realidade e a natureza da linguagem (GARCIA, 2004).

Não entendemos, portanto, que os enunciados presentes nos jornais cearenses para mulheres, como no trecho “Na rua do Senador Pompeu faz lama o namoro.” (O Bond, 1890, n.1, p. 2), são meramente relatos do cotidiano. Muito mais do que apenas descrever, o discurso dos jornais buscava incidir sobre as subjetividades das leitoras, produzir relações, provocar reações diversas. Dessa maneira, analisar discursos em uma perspectiva foucaultiana implica preocupar-se com as possíveis articulações entre linguagem e construção da vida social e subjetiva.

Os discursos são preocupação constante de Foucault em seus trabalhos: discurso médico, discurso sobre a loucura, sobre o homem, sobre a sexualidade, entre outros. No entanto, tal preocupação, em um primeiro momento de seu pensamento chamado de arqueologia, está principalmente voltada à construção das redes de saber e ao discurso enquanto instrumento de veiculação destas. Já em um segundo momento, sua preocupação volta-se à articulação entre discurso e relações de poder. Como afirma o autor em seu texto *Da arqueologia à Dinástica*, a arqueologia trata de balizar e descrever os tipos de discursos, no sentido de explorar as condições históricas, políticas e econômicas do surgimento dos mesmos (FOUCAULT, 2012a). Analisar as relações de poder que tornam possível determinado tipo de discurso já se trata de outro tipo de exercício de pensamento, que o autor vai chamar de genealogia.

Independente do momento do pensamento foucaultiano do qual falamos, o autor entende o discurso como prática. Segundo Foucault (2013b), o discurso é um agrupamento de enunciados que se apoiam em uma mesma formação discursiva. Ao definir o que seriam as formações discursivas, Foucault (2013a) postula que a unidade de um discurso não é feita pelo *objeto* ao qual o este se refere, pois é o próprio objeto que se forma a partir dos discursos; ela não é feita por um *modo constante de enunciação*, pois o discurso é na verdade um grupo de enunciações heterogêneas coexistentes; ela também não é feita por um conjunto de *conceitos* coerentes, pois os conceitos de um discurso muitas vezes são incompatíveis entre si; e, por último, a unidade de um discurso também não é definida a partir da presença de um único *tema*, pois um mesmo tema pode existir em diferentes discursos e um mesmo discurso pode possuir em si temas diferentes. Assim, ele propõe a descrição dessas dispersões e das regras de formação dos objetos, modos de enunciação, conceitos e temas. Às regras de formação de tais elementos dá-se o nome de formações discursivas:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 2013a, p. 47).

No caso da imprensa analisada nesta pesquisa, a unidade do discurso não é formada pelo objeto sobre o qual o periódico fala, que é, de modo geral, a vida feminina. Na verdade, o que temos é o exato inverso: as mulheres sendo formadas, além de outros discursos, pelo discurso dos jornais impressos. Nos jornais também não encontramos um modo constante de enunciação, uma vez que temos, ao longo das suas páginas, contos literários, crônicas, artigos de opinião, piadas, poesias e outros gêneros. Também nos periódicos encontramos diferentes conceitos em relação, por exemplo, ao casamento. Os temas presentes nos jornais também são numerosos e distintos. Por exemplo, em um mesmo periódico encontramos escritos sobre amor, beleza, educação, acontecimentos do cotidiano, festas, religião, entre outros temas. Cabe-nos então analisar aqui as regras de formação dos discursos dos jornais.

Foucault (2013a) afirma que analisar a formação discursiva implica definir o discurso pela regularidade de uma prática, uma vez que a formação discursiva é entendida como o conjunto de relações que forma as regras de funcionamento das práticas discursivas. Já as práticas discursivas são enunciados enquanto práticas sociais históricas.

Ao analisar as formações discursivas, também são explorados analiticamente os enunciados, uma vez que estes, em conjunto, formam os discursos (FOUCAULT, 2013a). Os

enunciados são entendidos como uma função de existência do que é dito e tal existência envolve sempre quatro elementos: *referencial, campo associado, materialidade e sujeito*. O referencial diz respeito às condições econômicas, sociais e políticas que tornam possível a existência dos enunciados, que se relacionam com a história e os regimes de verdade de cada cultura. Nesse sentido, nos caberia perguntar nesta pesquisa qual o contexto sócio-histórico que torna possível a existência de determinados enunciados sobre a mulher e não outros.

O campo associado diz respeito à coexistência de vários enunciados tanto dentro do mesmo discurso quanto de outros discursos, uma vez que não há enunciado isolado ou neutro, pois está sempre ligado a outros. Assim, cabe-nos analisar também quais outros enunciados discursivos circulantes nos espaços sociais da época coexistiam aos discursos dos jornais cearenses para mulheres aqui analisados.

A materialidade é a forma específica na qual determinado enunciado existe e, conforme Foucault (2012a), liga-se à sua dimensão de acontecimento discursivo heterogêneo e descontínuo. Neste ponto, somos levados a refletir de que maneira são apresentados os enunciados presentes nos jornais. Seriam imagens, poemas, piadas? De que forma os discursos enunciam-se nos documentos analisados?

Os enunciados estão sempre inscritos em formações discursivas que seguem os regimes de verdade de determinado momento histórico. Isto significa que o que é dito relaciona-se com as dinâmicas de poder e saber de sua época. “Parece-me que se o que se quer é fazer a história de certos tipos de discurso, portadores de saber, não se pode não levar em conta as relações de poder que existem na sociedade na qual esse discurso funciona.” (FOUCAULT, 2012a, p. 50). É fundamental então que pensemos quais relações de poder exerciam-se na sociedade cearense do final do século XIX e início do século XX e que espécies de controle da vida e dos corpos estavam em movimento.

Por fim, segundo Foucault (2012a), o sujeito do enunciado é uma função, um lugar vazio que pode ser ocupado por qualquer um e, a partir do momento em que ocupa essa posição, adquire o lugar de sujeito. Assim, não há essa colagem entre quem fala e o enunciado. Esta função-sujeito oferece a qualquer pessoa ou instituição que a ocupe o direito de proferir determinados discursos. O que é dito só recebe o status de enunciado de determinado discurso quando é dito por alguém que ocupa tal lugar de sujeito. Quais são então os lugares de sujeito do enunciado presentes nos jornais para mulheres e em nome de quais discursos e a partir de que critérios as coisas são ditas?

A partir da ideia de certo “anonimato” em relação ao sujeito do discurso, entende-se o porquê de Foucault (2013a) explicitar que os enunciados diferem, em funcionamento e

valor, das frases gramaticais, proposições lógicas ou atos de fala, uma vez que estas não possuem o caráter discursivo que envolve os elementos formadores dos enunciados. “Os enunciados não são palavras, frases ou proposições, mas formações que apenas se destacam de seu *corpus* quando os sujeitos da frase, os objetos da proposição, os significados das palavras *mudam de natureza*, tomando lugar no ‘diz-se’ [...]” (DELEUZE, 2005, p.29).

Assim, ao pensar os discursos a partir desta ótica, a preocupação não deve residir no sujeito enunciativo do discurso, uma vez que o sujeito é apenas uma função. Toma-se a dimensão do murmúrio anônimo, do “diz-se”, do regime de verdade, perguntando-se em nome de quê se fala, como se fala, o que torna possível que se fale determinada coisa em determinado lugar e não outra e o que se busca produzir com tal fala. “O tipo de análise que pratico não trata do problema do sujeito falante, mas examina as diferentes maneiras pelas quais o discurso desempenha um papel no interior do sistema estratégico em que o poder está implicado, e para o qual o poder funciona”. (FOUCAULT, 2012a, p. 247). Não é fundamental então, para o tipo de análise que realizamos, estabelecer a identidade dos jornalistas autores dos jornais femininos abordados, nem mesmo de seus editores ou proprietários. Não é com o sujeito enunciador que trabalhamos, mas sim com a função que ele ocupa ao enunciar.

Foucault (2012b) indica que em nossa civilização parece haver um medo dos perigos, da proliferação e da desordem dos discursos. Por tal motivo, meios para dominar os discursos são desenvolvidos e a produção discursiva é controlada por alguns procedimentos, que podem ser externos ou internos ao discurso. Como afirma o autor, o discurso é objeto de disputas. Na verdade, todo o Ocidente moderno é caracterizado por uma vontade de poder alcançado através do saber (FOUCAULT, 2012a). Estar na posição de enunciação de discursos com valor de verdade significa estar em um lugar de influência sobre as subjetividades e é nesse lugar que se situam os sujeitos dos discursos da imprensa aqui abordados.

Discurso não é entendido apenas como forma de falar ou escrever, uma vez que se considera a sua relação de suporte e legitimação com práticas institucionais que organizam, regulam e administram a sociedade (WILLIG, 2001). Em uma análise foucaultiana dos discursos, pensa-se no papel destes nos processos sociais amplos de legitimação das relações de poder e estruturas sociais. Discurso é o próprio poder em exercício. “Portanto, o poder não é nem fonte, nem origem do discurso. O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder.” (FOUCAULT, 2012a, p. 247).

Foucault (1988) afirma que os discursos possuem uma polivalência tática. Isso significa que eles não apenas projetam os mecanismos de poder existentes, pois são neles mesmos que se articulam saber e poder. Assim, consideramos os discursos como polivalentes em relação às suas táticas, podendo ser, ao mesmo tempo, efeito e instrumento de poder ou mesmo funcionar como resistência ao poder em exercício. Não há poder sem resistência, esta nunca é exterior ao poder, pois as relações de poder nunca poderiam existir sem os pontos de resistência ocupando o papel de adversário, alvo, apoio e afirmação. Mas estes não são apenas meros resultados do poder e nem necessariamente são exatamente opostos a ele ou mesmo ilusões. Os pontos de resistência são o interlocutor irreduzível das relações de poder. São também distribuídos de forma irregular, por vezes levando a revoluções, mas geralmente movendo-se de forma transitória e provocando pequenas mudanças. É desse modo que os jornais cearenses para mulheres do final do século XIX e início do XX, ao mesmo tempo em que funcionam como mecanismos de exercício de poder, também podem, em alguns momentos, funcionar como linhas de fuga e resistência aos modos normativos de ser mulher. Exige-se então, de nós que pesquisamos, um olhar atento à polivalência tática dos discursos.

2.4 Sobre a genealogia do poder: como pensar a história das subjetividades

Esta pesquisa tem ainda em seu horizonte a genealogia foucaultiana enquanto perspectiva teórico-metodológica, uma vez que se pergunta sobre a história e a subjetividade, sobre os discursos e as relações de poder e seus efeitos sobre o sujeito. Isso é realizado a partir do momento em que olhamos para os jornais enquanto discursos, enquanto veiculadores de relações de saber e poder e produtores de modos de ser mulher.

Uma análise genealógica não se pergunta sobre as estruturas, sobre os significados ou sobre o simbólico. A genealogia se preocupa em investigar as relações produtivas de forças, suas estratégias e táticas, em outras palavras, as relações de poder, e não as relações de sentido (FOUCAULT, 2013b). Com essa postura, esse tipo de investigação destoa dos estudos que colocam o problema do poder em termos jurídicos ou em termos de aparelho do Estado, pois se indaga sobre as táticas e técnicas do poder e nega a noção de sujeito constituinte.

É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dá conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação a campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 2013b, p.7).

Trabalhar com esta perspectiva significa partir de uma lente histórica que se ocupa das mudanças nos discursos ao longo do tempo, seus efeitos de poder, pensando sobre como tais mudanças moldaram subjetividades históricas (WILLIG, 2001). “A proposta genealógica de Foucault foi produzida para além do estudo das condições de produção dos discursos, interessando também como estes atuam nos corpos, nas vidas, na condução de condutas, como se encadeiam em redes de poder.” (FURTADO et al. 2011, p. 158).

Foucault (2014) entende, junto com Nietzsche, o conhecimento como uma invenção, o que significa dizer que ele não é uma capacidade natural do ser humano. Isso porque a própria possibilidade do conhecimento é vista por esses pensadores como resultado de jogos de múltiplas forças que são políticas, que envolvem instabilidades, negações, formações de compromisso e (re)inscrições. Para conhecer é então necessário contornar qualquer vontade de simplificação, de conciliação e, em última instância, de dominação ao abordar os objetos. É preciso evitar as superfícies, olhando para o mundo com o que Foucault chama de “maldade”: “Essa maldade é aquela que, por trás da superfície das coisas, vai procurar o segredo, tentar extrair-lhe uma essência por trás da aparência, um poder por trás da cintilação fugitiva, uma dominação.” (FOUCAULT, 2014, p. 185).

Conhecer não é afirmar a existência de uma aparência falsa ao mesmo tempo em que por detrás desta esconde-se a verdade das coisas. Em uma linha tradicional do conhecimento, tem-se a verdade como objeto de investigação e como própria essência do conhecer. No entanto, segundo Foucault (2014), Nietzsche estilhaça tais premissas afirmando que a verdade sobrevém o conhecimento, pois não é nem o seu destino e nem a sua essência. “Vemos abrir-se aí a possibilidade de um conhecimento que se desenvolve no espaço do segredo, do proibido, do desvelamento, da transgressão.” (FOUCAULT, 2014, p. 188).

Entender o conhecimento em diálogo com tal ótica envolve pensar que conhecer algo, ou, em outras palavras, pesquisar algo, implica considerar o objeto investigado como resultado de uma operação complexa e não como uma conformidade de leis essenciais inteligíveis ou sentidos ocultos decifráveis. Tal perspectiva rompe com as noções de objetividade, neutralidade, pureza do conhecimento e de sujeito cognoscente da tradição filosófica ocidental.

Foucault (2013b) afirma que a genealogia se contrapõe às pesquisas sobre a origem das coisas, que trabalham com a ideia de natureza, entendendo como acidentais os desníveis na história. Esta é uma postura metafísica, que entende as coisas como portadoras de verdades definitivas. Já o genealogista escuta a história e afasta-se da metafísica, uma vez

que entende que os fatos não apresentam essência, mas sim uma historicidade não-linear e repleta de rupturas. Não há uma essência do que é ser mulher. O que há é uma objetivação, uma produção de subjetividade, uma demarcação dos padrões de gênero, de classe, de raça e etnia necessários a cada momento histórico, a cada sociedade e cultura específicas.

Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele aprende? Que atrás das coisas há “algo inteiramente diferente”: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas. (FOUCAULT, 2013b, p. 58).

Buscamos aqui aproximar-nos não das pesquisas sobre a origem, mas sim das pesquisas sobre a proveniência e a emergência das coisas. Esse tipo de análise volta o olhar ao passado não para apontar uma continuidade, mas sim para manter a história na sua dispersão. São pesquisas que têm a intenção de desmembrar as coesões da história. Apontam-se os jogos de força que constituem os objetos. Foucault toma os acontecimentos discursivos em suas singularidades e enquanto produções na medida em que investiga as relações que os tornaram possíveis (PINTO, 2011).

Pode-se ainda entender a genealogia como um tratamento crítico dos fatos. São críticas que investigam quais são os diversos dispositivos de poder que se exercem na sociedade e quais são os seus efeitos e as relações que estabelecem (FOUCAULT, 2013b). Foucault (2013b) utiliza o termo dispositivo para demarcar um conjunto de elementos, ditos e não ditos: discursos, instituições, enunciados científicos, leis, organizações arquitetônicas, etc. Trata-se de um esforço para demarcar a natureza da relação existente entre estes elementos. É uma formação que responde a alguma urgência histórica e que possui uma função estratégica. Dessa forma, interessa-nos também investigar de que modo certos elementos sócio-históricos, como mudanças urbanísticas, legais, religiosas, médicas, culturais, entre outras, relacionam-se, fortalecem, negam ou fazem concessões aos discursos dos jornais trabalhados por nós.

No texto *Nietzsche, a genealogia e a história*, Foucault (2013b) afirma que os documentos são o material de trabalho da genealogia, o que configura uma característica central desta pesquisa com periódicos cearenses para mulheres do final do século XIX e início do século XX. “A genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos.” (FOUCAULT, 2013b, p. 55). Com Foucault, não buscamos a verdade na história e não trabalhamos com a consideração exclusiva de documentos oficiais ou dos grandes nomes e acontecimentos. Trata-se de uma história da microfísica, dos pontos locais de relações de saber-poder, pois, para Foucault, o poder não está localizado no Estado ou nas macroestruturas. É por isso que

nos interessam nesta pesquisa os jornais para mulheres, mesmo aqueles que só possuíram um único número ou uma pequena tiragem. Por esse motivo nos saltaram aos olhos a mídia regional, os relatos do cotidiano da cidade presentes nesses periódicos, os escritos voltados às mulheres, que foram esquecidos nas gavetas empoeiradas dos arquivos e museus.

Faz-se importante delimitar aqui a que exatamente nos referimos quando falamos em poder, uma vez que entendemos que os discursos jornalísticos configuram esse tipo de relação. Foucault entende-o não como algo centralizado, homogêneo e também não a partir de sua função negativa de interdição, delimitação ou censura a partir de um ato de fala como uma enunciação de uma lei (FOUCAULT, 2012a). De acordo com Deleuze (2005), para Foucault o poder não é propriedade, mas sim estratégia. Não se possui o poder, exerce-se o poder, que não é localizável, mas sim difuso e atua na microfísica, de forma imanente e não transcendente. O poder não possui uma essência e não qualifica os que o possuem e os que não possuem. O poder é operatório e não essencial, é relação e não atributo. O poder não é antes positivo (produtor) que negativo (repressor). “[...] procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mas pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos.” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Para além das condições de produção dos discursos (questão arqueológica), interessa-nos principalmente saber como o discurso dos antigos jornais cearenses para mulheres buscava produzir efeitos de poder, atuar nos corpos, na condução de condutas, na vida dos sujeitos (questão genealógica).

Ao analisar tais estratégias do discurso pela lente foucaultiana, é importante pensar como os objetos discursivos são construídos. Um objeto discursivo pode ser construído de diferentes formas, sendo fundamental localizar as diferenças entre tais construções (WILLIG, 2001). No caso desta pesquisa, temos como objeto discursivo as mulheres e nos cabe pensar as diferentes formas pelas quais os jornais buscavam produzi-las, por exemplo, através do discurso médico, do discurso da religião e do discurso moral. “De acordo com Foucault, há uma íntima relação entre poder e subjetividade, entre poder e sexualidade e, diríamos nós, entre poder e constituição de gênero.” (FISCHER, 2001, p. 592).

Neste capítulo, procuramos desenhar um solo teórico-metodológico do qual pudéssemos nos valer ao empreender a pesquisa pretendida. No capítulo seguinte, trataremos da descrição e contextualização das nossas fontes de pesquisa, levantando algumas questões históricas que julgamos relevantes, tecendo algumas problematizações e explorando de forma mais detalhada cada um dos jornais cearenses para mulheres analisados nesta tese.

3 (CON)TEXTOS DA IMPRENSA CEARENSE PARA MULHERES

A história da imprensa cearense direcionada ao público leitor feminino do século XIX ainda é uma história a ser contada. Podemos encontrar trabalhos que tratam de mulheres escritoras que publicavam na imprensa cearense da época, como os de Cunha (2008), Ketterer (1996), Castro (2019), Silva (2011), Souza (2019) e Almeida (2006, 2007). No entanto, não possuímos já publicada, de forma sistematizada, uma história da imprensa cearense escrita **para** as mulheres, tal como possuímos da imprensa cearense em geral.

No Ceará, de fato, a imprensa para o público feminino configurou-se como uma pequena parte de uma imprensa geral intensamente produtiva, a qual se acredita ter surgido em primeiro de abril de 1824¹⁰, com a produção do Diário do Governo do Ceará, jornal redigido pelo padre Gonçalo Inácio de Loiola Albuquerque e Melo. A história da imprensa jornalística no Ceará é dividida por Nobre (2006) em duas fases: uma primeira, onde os jornais, de vida curta, eram em sua maioria ligados a partidos políticos ou grupos de opiniões, e uma segunda, que se inicia por volta de 1915, na qual a notícia e a publicidade predominavam em jornais de maior longevidade. Já sobre a origem e a história da imprensa para mulheres no Ceará, são poucos os registros, o que torna mais desafiadora a tarefa de quem se propõe a trabalhar com esses materiais.

A mesma invisibilidade histórica da imprensa para o público feminino é apontada por Duarte (2016) em dimensões nacionais, quando a autora destaca de forma crítica a marginalidade ou mesmo o completo esquecimento da imprensa feminina no Brasil em trabalhos de importantes historiadores da imprensa brasileira, como o *Jornal, história e técnica – História da Imprensa no Brasil*, de Juarez Bahia (1990), *200 anos de imprensa no Brasil*, de Silvia Carla Pereira de Brito Fonseca e Maria Leticia Corrêa (2009), *História Cultural da imprensa – Brasil 1800-1900*, de Marialva Barbosa (2007), e *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré (1999).

No entanto, nas últimas décadas, o cenário de invisibilidade histórica vem sendo modificado. Com o desenvolvimento do campo de estudos sobre a história das mulheres, os trabalhos sobre imprensa para o público feminino também ganharam força no Brasil, a partir de 1980, tendo como grande nome de referência nacional Dulcília Buitoni, com seus livros *Imprensa feminina* (1990) e *Mulher de Papel* (2009).

¹⁰ Contudo, Nobre (2006) indica que, apesar de não mais existirem exemplares de publicações jornalísticas impressas antes de 1824, há uma série de indícios da existência de imprensa cearense ainda antes desta data.

O termo “imprensa feminina” foi cunhado no Brasil inicialmente por Buitoni (1990), que afirma que a imprensa feminina é definida pelo sexo de suas leitoras. Seu público-alvo é o sexo feminino, sejam as produtoras das publicações mulheres ou não. Ou seja, imprensa feminina significa imprensa **para** mulheres. Apesar do termo de Buitoni caracterizar o tipo de imprensa que aqui analisamos, fizemos a opção de priorizar em nosso texto a utilização dos termos “imprensa para mulheres” ou “imprensa para o público feminino” ao nos referirmos às nossas fontes de pesquisa. Problematicamos o termo “imprensa feminina” a partir do fato de que a maioria dos “jornais femininos” cearenses, principalmente no século XIX, não era produzida por mulheres, mas sim por homens. Mesmo os jornais gerados por mulheres, na maior parte do tempo, reproduziam discursos a partir de referenciais masculinos do que deveria ser a vida feminina.

Kehl (2008) chama a atenção para o fato de que as mulheres têm sido, ao longo da história, objetos de investidas discursivas consistentes que lhes indicam como devem ser e que as verdades sobre a “natureza” feminina têm sido frequentemente originárias do desejo de homens sobre como devem ser as mulheres. Essas exigências masculinas não partem de quaisquer homens, mas sim do homem-médico, homem-sacerdote, homem-jornalista, homem-escritor, ou seja, homens em posições de enunciação da verdade. São os “intelectuais”, que fazem parte de um sistema de poder no qual ocupam a posição de agentes do discurso e acionam os regimes de verdade de cada sociedade (FOUCAULT, 2013b). Como afirma Vogel (2009), o jornalismo também ocupa essa posição de emissão de discursos de verdade. Desde o surgimento dos jornais, os chamados “intelectuais” têm na imprensa um dos grandes meios de difusão de seus discursos. Jornalismo e ciência frequentemente dão as mãos na produção subjetiva da mulher, uma vez que o discurso científico constantemente funciona como legitimador da patente de verdade do discurso jornalístico, insuflando este de poder sobre a vida da mulher (NAVARRO, 2014).

Ainda que, durante todo o processo de criação da nova “elite” intelectual cearense na segunda metade do século XIX e início do século XX, as mulheres letradas tenham tentado encontrar seu espaço como escritoras¹¹, a escrita pública era considerada domínio dos

¹¹ Segundo Cunha (2008), desde a década de 1870 podia-se encontrar uma módica presença feminina na imprensa local, muito caracterizada por textos em verso, sentimentalismo e temática da natureza. As produções das primeiras mulheres de letras eram marcadas pela modéstia extrema, por um constante desculpar-se pelas opiniões emitidas ou pelo simples fato de estar escrevendo. No final do século XIX e início do século XX, a palavra escrita feminina oscilava entre, de um lado, a reprodução e consolidação dos valores morais burgueses em plena ascensão e, de outro, a oposição a esses valores e a luta por direitos das mulheres. Mesmo aquelas que viviam fora dos padrões esperados em alguns aspectos de sua vida, por vezes reproduziam certos modelos dominantes de feminilidade em seus escritos. É desse modo que vemos uma escrita feminina repleta de idas e vindas e de contradições no que diz respeito ao retrato da mulher na sociedade.

homens. Perrot (2006) mostra como, na verdade, não apenas as letras, mas toda a esfera do público foi apontada por pensadores como Fichte, Hegel e Auguste Comte como domínio do homem, com base em uma visão “biologicista” das aptidões naturais de cada sexo. Em toda a nossa cultura estava arraigada a convicção (e ainda não nos livramos completamente dela) de que às mulheres cabem o silêncio, o lar e a exclusão do acesso à palavra pública.

Ao longo do século XX, essa realidade irá deslocar-se paulatinamente e a imprensa para mulheres irá cada vez mais abrir espaço a vozes femininas. No entanto, nesta pesquisa, tratamos da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX. Diante disso, até que ponto o termo “feminina” é interessante para designar uma imprensa primordialmente baseada em referenciais masculinos?

3.1 Imprensa para o público feminino: incursões históricas

A imprensa para mulheres surge com os periódicos impressos, modernizando-se posteriormente com a televisão e a internet, entretanto, mantendo muitas de suas características primordiais. Segundo Buitoni (1990), a prática de produção de jornais para mulheres surge em torno do século XVII com primeiro periódico para esse público que se conhece na história: *Lady's Mercury*, produzido na Inglaterra em 1693. Apesar de ter emergido na Inglaterra, foi na França que esse tipo de imprensa mais se desenvolveu (em parte devido à Revolução Francesa), sendo, inclusive, o modelo francês uma forte influência para esse tipo de publicação no Brasil. Na França, o pioneiro foi o *Journal des Dames et des Modes*, em 1759.

Como explica Buitoni (1990), apesar de o *Jornal das Senhoras*, criado em 1852 no Rio de Janeiro por Joana Paula Manso de Noronha, ser conhecido por muitos como o fundador da imprensa para mulheres no Brasil, o primeiro periódico brasileiro desse tipo de que se tem notícia é o jornal *O Espelho Diamantino*, que se dizia dedicado às senhoras brasileiras, fundado no Rio de Janeiro em 1827 por Pierre Plancher. Curiosamente, o jornal foi lançado no mesmo ano em que se criou a lei de 15 de Outubro que estabelecia a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império e indicava ainda a criação de escolas para meninas nas cidades e vilas mais povoadas, nas quais os Presidentes em Conselho julgassem necessário. Depois de *O Espelho Diamantino*, muitos outros vieram, publicados nas mais diversas cidades do país, nas capitais e no interior dos estados.

O jornal cearense para mulheres mais antigo do qual encontramos registro, segundo Barão de Studart (1924b), foi o jornal *Sempreviva*, publicado em Fortaleza em 26 de novembro de 1849¹². O jornal pioneiro vendia-se a quarenta réis e era impresso na tipografia do jornal *Pedro II. Sempreviva*, dirigido por Juvenal Galeno e Gustavo Gurgulino de Souza, foi o primeiro jornal cearense exclusivamente dedicado à literatura. A característica literária persistirá por muitas décadas na imprensa para mulheres no Ceará.

Desde o início da segunda metade do século XIX, no Brasil, o público interessado em literatura aumentava. Pouco a pouco, o público letrado afeiçoava-se à literatura e à imprensa, impulsionado, em grande parte, pelos folhetins¹³, que eram próprios da cultura francesa e fizeram-se muito presentes no Brasil da época:

O folhetim era, via de regra, o melhor atrativo do jornal, o prato mais suculento que podia oferecer, e por isso o mais procurado. Ler o folhetim chegou a ser um hábito familiar, nos serões das províncias e mesmo da Corte, reunidos todos os da casa, **permitida a presença das mulheres**. A leitura em voz alta atingia os analfabetos, que eram a maioria. (SODRÉ, 1999, p. 243, grifo nosso).

Em todo o Brasil houve uma intensificação na produção de mídia impressa nas últimas décadas do século XIX e a produção de jornais para mulheres segue esse padrão. É nessa época que surgem no Ceará novos jornais, tipografias, escolas, biblioteca, lojas de venda e aluguel de livros. Na década de 1880, havia em Fortaleza a livraria J.J. Oliveira & Cia., que vendia “romances baratos” pelo preço de 500 réis o volume, tais como *A herança do banqueiro*, *O segredo terrível* e *No tempo do temor* (CUNHA, 2008). Ozângela de Arruda Silva (2009) indica ainda a existência de outras livrarias por volta do mesmo período na capital cearense, como a Livraria do Sr. Rangel, Livraria Verçosa, Livraria Gualter Silva, Livraria De Lacy Wardlaw (Livraria Evangélica).

Livros e alguns periódicos também poderiam ser comprados por agentes intermediários ou em outros tipos de estabelecimentos que não fossem as livrarias, como farmácias, joalherias, sedes de redações dos jornais da capital, agências de correios ou estações da estrada de ferro. “Dessa forma, se nas três últimas décadas dos oitocentos um morador de Fortaleza decidisse comprar um livro, ele poderia se valer de diversos expedientes. Além das livrarias, ele teria outros diversos lugares que foram pontos de escoamento da leitura.” (SILVA, Ozângela de Arruda, 2009, p. 50).

¹² Curiosamente, data do mesmo ano (1849) a criação da primeira livraria da capital cearense (CUNHA, 2008).

¹³ Produção literária sequenciada publicada em periódicos de forma parcelada, caracterizada por apresentar narrativa ágil, de modo a chamar a atenção dos(as) leitores(as) e criar expectativa para a publicação da continuação.

Apesar de o Estado nesse período ser caracterizado por uma população considerada rude e iletrada, Barbosa e Lima (2008), ao traçarem a rede de comunicação na região norte do Ceará entre a última década do século XIX e primeiras do século XX, consideram que ali se construía aos poucos uma cultura letrada, através da alfabetização, da implantação de instituições de leitura e escrita e da produção e propagação de periódicos. Os autores explicam que a circulação dos jornais e revistas no norte do Estado era facilitada pela nova estrada de ferro de Sobral, que ia do litoral portuário à cidade de Ipu, passando por Sobral, tendo sido Ipu, Sobral e Viçosa do Ceará importantes locais de produção e consumo de periódicos. Para acessar as cidades nortenhas, tais materiais impressos iam de trem do porto de Camocim até as estações, sendo ali recebidos por assinantes, agentes postais ou condutores de animais de carga chamados de estafetas, os quais ainda transportavam os periódicos até o agente dos Correios das cidades mais afastadas.

O consumo dessa mídia impressa não se limitava apenas às de origem cearense, tendo-se também acesso a materiais impressos de outros estados ou mesmo de outros países. Tal consumo era feito principalmente pelos grupos mais abastados da sociedade, figurando então os periódicos como artigos de luxo. Os periódicos, junto com as cartas e telegramas, eram o grande meio de comunicação disponível no final do século XIX e início do século XX no Ceará e davam o tom das novas relações sociais que se constituíam na região nesse período.

São numerosos os novos pasquins que surgem nessa época, encorpendo a rede de fortalecimento das letras e da intelectualidade que se criava. Tais jornais não traziam apenas acontecimentos da vida cotidiana dos cidadãos como também funcionavam como principal veículo de produção literária da época, sendo frequente a publicação de poesias e contos curtos nas páginas pasquineiras. Também surgiram almanaques e revistas indicados para as famílias, trazendo conteúdos sobre literatura, ciência, artes, filosofia e viagens. Autores estrangeiros, como Baudelaire¹⁴, Byron¹⁵, Hoffman¹⁶, Molière¹⁷, Victor Hugo¹⁸ e outros eram frequentemente citados ou traduzidos nas páginas dos jornais. Por exemplo, no número 3 do

¹⁴ Charles-Pierre Baudelaire (1821-1867) foi um poeta, teórico e crítico francês, conhecido por ter sido precursor do simbolismo.

¹⁵ George Gordon Byron (1788-1824), 6º Barão Byron, conhecido como Lord Byron, foi um dos principais poetas britânicos do romantismo.

¹⁶ Ernst Theodor Amadeus Wilhelm Hoffmann (1776-1822), conhecido como E. T. A. Hoffman, foi um escritor romântico, compositor, desenhista e jurista alemão.

¹⁷ Jean-Baptiste Poquelin (1622-1673), mais conhecido como Molière, foi um escritor, dramaturgo e ator francês, tendo papel de destaque na comédia francesa.

¹⁸ Victor-Marie Hugo (1802-1885) foi um romancista, poeta, dramaturgo, ensaísta, artista, estadista e ativista francês.

jornal *A Brisa*, que faz parte do *corpus* desta pesquisa, é apresentado um texto, traduzido do francês para o português, de Byron. No mesmo exemplar, são ainda mencionados Kant¹⁹ e Cuvier²⁰.

Não era à toa que esse tipo de periódico despontava nessa época. Conforme Sodré (1999), principalmente durante as três últimas décadas do século XIX, em nível nacional, as agitações do republicanismo alastravam-se no meio intelectual, formado por estudantes, militares, padres, políticos, jornalistas e outros. O alvoroço do período em torno da busca por reformas sociais diversas (libertação dos escravizados, questão eleitoral, questão religiosa, mudança de Regime, entre outras) contribuiu para a multiplicação dos órgãos de imprensa. Nesta nova “elite” progressista que surgia estavam fortemente presentes os filhos dos antigos senhores de engenho, que costumavam ser enviados para fora do estado do Ceará para estudar em universidades, tendo sido então influenciados pelas ideias positivistas e evolucionistas emergentes (PIMENTEL FILHO, 1998).

Principalmente nas últimas décadas do século XIX, quando a imprensa se desenvolve vertiginosamente no Brasil e no Ceará, há o surgimento dessa “elite” intelectual²¹, formada por jornalistas, escritores, profissionais com ensino superior, que era vista como responsável pela disseminação do novo repertório de ideias que surgia. Era na imprensa que tal grupo tinha talvez a maior plataforma para propagar e acessar informações. Essa nova “elite” intelectual concorreu para a criação de equipamentos urbanos de exercício dessa intelectualidade, como a Biblioteca Pública Provincial (1867), o Gabinete Cearense de Leitura em Fortaleza (1875), a fundação da Academia Cearense de Letras (1894), o Instituto Histórico do Ceará (1887), entre outros.

Gente que se interessa por livros, e por cultura. E estimula igual preocupação nas gerações que surgem. Daí, já contar a Biblioteca Pública com 5.720 obras catalogadas, e tomar a cidade consciência de que a melhoria urbana significa também o aprimoramento educacional e cultural do povo. (CAMPOS, 1988, p. 121).

No entanto, considerando a população brasileira como um todo, era pequeno o número de pessoas alfabetizadas durante o período colonial brasileiro e ainda no Império. Não apenas a população pobre e escrava não era letrada, mas muitos dos donos de terras também não sabiam ler e escrever. “O retrato do acesso à leitura no final do império era desanimador, em 1872 apenas 16% da população era alfabetizada.” (COSTA, MONTEIRO e MIRANDA,

¹⁹ Immanuel Kant (1724-1804), filósofo prussiano considerado grande nome da filosofia moderna.

²⁰ Georges Frédéric Cuvier (1769-1832) foi um zoologista e paleontólogo francês.

²¹ Campos (1988) afirma que a partir da década de 1860 no Ceará surge uma “elite” intelectual masculina fruto principalmente da educação proveniente do Liceu do Ceará (1855) e do Ateneu Cearense (1863).

2015, p. 372). Isso nos leva a considerar que não era extenso o público leitor dos jornais que emergiam no século XIX, por mais que as taxas de pessoas letradas tenham aumentado ao longo dos anos.

Apesar de todo o movimento de ilustração próprio do final do século XIX e início do século XX, a “elite” pensante ainda se mostrava constantemente insatisfeita com o parco envolvimento populacional com as letras, como podemos ver no seguinte trecho de uma revista cearense, a *Revista Moderna*, de 1891: “Dir-se-hia que a sociedade cearense é, por força de sua índole, refractaria ao progresso intelectual.”²². Assim, a busca por instruir a população, seja através da imprensa, seja através da educação formal, era constante.

Segundo Silva (2012), o Imperador D. Pedro I outorga, no período pós-independência, legislação estabelecendo que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Brasil fossem criadas escolas de ensino primário, ficando a cargo dos administradores das províncias a execução dessa legislação. Em obediência a tal lei, em 1833, foi criada a Instrução Pública da Província do Ceará, que garantiria a educação pública em todos os níveis na província.

Durante todo o período colonial e imperial, a escolarização cearense foi rudimentar, sendo comum que o letramento fosse realizado de forma caseira.

Na Província do Ceará, as escolas de primeiras letras eram estabelecidas nas residências dos professores, na maioria das vezes sem um mobiliário específico para o desenvolvimento do ensino. As aulas públicas na Província estavam distribuídas em 120 localidades no ano de 1875. Até 1870, o número de alunos matriculados apresentava-se em constante crescimento e, a partir de 1873, estabeleceu-se na média de 8.860 alunos (SILVA, 2012, p. 33).

Como explica Silva (2012), a instrução popular era frequentemente mencionada pelos presidentes da província, e também pelo imperador Dom Pedro II, enquanto um ponto de importância e esta era reivindicada pelo ânimo do liberalismo e da independência que rodeavam o regime imperial.

No século XIX, a instrução pública do Ceará, que encarnava os ideais liberais de meados do século, buscava educar as classes populares para o trabalho mecânico. Mas buscava, acima de tudo, combater o crime e a rusticidade tidos como marca da pobreza e apagar ou depurar os hábitos culturais e modos de vida vinculados a esses segmentos populacionais. “As classes populares são sempre *objeto* das políticas de instrução pública, pelo perigo que podem significar se não forem ‘bem’ educadas.” (PIMENTEL FILHO, 1998,

²² *Revista Moderna*, Fortaleza, publicação mensal, janeiro de 1892, página 3.

p. 90). Dessa forma, instruía-se no ensino primário o básico para a população pobre²³, como leitura, escrita, gramática e matemática, mas o foco residia na transmissão de valores morais e religiosos.

Nos periódicos analisados nesta pesquisa, pode-se observar o ataque – muitas vezes, burlesco – aos modos, considerados simplórios, incultos e rudes para uma classe em processo de aburguesamento, da gente camponesa e empobrecida, que mal entendia a própria língua:

O Barão X. convidou um roceiro que o foi visitar, e de quem era intimo amigo, para ficar algum tempo mais em sua casa. Fique, diz-lhe, dê-nos o prazer de tomar chá conosco. Horas depois sentam-se a mesa: uma creada serve o chá e o roceiro depois de sorver alguns goles da deliciosa bebida, volta-se para a baroneza e diz apontando uma bandeja de doces. —Exma., faça o favor de passar aquelles nêscos. —Nêscos! Que nêscos? —O sr. Barão convidou-me para tomar chá com nêscos. O chá está aqui e o nêscos deve ser aquillo que vejo na bandeja. (O Astro, 1902, n. 3, p. 3).

Em uma seção de capa de um dos números do jornal *A Brisa*, que versa sobre a educação, acompanhando as teses racistas e evolucionistas em voga, chega-se a defender que a disposição para o cultivo do conhecimento depende da raça:

Creemos que é também da propria índole, que depende a maior ou menor illustração de todas as nações. O progresso intellectual, isto é, a propensão natural para cultivar a intelligencia, assim como, a repugnância innata para represal-a, são, as mais das vezes, dotes e defeitos de raça. (A Brisa, 1875, n. 3, p. 1).

Conforme explica Pimentel Filho (1998), os hábitos e crenças da população, que eram fundados, mormente, em misticismo e folclore, eram considerados pela cultura erudita emergente como ideias infundadas, sem o critério da ciência, portanto, desvalorizadas e combatidas através da educação pública de viés científico e moral e da religião. No transcorrer do século oitocentista, essa noção gradativamente radicaliza-se. Segundo Del Priore e Venâncio (2016), após a Proclamação da República, a europeização própria daquele século extrapola as quatro paredes do ambiente doméstico e alastra-se pelas políticas públicas, agindo em nome dos métodos científicos e da crença no progresso da nação. Tal ciência importada do além-mar era marcada por perspectivas racistas que, após a abolição da

²³ Por volta da segunda metade do século XIX, a educação pública organiza-se em conformidade com a estratificação social própria da época. Enquanto a instrução das classes populares buscava capacitar para as atividades do campo ou para trabalhos de caráter mecânico, assim como fomentar a obediência a Deus e ao Estado, o ensino da camada culta buscava instruir para a condução de negócios públicos e privados, sendo então o ensino secundário mais elitizado (PIMENTEL FILHO, 1998). Segundo Louro (2015), no Brasil, o sistema escravocrata impedia qualquer possibilidade de escolarização para a população negra, o que ainda persistiu por um tempo considerável após a abolição da escravatura. Segundo Silva (2012), declarava-se, no Regulamento da Instrução Pública da Província do Ceará, como proibida a matrícula de escravizados. Do mesmo modo, a presença dos indígenas também era inexistente nas escolas públicas.

escravatura, foram utilizadas como forma de controle e enquadramento social dos segmentos populacionais à margem da tradição europeia.

Também nos jornais para mulheres com os quais trabalhamos, vimos em diversos momentos a primazia da ciência em relação às crenças populares. Não era à toa. A imprensa, a nova “elite” intelectual que surgia, a educação e a ciência estavam amalgamadas em nome da construção de uma sociedade civilizada e modernizada.

Em *O Astro*, está publicada a seguinte frase: “Ha uma cousa no mundo que vale mais que os gosos materiaes, mais que a propria saúde é o sacrificio pela sciencia.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 2).

Em *O Bond*, o redator Zé da Véstia evoca a ciência na tentativa de imprimir credibilidade ao seu argumento sobre o saneamento urbano: “Mas, senhores, eu discuto com a sciencia na mão [...]” (O Bond, 1890, n. 4, p. 2).

Em outro número do mesmo jornal, mostra-se preocupação com o envenenamento de queijos comercializados na cidade de Baturité e evoca-se a ciência médica para que a situação seja esclarecida:

O nosso honrado collega “O Cruzeiro”, jornal que se publica na florescente cidade de Baturité, trata do facto com a maestria que lhe é peculiar, e provoca a atenção daquelles que se dedicam á sciencia de Hypocrates, para o enigma dos queijos supostos envenenados. Fazendo nosso, pedimos ao nosso illustrado collega venia para publicar o seu artigo a respeito dos queijos envenenados. (O Bond, 1891, n. 26, p. 4).

Em *A Brisa*, em uma seção que versa sobre os tipos de empregados, fala-se do empregado fanático, que só escuta a voz da religião e nunca da ciência: “O empregado fanatico, não pôde ouvir fallar contra a religião, e quando um racionalista combate-o lucidamente com a sciencia, – fonte original da verdade – elle vae para casa [...]” (A Brisa, 1875, n. 9, p. 3).

No entanto, a questão da educação e instrução popular esteve cercada de embates. Apesar de todos os esforços em prol da educação pública, ainda na segunda metade do século XIX os administradores da Instrução Pública, os Presidentes da Província e os professores afirmavam que as aulas eram pouco frequentadas, mesmo quando a matrícula escolar tornou-se obrigatória, o que era atribuído ao pouco interesse dos pais na instrução de seus filhos (SILVA, 2012).

Além da resistência da população à adesão escolar, pontos de vista díspares sobre a educação confrontavam-se. Se, por um lado, tínhamos um grupo intelectual que acreditava na instrução através dos preceitos científicos modernos, existia uma segunda vertente que

atribuía a educação das crianças e jovens à igreja e à família católica e seus ensinamentos. Haveria ainda uma terceira vertente, que distinguia instrução (fundamentada na ciência) de educação (entendida como direcionamento moral e religioso) (BITTENCOURT, 2008).

No País, a visão conservadora preceituava que a instrução elementar era de responsabilidade da Igreja e das famílias. Os liberais defendiam que o Estado deveria ser o responsável pelas escolas públicas; diferenciando estas, por um lado, das escolas privadas e, por outro, deixando para a Igreja Católica apenas o controle de suas escolas confessionais. Um terceiro ponto de vista defendia que deveria existir a separação entre o ensinado nas escolas e o que deveria ser ensinado pela família e pela Igreja. (SILVA, 2012, p. 23).

É fundamental ainda destacar que a educação intelectual, conforme indica Costa (1999), também fez parte do movimento higienista, colaborando com os seus interesses político-sociais. Promovia-se a hierarquização social, fomentando a ideia de superioridade do indivíduo “culto” em relação ao “inculto”, além do fortalecimento da ideia de que o cérebro masculino era inclinado às intelectualidades e que o feminino limitava as mulheres à domesticidade. Como exemplo desse discurso, no número 3 do jornal *A Brisa*, publicado em 16 de maio de 1875, divulgou-se um artigo sobre a educação, afirmando que a predisposição para a intelectualidade depende da raça, mas que, apesar desse princípio, foi publicada a obra chamada *Educação das Mães de Família*, obra esta que seria prova da perseverança e emulação no seio dos povos. Assim, é possível observar que essas concepções sobre a falta de predisposição feminina à intelectualidade fizeram-se presentes no Ceará, apesar de não terem sido as únicas, como veremos adiante.

Como aponta Louro (2015), os currículos escolares brasileiros para meninos e meninas possuíam inicialmente o núcleo comum de leitura, escrita e contas, porém logo diferenciavam-se. A educação escolar das jovens incluía leitura, escrita e matemática básica, além de aulas sobre coser e bordar. Para as moças das classes sociais economicamente privilegiadas, havia uma complementação composta por aulas de piano e francês, que eram comumente ministradas por tutoras particulares ou em escolas religiosas. Essas jovens aprendiam ainda a fazer bordados e rendas, além de aulas de culinária e habilidades de mando de serviços.

No contexto cearense, na década de 1840 surgem escolas públicas de instrução primária em Baturité e Aquiraz que ofertavam aulas de matemática, gramática e moral cristã para os meninos e, para as meninas, além dessas aulas, eram ensinados afazeres domésticos como coser, bordar e fazer rendas (CUNHA, 2008).

Segundo Mensagem do Governador do Estado do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, em 1891, Fortaleza contava com quinze escolas de ensino público, com 1.056 alunos

matriculados e onze internatos e externatos particulares com 1.924 alunos de ambos os sexos matriculados. O governador chama a atenção para o “Collegio da Immaculada Conceição” que contava com um internato de 150 alunas e um externato gratuito de 600 alunas. O colégio surgiu com o objetivo de recolher meninos órfãos e necessitados, mas em 1865 torna-se uma escola para meninas e jovens de famílias abastadas, oferecendo inclusive curso para as moças tornarem-se professoras primárias, sendo marcada por um ensino de cunho fortemente católico. As irmãs vicentinas francesas eram as responsáveis pela educação das moças no colégio, o que contribuía ainda mais para a instalação da cultura afrancesada na capital. Além do Imaculada Conceição, em destaque na formação das jovens cearenses havia a Escola Normal, voltada para a formação de professoras para o ensino público.

Com a virada do século e a influência do positivismo e cientificismo, começaram a surgir, para as moças, disciplinas como puericultura, psicologia e economia doméstica, o que representava uma espécie de fusão dos novos preceitos científicos modernos com as antigas concepções sobre o papel social da mulher (LOURO, 2015).

Segundo Louro (2015), as meninas de classes populares, quando tinham acesso à instrução, esta era sempre colocada em segundo plano em relação às tarefas domésticas, cuidados com os irmãos mais novos e trabalho no campo. Havia ainda instituições de caridade, especialmente as religiosas, que se ocupavam de acolher e educar meninas órfãs.

A educação secundária, por sua vez, não fazia parte do cotidiano feminino, sendo exclusiva para os homens durante quase todo o século XIX (SILVA, 2012). Mesmo às mulheres que almejavam tornarem-se professoras era oferecido somente o ensino primário, de forma que elas seriam aptas apenas à maestria do ensino primário para mulheres.

A partir da segunda metade do século XIX, a educação das mulheres ganhava cada vez mais espaço, caracterizando-se pelo anseio de formar melhor as moças para serem mães, esposas e donas de casa exemplares. Um dos jornais com o qual trabalhamos, *O Astro*, encabeçado por Amélia Alencar e Olga Alencar, era particularmente defensor do acesso das mulheres à educação. O jornal enuncia em sua capa: “É na instrução que se coadunam as ideias, se forma o character, se aprende a crer, esperar e sofrer e a transitar pelo caminho do bem e do dever. Pois bem, sem distincção de classe, nem sexo procuremos instruir-nos e difundir a luz risonha do saber.” (O Astro, 1907, n. 54, p. 1).

A imprensa para mulheres encontrava então uma brecha para seu desenvolvimento: nesse período surge um significativo público leitor feminino com as conquistas em relação à educação e letramento das mulheres, com a valorização dos espaços íntimos e com as frequentes reuniões sociais para leituras de poesias e romances em voz alta

(PONTE, 2001). Podemos, por exemplo, encontrar mulheres praticando a leitura em seu cotidiano em obras de arte da época. Pode-se citar a pintura *Leitura*²⁴, do pintor realista brasileiro Almeida Junior.

Figura 1 – Pintura *Leitura*, de Almeida Junior



Fonte: Almeida Junior (1892).

No Ceará, diante no número ligeiramente maior de mulheres do que homens no Estado na segunda metade do século XIX e com a influência do crescimento do número de mulheres letradas devido às conquistas em relação à educação feminina, surgiam novas aspirações das mulheres como consumidoras. Amplia-se então a imprensa feminina no Ceará e em todo o Brasil, na esteira do grande crescimento da imprensa geral.

Contudo, essa nova imprensa emerge muito timidamente, pois ainda era limitado o contingente de mulheres letradas, além dos medos que cercavam o letramento feminino. Não se considerava adequado que as leitoras possuíssem acesso irrestrito a qualquer tipo de literatura. Como explica Almeida (2006), uma vez que as mulheres eram consideradas frágeis, inocentes e influenciáveis (e assim deveriam ser mantidas), certos materiais literários eram vistos como ameaças à manutenção dessa pureza e à integridade do lar, de modo que era corriqueiro que a literatura a ser lida pelas mulheres sofresse pré-seleção e censura por parte dos familiares e professores. A autora aponta ainda que as obras de literatura realista eram as mais censuradas, devido à crueza da escrita e à descrição rica em detalhes de cenas consideradas, na época, escandalosas. Heller (2006) chama atenção ainda para o fato de que as jovens solteiras tinham os seus hábitos de leitura ainda mais regulados do que as senhoras casadas, como se as jovens fossem mais puras e influenciáveis e o matrimônio tirasse as mulheres da condição de inocência, dando-lhes maior liberdade intelectual.

Obras da literatura regional cearense chegam a relatar a censura de determinados livros para as mulheres. É o caso do romance *A Normalista*, de Adolfo Caminha, publicado

²⁴ Atualmente, a obra encontra-se exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo - SP.

em 1893, onde a jovem Maria do Carmo lia às escondidas a obra *O Primo Basílio* (de Eça de Queiroz), considerada obscena para os padrões da época e, ainda, o professor Berredo indicava como exemplos de livros impróprios para “moças de família” *Dama das Camélias* (de Alexandre Dumas Filho) e *A Luciola* (de José de Alencar) (CAMINHA, 1893). A leitura de romances era vista como um perigo à moral e aos bons costumes.

Existe uma clara conexão colocada entre a aquisição de conhecimentos e a decadência moral, e, sobretudo, uma desconfiança em relação aos conhecimentos adquiridos pelas mulheres. Ler Zola, entender de anatomia humana e tomar cerveja são exemplos de atitudes consideradas inapropriadas para a boa conduta feminina. Como que para se manter “inocente e pura” fosse preciso permanecer na ignorância. Uma mulher sábia provoca temor... (SILVA, 2011, p.5).

Apesar do crescente esforço para retirar as mulheres da “ignorância”, movido pelo ideário intelectual positivista que se implantava no Brasil com o passar do século XIX, a educação feminina, assim como o acesso à leitura, só deveria ir até certo limite. Tal fronteira era traçada no ponto em que a instrução das mulheres prejudicaria o papel feminino consagrado de esposa e mãe dedicada. A educação feminina deveria ser um meio de tornar as mulheres mais aptas na administração de seus lares e não ultrapassar esse propósito, sob pena de tornar-se uma ameaça ao casamento. De modo que, como indica Heller (2006), os livros mais recomendados à leitura feminina no Brasil eram os filosóficos e de origem europeia, obras que fossem mais voltadas para o saber do que para a diversão. “A leitura funcionava como um meio para a mulher poder cumprir melhor seus múltiplos deveres e não como um fim” (HELLER, 2006, p. 27).

Assim, a imprensa para mulheres enfrentava o desafio de transpor o temor das pessoas de que as mulheres tivessem acesso às letras. Talvez esse tenha sido um fator determinante do fato de que os jornais para mulheres, apesar de terem crescido em número com o passar do tempo, não se equiparavam em termos quantitativos ao intenso crescimento da imprensa geral.

Segundo Buitoni (2009), desde o seu nascimento, a imprensa para o público feminino apresenta mais a função de divertir e distrair do que de informar, sendo mais caracterizada como uma imprensa de ideias do que narrativa de eventos. Além disso, principalmente ao longo do século XIX, a expressão de opiniões é um elemento constante no periodismo brasileiro para mulheres: “A imprensa feminina informa pouco, mas forma demais. Antes de tudo, é uma imprensa de convencimento.” (BUITONI, 2009, p. 208). Vemos então a potencialidade desse tipo de imprensa como um artifício de formação subjetiva das mulheres, principalmente quando pensamos nas mulheres do final do século

XIX e início do XX, quando tínhamos na imprensa o grande meio midiático de difusão de ideias e costumes.

Assim como na imprensa brasileira em geral, durante o século XIX e início do século XX também era comum que os periódicos para mulheres tivessem vida curta, durando apenas alguns números. Todavia, alguns conseguiram resistir, mantendo-se por anos ou mesmo décadas, como é o caso de *O Corymbo* (1884-1944), *Almanach das Senhoras* (1871-1927), *A Estação* (1879-1904) e *Revista Feminina* (1914-1936).

Como aponta Muzart (2003), outra característica marcante da imprensa para mulheres durante o século XIX até meados do XX é a rede de comunicação que foi capaz de criar entre as escritoras dos jornais e suas leitoras. Havia periódicos que possuíam uma sessão de cartas das leitoras, permitindo essa correspondência entre as publicações e seus públicos, como era o caso da *Revista Feminina* (1914-1936). Essa interação colaborou para que a imprensa para leitoras fosse reconhecida como “sentimental” e que desempenhasse certa função de válvula de escape para as mulheres que abriam seus corações nesses veículos (BUITONI, 2009). Mulheres escritoras também dedicavam seus livros a outras colegas que também escreviam, como o romance *A Divorciada*, de Francisca Clotilde, que foi dedicado às amigas Alba Valdez e Serafina Pontes. Cunha (2008) identifica esse movimento de comunicação entre as autoras cearenses do final do século XIX e início do século XX:

A dedicatória é considerada um elemento paratextual de grande significância. Demonstra uma sintonia entre elas, um oferecimento e, ao mesmo tempo, um anseio de reconhecimento artístico. Se não tinham os “Cafés”, bares ou as praças para reunirem-se, trocarem ideias, comentarem livros, conversarem sobre as novidades como o faziam e fazem os autores, neste caso, há indícios de que as autoras cearenses se irmanaram silenciosamente, talvez, nas reuniões das pastorais, festas familiares ou cívicas, após a missa ou algo parecido. Mas a questão é que a escrita das mulheres proliferava, notadamente entre elas mesmas. (CUNHA, 2008, p. 163).

Apesar da invisibilidade relegada à imprensa para o público feminino na história da imprensa brasileira, não foram poucos os jornais, revistas e almanaques direcionados às mulheres do século XIX em diante. Duarte (2016), em um levantamento sobre a imprensa feminina e feminista produzida no Brasil durante o século XIX, identificou cento e quarenta e três títulos de periódicos desse tipo. No entanto, além destes, muitos outros provavelmente existiram, mas foram perdidos ao longo do tempo ou não foram catalogados nos acervos consultados pela pesquisadora. Apesar de ter sido, historicamente, considerada uma “segunda imprensa”, destinada ao chamado segundo sexo e marcada por subalternidade, a imprensa para mulheres dirige-se à metade da população mundial e tem relevante poder sobre a vida social (BUITONI, 2009).

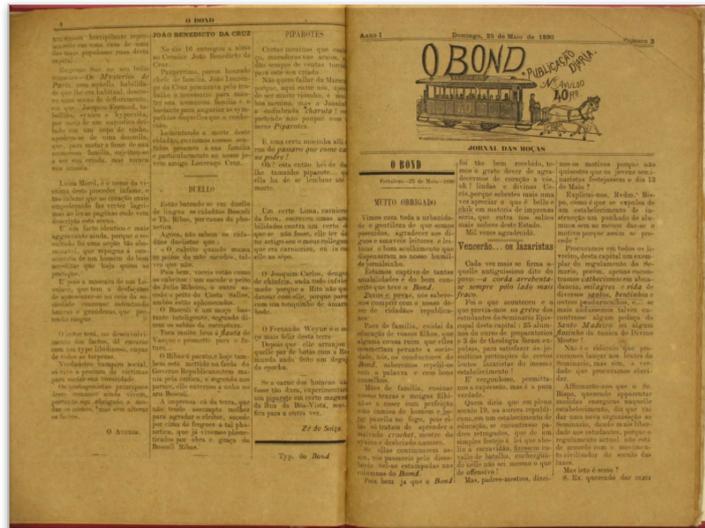
3.2 Jornais cearenses para mulheres do final do século XIX e início do século XX

Apesar de datar de 1875 o jornal cearense para mulheres mais antigo que pudemos encontrar nos acervos públicos, é possível que muitos outros tenham circulado antes, uma vez que o primeiro jornal feminino brasileiro foi publicado em 1827. Como já mencionamos, encontramos registro da existência do jornal para mulheres intitulado *Sempreviva*, publicado em Fortaleza em 1849, apesar de não termos encontrado exemplares preservados nos acervos públicos visitados. No entanto, parece-nos que é na década de 1870 que a imprensa para mulheres no Ceará de fato ganha fôlego. Além dos jornais que fazem parte de nosso *corpus* de pesquisa, encontramos registros da existência de outros jornais para mulheres da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX em Studart (1924b), mas que infelizmente não estavam disponíveis nos acervos públicos que visitamos: *O Correio do Povo* (1872, Fortaleza), *O Ramallete* (1887, Fortaleza), *O Grillo* (1891, Baturité), *Pimpão* (1891, Fortaleza), *O Garoto* (1896, Fortaleza), *A Violeta* (1907, Camocim), *A Malvarosa* (1909, Camocim), *O Corymbo* (1910, Sobral).

Nos seus primórdios, os jornais brasileiros possuíam quatro folhas (formato in 4º)²⁵, custando normalmente 40 réis, o que permaneceu como regra por todo o século XIX. Eram comprados nas ruas, em livrarias ou nas próprias tipografias, números avulsos ou assinatura mensal. Da mesma forma funcionavam os jornais cearenses para mulheres. As folhas dos jornais femininos aos quais tivemos acesso fisicamente (pois de alguns jornais só tivemos acesso às versões digitalizadas) mediam em torno de 26,5 cm a 34 cm de altura e de 17,5 cm a 23,7 cm de largura. Todos, em suas capas, indicam o seu ano de funcionamento, o número atual da publicação, a cidade ou estado de publicação, o dia, mês e ano, o título e o subtítulo. Alguns trazem ainda no cabeçalho o nome ou pseudônimo dos redatores, o dia da semana em que eram publicados, a frequência de publicação, os valores dos números avulsos ou assinaturas mensais e mesmo uma gravura, como é o caso do jornal *O Bond*.

²⁵ In quarto: formato de publicações em que a folha impressa resulta em um caderno que possui quatro folhas ou oito páginas.

Figura 2 – Capa e última página do jornal *O Bond*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

A grande maioria dos jornais em nosso *corpus* eram impressos, com exceção apenas dos números de *O Orvalho* publicados em 1894, que são manuscritos. Assim como os demais pequenos jornais do século XIX e início do século XX, eram impressos em algumas das poucas tipografias que existiam no estado, de onde também saíam os grandes jornais. Era comum que os jornais indicassem, ao final da última página, em qual tipografia haviam sido impressos. Por vezes, por algum motivo, acontecia de o jornal em determinado momento mudar de tipografia.

Todas as publicações para mulheres analisadas por nós possuem quatro páginas por número, com duas folhas impressas ou manuscritas em frente e verso. Possuem duas ou três colunas de texto por página, sempre divididas por linhas retas bem demarcadas. Os títulos de cada seção ou texto sempre vêm em destaque com o auxílio do uso de caixa alta, de tamanho maior de letra, negrito, fonte diferente ou mesmo de arabescos decorativos.

Nesse período, era comum nos jornais cearenses em geral, e também nos específicos para mulheres, o uso de epígrafes, que buscavam retratar de alguma forma o propósito de cada jornal. Além disso, nos primeiros números publicados, costumava-se traçar certo perfil dos jornais, muitas vezes indicando o seu objetivo, sua posição em relação à política ou aos valores vigentes e seu público-alvo.

A mídia impressa cearense em geral, no século XIX, era frequentemente caracterizada pela utilização de pseudônimos por parte dos autores e dos responsáveis pela produção dos jornais. Como explica Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009), tal costume de utilização de heterônimos buscava evitar desavenças pessoais e políticas, ou ainda era uma forma de autores de certo renome evitarem ter seus nomes ligados a uma literatura de “gênero

menor”, como pequenos contos, denúncias e colunas de fofoca. Já no caso das mulheres escritoras, podemos imaginar que a utilização de pseudônimos buscava evitar o julgamento público pelo fato de uma mulher querer ocupar o lugar da escrita pública, lugar historicamente destinado aos homens. Pode-se pensar também que o uso de pseudônimos era uma forma que muitas mulheres encontravam de ter seus trabalhos aceitos para publicação, como, por exemplo, a escritora Francisca Clotilde (1862-1935), que utilizava as assinaturas: F.C.B.L., F.C. Barbosa de Lima, F. Clotilde ou o pseudônimo Jane Davy, e Ana Facó, que publicou romances no Jornal do Ceará sob o pseudônimo *Nitia-Abá*, que em tupi-guarani significa “ninguém”²⁶. Tal característica da escrita feminina só vai desaparecer, como indica Nobre (2006), no decênio de 1920 a 1929.

Alguns dos jornais com os quais trabalhamos possuem um forte viés pasquineiro, tendo o riso, a fofoca e o escárnio como atributos marcantes. Eram pequenas publicações de circulação mais restrita, mais voltados para o cotidiano citadino e de existência efêmera, mas eram numerosos os diferentes títulos de pasquins publicados no Ceará da época. Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009), ao realizar uma análise de pasquins cearenses da segunda metade do século XIX, identificou que estes possuíam objetivos e assuntos diversos, voltados para os lazeres, as festas, os detalhes da vida privada da população e também a política. Em um apanhado dos pasquins da capital no período, o autor aponta como principais temas: os namoros considerados escandalosos, que eram sempre mencionados em tom de denúncia, sendo mulheres e homens alvos das repreensões; os jogos, que por vezes eram defendidos e por vezes tratados como vícios a serem combatidos, associados ao crime e à ignorância; e as festas, normalmente religiosas ou políticas, sendo os jornais os meios pelos quais se faziam convites para comparecer, mas também considerações sobre o comportamento da população durante as festividades.

Muitos dos jornais para mulheres que analisamos carregam as características identificadas por Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009) em relação aos assuntos presentes em suas páginas. No entanto, notamos algumas diferenças. *O Bemteví*, *O Bond* e *Pimpão* possuem muitas das características dos pasquins cearenses do período, recheados de humor, de sarcasmo, de relatos das festas e acontecimentos citadinos, além de denúncias, às vezes irritadas e às vezes bem humoradas, dos “maus comportamentos” dos cidadãos. Já *O Orvalho* e *O Astro* têm a literatura como conteúdo mais presente, apesar de sempre trazerem alguma

²⁶ O fato de uma mulher adotar um nome que significa “ninguém” como assinatura é significativo, uma vez que podemos entender que representa a posição na qual as mulheres escritoras eram colocadas no mundo das letras: o lugar do esquecimento.

piada ou algum escrito bem humorado, como é característico da escrita cearense da época, mas o fazem de forma muito mais comedida em relação aos outros títulos citados acima. Os acontecimentos da cidade, como festas e ocasiões da igreja católica, são tratados de forma muito sóbria e tímida. As práticas de namoro pela cidade não são pauta desses dois jornais. Ambos são os únicos, do nosso conjunto de material analisado, que foram dirigidos **por** mulheres. Aparecem *A Brisa* e *Lirio* como uma espécie de meio termo entre os dois conjuntos de jornais citados anteriormente. A literatura ocupa grande espaço neles, porém ainda encontramos a vigilância e relatos cotidianos dos comportamentos dos moradores.

Vejam individualmente as características e o contexto de cada um dos jornais cearenses para o público feminino, publicados no final do século XIX e início do século XX, que compõem as fontes desta pesquisa.

3.2.1 *A Brisa*

Na década de uma das maiores secas da história do Ceará surge o jornal para mulheres *A Brisa* (1875). No último quartel dos oitocentos, o cenário econômico na região ainda sofria os efeitos da Guerra do Prata (1851-1852) e, junto com a devastação trazida pela Grande Seca (1877-1879), muitas atividades foram reduzidas no Ceará, inclusive a imprensa. Contudo, apesar de o desenvolvimento da imprensa em marcha na Província haver perdido o fôlego, ainda houve crescimento, surgindo 78 novos jornais no período (STUDART, 1904). Dentre esses novos títulos, estava *A Brisa*, que felizmente sobreviveu até, no mínimo, a publicação do seu décimo número em 4 de julho de 1875.

A Brisa foi o jornal para mulheres mais antigo do qual encontramos exemplares ainda existentes. O número mais antigo ao qual tivemos acesso foi publicado em 16 de maio de 1875 e foi o terceiro número a ser impresso. Conseguimos sete números desse jornal: os números 3 (16 de maio de 1875), 5 (30 de maio de 1875), 6 (6 de junho de 1875), 7 (13 de junho de 1875), 8 (20 de junho de 1875), 9 (27 de junho de 1875), 10 (4 de julho de 1875), todos disponíveis no site da Hemeroteca Digital Brasileira. Tendo como referência as datas de publicação desses números e a informação presente na capa do jornal de que ele era publicado aos domingos, podemos supor que *A Brisa* teve o seu primeiro número lançado no dia 2 de maio de 1875.

No quinto número da publicação, os escritores deixam claras as suas intenções ao redigir *A Brisa*:

[...] quando de entre a myriade asphixiante dos algarismos, subimos a cadeira da imprensa, foi somente com a mira de propagar entre os nossos irmãos de classe, o estímulo pelas letras, porque para nosso pensar--são as letras que acrisolam no coração do homem o patriotismo na sua real accepção. (A Brisa, 1875, n. 5, p.1).

Sabemos que o jornal direcionava-se ao público feminino porque suas páginas estão repletas de referências às suas “sympathicas leitoras”, “bellas leitoras”, “amáveis leitoras”, “leitorasinhas” ou, simplesmente, “leitoras”. Apesar disso, em alguns momentos os autores também se dirigem aos “leitores”, apesar das referências às “leitoras” serem grande maioria.

No subtítulo, o periódico informa ser “litterario, recreativo e noticioso”, o que de fato se confirma ao longo de suas páginas repletas de poesias, pequenos contos, folhetins, relatos do cotidiano da cidade, charadas, artigos de opinião. No canto direito inferior da última página, como de costume, o jornal indicava em qual tipografia havia sido impresso: na Typografia Imparcial, impresso por Francisco Perdigão. No cabeçalho, consta que um número avulso do jornal custava trezentos réis, enquanto a assinatura mensal, mil réis, com o pagamento adiantado.

Figura 3 – Capa do jornal A Brisa



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

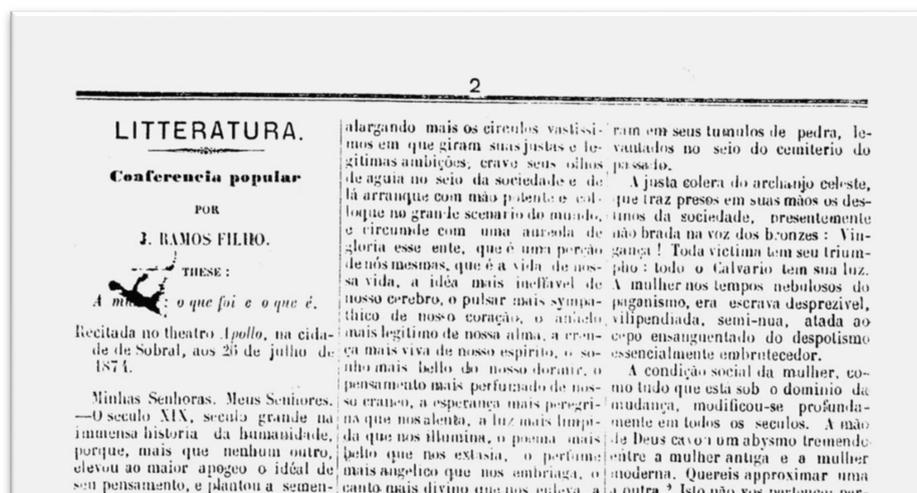
A Brisa possuía sempre quatro páginas, cada uma dividida em três colunas. Possuía três seções fixas: a de título “A Brisa”, sempre a primeira coluna; “Literatura”, coluna localizada sempre na primeira ou na segunda página; e “Chronica”, sempre na terceira ou

quarta página. Outras colunas aparecem em quase todos os números aos quais tivemos acesso: “Notícias”, “Variedade” e “Folhetim”.

Muitos dos escritos não possuem a assinatura de quem os escreveu e o uso de pseudônimos ou apenas de iniciais é frequente. As assinaturas com iniciais que encontramos em *A Brisa*, “E.”, “A.M”, “I”, “J.A”, “S.”, “A.” e “P.M.J.”, todas assinavam poesias. Nos sete números deste jornal aos quais tivemos acesso, poucos foram os nomes dos jornalistas que encontramos assinando os conteúdos. Os nomes “Agaliarept”, “Arievilo”, “Julio”, “Juca”, “Aurelio”, “João Affonso” aparecem mais de uma vez como autores. Alguns nomes apareceram apenas uma vez nas folhas: “Elle”, “Wherther”, “Romeu”, parecendo ser pseudônimos. De acordo com Studart (1924b), publicaram em *A Brisa* Antonio Martins, Joaquim de Souza e Lino Encarnação.

Nesse jornal, ao longo dos números aos quais tivemos acesso, está contida a transcrição de uma conferência popular recitada por J. Ramos Filho no Theatro Apollo na cidade de Sobral - Ceará em 26 de julho de 1874, intitulada “A mulher: o que foi e o que é”. Segundo Studart (1924b), a conferência foi publicada de maneira parcelada nos números 3, 5, 6, 8, 10 e 11. Ao ler o terceiro número do jornal, ficamos sabendo que a versão escrita da conferência foi oferecida por Ramos Filho a A. Domingues dos Santos Silva, que parece ter tido ligações com *A Brisa*. A transcrição foi realizada em formato de folhetim, ou seja, publicada em continuação durante vários números do jornal e fala da condição feminina na sociedade do passado e do presente²⁷.

Figura 4 – Parte da conferência popular de J. Ramos Filho publicada no jornal *A Brisa* (16/05/1875)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

²⁷ Trataremos novamente do texto dessa conferência, especialmente nas análises tecidas no capítulo último desta tese.

3.2.2 *Lírio*

Do jornal *Lírio*, tivemos acesso apenas ao número quatro, publicado em 6 de junho de 1875, mesmo ano de publicação de *A Brisa*. Tivemos acesso a esse jornal através do site da Hemeroteca Digital Brasileira. Na capa, o *Lírio* informa que é publicado aos domingos, o que nos leva a crer que o primeiro número deve ter sido publicado em 16 de maio de 1875.

Figura 5 – Cabeçalho do jornal *Lírio* (06/06/1875)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Na década de 1870, quando surgiram *A Brisa* e *Lírio*, o Ceará detinha certo prestígio em relação às artes gráficas, em comparação com as demais províncias. As publicações políticas continuavam sendo as preferidas, permanecendo como referências os jornais *Pedro II*, *Cearense* e *A Constituição*, mas, como explica Nobre (2006), esse tipo de imprensa começava a sofrer certo declínio diante da ascensão dos jornais noticiosos e literários. Os próprios redatores que eram políticos começaram a produzir publicações com outras finalidades.

Nobre (2006) conta que a aquisição dos equipamentos tipográficos era por vezes feita por empréstimos a serem pagos em parcelas ou mesmo por doações de capitalistas que eram a favor do desenvolvimento da imprensa. No ano de 1872, uma tipografia simples e já usada custava um conto de réis. As tipografias mais ativas nesta época em Fortaleza foram, além das partidárias, *Americana*, *Social*, *Mercantil*, *Imparcial* e *O Retirante*.

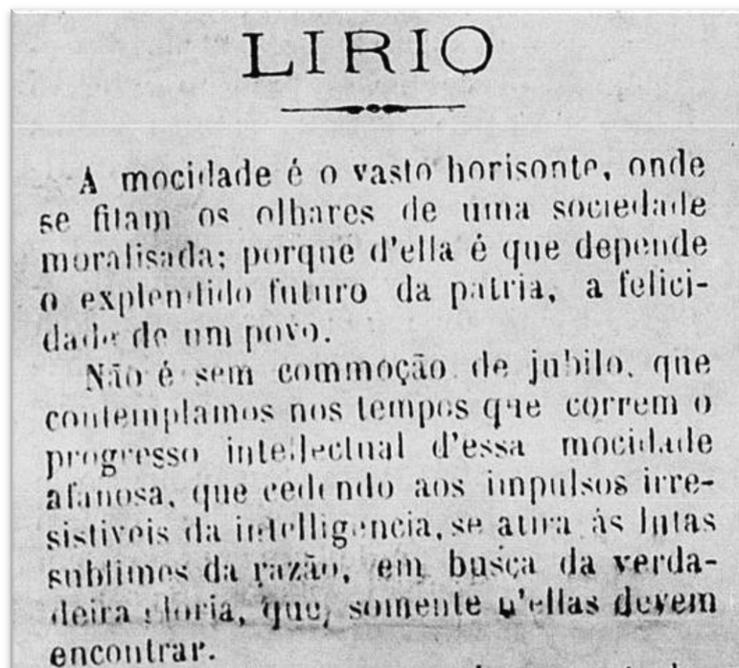
O interesse literário, que encontrava expressão na imprensa, era forte na Província, tendo o seu maior berço o Liceu do Ceará. Na década de 1870, o movimento de estímulo às letras, que já vinha em ascensão, encontrava-se forte como nunca, muito inspirado no prestígio de José de Alencar, romancista cearense já consagrado que faleceria em 1877. Como assinala Nobre (2006): “Antes de 1870 já se manifestara um interesse puramente

literário na Província do Ceará, onde o jornalismo e o teatro, além do sermão e da oratória parlamentar, constituíram, por algumas décadas, quase que o exercício único das faculdades mentais.” (p. 108).

É nesse contexto que surge o *Lirio*, que, de acordo com o levantamento feito por Cunha (2008) sobre as primeiras escritoras cearenses, foi o primeiro periódico no estado a veicular textos redigidos por mulheres. No subtítulo, o jornal indica ser uma “publicação recreativa, dedicada ao bello sexo cearense, e collaborada por algumas senhoras.”. No número ao qual tivemos acesso, encontramos a informação ao final da última página de que o editor chamava-se Suiberto Padilha e que o *Lirio* havia se retirado da tipografia da Constituição e realocado na tipografia do Sr. O. Colás, localizada na Rua Formosa, n. 37.

Na coluna intitulada “Lirio”, que introduz o jornal, fala-se um pouco sobre a missão do periódico: em prol das letras, o objetivo era promover o progresso intelectual da mocidade, em busca de uma sociedade moralizada: “A mocidade é o vasto horisonte, onde se fitam os olhares de uma sociedade moralizada: porque d’ella é que depende o esplendido futuro da pátria, a felicidade de um povo.” (Lirio, 1875, n.4, p. 1)

Figura 6 – Trecho do jornal *Lirio* (6/06/1875)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

O *Lirio* possuía quatro páginas, cada uma dividida em duas colunas. Apresentava as seguintes seções: “Lirio”, “Revista”, “Variedade”, “Poesias” e “Neblinas”. A maior parte do material escrito no jornal encontra-se sem assinatura, apenas dois nomes aparecem como

autores: Pereira da Silva e Arthur. Como, no título, o *Lirio* indicava contar com a colaboração de mulheres, presumimos que mulheres escreveram no jornal, mas não ousaram assinar seus nomes próprios.

O jornal tratava de eventos da cidade, como o “mez de Maria” e o “soiré literário em comemoração ao aniversário da escola popular” (informando o número de senhoras que estiveram presentes no evento). A literatura ocupa grande espaço, aparecendo através de poesias, folhetim e pequenos contos. Os namoros, o casamento e a moda feminina também se fazem, de forma bem-humorada, brevemente presentes no jornal, na seção “Neblinas”.

3.2.3 *O Orvalho*

O Orvalho foi um jornal dirigido e redigido por alunas da Escola Normal do Ceará. Conseguimos números de dois períodos diferentes deste jornal. Ao que parece, ele foi iniciado em 1888 e, em 1894, teve um recomeço. No Arquivo Público Estadual João Emerenciano, localizado em Recife (Pernambuco), tivemos acesso ao *O Orvalho* publicado em Fortaleza em 19 de agosto de 1888. Trata-se do primeiro número do jornal. Na capa desse número, é informado que a publicação trata-se de uma “Folha Litteraria” e a sua publicação pretendia ser bimensal.

Nessa primeira versão de *O Orvalho*, o jornal possuía quatro páginas, cada uma dividida em duas colunas de texto divididas por uma linha reta. Possuía as seguintes seções, na ordem de aparição no jornal: “Compliments” (congratulações aos aniversariantes), “O Orvalho” (editorial do jornal), “Litteratura” e “Variedade” (onde o conteúdo era de fato variado: pequenos contos, piadas, charadas, etc.). Ao final do jornal, encontramos a informação de que o mesmo foi impresso na tipografia Constitucional, localizada na Rua do Major Facundo, n. 24.

Figura 7 – Capa de *O Orvalho* (19/08/1888)



Fonte: Arquivo Público Estadual João Emerenciano.

Diferente dos demais jornais que analisamos, este não informa o preço em seu cabeçalho, o que nos leva a crer que talvez tenha sido um jornal voltado para a circulação interna dentro da Escola Normal de Fortaleza. Isso nos indica o direcionamento prioritário do jornal ao público feminino composto por “normalistas” (como eram chamadas as estudantes provenientes da Escola Normal). No editorial desse seu primeiro número, *O Orvalho* informa: “Pois bem: – aparece hoje o *Orvalho*, não nas pétalas das flores, mas em vossas fidalgas e macias mãos. Tendes hoje diante de vós uma dessas diminutas gottas pedindo um raio de luz de vossos brilhantes olhos para dar-lhe mais brilho.” (*O Orvalho*, 1888, n.1, p.1).

Na imprensa da década de 1880, década de aparecimento de *O Orvalho*, surgiram 175 novos jornais cearenses (STUDART, 1904). As décadas finais do século XIX e início do século XX marcam um momento fundamental de expansão numérica da imprensa cearense como um todo. Na verdade, do ano de 1880 ao ano de 1919 o número de novos jornais cearenses só cresce, como nos mostra Studart (1898). Essa intensa produção jornalística deve-se principalmente ao grande número de pequenos periódicos de natureza literária, noticiosa, religiosa, estudantil, com fins de instrução e os pasquins (NOBRE, 2006).

Na década de 1880, os jornais político-partidários continuavam em declínio, assim como na década anterior. “Naqueles últimos anos de monarquia, possivelmente devido à feição oligárquica, para não dizer tribal, que os chefes haviam imposto às facções, a política

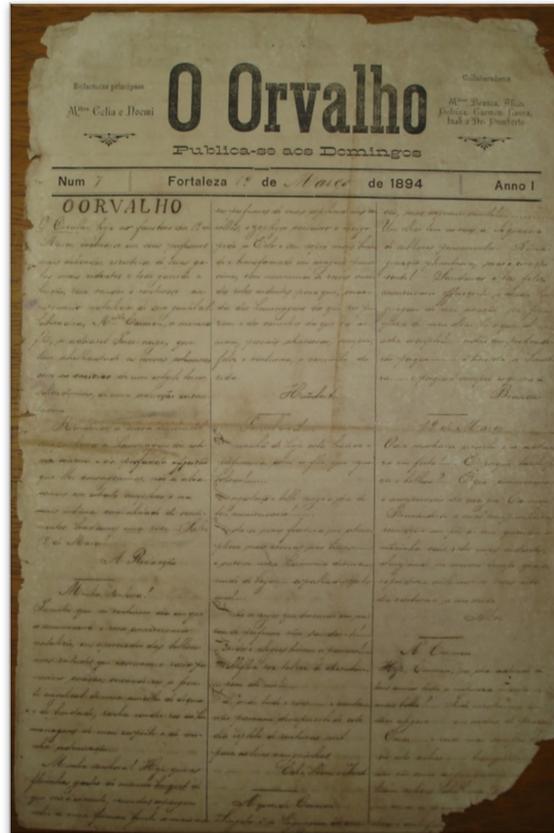
convertera-se em uma preocupação secundária.” (NOBRE, 2006, p. 112). Eram numerosos os jornais que se dedicavam a assuntos diversos, principalmente à literatura. Contudo, assuntos políticos ainda faziam-se presentes nos demais jornais, principalmente lançando luz sobre os problemas de administração da Província. Também é interessante ressaltar que várias associações surgiram nesse período no Ceará, muitas das quais mantinham seus jornais. Nesta década, colégios masculinos já publicavam seus jornais, como o Atheneu, O Lyceu e o Colégio Militar.

É nesse contexto cearense de escalada da força da literatura na imprensa e de associações diversas promovendo os seus jornais, que as alunas da Escola Normal encontraram espaço para produzir seu jornal próprio. No entanto, por algum motivo, o jornal parece ter sido descontinuado, porque em 1894, surge um novo *O Orvalho*. Desta nova versão, encontramos dois números no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará: o número 7, publicado em 19 de março de 1894, e o número 31 publicado em 2 de setembro do mesmo ano. Em ambos afirma-se que se trata do Ano I do jornal, o que indica que o periódico de fato recomeçou no ano de 1894. Ainda no cabeçalho, é dito que *O Orvalho* publicava-se aos domingos. Também nenhum preço é informado, o que talvez possa indicar circulação interna gratuita na própria escola.

Apesar de o jornal não informar que se tratava de uma produção das alunas da Escola Normal do Ceará, no catálogo da hemeroteca do Instituto do Ceará consta que *O Orvalho* também era uma publicação discente. No cabeçalho informa-se que as redatoras principais eram Mademoiselles Celia e Noemi e possuía como colaboradores: Mademoiselles Branca, Alice, Heloisa, Carmen, Laura, Inah e Dr. Humberto. Essa nova versão do jornal não era impressa e sim manuscrita.

Tivemos acesso a um exemplar físico, o número 7 do jornal, do qual fizemos registros fotográficos e uma boa leitura do material. Não nos foi permitido o acesso físico ao número 31, por seu intenso estado de deterioração, mas somente às fotografias. Devido ao fato de o jornal ser manuscrito e a fotografia não muito nítida, muito pouco conseguimos ler desse número.

Figura 8 – Capa do jornal *O Orvalho* (19/03/1894)



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Ambos possuem quatro páginas, com três colunas por página divididas por linhas retas. Ao que parece, as colaboradoras indicadas no cabeçalho do jornal possuíam pseudônimos com nomes de flores, como *Violeta* e *Perce-Neige*. Por vezes assinavam com o nome próprio e às vezes com o pseudônimo. A literatura, através de poesias, folhetins e pequenos contos, é o carro chefe do jornal. Sinalizando o prestígio da cultura francesa no Brasil oitocentista, é comum o uso do idioma francês em trechos dos textos escritos.

A Escola Normal, ao lado do Colégio Imaculada Conceição, era uma das principais instituições responsáveis pela educação das jovens cearenses. Do período de publicação de ambas as versões do jornal *O Orvalho*, encontramos o documento da Mensagem do Governador do Estado do Ceará, General José Clarindo de Queiroz, afirmando, em 1891, que a Escola Normal vinha sendo exclusivamente frequentada por mulheres e, desde 1884, havia conferido diploma a 56 alunas, das quais 4 estavam fazendo parte do respectivo corpo docente e 42 se encontravam dirigindo outras escolas públicas.

Apesar de as primeiras Escolas Normais brasileiras terem surgido ainda na primeira metade do século XIX e a criação desta instituição no Ceará ter sido cogitada desde

1836, apenas em 1880 ela teve a sua criação regulamentada em Fortaleza. A Escola Normal tinha como principal finalidade a formação de professoras para o ensino público²⁸.

3.2.4 O Bond

Do jornal *O Bond*, conseguimos acesso a uma coleção de vinte e três números, todos através do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará. Três desses números (números 1, 11 e 20) também estão disponíveis para consulta pública no site da Hemeroteca Nacional Digital do Brasil. Trabalhamos com os números: 1 a 6; 10 e 11; 13 a 15; 18 a 20; 22; 24 a 26; 29 a 31; 33; e um exemplar de numeração ilegível.

Figura 9 – Capa do jornal *O Bond* (01/10/1890)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

O primeiro número de *O Bond* foi publicado em Fortaleza em um domingo, dia 18 de maio de 1890. O último número do jornal que conseguimos encontrar nos acervos públicos por nós visitados foi o número em que se comemorava o aniversário de um ano de circulação do jornal, publicado em 19 de maio de 1891.

²⁸ Em 1882, a Escola Normal teve a sua primeira professora mulher, ingressa através de concurso público, a escritora/jornalista Francisca Clotilde, então com apenas vinte anos de idade. Aluna egressa do colégio Imaculada Conceição, exerceu o cargo até 1890. Da Escola Normal, saiu grande parte das mulheres escritoras/jornalistas da época.

Quando o jornal *O Bond* surge, na última década do século XIX, a imprensa brasileira continua a passar por inovações técnicas, facilitando uma nova estrutura empresarial aos jornais, com máquinas rotativas que imprimiam, contavam e dobravam os exemplares. Os equipamentos tornaram-se mais modernos, sendo importados do exterior. Como fatores que levaram a mudanças na imprensa, junto a estas inovações técnicas, também estavam a ascensão da burguesia, o avanço do capitalismo e as transformações políticas no país, que recentemente havia proclamado a República (15/11/1889).

O Bond traz em seu próprio título a marca da importância que esse meio de transporte desempenhava no cotidiano. Junto ao seu título, o periódico mostra a gravura de um bonde à tração animal carregado de passageiros (Figura 10). Frequentemente, o jornal referia-se a ele mesmo como um bonde, os jornalistas como condutores e os leitores como passageiros.

Sua marca registrada evoca os novos ares de modernização, realçando, em gravura e em palavras, o meio de transporte de pessoas mais avançado à época. Em Fortaleza, o bonde a tração animal passou a funcionar em 1880, gerenciado pela Companhia Ferro Carril do Ceará. Por três décadas, ele será o grande meio de transporte fortalezense, uma vez que é apenas em 1910 surgem os primeiros automóveis no Ceará e, em 1913, o bonde elétrico, sendo desativado em 1947.

O bonde era um grande símbolo da urbanidade alencarina. Além da óbvia referência no título do jornal *O Bond*, o meio de transporte é mencionado em outros dos jornais para mulheres aqui analisados, sempre figurando como um meio de circular pela cidade, de ver pessoas e de socializar. Por exemplo, no jornal *Pimpão*, um cronista escreve uma seção intitulada “Notas a bond”, na qual ele relata suas observações das pessoas enquanto passeava nesse veículo ou caminhava pelas ruas da cidade: “Já aborrecido de vagabundar pelos cafés resolvi tomar o bond do Bemfica que abarrotado de... gente não, homens até iam bem poucos.” (Pimpão, 1897, n.1, p.3-4).

Em *O Bemteví*, denuncia-se um funcionário do bonde que aparentemente vinha oferecendo passagens gratuitas a moças: “Então seu Claro, (Formigão) você já pode dar passagens no bond? Que tal, são aquelas meninas que a poucos dias passeavam no seu bond, sem pagar uma passagem, era por sua conta ou da Companhia?” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 3).

Figura 10 – Cabeçalho do jornal *O Bond* (18/05/1890)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Segundo Studart (1904), 265 novos jornais surgem no Ceará nessa década. No interior, que teve um bom número de publicações nesse período, Baturité se destaca das demais cidades interioranas, apresentando intensa atividade intelectual e várias publicações periódicas. Nos anos 1890, surge um numeroso contingente de pequenas publicações de caráter cômico e satírico, muitos dos quais provocaram a intervenção da polícia, acusados de ferir a moral pública, como *O Cavaquinho*, *O Patusco*, *O Benteví*, *A Giririca*, *Vassoura*, *O Pellado*, *O Careca*, *O Pimpão*, *A Sogra*, *O Genro*, dentre vários outros. *O Bond* segue o tom jocoso dessas publicações da época.

No cabeçalho de *O Bond*, além do ano, data, número de publicação e título, informa-se que o exemplar avulso custava quarenta réis e, no editorial do primeiro número do jornal, esclarece: “Não tenho assignantes... por causa dos calotes.” (*O Bond*, 1890, n.1, p.1).

Emenda ainda, em tom zombeteiro, ser uma publicação diária, apesar de sua periodicidade semanal: “O meu programma diz: – publicação diária, mas isto só farei quando a Patria ou a Tribuna, do Lino, deixar de existir, o que não disse encima por ficar muito comprido.” (*O Bond*, 1890, n.1, p.1).

Até o número 4 possuía o subtítulo de “jornal das moças”. No número 5, o subtítulo muda para “Propriedade de uma Associação”. Nesse número, fala-se em uma reconstrução do jornal: “[...] mandamos nivelar os trilhos e curvas respectivos.” (*O Bond*, 1890, n. 5, p. 1).

De fato, do número 5 em diante, o jornal passa a se direcionar às leitoras e aos leitores. A tipografia também muda a partir do n. 5. Antes, publicava-se na “Typ. do Bond” e depois passa a ser impresso na “Typographia Popular”. A partir do número 13, muda-se mais uma vez o subtítulo, agora para “Folha da Tarde”. Do número 22 em diante, subtítulo muda mais uma vez para “Propriedade de Rocha, Santos e Brito.”.

Nos primeiros números do jornal, o texto direcionava-se quase exclusivamente às leitoras e tinha como conteúdos principais a literatura, a notícia dos acontecimentos da cidade e a denúncia dos comportamentos dos cidadãos em tom de “fofoca”. Aos poucos, *O Bond* deixa de referir-se às leitoras e passa a referir-se mais aos leitores. Também o teor das publicações vai mudando. Os versinhos e contos, inicialmente sempre presentes, passam a desaparecer. A política, principalmente em relação às eleições e à administração da intendência municipal, vai ganhando destaque no jornal. A causa operária é fortemente defendida.

Percebemos ainda que, com o passar do tempo, os acontecimentos da cidade continuam em foco no jornal, porém o tom da notícia muda. Apresenta-se um teor mais noticioso em relação ao cotidiano citadino, fala-se do comércio, das reformas urbanas, da seca. Vai perdendo-se o tom de “mexerico” que antes era prioritário no jornal. Por vezes ainda dirige-se às “amáveis e gentilíssimas leitoras” (*O Bond*, n. 13, p. 1), mas a demarcação dos assuntos para as mulheres e os assuntos para os homens é perceptível.

Como era de costume, *O Bond* possuía quatro páginas, cada uma dividida em três colunas por linhas retas. Os títulos das seções apresentaram uma grande variação ao longo dos números publicados. Alguns repetiam-se, a exemplo da primeira coluna, chamada “O Bond”, e das seções “Navalhadas” (coluna de denuncia dos maus comportamentos dos moradores da cidade, principalmente os namoros), “Piparotes” (coluna de mesmo objetivo da Navalhadas), “Perfis de Rosas”, “Rabecadas”, “Foguetes”, “Bimbadas”, “Noticiário”, “Secção Amorosa”, “Chronica da Semana”, “Tribuna Popular”, “Chronica Azul”, “Theatro”, “Cousas Politicas”, “Variedade”.

Com o tempo, cada vez menos conteúdo é assinado por seus autores. Passa-se a fazer mais uso de iniciais e, nos exemplares finais, temos números inteiros do jornal sem nenhuma assinatura dos colaboradores. Podemos imaginar que, à medida que o jornal investia na contestação política, evitavam-se as assinaturas por medo de conflitos e retaliações.

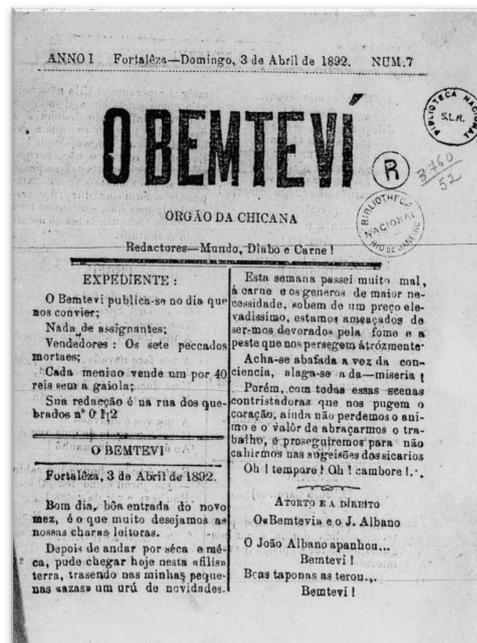
Na verdade, desde os primeiros números, o jornal era afeito ao uso de pseudônimos, dos mais criativos e cômicos: Xico Jaqueta (assinatura mais frequente), Ziunha, S. B., Diabo Coxo, O chronista, Coinamá Tatá, Olho de Lynce, Do Meirinho, Do Costello, Busca-pé, João Sem Nome, Elle mesmo, Um dos Taes, O negro Bahia, Cathégorica, O Con Dutor, Zé da Véstia, Cobert Seniur, João Grossa, Zé Ferino, O autor, Miguelinho. Algumas outras assinaturas parecem ser nomes próprios: Diógenes Junior, Alvaro Martins, Zé de Soiza, Zacarias, Ká Brito, João Basófia, Moysés, Martinho Campos, Stella, Nicacio, Theotônio.

3.2.5 O Bemteví

Também na esteira dos pasquins espirituosos dos anos 1890, surge *O Bemteví*, jornal do qual conseguimos apenas o número 7, publicado em Fortaleza em um domingo, 3 de abril de 1892. Tivemos acesso a esse jornal através do site da Hemeroteca Nacional Digital do Brasil. De acordo com Studart (1924b), o primeiro número foi publicado em 28 de fevereiro de 1892. O autor afirma ainda que, no número 32 do jornal, lançado em 17 de julho, *O Bemteví* apresenta mais páginas do que os números anteriores e, acima do título, traz a gravura de um ramo de árvore com uma ave pousada.

Em seu subtítulo, o jornal dizia-se “Órgão da Chicana” e informava que os redatores eram “Mundo, Diabo e Carne”. No entanto, através de Studart (1924b), descobrimos que os redatores eram José Carolino e Antonio de Lafayett, editores de renome do período que estiveram à frente de numerosos jornais cearenses.

Figura 11 – Capa do jornal *O Bemteví* (03/04/1892)



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

No expediente, o jornal informa: “O Bemteví publica-se no dia que nos convier; Nada de assignantes; Vendedores: Os sete peccados mortaes; Cada menino vende um por 40 reis sem a gaiola; Sua redação é na rua dos quebrados, nº 0 1 2.” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 1).

Possuía quatro páginas com duas colunas divididas por uma linha reta. Dirigia-se às “charas leitoras”, o que nos indica ter sido um jornal para mulheres. Além disso, o título com o nome de um pequeno e delicado pássaro nos dá uma pista do seu público leitor feminino. Nas suas páginas, embebidas em tom bem-humorado, encontramos também conteúdos que normalmente eram direcionados às mulheres: poesias, denúncias de namoros e repreensão das figuras desviantes da cidade.

Assim como os redatores identificavam-se através de pseudônimos no cabeçalho do jornal, os textos de cada seção também não eram assinados por nomes próprios. Encontramos as seguintes assinaturas nos textos do jornal: Calafange, Zéca, Fic., K-Pirôo e Jofersow (O tirano).

Alguns indícios nos levam a crer que *O Bemteví* possuía tipografia própria. No jornal, não se menciona em nenhum momento em qual tipografia ele foi impresso, como se costumava estampar na última página dos jornais. Além disso, consta que o jornal chamado *16 de Fevereiro*, publicado em 1893, era impresso na tipografia de *O Bemteví*, mas que tal jornal, juntamente com a tipografia, desapareceu em 15 de outubro daquele ano, segundo o Barão de Studart (1924b).

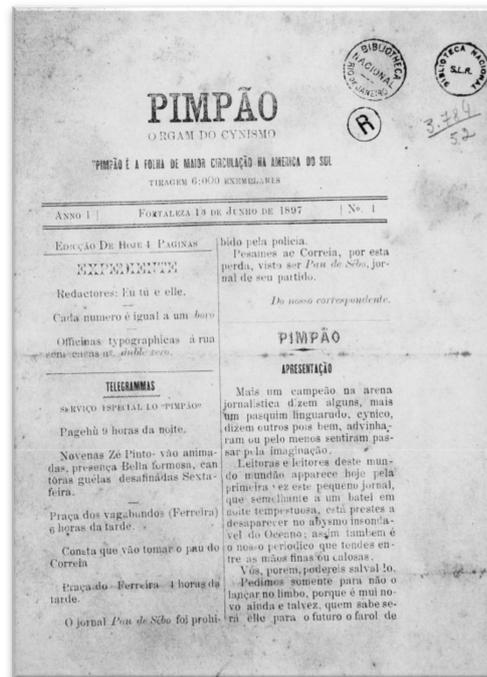
3.2.6 *Pimpão*

Ainda da década de 1890, encontramos o jornal chamado *Pimpão*, publicado em 1897. Três dos sete jornais analisados nesta pesquisa foram publicados na década de 1890, que foi de intenso crescimento para a imprensa cearense. Na verdade, a partir da última década do século XIX, inicia-se uma importante fase da história da imprensa no Ceará em que os jornais passam a centrar-se na oposição à poderosa oligarquia da família Accioli. Também nessa década a publicidade ganha força na imprensa cearense. O surgimento de novas tipografias, assim como o estabelecimento da Escola Militar e a intensificação da vida associativa foram algum dos fatores que influenciaram a imprensa.

Pimpão era uma expressão utilizada na época para designar, de um lado, “faceiro” ou “ vaidoso”, e de outro, “destemido” ou mesmo “insolente”. Desse jornal, encontramos um exemplar, o número 1, no site da Hemeroteca Nacional Digital do Brasil. Dirigia-se às “leitoras e leitores deste mundo mundão” (*Pimpão*, 1897, n.1, p.1). Pelo fato de referir-se primeiro às leitoras do que aos leitores, assim como pelo tipo de conteúdo publicado, acreditamos que *Pimpão* direcionava-se mais ao público feminino do que ao masculino.

O primeiro número foi publicado em Fortaleza em 13 de junho de 1897. Dizia-se “Orgam do cynismo” em seu subtítulo e afirmava que “Pimpão é a folha de maior circulação na América do Sul”. Afirmava também em seu cabeçalho possuir uma tiragem de 6.000 exemplares. No expediente, indicava que os redatores eram “Eu, tú e elle” e que cada número custava “um boró”. Dizia ainda que as suas oficinas tipográficas localizavam-se à rua sem casas, número “*duble zero*”.

Figura 12 – Capa do jornal *Pimpão* (13/06/1897)

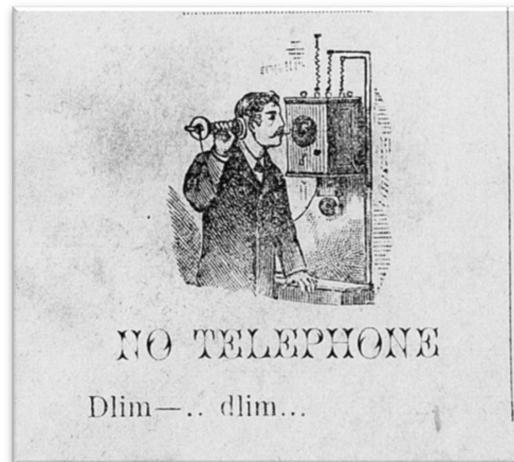


Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Possuía quatro páginas, cada uma dividida em duas colunas por uma linha reta. Apresentava seções com os seguintes títulos: Expediente, Telegrammas, Pimpão, Charadas, De Velocípede, Piparotes, Avio, Caçando, Notas a Bond e No Telephone. Em todo o jornal, apenas um texto é assinado e com um pseudônimo: O Caçador.

Pimpão faz uso de gravuras em suas páginas, seguindo as tendências da imprensa cearense do período.

Figura 13 – Gravura do jornal *Pimpão*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

O uso de expressões em francês e o tom de humor também eram comuns no jornal, o que era muito próprio da sociedade cearense da virada do século XIX para o século XX. Os namoros entre moças e rapazes fortalezenses, tão comentados na imprensa do período, predominavam enquanto assunto deste jornal.

3.2.7 *O Astro*

O jornal *O Astro* é o único do nosso corpus de pesquisa que foi publicado no século XX. Este jornal inicia-se sendo publicado na cidade de Baturité, no Ceará, e posteriormente, em Fortaleza. O primeiro número foi lançado no dia 1 de março de 1902 e o último número ao qual tivemos acesso foi publicado em 12 de fevereiro de 1907. Desse jornal, conseguimos acesso a seis números. Encontramos os números 1 (01/03/1902) e 5 (30/04/1902) na Biblioteca Nacional do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. Tivemos acesso aos números 3 (01/04/1902), 18 (24/12/1902) e 54 (12/02/1907) no Arquivo Público Estadual João Emerenciano, localizado em Recife, Pernambuco. O número 7 (04/06/1902) encontramos no Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Figura 14 – Capa do jornal *O Astro* publicado em Baturité (junho 1902)



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

De acordo com Studart (1924b), 345 novos periódicos surgiram no Ceará na primeira década do século XX. Entre 1900 e 1909, estava no poder a longa oligarquia de Nogueira Acióli, que tinha o jornal *A República* a seu favor, principal jornal do período. As modalidades de publicações tornavam-se cada vez mais diversas, surgindo jornais de estudantes da recente Faculdade de Direito do Ceará, de iniciativas religiosas e associações diversas. Havia jornais infantis, jornais comerciais, esportivos, literários, noticiários e humorísticos.

O Astro possuía como redatoras as irmãs Amelia Alencar e Olga Alencar. Além de redigido por mulheres, eram numerosas as colaborações de escritoras do sexo feminino. Em vários momentos, os textos dirigem-se às “leitoras bondosas” ou “gentis leitoras”, apesar de em alguns momentos também dirigir-se aos leitores.

O título do periódico foge à regra dos jornais femininos, que geralmente retratam algo considerado parte do universo feminino da época. As redatoras pareciam cientes disso e justificam-se no primeiro número do jornal, quase em tom de desculpas:

O nome, que escolhemos para este ensaio nada significa positivamente, senão uma puerilidade de nossa phantazia, uma vaidade de nossa inexperiência, sem ser prejudicial, não sendo, pois, razoável que se tome o termo na sua accepção, porque de astros quiséramos toda luz sobre nós. (*O Astro*, 1902, n. 1, p. 1).

No subtítulo, identifica-se como “bi mensário noticioso, litterario e artístico”, o que de fato confirma-se nas páginas do jornal, onde a literatura ocupa maior espaço, vindo acompanhada de notícias amenas da cidade, como aniversários, festas e casamentos, artigos de opinião, frases no estilo “pensamentos”, menções aos jornais enviados à redação de *O Astro* e piadas. Uma literatura de viés romântico e ameno preenche as páginas do jornal onde moças, amores e flores são assuntos privilegiados. Os boatos e a denúncia dos namoros na cidade, frequentes nos demais jornais do nosso *corpus* de pesquisa, não estão visíveis aqui e o humor só aparece na seção de piadas, nem sempre presente em todos os números do jornal.

No expediente do jornal, mantido em todos os números analisados, são informados os preços: 4.000 réis por semestre, 400 réis o número avulso e 1.000 réis o número atrasado. Pagamentos adiantados. Os números 1, 3, 5, 7 e 18 afirmam ter sido impressos na “Typ. D’O Município- Baturité- 1902”. Já o número 54 não informa a tipografia, mas indica ter sido publicado em Fortaleza e diz: “Toda e qualquer correspondência, deve ser dirigida a redação d’O Astro a rua Senador Pompeu n. 72” (*O Astro*, 1907, n. 54, p. 816).

O Astro possuía quatro páginas, numeradas em sequência em relação ao número anteriormente publicado. Cada página dividia-se em duas colunas, por uma linha reta. Sempre possuía o expediente na primeira página, seguido pela seção intitulada “O Astro”, com exceção do número de 12 de fevereiro de 1907, no qual o expediente foi seguido de um artigo de título “A instrução”. Algumas seções repetem-se ao longo dos números do jornal, como: “Parabens” (menção a aniversariantes), “Pensamentos” (frases curtas com reflexões diversas), “Guttemberg” (menções a agradecimentos aos exemplares de outros jornais recebidos na redação de *O Astro*) e “O que dizem de nós” (que relatava opiniões de outros jornais em relação a *O Astro*).

Muitos dos escritos não vinham acompanhados de assinatura, mas entre os que vinham, observamos a forte presença das mulheres como autoras, que por vezes identificavam-se e, outras vezes, utilizavam pseudônimos: Cleopatra d’Nysse, Serrana, Sarah Judith, Olga Alencar, Gau’cha, Corina Caçapava, Georgina Aurora, Marianna Luz, Turmalina, Julietta de Mello Monteiro, Revocata. Muitas assinaturas masculinas também estavam presentes: Julio Cimas, Mucio Barreto, Targino Soares, Carlos Rocha, Virgilio Barbosa, Silzo, Paulo Maubria, Affonso Celso.

O uso de arabescos decorativos para indicar títulos ou divisões entre seções chama a atenção e, nos números 18 e 54 de *O Astro*, vemos o uso de gravuras tanto para ilustrar o assunto quanto para ornamentar o jornal.

Figura 15 – Parte da capa do jornal *O Astro* publicado em Fortaleza (12/02/1907)



Fonte: Arquivo Público Estadual João Emerenciano de Recife-PE.

Apesar de ter sido publicado na primeira década do século XX, todo o formato de *O Astro*, tanto em relação ao conteúdo quanto à forma, segue a linha dos jornais cearenses do século anterior. O século XX vai inaugurar no país novas formas de fazer imprensa, com o progressivo declínio da litografia e da xilogravura e o aumento da utilização da fotografia na imprensa (BUITONI, 1990). No início do novo século, proliferaram-se as revistas ilustradas, às quais os homens e mulheres de letras recorrem para publicar seus textos, com o declínio dos jornais de cunho literário. No entanto, com o tempo, as revistas vão se apartando da literatura. Assim, a imprensa feminina do século XX vai migrando dos jornais para as revistas.

Apesar de infelizmente não termos podido contar com a existência de uma história da imprensa para as mulheres no Ceará ou mesmo um catálogo de todos os jornais cearenses desse tipo que foram publicados no período de nosso interesse, foi possível, através de pistas e indícios colecionados ao longo de todo o processo de pesquisa, encontrarmos registros de uma existência significativa de jornais para mulheres no Ceará da segunda metade do século XIX e início do século XX.

Percebemos que não se trata de uma imprensa insignificante. Ela foi escrita, impressa, vendida e lida. Ela existiu. Alguns jornais circularam por anos, o que indica que houve público para mantê-los em circulação. É uma existência que merece ser demarcada na história.

É fato que as mulheres não liam apenas os textos que a imprensa lhes destinava diretamente. São inúmeras as evidências, como correspondências recebidas pela redação dos jornais e publicadas em suas páginas, de que as mulheres eram leitoras frequentes dos jornais e revistas para o público geral publicados no final do século XIX e início do século XX (BUITONI, 2009). No entanto, é na imprensa para o público feminino, sobretudo, que podemos observar com mais clareza que tipo de informação se reservava às mulheres, que tipo de leitura se destinava à sua fruição e instrução e que discursos lhe eram endereçados, nos auxiliando a analisar que tipo de mulheres se almejava formar na sociedade brasileira do II Império e da Primeira República. Tendo em vista a normalização da sociedade que se impunha na segunda metade do século XIX e início do século XX, a imprensa para mulheres passa a configurar-se um meio expressivo de disseminação dos valores modernos para público feminino e de educação das mulheres nos padrões da sociedade emergente.

Tal normalização fazia-se operar através dos jornais por meio de estratégias específicas que certamente estavam em consonância com um contexto histórico-social que se configurava no período. No próximo capítulo, exploramos os enunciados dos jornais, dedicando-nos a realizar uma espécie de desmontagem crítica dos seus discursos. Empenhamo-nos a pensar de que forma, através de quais estratégias, determinadas relações de poder sobre a vida feminina buscavam fazerem-se operar através das práticas discursivas presentes nos periódicos.

4 CORPOS EDUCADOS: DISCIPLINAS E PEDAGOGIAS NOS ANTIGOS JORNAIS PARA MULHERES

Recapitulando brevemente a contextualização que trouxemos na introdução, a partir da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira, principalmente nas capitais maiores, passou por uma série de transfigurações em vários níveis, o que demarca ainda mais a importância desse período nos deslocamentos dos modos de subjetivação em direção a uma nova lógica social que buscava se impor. Esta foi uma época crucial de transições relevantes na história do país e também do estado do Ceará. Podemos citar como exemplos da miscelânea de significativas mudanças nacionais ocorridas durante esse período: a abolição da escravidão em 1888, a Proclamação da República em 1889, a produção da borracha, o início do movimento sufragista, reforma escolar, a acentuada imigração advinda tanto de países estrangeiros quanto das zonas rurais para os grandes centros urbanos e o acelerado movimento de industrialização e urbanização.

Segundo Ponte (2007), a capital cearense passou por um processo intenso de remodelação sócio-urbana que se iniciou por volta da década de 1860, impulsionada pelo crescimento comercial decorrente da exportação algodoeira, e perdurou até as primeiras décadas do século XX. Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a cidade passa por uma regeneração urbana operada através de diversas estratégias de ajustamento da população. “A partir dos trabalhos de cronistas e memorialistas do final do século XIX e início do XX, Fortaleza se configurava como uma cidade em construção, regida pelo epíteto da ‘modernidade’.” (FREITAS, 2015, p. 27).

A partir da segunda metade do século XIX, o sistema de transporte alargou-se consideravelmente, abrindo o leque de possibilidades de ir e vir para os habitantes e mercadorias. Em 1873, começa a operar a ferrovia que ligava Fortaleza a Baturité, intensificando a circulação de mercadorias e pessoas dentro do estado. Em Fortaleza, em 1880, instala-se o bonde de tração animal que conectava os três pontos de maior movimento da cidade: o centro, o porto (leste) e o matadouro (oeste). Podemos citar ainda a construção do novo porto de Fortaleza, feito no bairro da Prainha e inaugurado em 1891.

Equipamentos urbanos de lazer e sociabilidade pulularam na Fortaleza das últimas décadas do século XIX. O Teatro São José surgiu em 1876, na Rua Senador Pompeu, e em 1880 apareceu o teatro São Luis, onde antes funcionava o Teatro de Variedades. O Passeio Público, um dos principais locais de lazer e sociabilidade na cidade de Fortaleza na época, surgiu na década de 1880. No final do século XIX, as praças de Fortaleza (Praça do Ferreira,

Praça Marquês do Herval e Praça da Sé) foram reformadas com o objetivo de embelezar a cidade. Segundo Ponte (2001), além dos prédios provenientes da iniciativa pública, novos elementos urbanos surgiram patrocinados pela “elite” financeira da época: lojas, cafés, hotéis, clubes, mansões e chácaras²⁹.

Na nova planta urbanística de Adolfo Herbster (1875), constavam três grandes *boulevards* para escoamento do movimento urbano: as atuais avenidas Imperador, Duque de Caxias e Dom Manoel. Os *boulevards*, símbolos da modernidade, marcavam a fronteira (física e simbólica) entre a “cidade desejada” (pelas “elites”) e a “cidade real”. “Para além dos bulevares, porém, descortinava-se uma ‘outra’ cidade, onde a modernidade e seus produtos não se faziam lá muito presentes. Para além das fronteiras impostas pelos bulevares só existiam as areias.” (OLIVEIRA, 2011, p. 9). Assim, o aformoseamento urbano e a disposição das espacialidades cidadinas atendiam interesses bem específicos de “civilização” da sociedade cearense.

As transmutações deram-se não apenas no âmbito urbano, mas também alcançou o nível subjetivo de cada indivíduo, produzindo novos modos de estar no mundo.

As transformações físicas sofridas na estrutura da cidade e em suas habitações, aos poucos fez desenvolver novos hábitos e novas vivências na intimidade e na vida pública. As funções corporais e o autocontrole se ajustaram a novas necessidades sociais vinculadas a idéia de progresso. (ALVES e CARVALHO, 2011, p. 22).

Procurava-se instaurar, entre os moradores da capital alencarina, modos de vida em consonância com o progresso que se buscava para a sociedade cearense, segundo os moldes europeus burgueses tanto de civilidade quanto de urbanismo (ALVES e CARVALHO, 2011). “Isso significava, também, disciplinar os pobres, doentes, mendigos, loucos, ‘vadios’ e prostitutas, vistos como agentes nocivos ao processo civilizatório, produtivista e normatizador pretendido para a capital.” (PONTE, 2007, p. 164). Portanto, o processo de “embelezamento” urbano fortalezense implicou a exclusão de tudo e todos que não estavam de acordo com as normas de moralidade burguesa que se instalavam nesse período.

O saber médico-higienista operou um papel de destaque nesse processo disciplinador. O higienismo surge como modelo complexo de estratégia de controle de certos efeitos do grande crescimento das populações nas cidades e do processo de industrialização, movimentos próprios da época no Brasil e no Ceará. “A higiene (higienismo), como estratégia

²⁹ O ecletismo arquitetônico, estilo prevalente na Europa desde meados do século XIX, prevalecia nas construções do Brasil Republicano, o que conferiu à cidade de Fortaleza certa unidade estrutural entre as grandes construções do centro da cidade (PONTE, 2001).

de saúde, é introduzida no controle e vigilância dos espaços públicos (cidades) e privados (casas dos trabalhadores).” (CORRÊA, 2011, p.5). Prezava-se pela saúde do trabalhador, pois o saber médico social em ascensão reforçava a ideia de que sem mão de obra sadia não era possível alcançar o progresso social almejado (PONTE, 2007). Em um dos números do jornal cearense *O Bond*, as medidas dos médicos higienistas são defendidas:

E' pois, com toda a razão que os hygienistas se preocupam com o estado do solo e sub-solo das habitações. O que se passou no Rio de Janeiro é bem proprio para nos fazer reflectir. Com um melhoramento das condições phisicas do solo, uma endemia terrivel diminuiu consideravelmente. (*O Bond*, 1890, n. 4, p. 2).

Outros exemplos das mudanças urbanas e sociais na capital cearense ocorridas no período são a criação do Asilo de Alienados e Asilo de Mendicidade (1886), transferência de curtumes, matadouros e cemitérios, calçamentos, rede de iluminação a gás carbônico, criação da Biblioteca Pública (1867), da Santa Casa de Misericórdia (1861), novas fábricas e novo porto (1891), criação de novas instituições assistencialistas, organização do policiamento, criação de oficinas na cadeia pública (1882), vacinações, criação de colégio para órfãos, campanha de casamento de amasiados (1885), serviço telefônico (1883) e linhas de navios a vapor para Europa e Rio de Janeiro (1866).

Diante do exposto até o momento, esperamos já ter estabelecido a importância que o período histórico de virada do século XIX para o início do século XX teve na história dos costumes no Brasil e particularmente no Ceará. Compreendemos que a mulher cearense dessa época, a figura antropológica que então surgiu, trata-se de uma construção social. Cada sociedade em seu tempo histórico constitui os sujeitos, mediante práticas discursivas e relações de poder. A mulher cearense do final do século XIX e início do século XX é uma fabricação que se deu através de técnicas de poder-saber variadas sobre seu corpo, sua conduta, sua psique. Temos ciência de que as mulheres eram várias e diversas e que questões raciais, econômicas e étnicas impunham-se. No entanto, tratamos aqui do campo do ideal de mulher, enquanto padrão reproduzido nas páginas dos jornais, que se construía nesse período. Dessa maneira, interessa-nos investigar as especificidades dos processos subjetivos que se visava fundar no campo de relações sociais em que dominavam dispositivos de normalização das condutas segundo critérios prescritos nos antigos jornais cearenses para mulheres.

Não entendemos que o processo de remodelação social e urbana que se colocou em andamento no final do século XIX no Ceará simplesmente reprimiu ou subjugou os indivíduos. Consideramos que foram criados novos sujeitos, a partir das relações de governo de si e dos outros que se estabeleciam na época. Assim, ao tratarmos sobre a urbe que se

reconstruía nesse período, discutimos sobre as subjetividades que se fundavam, pois os recém-criados espaços e os novos modos de ocupar a cidade e de portar-se no cotidiano exigiam a inauguração de formas dos sujeitos relacionarem-se consigo mesmos e com os outros. Neste capítulo, iremos pensar sobre como os jornais cearenses para mulheres apresentavam estratégias de disciplinarização e pedagogização dos corpos, inseridos em um contexto de transformações sociais que exigiam a produção de novos sujeitos e, portanto, de novas mulheres.

4.1 A docilização disciplinar dos corpos femininos

“É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado.” (FOUCAULT, 2010, p. 132).

Na segunda metade do século XIX, as principais cidades brasileiras foram perdendo o semblante colonial de outrora. A expansão do mercado externo com a exportação de produtos tropicais desempenhou um importante papel no processo de modernização das cidades, sobretudo as litorâneas, como é o caso da capital alencarina (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009). O vertiginoso aumento na produção e exportação de algodão fez de Fortaleza um importante polo econômico a partir do século XIX.

Fez-se urgente ordenar a circulação urbana e estabelecer novas normas de convivência e utilização dos espaços públicos. As mudanças econômicas e o crescimento demográfico tornaram necessários novas tecnologias e novos efeitos de poder. A vigilância dos indivíduos e o controle de suas circulações nos espaços, assim como a remodelação moral dos costumes, passaram a ser primordiais na sociedade cearense da segunda metade do século XIX e os jornais cumpriram importante função nesse processo. Esse modo de controle social estava alastrado na sociedade em nível microfísico, desde o planejamento urbanístico das ruas até a instrução pública das crianças. Não era apenas do Estado que emanava esse exercício de poder, mas sim de todas as partes.

Os novos ares que sopravam a modernidade em direção à capital alencarina pareciam carregar também técnicas disciplinares de esquadrinhamento e docilização dos corpos, assim como explica Foucault (2010) sobre o poder disciplinar, modalidade de exercício de poder em vigência no contexto europeu do século XVII. Segundo Foucault

(2013b), no texto *Poder-Corpo*, do século XVII ao início do século XX entendeu-se que o tipo de investimento do corpo necessário e suficiente ao funcionamento de uma sociedade capitalista deveria ser denso, rígido, constante, metucioso, ou seja, disciplinar. No início das sociedades industriais instaurou-se um aparelho de disciplinarização e normalização, um dispositivo de seleção entre os considerados normais ou anormais. As instituições disciplinarizadoras movem suas ações em direção à supressão das singularidades, eliminação das diferenças e inserção da vida humana em padrões de subjetividade pautados em uma lógica industrial (XAVIER, AQUINO e MIRANDA, 2010).

Essa política do corpo é acionada por agentes dos mais diversos que, juntos, formam um complexo mosaico de “trabalhadores sociais”. Podemos pensar como a imprensa cearense apresentava-se como agenciadora de tal política do corpo. Como já mencionamos e seguiremos discutindo, os jornalistas colocavam-se em seus discursos claramente como remodeladores sociais, a partir de novos preceitos morais, científicos, filosóficos ou mesmo religiosos.

Segundo Foucault (2010), o século XVIII europeu inaugurou nos espaços sociais novos esquemas de docilização dos corpos individuais, alcançados através de coerções constantes sobre as forças dos corpos. Como afirma o filósofo, “esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”.” (FOUCAULT, 2010, p. 133).

O poder disciplinar busca exercer-se sobre os corpos individuais, organizando-os para torná-los visíveis e úteis. As disciplinas são postas em funcionamento através de técnicas de distribuição dos corpos nos espaços, do controle das atividades dos corpos, de organização do tempo dos indivíduos e da composição das suas forças (FOUCAULT, 2010). Elas desenvolvem-se por meio de procedimentos de vigilância, exame e sanção que objetivam normalizar os indivíduos. Não é um poder que busca reprimir as forças, mas sim segregá-las, classificá-las e torná-las úteis.

Segundo Foucault (2013b), no texto *O olho do poder*, o poder disciplinar é um tipo de poder que se exerce por transparências, que domina pela iluminação do que está obscuro. É um poder que é exercido pelo fato de que as coisas e pessoas são vistas e conhecidas por um olhar imediato, coletivo e anônimo. O regime de visibilidade disciplinar busca combater os escuros do corpo social, lançar luz nas escuridões, tornar tudo visível. “Um olhar que vigia e que cada um, sentindo-o pesar sobre si, acabará por interiorizar a ponto de observar a si mesmo; sendo assim, cada um exercerá a vigilância sobre e contra si mesmo.”

(FOUCAULT, 2013b, p. 330). Desse modo, ainda que as disciplinas trabalhem com a sanção, a grande questão não é fazer com que as pessoas sejam punidas. O grande objetivo é fazer com que as pessoas nem pratiquem atos indesejáveis por sentirem-se imersas em um campo de visibilidade plena em que o olhar, a opinião e o discurso dos outros as impedem de comportarem-se de determinada maneira considerada repreensível.

As disciplinas são um trabalho sobre o corpo, seus gestos e comportamentos, que buscam tornar-lhe obediente e útil. Elas configuram uma anatomia política e uma mecânica do poder: “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).” (FOUCAULT, 2010, p. 133-134).

Segundo Foucault (2013b), o investimento do corpo pelo poder, através, por exemplo, da ginástica, da nudez, da exaltação do corpo belo, produzem como efeito o domínio e a consciência do próprio corpo. Ao instaurar-se um medo sobre o corpo das mulheres, um controle, uma vigilância, objetivação da sexualidade e perseguição dos corpos, intensificam-se os desejos de cada um pelos próprios corpos. É fundamental ainda lembrar que, uma vez que o poder adentra o corpo, inevitavelmente surge a reivindicação do próprio corpo contra o poder.

O pensamento foucaultiano demonstra que das técnicas do corpo, de práticas e saberes, das descrições, receitas e dados disciplinares nasce o sujeito moderno. Segundo Fonseca (2011, p. 76-77), “A chave para a compreensão da individualidade moderna (dócil e útil) no pensamento de Foucault está em se partir da noção de sujeito enquanto produção das relações de poder e saber e na identificação de tais relações.”.

Como explica Fonseca (2011), uma sociedade disciplinar trabalha para individualizar aqueles afetados pelas relações de poder, através de observações, fiscalizações, medidas comparativas e normalizações. Trata-se de uma demarcação de individualidades. As disciplinas individualizam, designando a cada um uma identidade dócil e útil. A individualidade moderna é celular, pois é localizada em um espaço específico o qual ela deve ocupar; é orgânica, porque é prevista e medida para tornar-se útil; e é combinatória, porque, apesar de ser individual, é considerada como componente de um conjunto. Saberes e práticas diversas irão constituir o indivíduo enquanto um objeto. O indivíduo moderno passa a ser produzido por mecanismos disciplinares que extrapolam as paredes das instituições, alastrando-se para outros espaços.

Essa mecânica do poder parece estar, de algum modo, em funcionamento na sociedade cearense do final do século XIX e início do século XX. Durante o século XIX,

principalmente na segunda metade do século, a urbe cearense vê-se com um aumento populacional intenso e com um crescimento urbano acelerado. A seca de 1877 trouxe uma grande massa de retirantes até Fortaleza, contribuindo para a crescente populacional. Passa a ser atribuída aos retirantes a incidência de doenças, fome, pobreza, crimes e maus costumes (NEVES, 2000). Essas pessoas espalhavam-se pela cidade, ocupando as praças, entradas de prédios, árvores, hospitais e igrejas. A circulação da massa de retirantes pela urbe passa a ser, como nunca antes, preocupação das “elites” aburguesadas e essa população torna-se alvo de controle dos governos provinciais e estaduais. Essas mudanças na cidade conclamavam modos efetivos de administração e regulação das pessoas e dos espaços. E aspectos do modelo disciplinar parecem ter vindo em resposta a esses anseios.

A reforma urbana empreendida em Fortaleza no final do século XIX e início do século XX buscava tornar modernizada e bela a cidade. Mas o que significava uma cidade bonita e moderna? Significava uma cidade repleta de aparelhos de lazer para as “elites”, de instituições de culto à erudição e outras destinadas a segregar os sujeitos considerados indesejados. Já a população menos privilegiada era alvo favorito de regulação através de saberes e práticas médicas, policiais, religiosas, jurídicas, pedagógicas, todas em nome da construção de uma sociedade civilizada.

Areladas à regulação do crescimento urbano em Fortaleza ao longo do século XIX e início do século XX desenvolviam-se práticas e saberes político-sanitários que buscavam controlar a salubridade tanto do tecido urbano como um todo quanto a saúde de cada indivíduo. Como afirma Foucault (2013b) sobre a organização social de funcionamento disciplinar, o corpo da sociedade torna-se o foco e instalam-se métodos de assepsia social. Assim como os espaços públicos de circulação, os espaços fechados, como o lar familiar, locais de trabalho e espaços restritos de circulação, também eram vigiados constantemente pela administração pública fortalezense. Tal vigilância era reforçada pelos Códigos de Postura que legislavam sobre os usos e construções desses espaços. Havia, por exemplo, inspeções constantes dos quintais das casas, principalmente das camadas mais pobres, pois as classes populares haviam passado a ser vistas como sujas e perigosas na sociedade que buscava o progresso e almejava o patamar países desenvolvidos (CORRÊA, 2011).

As prescrições concernentes à salubridade ganharam força a partir da instalação, em Fortaleza, do Código de Posturas municipal de 1870 (CAMPOS, 1988). Os Códigos impunham uma mudança extensa de hábitos aos fortalezenses: regras de vestimenta, funcionamento de estabelecimentos, distribuição e consumo de água, despejo de matérias fecais, lavagem de roupas, regulamentação da existência e circulação de animais, banhos nas

águas de fontes e trânsito de meios de transporte foram alguns dos temas da normatização nos Códigos.

Como afirma Ponte (2001) sobre esse movimento de polícia médica, “Esse desejo médico-social de penetrar no espaço doméstico dos populares e impor-lhes regras de higiene privada continuaria pelo restante do século XIX e por todo o período da Primeira República.” (p. 79). As casas passaram a seguir compulsoriamente normas arquitetônicas, assim como normas de higiene. Crescia a preocupação com o espaço doméstico. Desenvolvia-se uma gestão, ao mesmo tempo, dos espaços, dos sentimentos e dos comportamentos, em nome da saúde. Assim, os higienistas sociais disciplinavam a cidade por meio da segregação, exame minucioso e alocação dos corpos. Nesse processo, novos sujeitos eram produzidos.

Portanto, de acordo com a linha de raciocínio foucaultiana, o poder das normas médicas de influir sobre as ações, isto é, de fazer com que o indivíduo se volte sobre si mesmo em observância ao imperativo de saúde, reside no processo através do qual o indivíduo é, ao mesmo tempo, objetivado pelos discursos e práticas científicas e se subjetiva segundo os parâmetros de sua condição de objeto. (PINHEIRO e MEDEIROS, 2013, p. 635).

Nesse contexto, é possível identificar as disciplinas por todo o tecido social cearense desse período: na imprensa, nas escolas, nos hospitais, na arquitetura das casas, no planejamento urbanístico da cidade, nas medidas higiênicas, na criação de códigos de postura, etc. “Trata-se de organizar o múltiplo, de se obter um instrumento para percorrê-lo e dominá-lo; trata-se de lhe impor uma ‘ordem’.” (FOUCAULT, 2010. p. 143).

A disciplina fabrica indivíduos, tornando-os, concomitantemente, objetos e instrumentos de seu exercício. Nesses esquemas de docilidade-utilidade inaugurados na modernidade, os quais podemos identificar no Ceará da segunda metade do século XIX, são também capturados os corpos femininos e percebemos os jornais para mulheres como espaço de efetivação de alguns desses esquemas, como exploraremos mais detalhadamente a seguir.

4.1.1 Controle da ocupação urbana feminina

O poder disciplinar busca “adestrar” as multidões confusas, separando-as, analisando-as e diferenciando-as, para apropriar-se delas mais e melhor. Uma das técnicas disciplinares para alcançar tais objetivos consiste na arte da distribuição, que se caracteriza por distribuir os indivíduos nos espaços. “Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo.” (FOUCAULT, 2010, p. 138).

A técnica disciplinar da distribuição trabalha com o princípio do quadriculamento, que consiste em dividir os indivíduos em grupos definidos e destiná-los a espaços no

cotidiano: crianças, mendigos, prostitutas, mulheres das classes trabalhadoras, mulheres das “elites” e assim por diante. Nesse espírito, no Ceará do final do século XIX e início do século XX, como afirma Ponte (2001), criou-se uma série de dispositivos institucionais para a disciplinarização da pobreza em Fortaleza: a Dispensa dos Pobres (1885), o Asilo de Mendicidade (1886), o Patrocínio dos Menores Pobres (1903), a Escola para Menores Pobres (1908), o Dispensário Infantil (1914), o Patronato de Maria Auxiliadora para Moças Pobres (1922) e o Asilo Bom Pastor (1928).

No Ceará, a saúde mental também foi objeto desse processo disciplinar. Em 1874, projetou-se o Asilo de Alienados São Vicente de Paulo que foi finalizado em 1886. Justificava-se a criação do Asilo alegando-se uma motivação assistencial e humanitária para a remoção dos loucos das ruas, cadeias e hospitais e sua transferência para um local mais adequado. Contudo, sob o impulso assistencial e a caridade, pode-se observar seu teor estratégico:

Assim, parece-nos que o que é apresentado como *desvelo de amor* para com os loucos, na verdade era mais uma medida estratégica dos agentes dominantes para, à guisa do assistencialismo e da higienização, resguardar a Cidade de anormalidades que a um só tempo prejudicavam a apregoada normalização sócio-urbana. (PONTE, 2001, p. 90).

O disciplinamento do espaço é parte importante das práticas e do discurso higienista que miraram também o controle da prostituição. No Ceará, como noutras partes do país, prostitutas do final do século XIX e início do século XX tornam-se objeto de preocupação dos médicos, pois eram consideradas as principais disseminadoras de doenças venéreas que ameaçavam a saúde da população. Elas também preocupavam a polícia, como fator de desordem social, uma vez que se considerava que os seus costumes, ações, vestimentas e ofício iam de encontro ao decoro e à moral da família (PONTE, 2001).

No período de 1890 a 1930 no Brasil, as “mulheres da vida” representavam a periculosidade de corpos femininos insubmissos, ameaçando “corromper todo o corpo social” em seu “vício” transbordante (RAGO, 1985, p. 85). Médicos-sanitaristas, a polícia de costumes, reformadores sociais e filantropos compartilhavam o entendimento de que as meretrizes deviam ser rigorosamente monitoradas e controladas como medida higiênica e moralizante para toda a sociedade. É nesse período, sob inspiração de argumentos moralistas do médico francês Alexandre Parent Duchâtelet (1790-1836) sobre a prostituição em Paris, que se envidam grandes esforços no país para reunir conhecimentos sobre o cotidiano das mulheres “degeneradas” com vistas à regulação de seus corpos e sexualidades e à proteção da família burguesa:

Nos laboratórios de estudo em que são transformados os bordéis, os hospitais e as prisões das “perdidas”, elaboram-se simultaneamente técnicas de saber e estratégias de poder destinadas a enclausurar e a domesticar as práticas sexuais extraconjugais. (RAGO, 1985, p. 86).

No Brasil, segundo Rago (1985), o regulamento provisório de 1897 regia que as prostitutas não convidassem (“aliciassem”) ostensivamente os clientes, que ocultassem sua intimidade mediante cortinas nas janelas em horários estabelecidos, que portassem trajes decentes e que mantivessem o recato com homens em espaços públicos. Sousa (1997) informa que a partir de 1918 passou-se a veicular nos jornais de Fortaleza a demanda de setores da sociedade para a localização do meretrício em zonas mais distantes daquelas usadas pelas famílias “de respeito”. Essa demanda, que até a década seguinte não estaria solucionada, era reivindicada pela Igreja Católica através do seu jornal *O Nordeste* e também outros jornais representativos dos valores reformistas e higiênicos da emergente burguesia.

Assim, podemos perceber que a circulação difusa e as atividades incontidas dos corpos nos espaços urbanos eram consideradas perigosas. Com o poder-saber disciplinar, as localizações passam a ser funcionais, criando lugares determinados e úteis para cumprir a necessidade de vigiar e romper comunicações ameaçadoras. São criados espaços controlados para vigilância dos comportamentos individuais, a fim de moldá-los.

Importa estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades ou os méritos. Procedimento, portanto, para conhecer, dominar e utilizar. A disciplina organiza um espaço analítico. (FOUCAULT, 2010, p. 138).

Se tomarmos os jornais cearenses para mulheres como *locus* de disciplinarização e, portanto, de formação do sujeito-mulher moderno, cabe perguntarmos como a técnica da arte das distribuições fez-se presente nos periódicos, quais espaços a mulher era designada a ocupar e através de quais princípios.

A partir da análise dos jornais abordados nesta pesquisa, podemos constatar que um dos principais locais que a mulher é convocada a ocupar, além do espaço doméstico que exploraremos no próximo capítulo desta tese, é a igreja. No Ceará do final do século XIX e início do século XX, eram frequentes os eventos da Igreja Católica, como novenas e comemorações de santos e de datas religiosas (a Semana Santa ou o Mês Mariano, por exemplo). A partir da análise dos jornais que compõem o nosso *corpus* de pesquisa, podemos observar que a vivência do catolicismo fervoroso era considerada como própria do universo feminino no século XIX no Brasil e também no Ceará. No jornal *A Brisa*, lê-se: “Não: a garra

da rapina do paganismo não empolgou a mulher. Caiu a tyrannia, porque surgiu o Christo.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 2).

Em um artigo de *O Bond* sobre a mulher cearense, o jornalista Theotônio escreve: “O facto é que estou aqui ha uns dois annos, ainda não vi uma mulher que não gostasse de santo como o macaco de banana.” (O Bond, 1890, n. 1, p. 3).

As notícias dos eventos católicos da cidade eram numerosas nas páginas dos jornais para as mulheres, sugerindo que a agenda paroquial deveria ser considerada de interesse das leitoras: “Continuam maravilhosas as noites do mez mariano” (A Brisa, 1875, n. 3, p. 4). “Novenas Zé Pinto — vão animadas, presença Bella formosa, cantoras guélas desafinadas Sexta-feira.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 1). “Novenas — É o assumpto capital de tudo e de todos, nas rodas e nas girondas nas sallas e nos toilettes, nas lojas e nas tavernas; enfim, em todas as malhadas fala-se do poético mez mariano.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 4). “Temos as pomposas novenas da sympathica Porangaba pela frente. Aquillo, além de ser um passeio delicioso, é o caminho onde muitos felizardos vão, pela roleta, recheiar as algibeiras de boas pelegas, que nenhum mal faz a gente.” (O Bond, 1890, n. 14, p. 3).

No jornal *Lirio*, o mês de março, comemorado pelo catolicismo como o mês de Maria, mãe de Jesus, é apontado como um divertimento próprio das leitoras do periódico: “Leitoras – Começo hoje minha lenga-lenga dando-vos os meus sentimentos, por ter se findado o vosso entretenimento nocturno, isto é, o Mez Mariano.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 4).

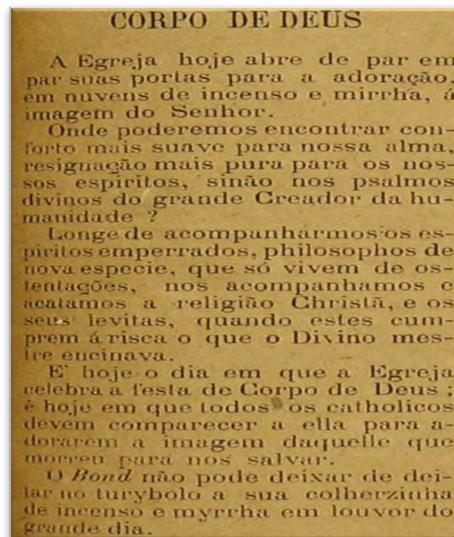
No mesmo jornal, mulheres envolvidas com os eventos da igreja católica são louvadas e posicionadas como dignas de admiração:

Terminaram nas egrejas da capital os exercícios do Mez Mariano, consagrados a Mãe de Deus. Como era bello ouvir-se, envoltos com as preces fervorosas, os cânticos de alegria em louvor de Maria! São dignas de elogios as senhoras que concorreram para o esplendor de tão pios exercícios. (Lirio, 1875, n. 4 p. 1).

São muitos os momentos em que as mulheres são relatadas ocupando os espaços da igreja católica e cumprindo seus rituais, sejam relatos reais do cotidiano, através das crônicas, ou fictícios, através das poesias, contos e folhetins publicados nos jornais: “Era na missa de madrugada. Teus olhos achavam-se presos nas mimosas folhas de um mimoso Manual, e mergulhada em fervorosas preces, não te lembravas de mim que te fitava.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1-2). “Era um recinto pudico e sagrado,/Onde se orava à Mãe Imaculada,/Tu estavas constricta e abstracta,/Em modesta postura ajoelhada” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 3).

No quarto número de *O Bond*, o jornal convoca suas leitoras a estarem presentes na missa de *Corpus Christi*, “É hoje o dia em que a Igreja celebra a festa do Corpo de Deus; é hoje em que todos os catholicos devem comparecer a ella para adorarem a imagem daquelle que morreu para nos salvar.” (O Bond, 1890, n. 4, p. 1), e a manterem-se longe da influência dos “filósofos da nova espécie”, ou seja, liberais, positivistas, agnósticos, maçons, entre outros, cujas ideologias vinham corroendo a base da dominação católica no país³⁰ (GOMES, 2007). No Ceará, era expressiva a nova “elite” intelectual³¹ que se forma na segunda metade do século XIX reunida em volta de novas ideias, como o positivismo, o pragmatismo e o racionalismo científico, que iam de encontro ao tradicionalismo católico (PONTE, 2001; CARDOSO, 2000).

Figura 16 – Trecho do jornal *O Bond* (1890)



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

No número de *O Bond* publicado em 21 de dezembro de 1890, um novo convite, em tom de convocatória (talvez bem humorada), é feito aos homens e mulheres cearenses para

³⁰ De acordo com Gomes (2007), desde a segunda metade do século XIX o Estado brasileiro irá prescindir da Igreja Católica na condução de seus interesses quanto à população. O poder clerical foi sendo paulatinamente questionado pelos liberais, agnósticos e positivistas que pretendiam tomar para si tanto o controle da educação no país quanto certas atribuições como as certidões de registro de nascimento, matrimônio e óbito.

³¹ A partir da década de 1870, expandem-se nos círculos intelectuais brasileiros elitizadas ideias de origem europeia de cunho iluminista, cientificista, evolucionista e racalista (SEVCENKO, 1983; VENTURA, 1991). Segundo Cardoso (2000), um dos *locus* de desenvolvimento dessa nova intelectualidade foi a chamada Academia Francesa do Ceará (1873-1875), agremiação filosófico-literária de viés positivista, influenciada pelo pensamento de Auguste Comte, e evolucionista, baseada em Spencer e Darwin. A Academia estava ligada às ideias da maçonaria e posicionava-se como anticlerical, tendo travado polêmicas com o jornal *Tribuna Católica* através do jornal *Fraternidade*. De acordo com o autor, a Academia foi o principal expoente da geração intelectual cearense dos anos 1870 que acreditava na ciência enquanto principal meio de “salvação” da nação brasileira.

estar na missa: “São convidados todos os povos e povas desta bôa terra para assistirem quarta feira, 24 do corrente, a Sancta Missa do Gallo, ás 12 horas da noite em ponto, na Sé. Aquelle homem, ou aquella mulher que não comparecer a Missa, será excomungado.” (O Bond, 1890, n. 15, p. 4).

Além das alusões aos eventos da religião católica que mostramos acima, eram muito frequentes, em boa parte dos jornais para mulheres analisados, os relatos de encontros amorosos que aconteciam nas igrejas, por ocasião da frequência às missas. Um poema publicado n’*A Brisa*, por exemplo, revela uma cena comum de flertes e amores nascidos nesse ambiente de oração:

[...]
 Nesse instante de gózos inefáveis
 Em que erguias o olhar á Immaculada,
 Tua mystica prece, em notas doces,
 De que rogós iria acompanhada?

Acaso te lembraste então de mim,
 De mim que ali te olhava embriagado
 A ver teu rosto calmo e setinoso
 Pela luz do fervor iluminado.

[...]
 (A Brisa, 1875, n. 7, p. 3).

Vemos que as menções aos espaços ligados à igreja católica eram bastante variadas e adotavam diferentes modos de enunciação, especialmente no que tange às mulheres. Por vezes convidava-se diretamente a estar nesses espaços, como um apelo ao cumprimento das obrigações da fé, às vezes noticiavam-se os acontecidos durante as celebrações católicas e, outras vezes, os jornais valiam-se de contos ou poesias onde figuravam moças e senhoras ocupando esses espaços. Além do chamado a estar nesses locais, demonstravam-se os modos desejáveis e indesejáveis de comportar-se em tais ocasiões, através do exemplo de mulheres admiráveis ou por meio da condenação dos maus comportamentos, como exploraremos mais a frente.

Seja como for, a igreja católica e os seus espaços e eventos estão em destaque nesses periódicos cearenses para as leitoras. Os jornais para mulheres que frequentemente apontavam a prática religiosa como assunto feminino estavam em consonância com discursos veiculados noutros espaços sociais de formação dos sujeitos no século XIX, como as escolas (CUNHA, 2008), onde se buscava inculcar o vigente código moral-religioso nas moças desde muito cedo. Em Fortaleza, a formação das jovens mulheres, fosse no campo doméstico ou no educacional, envolvia o desenvolvimento das virtudes católicas de caridade, resignação e simplicidade. O Colégio Imaculada Conceição, pioneiro na educação feminina em Fortaleza e

dirigido pelas irmãs da ordem de São Vicente de Paulo, era responsável pela formação das jovens estudantes fortalezenses de famílias abastadas e de algumas poucas alunas das classes pobres acolhidas pela escola.

A Igreja Católica da segunda metade do século XIX estava preocupada com a instrução da população, no entanto, a alinhava estreitamente ao ensinamento da doutrina cristã e seus preceitos morais (SILVA, 2017). É nesse sentido que a igreja católica tomou para si parte da tarefa de instruir a sociedade, através da educação formal promovida pelas instituições católicas, com foco na formação na infância e juventude.

Durante todo o século XIX, mesmo com a mudança do Império para a República, a presença da Igreja Católica foi constante na instrução pública primária. O catolicismo, religião oficial do Império, era utilizado como forma de legitimação do poder. Nas aulas públicas, a primeira leitura daqueles que estavam aprendendo a ler era a Bíblia e a disciplina de moral cristã foi obrigatória nas aulas de primeiras letras durante quase todo o século XIX. Essa moral cristã estava relacionada ao comportamento esperado de homens e mulheres, influenciando a instrução pública sobre os comportamentos vistos, através das lentes dessa moral, como corretos para homens e mulheres, em papéis distintos na sociedade. (SILVA, 2012, p. 43).

Essa iniciativa religiosa buscava fazer frente a uma educação baseada nos novos preceitos científicos racionalistas e anticlericais que ganhava espaço nas últimas décadas do século XIX. No entanto, ambos os pontos de vista político-pedagógicos apontavam para a ideia de que do cidadão educado dependiam a ordem social e o futuro da nação.

A atribuição dos eventos da igreja católica enquanto espaço urbano a ser ocupado pelas mulheres acontece não apenas com a exaltação da religião católica e dos eventos religiosos nos jornais para mulheres, mas também através de comentários sobre as vestes ou os comportamentos de mulheres ao frequentarem esses espaços na capital cearense. Os relatos de mulheres frequentando as missas, as novenas e as festas religiosas são numerosos e fazem-se presentes nas páginas dos jornais mesmo quando condenam certos comportamentos praticados nesses espaços, como é o caso dos namoros. Trataremos novamente do tema dos namoros nas igrejas e novenas mais no capítulo seguinte.

Além dos espaços da igreja católica, as leitoras também eram convocadas a participar dos eventos sociais elitizados da burguesia cearense emergente que, principalmente a partir de 1880, davam feição mais mundana à cidade. (CAMPOS, 1984). No cenário cultural cearense estavam em voga os bailes, teatros, livrarias, cafés, praças, espaços que buscavam seguir os moldes europeus, sobretudo o francês, uma vez que Paris era vista na época como o grande polo produtor de cultura. O final do século XIX e início do século XX no Ceará foram marcados pelo surgimento e consolidação de uma “elite” de anseios de sofisticação dos costumes. O período “[...] cria a referência dos que fazem e dos que não fazem parte da

‘Sociedade’. Ela não tem apenas o mundanismo como signo de sua urbanidade. Tem as modas intelectuais elegantes, as filosofias, as letras, o jornalismo.” (PIMENTEL FILHO, 1998, p. 57).

De acordo com Pimentel Filho (1998), “O intelectualismo vira uma diversão. Toda uma sociabilidade, forjada aos poucos nos bailes, nas festas religiosas, nas folias carnavalescas, é agora canalizada para a partilha dos bens culturais do século. Ser cidadão é ser dado a *toilettes* e às letras.” (p. 58). Segundo Cunha (2008), as mulheres instruídas estavam atentas a essas modernizações mundanas e buscavam adequar-se a elas de modo a ocupar outro lugar na sociedade.

Nos jornais que analisamos, encontramos relatos desses encontros literários e das mulheres elegantes que ali se reuniam: “A Escola Popular festejou o seu aniversário com um *soirée litterario* na noite do 1 do corrente. [...] A concorrência foi a do costume em nossas festas literárias, notando quasi o numero de vinte senhoras.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 1).

A brilhante associação Phenix Caixerai que muito honra ao Ceará realizou ao dia 28 de Janeiro a 4ª conferencia literária que, sobre os esforços do digno Presidente Joaquim Magalhães e seus auxiliares tem nos proporcionado bonitas festas da inteligência. As 8 horas da noite perante grande número de senhoritas, cavalheiros e representantes de muitas associações iniciou a conferencia versando o thema sobre o Homem e os progressos de sua locomoção, o Dr. Antonio Theodorico brilhante orador e illustrado mestre da mocidade cearense que o estima e acata com justo desvanecimento. (*O Astro*, 1907, n. 54, p. 1).

Convites eram feitos nos jornais para que os leitores se fizessem presentes nesses encontros dedicados às letras:

A Escola Popular dá depois d’amanhã um esplendido *soirée litterario*, onde temos de apreciar e ouvir uma plêiade de oradores dos mais inteligentes; como um convidado convida outro, --eu peço aos leitores que não deixem de ir à essa modesta festa das lettras cearenses. (*A Brisa*, 1875, n. 5, p. 4).

No final do século XIX, proliferaram os clubes e associações. Como afirma Ponte (2001), já em 1868 surgem o Clube Cearense e a Associação Comercial do Ceará, espaços exclusivos para as figuras cearenses que gozavam de prestígio entre as “elites”. O Clube Cearense localizava-se em um prédio em frente ao espaço onde futuramente seria construído o Passeio Público e era conhecido tanto por suas festas, jogos, danças e atividades culturais quanto pelo seu viés exclusivista. Em 1884, formado por uma camada médio-alta jovial, intelectual e politicamente engajada, surge o Clube Iracema como um espaço um pouco menos elitizado.

Em *O Astro*, relata-se uma festa promovida por um clube cearense:

Sobre a direcção do distinto moço sr. Arthur Themotheo realizou os Democratas, o apreciado club de diversões dansantes, uma renhida batalha de confetti, terminando por um animado sarau que se prolongou na maior cordialidade possível. Agradecemos o delicado convite que tiveram a gentileza de nos enviar. (O Astro, 1907, n. 54, p. 2).

Nos clubes e em outros espaços ocorriam os bailes: Baile-Concerto, Baile de Máscaras, Baile Patriótico, Baile de Sociedade, Baile Carnavalesco e Baile Político. “Na ausência de salões para festas, o Palácio do Presidente, nos dias de grandes comemorações, abre as portas a dançarmos, pessoas de bom-tom que cumprem o ritmo e os passos de quadrilhas francesas, polkas, ‘schotischs’ etc.” (CAMPOS, 1988, p. 121).

Pimentel Filho (1998) chama-nos a atenção para a importância das danças, como a quadrilha, a polka e a valsa na nova urbanidade cearense em construção no final do século XIX. De fato, encontramos relatos de festas promovidas na capital cearense em que as danças são descritas como parte da vida feminina e as jovens mulheres como suas principais personagens: “Principiei por uma polka. Oh! a polka é o volitar mais divino da dança—ao lado duma menina faceira, eu sentia-me agarrado as madeixas perfumosas da Terpsicore.” (A Brisa, 1875, n. 9, p. 4).

Amaveis leitoras—Eu vos saúdo, desejando-vos innumeradas felicidades. Já sei que de saudades melancolicas vão em vossos peitos juvenis. São mortos os bailes, acabados os jogos de prendas e de sortes, as contradanças devaneadas e entrecortadas de suspiros apaixonados, finaram-se os schotis célicos e as walsas ethereas fugiram, enfim, todos esses divertimentos virtuosos foram conduzidos nas bagagens volumosas de S. Antonio, S. João e S. Pedro: vejo bem em vossos rostos os traços da mais poética tristeza... Coitadinhas das minhas leitoras!” “Moças lindas como os amores, valsas leves como o voar das rôlas, schothis ligeiros como o volitar das borboletas; e as contradanças: que segredos mimosos! (A Brisa, 1875, n. 10, p. 4).

Em um dos jornais, encontramos menção a uma festividade realizada no Passeio Público, regada a comidas e danças. Apesar de ser mencionado o samba, uma dança de viés mais popular, o convite é feito para que mulheres e homens de “bom tom”, assim como a “meninada”, se fizessem presentes na ocasião, o que nos leva a crer que talvez a festividade pretendesse criar um ambiente familiar.

Aproveite, rapaziada do bom ton: só temos hoje. Haverá caldo de panelada, e samba, na barraca Ceará. O maxixe hoje sahe sinza! A’kermesse! Rapaziada de saia e de ceroula! A’kermesse! Meninada, o Bond percorrerá ás 5 horas da tarde, em roda do lago do Passeio Publico. O senographo Ranulpho é o gerente aclamado pela população. Avante! meninada; arranjem 200 reis e vamos ao Passeio. (O Bond, 1890, n. 1, p.3).

Outras ocasiões importantes eram as peças de teatro, que eram mencionadas nos jornais para o público feminino. Por serem comentadas e mencionadas em tom de convite em

jornais **para mulheres**, podemos pensar que a presença das leitoras nas peças de teatro era desejada: “Hoje, no theatro S. José, dará o seu primeiro espetáculo deste mez a sociedade—Recreio Familiar.” (A Brisa, 1875, n. 3, p. 4). “Começou hontem a representar-se no S. Luiz o apparatuso drama—Conde de Monte Christo—de Alexandre Dumas, em 1 prologo, 5 actos e 8 quadros, com uma casa completa, notando-se grande satisfação nos espectadores pelo bom desempenho da peça.” (O Bond, n. 15, p. 3).

Com a representação dos “Sinos de Corneville” da-nos hoje o Vilella uma noite esplendida, no S. Luiz. Que o público saiba corresponder os esforços do distincto actor è o que desejamos de coração. La estaremos para mais uma vez applaudir o talento artistico da festejada atriz Mlle. Rosalia e o distincto actor Ficarra no papel do Gaspar. Ao S. Luiz, hoje, publico cearense! (O Bond, n. 18, p. 3).

Também encontramos menções a companhias circenses que fizeram espetáculos na capital cearense: “A Companhia Franceza continúa a dar-nos noites agradabilissimas. Os artistas têm desempenhado perfeitamente os seus trabalhos. Domingo a pandega esteve sublime.” (O Bond, 1890, n. 3, p. 4). “Quinta-feira ultima deu o seu primeiro espetáculo o Circo Equetre, dirigido pelo Sr. Hilario d’Almeida. Enchente regular e trabalhos soffiveis. Hoje haverá espetaculo.” (O Bond, n. 18, p. 4).

As grandes festas comentadas nos jornais para mulheres que analisamos eram as ligadas às celebrações católicas, fortalecendo a ideia que discutimos anteriormente dos espaços da igreja como próprios da vida feminina. Encontramos várias menções e convites para festas em comemoração aos santos da igreja: “Já sei que vos divertistes bastante na noite de S. João. Por minha parte declaro-vos que nunca comí e brinquei tanto. Como são belas as noites de S. João?! [...] Que quadrilhas fogosas! Como é bello dançar. Meninas belas e dançadeiras—só até ali.” (A Brisa, 1875, n. 9, p. 4).

São Pedro, para este vosso creado, foi melhor que S. João, assim como este mais agradável do que o beato S. Antonio. Dançei muito, comi anda mais e diverti-me a faltar. Que bolos! Que cangicas! Que aluazes! foi um paraizo a noite do Supremo-Chaveiro. (A Brisa, 1875, n. 10, p. 4).

Segundo o que observamos, muitas missas e novenas eram seguidas de festas populares, repletas de comidas típicas e de danças folclóricas, incluindo o Bumba meu boi, fandangos e congos: “Temos também o boi, o fallado boi que é o divertimento mais popular que conhecemos no Ceará [...] Ao Boi, rapaziada! Não percam a occasião.” (O Bond, 1890, n. 14, p. 3-4).

Depois da missa teremos mão de vaca e baião de dois nos quiosques do zé-povinho, e teremos mais as pastorinhas, os fandangos, os congos, o bumba meu boi e as novenas dos Arronches. Quem também não foi a estes divertimentos ficará

excomungado pelo santo Papa. Cada um vá munido dos cobres. (O Bond, 1890, n. 15, p. 4).

Os Fandangos parece que este anno não estão tão animados como no anno passado, mais em compensação temos os congos, os tradicionais congos, onde o “Sacratário” recebe ordens do “Rei Cariongo”, e as rusticas, porem imponentes canções populares faz-se ouvir pelo sexo barbado, como o som de uma canna rachada. (O Bond, 1890, n. 14, p. 4).

Como pudemos ver, é fato que alguns dos novos espaços sociais no âmbito público que foram criados na segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX abrem espaço para a presença feminina. Os eventos ligados à igreja e os espaços de lazer aqui mencionados emergiram como principais locais destinados à circulação de mulheres de acordo com os jornais femininos que analisamos. Com Foucault (2010) podemos pensar que se os jornais buscavam alocar as mulheres leitoras nesses espaços é porque era lá que se queria que elas estivessem. A espacialização da cidade e os modos como os indivíduos circulavam nesses espaços agiam como estratégia de docilização dos corpos individuais.

A criação de novos espaços de lazer e sociabilidade na capital cearense do final do século XIX e início do século XX, direcionados principalmente para as camadas sociais privilegiadas, intimaram sobretudo as mulheres desses estratos sociais a fazerem-se mais urbanas e a ocupar esses locais de acordo com um novo código de costumes que se instalava. No período, emergia uma “elite” dominante, letrada e de caráter aristocrático, que fundava novas formas de lazer e sociabilidade, baseadas na modernização e disciplinarização dos costumes.

Contraditoriamente, ainda que a mulher começasse a ganhar espaço no âmbito público ou mesmo em lutas políticas, como a empreitada abolicionista³², também ganhava cada vez mais força a construção do seu lugar no espaço doméstico, limitado aos padrões de moralidade burguesa que ascendiam. A mulher tornava-se mais urbana e ao mesmo tempo mais voltada às suas responsabilidades domésticas. Essa aparente contradição explica-se pelo fato de que, como explica Costa (1999), a reedição higiênica da posição da mulher na família deu-se em duas fases. Primeiramente, o higienismo, através de suas prescrições para a saúde

³² No Ceará, as mulheres exerceram papel ativo no movimento intelectual-abolicionista das últimas décadas do século XIX. A Sociedade “Perseverança e Porvir”, criada em 1879, no ano seguinte, rebatizada Sociedade Cearense Libertadora, discutia a criação de uma associação feminina beneficente para oferecer doações periódicas e produtos artesanais para venda em leilões em prol da causa abolicionista. Em 1882, foi então criada a Sociedade das Senhoras Libertadoras, formada por mulheres das classes mais ricas, muitas delas esposas dos membros da Sociedade Cearense Libertadora. A campanha abolicionista e a conclamação dos homens à participação feminina no movimento abriram uma espécie de brecha para que essas mulheres dos grupos abastados pudessem sair da esfera privada a elas imposta e figurar na cena pública. No entanto, ainda que a mulher fosse vista como portadora de papel fundamental na abolição, e, ainda, no desenvolvimento intelectual e no progresso, deveria ser mantido intocado o seu papel de esposa e mãe e as suas virtudes de caridade, delicadeza e recato. (PONTE, 2011; CUNHA, 2009).

física e moral dos indivíduos, retirou a mulher do confinamento doméstico permitindo a sua circulação pela urbe.

Essa ação inicial médico-higiênica fazia parte do combate aos antigos modos coloniais de vivência da vida familiar privada. Dizia-se, nos tempos coloniais, através de um provérbio de origem portuguesa, que a mulher só saía de casa em três ocasiões: para ser batizada, para casar e para ser enterrada (ARAÚJO, 2015; HAHNER, 2016). A igreja era um dos poucos espaços fora do lar permitidos às mulheres “de respeito”. Segundo Falci (2015), principalmente quando pensamos nas classes abastadas, é possível dizer que a mulher não possuía muitas atividades fora do espaço doméstico e toda a sua criação, desde menina, treinava-a para o bom desempenho das prendas do lar.

De modo geral, a vida feminina das mulheres da classe senhorial no Brasil colonial era circunscrita ao interior das habitações e marcada pela ociosidade que se alternava com tarefas domésticas. As esposas das famílias patriarcais possuíam maridos, em sua maioria, autoritários, pouco saíam de suas casas e tinham um grande número de filhos, o que facilitava ainda mais a sua reclusão doméstica. O pouco movimento pela casa, devido à exploração da força de trabalho escrava e o excesso de tempo passado em postura sentada, dava à mulher colonial uma feição de excesso de peso e alvura da pele (COSTA, 1999; HAHNER, 2016). Costa (1999) explica como, dentro do confinamento caseiro, a mulher desempenhava uma função econômica de administração e zelo do patrimônio doméstico do homem, organizando a produção econômica da propriedade e supervisionando o trabalho escravo. Essa função produtiva feminina contribuía para a autossuficiência das propriedades, o que era condição para a existência do despotismo senhorial característico daquela época. No entanto, esse perfil feminino variava conforme, principalmente, a classe social.

As mulheres coloniais de classes menos favorecidas praticavam certas atividades laborais para auxiliar no sustento da casa, mas ainda assim o faziam de modo discreto e mais caseiramente quanto possível, visando evitar a maledicência. Era o caso das doceiras, floristas, bordadeiras, professoras de piano. No caso das mulheres pobres, estas tinham pouca escolha que não fosse trabalhar como costureiras, rendeiras, lavadeiras, fiadeiras ou roceiras, apanhadeiras de água nas águas, quebradeiras de coco, o que poderia lhes colocar na posição de movimentar-se mais pela cidade e entrar em contato com mais pessoas. Nos registros de relatos de viajantes que visitaram o Brasil à época, as mulheres pobres eram avistadas andando pelas ruas com roupas pouco compostas para os padrões da época, com os ombros à mostra (ARAÚJO, 2015). Já as mulheres escravizadas eram usadas pelos seus senhores para

realizar toda sorte de serviços domésticos necessários à manutenção da casa, sendo elas as principais responsáveis pelas tarefas domésticas consideradas femininas (HAHNER, 2016).

Voltando à realidade das mulheres dos lares senhoriais, como quase tudo que era necessário à sobrevivência era produzido na própria casa ou oferecido por vendedores porta-a-porta, a mulher praticamente não se ausentava do lar, a não ser em ocasiões especiais, como eventos da igreja. “O isolamento da mulher era, portanto, uma consequência da modalidade de contato da família com o mundo, na realidade brasileira da época. Acresça-se a este modo de convívio social os prolongados períodos de gravidez e ‘resguardos’ [...]” (COSTA, 1999, p. 103). Além disso, a vida colonial no ambiente rural, longe das vilas e cidades, atuava também como fator que contribuía para o isolamento feminino.

A chegada da Corte portuguesa no Brasil imprime à família de “elite” uma urgência de aristocratização dos costumes e, nesse movimento, abre-se, nos salões e festas privadas, uma nova sociabilidade à mulher de posses pertencente à sociedade imperial, nas cidades maiores e capitais do país mais expostas às novidades. A entrada do capital industrial europeu no Brasil imprimia uma nova vida social na qual a mulher enclausurada no seu próprio quarto não se encaixava.

Com o alargamento da vida urbana, cresce o comércio de roupas e artigos de luxo, em uma clara importação dos costumes citadinos europeus, o que cria um novo hábito de circulação urbana feminina por entre as novas lojas e *boutiques*. Esse processo vai intensificando-se ao longo do século XIX. Os novos grupos sociais emergentes no País nesse período buscavam afirmar a sua pretensa superioridade através do afrancesamento dos costumes. Foi um processo de (re) europeização, como avalia José Ernesto Pimentel Filho (1998), pois nos europeizamos nos moldes portugueses durante o Brasil-Colônia e, posteriormente, no Brasil imperial e no início da República, passamos a nos espelhar especialmente na França, mas também na Inglaterra, países idealizados como sinônimos de civilização. A França fazia-se presente nas vestimentas, na linguagem, no lazer, na intelectualidade, no comportamento da população, sobretudo das “elites”.

No contexto cearense da segunda metade do século XIX, desenvolve-se a moda, que exigia ternos, chapéus, vestidos longos e pesados, luvas e mangas, apesar do notável e constante calor característico do Estado do Ceará. As classes emergentes utilizavam tais vestimentas inspiradas no modelo europeu como um sinal de seu poder aquisitivo e, com o surgimento dos novos espaços de lazer e sociabilidade decorrentes da intensa remodelação urbana da época, possuíam novos espaços para desfilarem com suas roupas (PONTE, 2001). No jornal *Lirio*, o cronista escreve: “Diariamente as leitoras inventam modas sobre modas.”

(Lirio, 1875, n. 4, p. 4). No entanto, é importante destacar que, quando pensamos em termos do sertão nordestino do século XIX (afastado das cidades litorâneas), mesmo as mulheres ricas vestiam-se com mais simplicidade em relação aos grupos economicamente privilegiados do litoral (FALCI, 2015).

A partir da década de 1880, “ocorre um natural alargamento do poder de compra dos cidadãos e o mercado para produtos de requinte obtém um considerável estabelecimento.” (PIMENTEL FILHO, 1998, p. 50). Perfumes, cremes e sabonetes franceses, artigos finos e roupas para bailes, uma variedade de novos objetos que trazem consigo a instalação de novos hábitos. No jornal *O Bond*, fala-se sobre o uso de vestimentas de luxo em um baile carnavalesco:

O Oiteiro vestir-se-há de gala para assistir a festa em que a mocidade folga na vertigem do prazer em “em cons” diabolicos. Segundo nos informam, a vestimenta dos cavalheiros é do gosto e mais apurado, e as damas de “toilettes” os mais modernos que tem trazido a moda neste nosso cantinho do mundo. (*O Bond*, 1891, n. 24, p. 3).

Esse novo universo de consumo de objetos de luxo era considerado como próprio da vida feminina das mulheres pertencentes às “elites” no Ceará da época dos nossos jornais para mulheres. No jornal *A Brisa*, o escritor dirige-se às suas leitoras dizendo: “Leitora: — Abro um curto parenthesis, pedindo-te que não leves à mal, o tratar-te por tu. Para roubar alguns instantes às tuas ocupações de hoje, que começam pelos toilettes e vao terminar nas fantasias do luxo [...]” (*A Brisa*, 1875, n. 5, p. 3).

Esse inicial afastamento da mulher do confinamento doméstico foi ensejado pelo saber médico através da atribuição da origem de males diversos à saúde da mulher à reclusão doméstica. O corpo pálido e flácido da mulher colonial, produto do confinamento feminino daquela época, tornou-se alvo do saber-poder médico. Descativar a mulher do espaço doméstico fortaleceria várias frentes do movimento higienista ao mesmo tempo.

Arrancando-a da alcova, a medicina social, de um só golpe, integrava a família à cidade, enfraquecia o poder paterno e surgia como aliada da esposa contra o marido. Os médicos chegaram, assim, a constituir uma verdadeira “síndrome de alcova”, responsável por numerosíssimos males que acometiam mulheres e crianças. (COSTA, 1999, p. 115).

Dessa maneira, a higiene também vem, enquanto saber e prática, contribuir para que as famílias brasileiras se urbanizassem no século XIX, outorgando novas funções aos membros familiares. Para a pretendida higienização das famílias, fez-se necessário inicialmente a efetivação desse movimento de desencarceramento das mulheres.

As “enclausuradas nas alcovas” tornaram-se “antifuncionais”. A corte requeria a “mulher de salão”, a “mulher da rua”. Os grandes negócios e o pequeno comércio exigiam uma e outra, respectivamente. A mulher de posses deveria saber receber as visitas do marido, estar presente à mesa e às conversações. Paralelamente, deveria compenetrar-se de sua nova situação social, abandonando seus antigos hábitos e europeizando seu corpo, seus vestidos e seus modos. As mulheres começaram a desprezar as mantilhas, a descobrir os rostos e a revestir-se com artigos franceses e ingleses. As ruas que concentravam o comércio feminino começaram a encher-se. Os vendedores e mascates de portas perdiam a utilidade. A casa perdia sua auto-suficiência. A cidade dominava a família. (COSTA, 1999, p. 119).

No entanto, concomitantemente, a rua oferecia uma série de riscos à manutenção da ordem familiar higiênico-burguesa que se buscava instalar. O movimento de sociabilidade inicialmente incitado pelo saber-poder médico, em excesso, representava uma ameaça aos objetivos higiênicos de docilização dos indivíduos. O desencarceramento feminino precisava ser mantido sob controle. Era necessário que os indivíduos se voltassem à intimidade familiar e se disciplinassem de acordo com o novo código moral em construção. “O mundo obscuro, moralmente destrutivo foi inventado para criar na família terror ao exterior e ternura pelo convívio íntimo. Este artifício desacelerava o movimento da sociabilidade que parecia fugir ao controle médico.” (COSTA, 1999, p. 136).

Assim, a medicina higiênica passou ressaltar os perigos que a rua poderia trazer à saúde moral e passou a regular a ocupação do espaço público de modo que esses usos da rua atendessem aos interesses higiênicos. Os modos como as mulheres ocupavam a cidade passaram a ser alvo constante de disciplinarização e moralização, conduzidas inclusive por meio dos discursos dos jornais cearenses para mulheres que aqui analisamos.

A moda e a vaidade feminina, excitadas pela nova vida urbana da mulher, tornaram-se um dos alvos do saber médico e da nova moral vigente. Como destaca Ponte (2001), em 1913 o médico cearense Virgílio Aguiar condenava publicamente na imprensa, na *Revista Norte Médico*, os danos da moda à saúde das mulheres, destacando os malefícios dos espartilhos, vestidos justos, saltos altos e sapatos de bico fino. Para o médico, ao se livrar da moda, a mulher alcançaria robustez física e intelectual. Esse argumento, revestido de um discurso mais moralista, aparecia também na imprensa geral. Em *O Libertador* de 13 de fevereiro de 1887, Ramalho Ortigão escreve o artigo “A mulher que seja bela” que dizia:

A mulher verdadeiramente e autenticamente feia é um produto da civilização. Ella fez-se por suas próprias mãos tendo inventado para deturpar a obra da criação as modas ridículas, as cores ultrajantes, as formas contra a natureza e essa calúnia sacrílega da feminilidade a que ellas mesmas deram o nome indecoroso de “madamismo”. (*O Libertador*, 1887, n. 44, p. 3).

Com o aumento da possibilidade de saída da mulher às ruas, cresce a vigilância sobre suas condutas, que nos tempos coloniais era praticada apenas pelos olhares dos

membros do espaço doméstico e feita a partir de outra ótica moral (COSTA, 1999). A ocupação dos espaços públicos pelas mulheres será marcada por intensa regulação social. Como afirma D’Incao (2015), as mulheres tiveram que aprender a se comportar em público, a partir de padrões burgueses de educação.

A vivência urbana feminina era recoberta de um código moral estrito. Como explica Costa (1999), o saber médico-higienista vem dar força à ideia de que era necessário às famílias socializarem de forma moderada com pessoas de fora do convívio caseiro. No entanto, ao saírem à rua, as mulheres honestas deviam preocupar-se sempre com os lugares a frequentar, companhias ao saírem de casa e o horário em que circulavam fora do lar.

De acordo com os preceitos morais então vigentes, inclusive os discursos e práticas jurídicas (SOIHET, 2015; ESTEVES, 1989), a mulher considerada honesta não saía de casa sozinha, principalmente à noite. Para as moças de respeito, vigorava a norma de circular na rua apenas até as nove horas na noite, quando em muitos locais tocavam os sinos da igreja sinalizando o horário (AZEVEDO, 1986). Depois disso, a rua era deixada aos frequentadores suspeitos da noturna urbana: boêmios, vagabundos, prostitutas. Tanto a honra da mulher (principalmente aquela pertencente à classe média ou alta) quanto a de seu marido seriam comprometidas se, por exemplo, ela saísse à rua com um homem que não fosse seu pai, seu irmão ou seu marido (MALUF e MOTT, 1998).

A prioridade das mulheres deveria ser o cuidado com os filhos e marido, mas à mulher das classes médias e altas permitia-se a presença em eventos privados, como bailes, teatros, jantares, recepções e celebrações religiosas, como pudemos ver através dos jornais cearenses para o público feminino aqui analisados, que ajudavam a criar essa urbanização controlada da vida feminina. “Nesses recintos fechados, a nova mulher higienizada teria o direito de aparecer e demonstrar toda a sua habilidade em obter alguma vantagem econômica ou política para seu esposo ou mesmo para seus filhos.” (ESTEVES, 1989, p. 51).

Já as festas populares, como os carnavais de rua, eram consideradas rudimentares e vulgares, não adequadas para “mulheres de respeito”. Essas formas populares de lazer e sociabilidade eram espaços de ocupação dos escravizados (antes da abolição da escravatura) e da camada mais pobre no contexto cearense oitocentista, que, na verdade, compunham a maioria da população cearense da época³³.

O que possuíamos era o predomínio de um povo de cara mestiça-parda, cuja maior parte era analfabeta e de hábitos como falar alto, trajar simples (vestuário

³³ Segundo o recenseamento de 1890, nesse ano, no Ceará, 358.619 dos habitantes eram brancos, 69.635 pretos, 137.956 caboclos e 239.477 mestiços.

confeccionado com tecidos grossos de algodão), praticar jogos (o jaburu e dos bichos), ir às festas regadas com a cachaça, namorar nas areias, jogar ‘conversa - fora’ sob árvores, banhar-se nas lagoas e rios, da jumentada (corrida de jumentos), preparar festas populares de marca africana (congada, reisados e batuques), etc. (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009, p. 78-79).

Chama-nos a atenção o fato de que as práticas populares de lazer e sociabilidade acima descritas são apagadas nos periódicos analisados nesta pesquisa, enquanto a vida social e a diversão das “elites”, regadas a missas, festejos católicos e teatros aparecem constantemente. De fato, esses outros modos de ocupar a cidade eram desvanecidos pelos enunciados dos jornais para mulheres. Só podemos imaginar que esses jogos de origem humilde, festas com bebidas baratas, banhos e namoros ao ar livre fossem vistos como uma “má influência” para as leitoras dos periódicos.

Assim, ainda que a mulher, diferentemente do período colonial, já ocupasse mais os espaços urbanos, a sua circulação pela cidade era repleta de cuidados e restrições. Essa realidade se dava de forma mais palpável na vida das mulheres pertencentes aos grupos sociais economicamente privilegiados, pois a vida das mulheres das classes sociais menos favorecidas usualmente não seguia tais padrões, ainda que essas mulheres fossem julgadas a partir dos critérios de moralidade burguesa (ESTEVES, 1989).

Nos jornais, os comportamentos públicos femininos que escapavam à norma não escapavam aos olhares atentos e repreensões: “Sabbado diversas meninas do Boulevard da Conceição (Oiteiro) andaram brigando por causa dos namorados. Que desfructe moças, criem juízo, deixem-se de andar dando espetáculos em plena rua.” (O Bond, 1890, n. 10, p. 4).³⁴

Dessa maneira, em um segundo momento, visando a submissão dos indivíduos ao poder do Estado, o higienismo reintroduz a mulher no interior da família e do espaço doméstico, atribuindo-lhe a responsabilidade pelo sucesso do amor conjugal e da formação de suas crianças de acordo com os modernos preceitos médicos. “Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe.” (COSTA, 1999, p. 260).

Em resumo, foi necessário, em um primeiro momento, que os modos de vida coloniais fossem dissolvidos através da urbanização feminina. No entanto, essa liberdade da mulher, em um segundo momento, precisou ser contida para que a mesma se tornasse útil ao

³⁴ Segundo Silva (2017), as brigas entre mulheres nas ruas da capital cearense geravam intervenção policial, mesmo que não houvesse agressão física envolvida. Em seu levantamento dos *termos de bem viver* (uma espécie de termo de ajustamento de conduta da época) assinados por mulheres no século XIX, encontrou que a esmagadora maioria era referente a ofensas ou rixas entre mulheres.

poder, cumprindo a sua incumbência de mãe e esposa dentro do espaço doméstico. “A mãe higiênica nasceu, portanto, de um duplo movimento histórico: por um lado, emancipação feminina do poder patriarcal; por outro, ‘colonização’ da mulher pelo poder médico.” (COSTA, 1999, p. 255). Examinaremos mais de perto a questão da maternidade no próximo capítulo.

4.1.2 Vigilância em crônicas: uma política do olhar sobre a mulher

Nos periódicos analisados, são frequentes as publicações de crônicas. Atualmente, consideramos a crônica como um gênero literário caracterizado pela apreciação pessoal do autor sobre o cotidiano de seu tempo. Mesclando o matiz literário e o jornalístico, o gênero crônica surgiu no Brasil no século XIX, com Francisco Otaviano (1826-1889) e João do Rio (1881-1921), que exprimiam no rodapé das folhas – ou “folhetins” – as impressões que tinham de suas andanças pela cidade, dos seus cenários e das histórias e costumes da gente que aí circulava (CANDIDO, 1992). O gênero também foi cultivado e aprimorado por escritores célebres do período aqui analisado, como José de Alencar e Machado de Assis³⁵, ganhando no século XX sua atual forma pelas mãos de escritores como Rubem Braga e Luís Fernando Veríssimo.

No período dos jornais que analisamos, pudemos perceber que as crônicas consistiam sim na apreciação da vida cotidiana por seus autores, mas especialmente no sentido da bisbilhotice da vida alheia e maledicência. As crônicas normalmente consistiam no relato de passeios dos cronistas pelas ruas de Fortaleza ou por eventos da igreja católica, como missas e novenas: “Façamos uma pequena digressão até a Sé e apreciemos le bonheur de mil olhares — de dous mil olhos, em serviço activo.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 4).

Tais passeios eram feitos com o objetivo de vigiar os atos das pessoas nos espaços públicos e flagrar comportamentos considerados repreensíveis, especialmente os namoros tidos como indecorosos. Posteriormente, tudo era relatado nas páginas dos jornais, às vezes resguardando a identidade dos autores dos atos condenáveis, às vezes não. Era comum que esses relatos viessem nas páginas finais dos periódicos. Dos jornais que compõem nosso *corpus* de pesquisa, apenas *O Orvalho* e *O Astro* não exibem essa característica em seu conteúdo.

³⁵ Para Hohlfeldt (2016), Machado de Assis se via como uma espécie de decifrador do cotidiano, daquilo que não enchia os olhos, como as notícias sérias e gritantes, mas justamente do que permanecia obscuro na sociedade.

Os novos costumes de circulação urbana e de sociabilidade inaugurados na capital cearense do século XIX de fato propiciavam esse tipo de prática. O espaço da rua passava a ser considerado um espaço público diferenciado do espaço privado do lar, criando-se uma oposição entre o público e o privado (FREYRE, 1936/1985). O uso da rua passou a ser regulamentado, de modo que códigos de conduta passaram a ser elaborados para que se moldassem novos hábitos de usos dos espaços públicos.

As novas opções de lazer e sociabilidade, como praças, clubes e festas atraíam as pessoas para o espaço coletivo. A circulação foi facilitada pelos mais modernos meios de transporte inaugurados. O bonde a tração animal principiado em 1880 pela Cia. Ferro Carril, símbolo do progresso, possibilitou novas formas de ocupar e de locomover-se pela cidade, assim como permitiu novas formas de sociabilidade, através dos passeios, do rápido transporte, do uso de roupas alinhadas exigidas para que os passageiros embarcassem, do costume de ver o bonde passar (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009).

Cresce a possibilidade de circulação pela cidade, mas cresce também a vigilância e a sanção dos comportamentos dos indivíduos, sobretudo das mulheres. Se por um lado as mulheres passavam a ter uma maior liberdade de circulação nos espaços urbanos, por outro as suas ações começaram a ser monitoradas e julgadas não apenas por suas famílias, mas também pela sociedade como um todo, tornando-se então necessário que fossem educadas para aprender a portar-se em público (D'INCAO, 2015). Dessa forma, a entrada feminina nos espaços públicos abriu espaço para ainda mais exigências morais dirigidas à mulher. O comportamento honroso de uma mulher refletia não apenas o seu caráter, mas também o de sua família e, caso fosse casada, de seu marido. A imprensa apresentava-se como um dos meios para que essa disciplinarização dos indivíduos fosse efetivada.

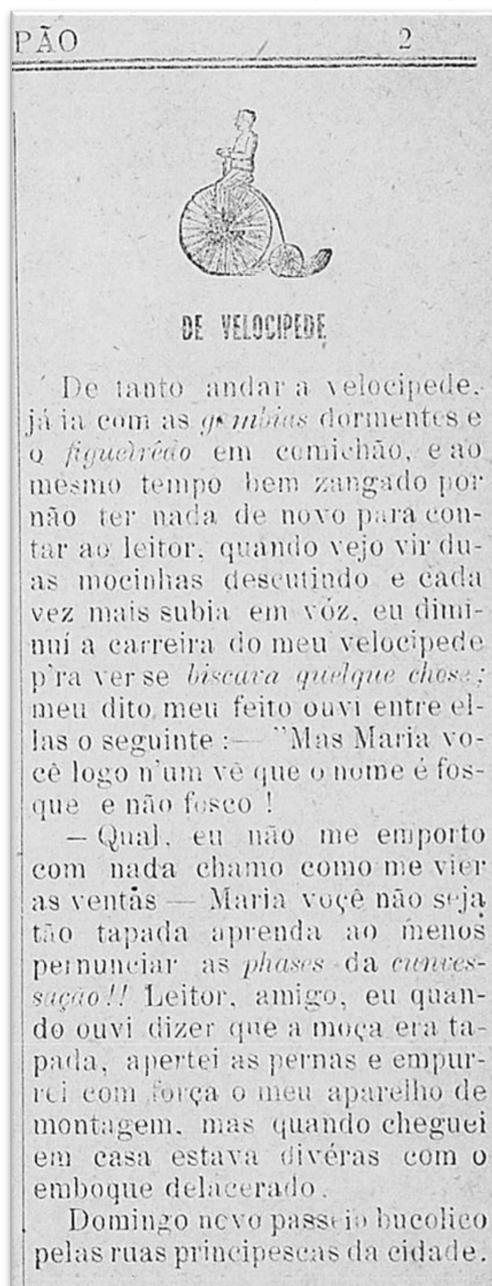
No primeiro número do jornal *Pimpão*, um dos escritores menciona estar cansado por tanto andar pela cidade de velocípede³⁶ à procura de avistar um mote para sua escrita (Figura 17). No mesmo jornal, antes de uma série de denúncias de namoros, lê-se: “Pequeno é o número de reporters que possui o ‘Pimpão’, mas são todos activos e estão em toda parte, para ver e apreciar as piparotada de ambos os sexos. Eis as que eles nos apresentaram:” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 2-3).

No mesmo número do *Pimpão*, na seção chamada “Notas a Bond”, um autor jocosamente escreve sobre o diálogo de duas moças aparentemente iletradas que capturou ao pegar o bonde do Benfica (Figura ?):

³⁶ Espécie de bicicleta do século XIX, caracterizada principalmente por possuir a roda dianteira bem maior que a traseira.

De tanto andar a velocípede já ia com a *gambias* dormentes e o *figueirêdo* em comichão, e ao mesmo tempo bem zangado por não ter nada de novo para contar ao leitor, quando vejo vir duas mocinhas discutindo e cada vez mais subia em voz, eu diminuí a carreira do meu velocípede para ver se biscava *quelque chose* [...]. (Pimpão, 1897, n.1, p.1).

Figura 17 – Trecho do jornal *Pimpão*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Em *A Brisa*, também são relatados os passeios dos cronistas pelas ruas da cidade, destacando as moças avistadas por eles: “Quarta feira fiz um passeio [ilegível] em roda da cidade; vi muita couza boa; mocinhas chiques, meninas bonitas, etc.” (*A Brisa*, 1875, n. 5, p. 4).

No mesmo jornal, o autor relata a sua postura ao ir à novena em um dia de sábado: “Fui e postei-me em atitude de *escriptor público*; assestei o meu *pence-nez* côm de azeitona, e comecei a admirar todas as meninas belas e não belas.” (A Brisa, 1875, n. 6, p. 4).

No jornal *O Bond* essa prática da vigilância dos comportamentos dos indivíduos é frequente. No terceiro número do jornal, o cronista relata os namoros avistados ao andar pelas ruas de Fortaleza, na crônica de título “Eu fui andando”. Relata seu passeio pelas ruas 24 de Maio, General Sampaio, Senador Pompeu e Formosa: “E fui andando... e fui andando... e fui vendo tantas cousas porcas e tanto cheiro de chifre, que ainda hoje estou doente da cabeça de ver tanta imoralidade [...]” (O Bond, 1890, n. 3 p. 2). No quarto número do jornal, encontramos a mesma crônica, narrando outros passeios pela capital cearense: “E fui andando... e fui andando... e fui andando... quando tomei o bond do Fonseca, para o Garrote, descí na estação e fui andando... e fui andando...e fui vendo namoros lá por cima [...]” (O Bond, 1890, n. 4 p. 3). No sexto número do jornal, a mesma crônica está presente, trazendo relatos do mesmo teor.

Observamos que não eram quaisquer comportamentos escolhidos para o relato dos cronistas. Certamente muitas cenas cotidianas eram avistadas pelos escritores andarilhos, no entanto, eram as situações consideradas indecorosas, as “cousas porcas”, como escreveu o autor d’*O Bond* citado acima, as selecionadas para compor a crônica. A vigilância da vida alheia por parte dos cronistas, que, em seus discursos, assumiam-se como arautos da moral e bons costumes, parece buscar o objetivo de disciplinar os comportamentos e regrar os costumes. Ao tomarmos o modo de funcionamento do poder-saber disciplinar trabalhado por Foucault, de fato encontramos o instrumento que Foucault (2010) chama de vigilância hierárquica.

Segundo Foucault (2010), as disciplinas exercem seu controle através do desenvolvimento de técnicas que façam os indivíduos serem vistos e, principalmente, que os façam sentir que estão sempre sob observação. “O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar: um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam.” (FOUCAULT, 2010, p. 165).

A vigilância é uma engrenagem do poder disciplinar. Ela funciona como um operador de transformação do indivíduo, como uma técnica para sujeitá-lo e utilizá-lo, produzindo efeitos de poder. De forma microfísica, o poder disciplinar faz operar uma sujeição anátomo-política dos corpos individuais.

As disciplinas operam por meio de uma dinâmica do olhar: os indivíduos precisam ser constantemente vistos sem que saibam quem os vê. O anonimato dos cronistas dos jornais para mulheres que analisamos colabora para a sensação de ser alvo de observação constante e generalizada nos espaços públicos. Se não se sabe quem é o cronista, qualquer um pode sê-lo. O medo de ser flagrado é alimentado pelo medo de ser o assunto de uma das crônicas dos jornais. É nesse ponto que a vigilância entrecruza-se com a denúncia dos jornais como forma de punição para aqueles que praticavam atos condenáveis.

Podemos considerar a imprensa enquanto uma construção histórica que atende a certas necessidades de sua época e faz funcionar relações de saber e poder, produzindo campos de dizibilidade e de visibilidade. “Assim como os critérios de noticiabilidade definem um campo do dizível (os enunciados-notícia), o jornal define um local do visível (uma sorte de panóptico, local de onde se pode ver tudo, sem ser visto).” (VOGEL, 2009, s/p). Em todo o processo de operação de tais mecanismos, busca-se produzir um sujeito.

O jornalismo é apontado por Foucault (2013b), na entrevista intitulada *O olho do poder*, como um grande símbolo da política de visibilidade presente no século XIX: “No fundo, foi o jornalismo – invenção fundamental do século XIX – que manifestou o caráter utópico de toda essa política do olhar.” (FOUCAULT, 2013b, p. 339). Essa centralidade do olhar possibilitou um exercício de poder menos violento e mais incitador e vigilante, que é mais eficiente no alcance de seus objetivos e menos provocador de revoltas. Trata-se de um poder que combate as “escuridões” e busca promover a transparência e visibilidade. Foucault (2013b) indica que a mídia se formou obediente aos mecanismos da economia e do poder, “[...] *os media*, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão.” (FOUCAULT, 2013b, p. 339). De fato, com a análise dos jornais para mulheres aqui estudados pudemos observar como a imprensa feminina cearense desempenhou uma função de adestramento e docilização em consonância com o processo de disciplinarização da população durante o final do século XIX e início do século XX.

4.1.3 A denúncia punitiva na normalização dos corpos femininos

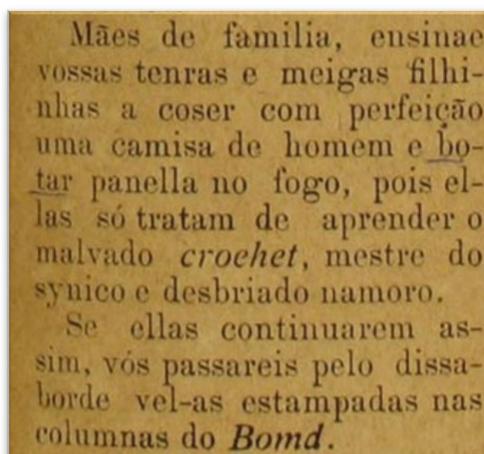
De mãos dadas com a vigilância dos cronistas dos jornais para mulheres, estava a denúncia dos maus comportamentos flagrados durante as vigílias. Vigiava-se primeiro para sancionar depois, através da exposição pública nas páginas dos periódicos. Entendemos que as denúncias nas páginas dos jornais eram punitivas, porque são vários os momentos em que

tal exposição era mencionada em tom de ameaça. No quinto número do jornal *O Bond*, por exemplo, um cronista de nome Zacarias escreve uma seção de título “Exposição” e nela sinaliza aos leitores que esteve viajando, mas que está de volta às páginas d’*O Bond* para moralizar a sociedade:

Depois que andei de viagem lá por Mucuripe, soube que na minha ausência **tivestes o arrojo de namorardes desbriadamente** a tudo ao mais!.. Pois bem, agora vamos ver quem tem roupa na “mochila”. Eu cheguei gordo do bom peixe que comi naquelas plagas, onde Iracema foi enterrada e o Raymundinho Mota foi [ilegível], etc, etc. Vê, pois, rapaziada, que quem vem assim está disposto a fazer dos vossos [ilegível] um “bife”, isto é, **pela pena e pela moralidade**. (O Bond, 1890, n.5, p. 4, grifos nossos).

No segundo número do jornal *O Bond*, ameaça-se uma viúva que, segundo o que os jornalistas haviam ficado sabendo, não se importava com o que diziam sobre ela nas páginas do jornal: “Pois bem, você tome cuidado conosco, que estaremos prompto com meixixe para coser-lhe o couro. Tome nota, ouviu, sá viuvinha?” (O Bond, 1890, n. 2, p. 3). No mesmo número do jornal, ameaçam-se as “mães de família” de denunciar as suas filhas “namoradeiras”: “Se ellas continuarem assim, vós passareis pelo dissabor de vel-as estampadas nas columnas do Bomd.” (O Bond, 1890, n.2, p.1).

Figura 18 – Trecho do jornal *O Bond*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

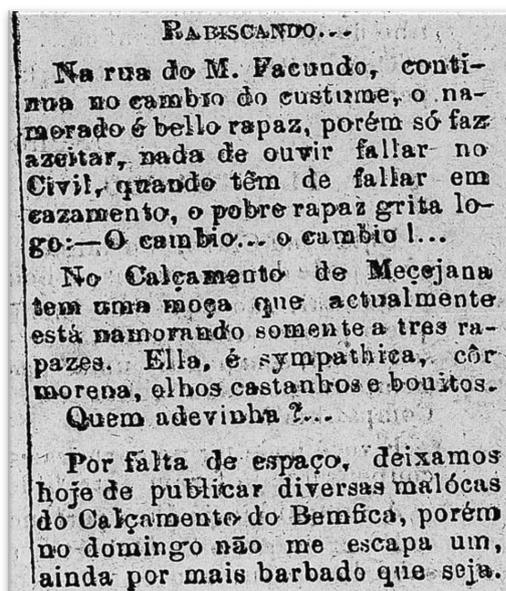
Os comportamentos flagrados e denunciados eram de diversos tipos, sempre infringindo as normas de moralidade da sociedade cearense da época: pessoas fazendo “arruaça” na rua, homens que “enrolam” as mulheres para não casar, mulheres que brigam nos espaços públicos, consumo de álcool, senhoras de idade que “fofocam” em rodas de calçadas e, principalmente, os namoros: namoros sem recato, namoros na igreja, namoros secretos, namoros com mais de uma pessoa ao mesmo tempo.

Em *A Brisa*, por exemplo, relata-se o comportamento de uma moça e questiona-se a sua integridade moral: “Vê, leitora, aquella menina de manual, que olvidou o titulo do seu livro olhando para aquella Manuel, que parece ser todo de mau, foi aquella que hontem sacudiu uma bolinha de papel por entre a grade; aquella menina é das taes...” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 4)

Por vezes não se identificava o nome da pessoa, mas eram reveladas algumas pistas que poderiam levar à identificação dos alvos das denúncias. No jornal *O Bemteví*, por exemplo, em um trecho de relatos de namoros, identifica-se em quais ruas moravam os namorados e ameaçam-se denunciar, no domingo seguinte, os frequentadores do “Calçamento do Bemfica” (Figura ?):

Na rua do M. Facundo, continua no cambio do costume, o namorado é um bello rapaz [...] No Calçamento de Mecejana tem uma moça que actualmente está namorando somente a três rapazes. [...] Por falta de espaço, deixamos hoje de publicar diversas malocas do Calçamento do Bemfica, porém no domingo não me escapa um, ainda por mais barbado que seja. (O Bemteví, 1892, n.7, p.4).

Figura 19 – Trecho do jornal *O Bemteví*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Segundo Foucault (2010) todo sistema disciplinar possui um microsistema penal. A vigilância naturalmente leva à constatação de atos ou de elementos fora dos padrões pré-estabelecidos pelo sistema, que devem ser reportados e punidos. “As disciplinas estabelecem uma ‘infrapenalidade’, quadriculam um espaço deixado vazio pelas leis; qualificam e reprimem um conjunto de comportamentos que escapava aos grandes sistemas de castigo por sua relativa indiferença.” (FOUCAULT, 2010, p. 171). Assim, a sanção normalizadora é um

dos instrumentos do poder disciplinar, que tem como função corrigir os desvios de modo a reduzi-los.

Foucault (2010) explica que a punição disciplinar opera através de um sistema duplo, de gratificação-sanção. Isso significa que os comportamentos são posicionados em uma escala de qualificação que possui dois polos: bem e mal. Qualificam-se e hierarquizam-se os comportamentos, castigando os maus e recompensando os bons. Nisso, estabelece-se um ideal de comportamento ou mesmo um ideal de indivíduo a ser alcançado. Isso porque não são simplesmente os comportamentos que são examinados. Na verdade, são os próprios indivíduos que acabam sendo qualificados.

Nos jornais para mulheres, percebemos todo esse processo quando os comportamentos desviantes são condenados através da humilhação da exposição pública, enquanto os modelos de comportamentos desejáveis são constantemente aprovados. Trataremos mais a frente de forma aprofundada sobre o que era exaltado nos jornais, portanto desejado, nas mulheres cearenses. No entanto, gostaríamos aqui de mencionar alguns momentos que demarcam tal gratificação dos comportamentos femininos desejáveis. Por exemplo, eram premiadas com elogios as mulheres organizadoras de eventos da igreja católica, conforme o trecho que já trouxemos anteriormente do jornal *Lirio*: “Como era bello ouvir-se, envoltos com as preces fervorosas, os cânticos de alegria em louvor de Maria! São dignas de elogios as senhoras que concorreram para o esplendor de tão pios exercícios.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 1).

Às vezes, mas não frequentemente, os nomes das mulheres eram citados:

“Na capella de S. Bernardo foi intensa a devoção. As cantoras, DD. Anna Angelica Fernandes Vieira, Maria d’Assumpção e Mello, Izabel Remigio de Mello, Helvina de Mello e Izabel Theofilo, merecem recompensa pelas suas lides religiosas: nós as louvamos muito. No dia 31, após a coroação da Virgem, seguiu-se a oferta de lindos ramalhetes de escolhidas flores, que dezeseis meninas, em cânticos cheios de sublime expressão, ensaiadas pela Exma. Sra. D. Maria Desideria de Mello, credora, portanto, de aplausos, fizeram a Rainha do Ceu.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 1).

Algumas mulheres específicas (que pertenciam sempre à “alta sociedade”, diga-se de passagem) eram nomeadas e exaltadas como mulheres admiráveis:

A 26 do mez fundo commemorou a data de seu aniversário natalício a Exm.^a Snr.^a D. Philomena dos Santos, muito digna preceptora nesta cidade. O Astro, que folga imenso de conhecer de perto as nobres qualidades que ornam o seu generoso coração, ainda que serodiamente envia-lhe affectuosas saudações. (O Astro, 1902, n. 1, p. 2).

O sétimo número de *O Orvalho*, publicado em 19 de março de 1894, foi todo dedicado ao aniversário de Carmen, uma das colaboradoras do periódico, aluna da Escola Normal. Sua pessoa e todas as suas qualidades foram louvadas:

Minha Senhora! Permitti que no venturoso dia em que se commemora o vosso anniversario natalicio, eu, apreciador das bellissimas virtudes que exornam o vosso purissimo coração, cercando-vos a fronte angelical de uma aureola de doçura e de bondade, venho render-vos [ilegível] mensagens de meu respeito e de minha admiração. (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 1).

Assim, nesse jogo de vigiar, gratificar e punir, normatizava-se a sociedade. As disciplinas não operam a partir de uma simples polarização entre permitido e proibido, tal como a lei o faz. As disciplinas são sustentadas menos pela lei do que pela norma. Estabelecem-se graus de normalidade que possuem o papel de classificar, hierarquizar e sancionar ou gratificar. “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza.” (FOUCAULT, 2010, p. 176).

4.1.4 Mulheres como alvos de pilhéria e chacota pública

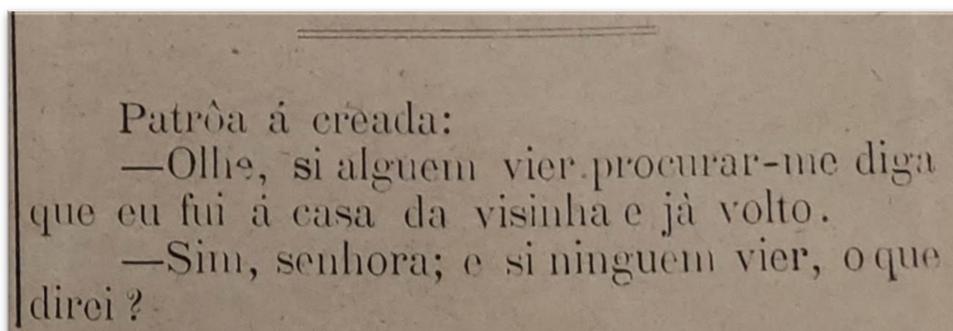
Arelado à normalização através da denúncia punitiva, percebemos o tom de zombaria como característica marcante das delações presentes nos jornais. Através da piada, expunha-se o cotidiano das pessoas da cidade e humilhava-se, objetivando mudanças de comportamento da população. Essa estratégia de controle não é exclusiva dos jornais para mulheres. Ela estava fortemente presente na imprensa cearense como um todo no final do século XIX.

Já na década de 1840 começaram a surgir os pasquins satíricos, que passaram a ser tão comuns à imprensa cearense durante as décadas seguintes. As folhas pasquineiras traziam como conteúdo principal o cotidiano cidadão, contando de forma bem-humorada situações vividas por mulheres e homens cearenses. Na verdade, esse estilo de publicação desponta em todo o País estimulado pelo surgimento da gravura e da caricatura, dando novo impulso e vigor à imprensa, que se aliou ao humor e à crítica (SODRÉ, 1999).

A imprensa cearense, orientando-se por exemplos da Corte, de Pernambuco e do Maranhão, resvalou, frequentemente, para o pasquim, podendo datar-se do período 1840-1849 a voga de jornais críticos, caricatos, ou semelhantes, afeitos a um estilo picaresco, para ridicularia de adversários políticos, ou desafetos outros, pois embora o primeiro desse gênero haja sido o “Barbeiro”, de 1838, no decênio seguinte foi que se difundiu, no Ceará, o recurso à sátira e à chulice. (NOBRE, 2006, p. 85).

A recriminação, através do cômico, dos modos indesejáveis de ser mulher à época é frequente nos jornais analisados em nossa pesquisa. Por exemplo, na sociedade cearense que se pretendia aristocrática, elitizada e intelectualizada, fazia-se piada com a inteligência das mulheres que trabalhavam nas casas das classes abastardas: “Patrôa á creada: – Olhe, si alguém vier procurar-me diga que eu fui á casa da vizinha e já volto. – Sim, senhora; e si ninguém vier, o que direi?” (O Astro, 1902, n.1, p.3).

Figura 20 – Trecho do jornal *O Astro*



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

Outro aspecto tratado de forma cômica nos jornais é a beleza e a fealdade femininas. Enquanto a exaltação da beleza das mulheres preenche as páginas dos periódicos, a falta de beleza torna-se alvo de piadas. No expediente de *O Bond*, por exemplo, dizia-se aceitar escritos apenas de moças bonitas, enquanto os das demais moças eram recusados: “Collaboração franca para todas as moças bonitas. Collumnas fechadas para as que forem... feias.” (O Bond, 1890, n. 6, p. 1).

No mesmo jornal, dizia-se em tom de graça: “Sala das sessões de julgamento do concurso de leitura, 5 dias antes de São João de 1890. Excluídas as feias, as tortas, as narigudas e outras amostras do gênero ‘mulher avariada’, ficaram oito concorrentes. [...] Cruzes, para as feiosas!” (O Bond, 1890, n. 5, p. 3).

No primeiro número do periódico *Pimpão*, falava-se da fealdade feminina com o mesmo tom de exposição ao vexame e de humor dos demais jornais, através de graça com “a menina da boca torta” e “a moça que quer passar por bonita, que tem uma perna menor do que a outra.”.

Figura 21 – Trecho do jornal *Pimpão*

O bond ia vertiginosamente passando pela rua do G. Sampaio, e assim mesmo eu poudes vê a menina da bocca torta agarrada as costellas do apaixonado.
Era um deluvio aquilo.

Vimos mais no passeio Publico :— que a moça que quer passar por bonita, tem uma perna menor do que a outra.
Livra!

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

No período com o qual estamos trabalhando, o sorriso de uma mulher era constantemente exaltado. O sorriso de fato ocupava um importante lugar enquanto signo da beleza feminina. Nos jornais, as mulheres aclamadas sempre eram belas e sorriam. Assim entendemos o porquê do relato chistoso realizado por um cronista do jornal *A Brisa*:

Enamorei-me della e ella enamorou-se de mim: fitavamo-nos terrivelmente; e nessa troca de olhares minha alma foi-se... Si ella exigisse, eu dar-lhe-hia toda a minha vida para merecer-lhe um sorriso. Mas parecia impossível. Porém como o diabo protege os seus, um caxorrinho fez uma gracinha no meio do templo, e todos que perto se achavam riram-se; e ella que não queria fazer excepção, sorriu-se também, e deixou-me contemplar uma excellente casa sem mobília: não tinha um só dente! Encaiporado, retirei-me, para não voltar mais. Tombados os castellos que eu havia levantado, supunha que sempre me haveria de acontecer o mesmo, e fazia propósito de não olhar mais para moça. (*A Brisa*, 1875, n. 6, p. 4).

Apesar da exaltação da beleza da mulher, no Ceará do final do século XIX, curiosamente pudemos perceber que as modas e o excesso de vaidade femininos eram criticados nos jornais. Apesar de nesse período ter-se criado todo um repertório de consumo de roupas, tecidos, maquiagens, acessórios, perfumes, principalmente inspirados nos hábitos franceses, isso muito pouco aparece nos jornais para mulheres que analisamos. Na verdade, são alvos de chacotas e repreensões:

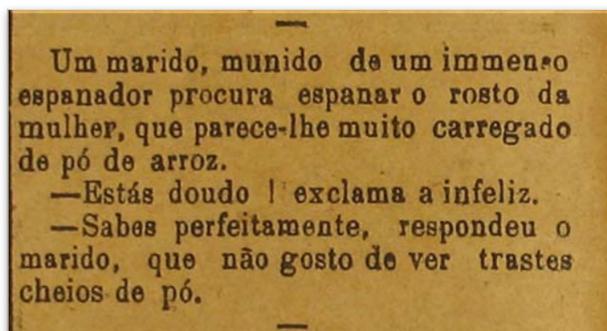
Diariamente as leitoras inventam modas sobre modas. Não satisfeitas com o pó de arroz, carmim e outras mil cousas postiças para tornarem-se galantes e sedutoras, acabam de inventar um signalzinho preto na face! Nos dois últimos dias do Mez Mariano foi grande a quantidade de moças assignaladas que appareceu na igreja. Até uma crioulinha também lá estava com um signal: mas em vez de ser este preto era branco, para tornar-se mais visível em sua face retinta. Estas moças inventam cousas!... Leitoras, deixem-se destas vaidades: trajem-se com singeleza e conserve-se cada uma como Deus a fez. (*Lirio*, 1875, n. 4, p. 4).

No mesmo ano, em 1875, mas agora no jornal *A Brisa*, o cronista faz piada com a mesma moda feminina que foi alvo de repreensão no jornal *Lirio*:

E o que mais escanzinou-me foi uma porção de coisas pretas que ellas tinham no rosto. A principio supuz que fosse alguma especie de cholera-morbus, isto é, alguma epidemia, mas as milhares de perguntas que fiz e a grande quantidade de respostas do mesmo theor que me deram, certificaram-me de que eram signaes artificiaes. (*A Brisa*, 1875, n. 6, p. 4).

Em um dos números de *O Bond*, publicado dezesseis anos depois do número do *Lirio* transcrito acima, o pó de arroz utilizado por mulheres ainda é criticado da mesma forma em tom de piada: “Um marido, munido de um imenso espanador procura espanar o rosto da mulher, que parece-lhe muito carregado de pó de arroz.” (*O Bond*, 1891, n. 22, p.4).

Figura 22 – Trecho do jornal *Bond*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

No jornal *Pimpão*, faz-se pilhéria com o chapéu de uma moça avistada pelo cronista no Passeio Público: “Mais outra vimos que andava com um chapéu tão grande e disforme, que a primeira vista nos pareceu um Kiosque da praça do Ferreira ou a caixa d’agua da estrada de ferro.” (*Pimpão*, 1897, n.1, p. 4).

Em *A Brisa*, conta-se uma anedota cômica sobre uma dança que o cronista teve com uma moça, durante a qual suas mechas de cabelo postiças acabam saindo do lugar e caindo: “[...] ao lado duma menina faceira, eu sentia-me agarrado as madeixas perfumosas da Terpsicore! Uma fatalidade veio terminar a minha *polkação*: cahi a cabeleira luxuosa do meu par, e ... elle não quis mais dançar. Maldita cabelleira!” (*A Brisa*, 1875, n. 9, p. 4).

Figura 23 – Trecho do jornal *A Brisa*

Principiei por uma polka. Oh! a polka é o volitar mais divino da dança—ao lado duma menina faceira, eu sentia-me agarrado as madeixas perfumosas da Terpsicore!

Uma fatalidade veio terminar a minha polkação: cahiu a cabelleira luxuosa do meu par, e... elle não quiz mais dançar. Maldita cabelleira! Prefiro dançar com uma moçura do que com esses cabellos de linho!

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Por fim, mas não menos importantes, tínhamos os namoros como alvo favorito da denúncia vexativa nas páginas dos jornais. Muitas denúncias eram feitas em tom de indignação, mas o viés humorístico é frequente: “Mas notei que uma menina encostadinha ao namorado ia fazendo comichão na mão dele, eu fiquei todo arrepiado que nem galinha em poleiro quando está tirando os piolhos de sua cabeça.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 4). “Temos hoje fogos de vistas na igreja do Patrocínio, grande queima de namoros.” (O Bond, 1890, n. 1, p. 3).

Os homens também eram alvos das denúncias dos namoros com tom de piada tendo, inclusive, sua identidade mais exposta do que as mulheres: “O molequinho Sabino, alfaiate, anda metido a sebo e dizem que elle está para casar-se. Não sabemos quem será esta doida. Enfim, barco encalhado não ganha frete: deixe que vá.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4).

Assim, vemos que mulheres e homens cearenses, em seus cotidianos mundanos, eram alvos dos jornais. A denúncia vexativa dos “maus costumes” pelos redatores, que tomavam o lugar de vigilantes da moral, era costumeira nos pequenos jornais cearenses. Como aponta Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009), esse humor presente nos jornais era um meio de, através da vergonha que causava nas pessoas expostas à zombaria pública, repreender e controlar a população, que estava diante de um novo código de moralidade e civilidade no Ceará.

Apesar dos pasquins dizerem ser para divertir, traziam consigo um forte discurso de moralização e controle social que procurava formar as almas dos leitores e habitantes da urbe alencarina, na expectativa de construírem uma sociedade que respondesse aos anseios modernos. (SILVA, Marco Aurélio Ferreira da, 2009, p. 123).

4.2 A instrução feminina através da imprensa para mulheres

Como já discutimos anteriormente, na sociedade cearense da época dos jornais para mulheres analisados por nós as técnicas do poder disciplinar alastravam-se por todo o tecido social, extrapolando as paredes das instituições. Conforme Foucault (2010), elas sempre o fazem em resposta a exigências conjunturais: inovação industrial, combate a epidemias, etc. Tendo isto em mente, arriscamos afirmar que a normatização da mulher leitora pretendida através dos jornais, que fazia operar mecanismos diversos de poder, surgiu em resposta à conjuntura da ilustração, civilização e modernização da sociedade. Isso porque são numerosos os momentos em que os jornalistas colocam-se como missionários do progresso intelectual da população. A educação, as letras e a imprensa eram vistas como os grandes meios para alcançar tal avanço da intelectualidade.

Em *O Astro*, afirma-se sobre o jornal:

Escrepto em linguagem simplesmente dulçurosa O Astro põe em relevo o talento das duas intrépidas batalhadoras que, muito embora os obstáculos que se antepõem aos obreiros da imprensa, vêm com o facho da intelligencia e da razão diffundir a luz nas trevas da ignorancia. (O Astro, 1902, n. 3, p. 1).

No jornal *A Brisa*, diz-se que:

Hoje o livro crêa sabios e o jornal edifica a liberdade. O sábio semeia a sciencia — nas paginas dos livros; — o povo escreve a liberdade nas paginas do jornal. D’ahi o bem commum dos povos, a união das nações a força dos estados, o progresso moral e material do universo. E tudo isto, todo esse imenso movimento litterario e industrial provém d’essa fonte perene de prodígios e bens—a imprensa. (A Brisa, 1875, n. 8, p. 1).

O desenvolvimento intelectual é constantemente celebrado nos jornais analisados por nós. Por exemplo, no *Lirio*, publicado em 6 de junho de 1875, exalta-se o progresso intelectual: “Não é sem comoção de jubilo, que contemplamos nos tempos que correm o progresso intellectual d’essa mocidade afanosa, que cedendo aos impulsos irresistiveis da intelligencia, se atira ás lutas sublimes da razão, em busca da verdadeira gloria, que somente n’ellas devem encontrar.” (Lirio, 1875, n.4, p.1).

A educação e as letras eram enaltecidas nos jornais para mulheres que analisamos. Em alguns momentos, os jornais manifestavam-se de forma muito direta a favor da remodelação social operada através da instrução da população. O jornal *O Astro*, por exemplo, aponta a educação como o caminho para alcançar o progresso e dizimar os males sociais: “É o engrandecimento da humanidade, o caminho do progresso e da felicidade. É a

arma mais poderosa para combater o vício, espancar a ignorância, evitar o crime e destruir o erro.” (O Astro, 1907, n. 54, p. 1).

Em *A Brisa*, os redatores reconhecem a necessária missão civilizatória do jornal em direção ao progresso, da qual participam através do debate literário:

[...] quando, finalmente, o bello desenvolvimento da instrucção brasileira estimula a ignorância a penetrar nos umbraes da sabedoria, cujo throno eleva-se admiravelmente, pela immortalidade dos homens semideoses; nós, sonhadores do porvir, ousemos assentar a nossa modesta tenda no mundo da litteratura, sem outra presunção, que a de tímidos aventureiros do progresso. (A Brisa, 1875, n. 6, p. 1).

Ainda no jornal *A Brisa*, confirma-se o papel do jornal como veículo de difusão de uma cultura letrada, fundamental para as aspirações da nação que se modernizava:

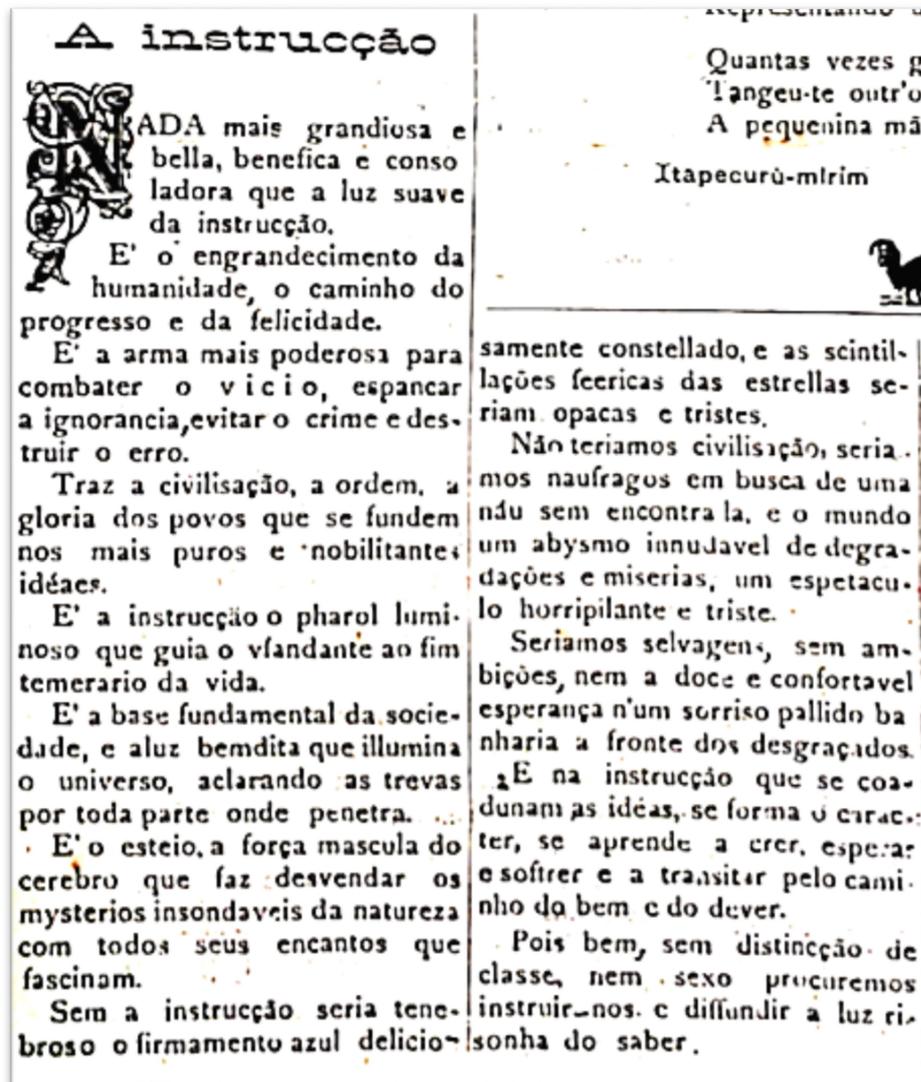
Não pretendemos com este associado de phrases vituperianas, erguer um capitólio para nós, ou mendigar aplausos; não: quando, de entre a myriade asphixiante dos algarismos, subimos a cadeira da imprensa, foi somente com a mira de propagar entre os nossos irmãos de classe, o estímulo pelas letras, porque para o nosso pensar—são as letras que acrisolam no coração do homem o patriotismo na sua real accepção. (A Brisa, 1875, n. 5, p. 1).

Na verdade, não existia uma distinção muito demarcada entre imprensa e as chamadas letras. Ambas situavam-se no campo da intelectualidade que se buscava instalar. Produzir um jornal significava contribuir para o campo das letras, como vemos na apresentação do primeiro número do jornal *O Astro*:

E obedecendo ao impulso logico da gravitação espiritual, vimos de pedir um modesto logar no Cosmos da imprensa – infinito azul d’onde irradiam luz pujante e benefica tantos e tão grandes astros de nossas letras, da vida e poesia de nossa Terra, -- dos grandes cérebros, enfim, que ahi estão a abysmar o mundo com suas descobertas e aperfeiçoamentos. (O Astro, 1902, n. 1, p. 1).

O jornal *Lirio* faz coro com a ideia de que a imprensa era um veículo a favor das letras, das quais dependia todo o futuro da humanidade: “Fracos, porem sinceros amigos de todos que se consagram a causa santa das letras, a nossa humilde voz sempre se fará ouvir em prol d’essa caravana gigante, em que se acham confiados os destinos da pátria, da família, de um povo, enfim!” (Lirio, 1875, n. 4, p. 1).

Ocupando quase toda a primeira página do número cinquenta e quatro de *O Astro*, publicado já em período republicano, em 1907, defendia-se a instrução, para homens e mulheres, pois ela seria o caminho da ordem e do progresso para uma sociedade civilizada: “Nada mais grandiosa e bella, benefica e consoladora que a luz suave da instrucção.” (O Astro, 1907, n.1, p.1).

Figura 24 – Trecho do jornal *O Astro*

Fonte: Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano.

Assim, as letras, a imprensa e a educação misturavam-se em um amálgama que representava o horizonte para o qual buscava caminhar a “elite” intelectual que se estabelecia no período. A imprensa não estava distante da instrução. O que estamos aqui dizendo não é tão novidade assim. Desde os primeiros jornais femininos brasileiros, é possível perceber o forte viés pedagógico dos periódicos, que destacavam a importância da educação das mulheres, trazendo em suas páginas conteúdos de literatura, política (principalmente devido ao clima agitado no País durante a Regência), arte, moda, etc. (DUARTE, 2016). Tal caráter pedagógico da imprensa era ensejado tanto pela demanda das mulheres pelo direito à educação, quanto pela busca da modernização e ilustração da população como um todo, movimento este que terá seu auge na virada do século XIX para o século XX.

A imprensa e a educação entrelaçavam-se e cada vez mais se articulavam com a governamentalidade moderna. Segundo Marín-Díaz (2015), no contexto de desenvolvimento da governamentalidade liberal no Ocidente, a educação passou a ser um dos principais espaços de aprendizado de condução da própria vida. A atividade educativa passou voltar-se cada vez mais para o uso de técnicas dos sujeitos sobre si mesmos, inspiradas na pastoral cristã. Com essas técnicas, buscava-se a produção de indivíduos governáveis.

Os discursos educativos aparecem fortemente fundados nas questões relacionadas com o acesso à verdade e com as transformações do sujeito. Nesse sentido, eles encontram-se atravessados por um conjunto de práticas de exercitação destinadas à modificação dos sujeitos e à produção de modos de vida específicos para sociedades e grupos humanos também específicos. Podemos pensar que as práticas pedagógicas, enquanto ações reguladas destinadas à formação e à definição de modos de comportamento dos outros, podem ser consideradas como práticas de governo (de condução). Isso porque nessas práticas são incorporados e desenvolvidos exercícios destinados à transformação do indivíduo, com o propósito de levá-lo a se enquadrar nos modos de vida de seu grupo social. (MARÍN-DÍAZ, 2015, p. 19).

O governo de si por si na sua articulação com as relações com o outro, segundo Foucault (1997), é encontrado na pedagogia, nos conselhos de conduta, na direção espiritual, nas prescrições de modos de vida, entre outros focos de saber-poder. Também nos jornais para mulheres, os quais podemos considerar como dispositivos pedagógicos de condução de condutas, convocava-se as leitoras a um governo de si e dos outros.

Assim, podemos refletir que a imprensa cearense era vista como um meio de educação da população. A existência de uma imprensa cearense voltada para a leitura feminina nos indica que este material buscava, ao seu modo, promover a ilustração das mulheres. E o que significava instruir uma mulher no final do século XIX e início do século XX?

Naquele período, a instrução feminina conciliava-se com as aspirações de modernização, higienização e disciplinarização social. A luta pela educação das mulheres no Brasil do século XIX fez parte do amplo projeto de apagamento do ranço colonial e de fortalecimento da família burguesa. A educação como um todo, inclusive das mulheres, fazia eco com os anseios civilizatórios próprios da segunda metade do século XIX. A educação era vista como a maior via para eliminar o caráter “inculto”, “primitivo” e “atrasado” de todo o país, signos que foram colados aos meios de vida coloniais, em contraposição inicialmente ao Brasil independente e, depois, republicano. Como explica Silva (2012), no discurso dos documentos oficiais da província do Ceará, a partir de 1881, o objetivo da instrução passa claramente a ser a formação de membros da sociedade, ou seja, o estreitamento dos laços

entre cidadãos e a nação que se formava. A educação implicava a formação moral dos indivíduos, de modo a perpetuar as relações sociais e padrões de gênero correntes na sociedade.

A preocupação com a formação moral de homens e mulheres esteve presente durante todo o século XIX nas leis e regulamentos que procuraram organizar a instrução pública na Província do Ceará. Essas leis tiveram como objetivo a criação de uma escola que desse continuidade às relações sociais fundadas nas diferenças de gênero. (SILVA, 2012, p. 43).

Mais do que a instrução masculina, a educação feminina visava mais inculcar uma moralidade e religião cristã visando formar “boas moças” do que uma pedagogia de viés científico. Como afirma Moraes (2017), o ensino religioso era amplamente discutido nos debates nos círculos políticos e letrados sobre reformas na Instrução Pública que tomaram lugar a partir de 1874, com a chamada Questão Religiosa³⁷, até o fim do Padroado, em 1890. Como já mencionamos anteriormente, o embate no Ceará da segunda metade do século XIX era constante entre a visão de uma educação voltada à formação moral-cristã e a de uma educação científica, moral e cívica. “O debate, portanto, era em torno do que deveria ser ensinado às crianças nas aulas primárias e quais os limites da responsabilidade da família, da Igreja e do Estado.” (MORAIS, 2017, p. 201-202).

Conforme explica Cunha (2008), a escolarização feminina no Brasil não vislumbrava a emancipação das mulheres, mas sim a preparação das jovens para a função sagrada de mães e esposas, em uníssono com a ideia de mãe-educadora de Rousseau, herança da Revolução Francesa. Não foi então tanto em observância aos seus desejos e necessidades que a educação das mulheres se estabeleceu, mas sim devido à preocupação com a instrução das principais formadoras dos futuros cidadãos, seja a partir dos preceitos científico-morais, seja a partir da doutrina católica.

Segundo Silva (2012), o currículo escolar para o ensino primário na Província do Ceará apresentava um programa geral do que seria passado aos alunos e listava quais desses conteúdos poderiam ser destinados à educação feminina. Essa divisão de currículos masculinos e femininos se manteve por quase meio século, entre 1833 e 1881. Somente em 1881, o currículo da instrução pública primária tornou-se unificado para as escolas de ambos os sexos, com exceção das aulas de corte e costura (presentes apenas no currículo feminino).

³⁷ Momento histórico de disputa de poder entre a Igreja Católica que lutava contra a laicização da estrutura político-social e a Maçonaria.

Sobre o ensino secundário, a educação de segundo grau para os meninos cearenses instaurou-se com o Liceu do Ceará, em 1845 (CUNHA, 2008). Para as meninas, o acesso ao ensino secundário foi ainda restrito por várias décadas.

O ensinado nas escolas femininas impossibilitou, durante quase meio século, que as mesmas continuassem o ensino primário do segundo grau. Isso foi modificado no Regulamento de 1881, quando o programa passou a ser o mesmo para as escolas de ambos os sexos, exceto quanto aos trabalhos de agulhas, exclusivos de aulas femininas. Para as moças, estava reservado o ensino primário, já que o ensino secundário seria um privilégio do sexo masculino. Mesmo as professoras só recebiam formação primária. (SILVA, 2012, p. 44).

A educação formal oferecida às mulheres podia ser considerada mais elementar em comparação com a dos homens (CUNHA, 2008). Enquanto as moças cearenses³⁸ aprendiam os usos de uma agulha, segundo Cunha (2008), o currículo escolar para os jovens rapazes do Liceu do Ceará contemplava uma formação mais pragmática, voltada para a vida pública e para a força corporal, consideradas próprias ao papel masculino dominante então vigente. Cursavam como matérias o Inglês, Alemão, Meteorologia, Mineralogia, Geologia, Biologia, História do Brasil, Ginástica e Evolução Militar.

Assim, a educação das mulheres no Ceará, desde a primeira metade do século XIX, abordava os afazeres domésticos e educação religiosa, como modo de instruí-las a serem “boas esposas”, “boas gestoras do lar” e “boas mães”, uma vez que caberia a elas a doutrinação cristã de seus filhos e de seus lares (PIMENTEL FILHO, 1998). Para a formação de um bom filho e cidadão respeitável, era necessária a formação de uma “boa mãe” e uma “boa mulher”. Para o homem, as cobranças eram voltadas para o sustento de sua família.

Desse modo, as mães tinham uma missão “difícil”, pois delas partiriam os primeiros ensinamentos que contribuiriam para a formação de sujeitos ordeiros e disciplinados. No lar, as crianças deveriam ser educadas por meio de exemplos. As virtudes que deveriam possuir seriam aquelas passadas pelas mães através do espelho que seriam para seus filhos. As virtudes tidas como inerentes das mães: submissa, abnegada e passiva, por exemplo, deveriam ser reproduzidas no comportamento das crianças na sua vida adulta. (MORAIS, 2017, p. 104).

A educação feminina possuía então maior preocupação com a formação do caráter e transmissão de preceitos morais e religiosos do que com a instrução técnica e científica das mulheres. Nas palavras do presidente da Província do Ceará José Maria da Silva Bitacourt:

³⁸ No Ceará, segundo o Relatório do Secretário Interino dos Negócios do Interior, Antônio Salles, de 1893, existiam no Estado 281 escolas de ensino primário, sendo 101 do sexo masculino, 74 do sexo feminino e 96 de ensino misto. Destas 281, apenas 174 encontravam-se em efetivo funcionamento, sendo 60 do sexo masculino, 61 do sexo feminino e 53 mistas. Como principais escolas para meninas em Fortaleza, tivemos o colégio Imaculada Conceição, firmado como escola para meninas em 1865, de ensino de cunho fortemente católico. Além dele, em destaque na formação das jovens cearenses havia a Escola Normal.

A instrução primária para o bello sexo (...) deve ser tal, que o habilite a preencher os deveres de boas mãis, e a serem por consequencia os primeiros mestres de seus filhos; não obstante sua instrucção litteraria deve ser menor, do que a recomendada para os homens, ao mesmo tempo que nada devem ignorar desses conhecimentos domesticos, que tem que exercer dentro de suas cazas. A esses entes, a quem a natureza dotou de tanta brandura, e amabilidade deve ser dado amplo conhecimento da doutrina Christã, a fim de ensinar no coração de seus filhos desde suas primeiras palavras; com isso muito ganhará a sociedade. (CEARÁ, 1844, p. 10).

Mesmo as professoras responsáveis pela educação das meninas e jovens eram compelidas a agir como um modelo de virtude no qual as alunas iriam se espelhar. “Sua formação e seu comportamento deveriam seguir as ordens da moralidade na qual se enquadrariam as futuras donas de casa, pois a professora seria o exemplo a ser seguido dentro do contexto que buscava moldar as moças para o domínio do lar.” (SILVA, 2012, p. 45).

Nesse contexto de reforma social e de redefinição dos padrões de gênero, a educação feminina alastrava-se, sob o signo da formação da mãe educadora, responsável pela felicidade da família e pelo futuro da nação. O Ceará, mergulhado na cultura nordestina patriarcal, resistia um pouco mais fortemente às mudanças na instrução feminina e cerceava mais intensamente as manifestações das mulheres em prol da educação, não sendo capaz, no entanto, de eliminá-las por completo (CUNHA, 2008). Os jornais que analisamos, como um todo, levantam a bandeira da instrução de toda a população. Além disso, no Ceará, o número de mulheres matriculadas em escolas públicas cearenses no final do século XIX teve um aumento significativo em relação ao número de homens. Segundo Silva (2012), em 1836, o número de alunos matriculados em escolas públicas era de 719, sendo 77 meninas e 642 meninos. Cinquenta anos depois, em 1886, o número de mulheres matriculadas no sistema público cresceu 53 vezes, passando para 4100 alunas, enquanto a quantidade de meninos cresceu 7 vezes, passando para 4603 matriculados.

Nesse contexto de formação intelectual e moral das mulheres, os jornais colocavam-se como mais uma via para a instrução feminina. Percebemos claramente o fito declarado dos jornais de agir em prol da educação, através da retórica elogiosa e dignificante à vida intelectual e às letras, enquanto uma estratégia de normatização social. Os discursos dos jornais para mulheres assumiam funções pedagógicas, lançando às mulheres prescrições e vereditos morais a respeito de suas condutas, buscando instaurar uma “normalidade” na vida feminina.

Percebemos que, em última instância, é uma pedagogia da população o que se pretende com os meios de comunicação. É exatamente essa a tese de Fischer (2002), quando a autora afirma que a mídia participa ativamente da “[...] constituição de sujeitos e

subjetividades, na medida em que produz imagens, significações, enfim, saberes que de alguma forma se dirigem à ‘educação’ das pessoas, ensinando-lhes modos de ser e estar na cultura em que vivem.” (FISCHER, 2002, p. 153).

Ellsworth (1997), ao estudar sobre posições pedagógicas, utiliza o conceito de modo de endereçamento (conceito caro aos estudos sobre a mídia) para pensar qual sujeito é esperado quando se coloca em marcha o ato de ensinar, levando em consideração as redes de relações de poder. Tendo essa ideia em vista, podemos pensar sobre as formas como os jornais estudados convidavam suas leitoras a ocupar determinadas posições em suas relações com os outros e consigo mesmas.

No presente capítulo, exploramos algumas estratégias disciplinares e pedagógicas através das quais os jornais intentavam conduzir as condutas das mulheres leitoras, educar os corpos e os sujeitos, estratégias estas que não deixam de dialogar com o quadro maior de disciplinarização social e secularização dos costumes da sociedade cearense. Tais estratégias compunham um mecanismo de pedagogização feminina através da imprensa para mulheres, que diligenciava a produção de sujeitos-mulheres novos, em conformidade com uma nova feição social que se configurava no final do século XIX e início do século XX.

Neste capítulo, lançamos o nosso olhar às regulações da conduta feminina pretendidas pelos jornais a partir de uma lente que vê as relações de poder atuando nos corpos por meio de estratégias pedagógicas e disciplinares. No entanto, sabemos que não é unicamente por meio do poder disciplinar que os corpos são regulados na sociedade e também nos jornais cearenses para mulheres. Outras formas de exercício de poder atuam na produção dos corpos, utilizando técnicas que constituem o que Foucault chama de biopoder.

O biopoder possui duas faces: as disciplinas e a biopolítica. Foucault (1999b) explica que as disciplinas são técnicas de poder centradas nos corpos individuais, organizando-os e tornando-os visíveis e úteis, que aparecem no ocidente nos séculos XVII e XVIII. Na segunda metade do século XVIII, a biopolítica surge como outra tecnologia de poder, que se dirige ao corpo da espécie e ocupa-se da vida. Uma modalidade de poder não apaga completamente a outra. “Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes.” (FOUCAULT, 1999b, p. 289).

A biopolítica é sustentada por uma governamentalidade que opera através do que Foucault (2008) chama de dispositivos de segurança. Foucault (2013b) afirma que segurança, população e governo estão relacionados. A segurança trabalha a partir de dados concretos e o

poder se exerce a partir de probabilidades, visando ao futuro. Por esse motivo, a segurança liga-se à estatística, trabalhando com probabilidades, riscos e medidas preventivas, medindo os fenômenos que importam à biopolítica.

No capítulo a seguir, seguiremos na análise dos discursos dos jornais de modo a problematizar o sujeito-mulher que a imprensa cearense para o público feminino buscava formar. Em meio às análises tecidas em nosso texto, nossa discussão se aproximará mais da reflexão sobre o controle biopolítico dos corpos e das subjetividades, principalmente ao problematizarmos o saber-poder médico-higiênico presente no discurso dos jornais, passando pela discussão da governamentalidade moderna e da regulação da sexualidade feminina pretendida pelos periódicos.

5 UMA NOVA MULHER PARA UM NOVO TEMPO: SUJEITO E PODER ENTRE AS PÁGINAS DOS JORNAIS

Entendemos que os modos possíveis de ser mulher sempre são diversos e que cada sujeito, através de processos de objetivação e de subjetivação, constrói a si mesmo em meio a oscilações entre eventuais adoções de padrões normativos e momentos de singularização. Ao nos dedicarmos a analisar os repertórios de subjetividade feminina propagados pelos jornais cearenses para mulheres do final do século XIX e início do século XX, compreendemos que eram numerosas as alternativas de modos de ser mulher que circulavam na sociedade, assim como havia formas diversas, por exemplo, de ser homem, ou criança, ou operário ou pobre. No entanto, a antiga imprensa cearense para mulheres direcionava-se a um público específico: às mulheres em sua maioria brancas, alfabetizadas, de famílias ricas ou das classes médias emergentes que passavam por um processo de aburguesamento de seus costumes. Desse modo, é necessário que mantenhamos sempre em vista esse endereçamento discursivo dos jornais quando nos referimos aqui às mulheres sobre as quais tratam os discursos dessa imprensa. Era principalmente a subjetividade dessas mulheres que os jornais pretendiam alcançar.

Ao pensarmos sobre a construção do conceito de subjetividade feminina, nos vemos diante de uma grande variedade de concepções. Neste trabalho, este conceito é abordado a partir da perspectiva teórica que pensa as relações de gênero enquanto construções sociais, adotada por autoras que têm construído um campo de estudos que atualmente tem sido designado como “história das mulheres e das relações de gênero”.

Sobre o feminino e as questões de gênero, podemos citar os trabalhos de Joan Scott (1995), que representou um grande marco para esse campo; Mary O’Brian (1981) e Catherine MacKinnen (1982), que se preocuparam em pensar o patriarcado e a subordinação das mulheres; as feministas marxistas, como Joan Kelly (1984); as feministas psicanalistas, como Nancy Chodorow (1978) e Carol Gilligan (1982); além de estudiosos e principalmente estudiosas do gênero tais como Thomas Laqueur (2001), Judith Butler (2003), Tânia Navarro-Swain (2000), Adriana Piscitelli (2004), Linda Nicholson (2000) e Claudia de Lima Costa (1998).

Dentre as autoras desse campo de estudos, particularmente Joan Scott traz reflexões que são pertinentes à presente pesquisa. Para Scott (1995), “homem” e “mulher” são categorias ao mesmo tempo transbordantes e vazias. Transbordantes porque contém em si definições alternativas suprimidas. Vazias porque não possuem significados últimos,

transcendentes e imutáveis. As significações de gênero e de poder são determinadas por processos políticos e a natureza desse processo só pode ser determinada no contexto do tempo e espaço no qual estão inseridas. As referências de gênero como algo natural e imutável, noção esta que nos é tão cotidiana, são estabelecidas com o objetivo de proteger o poder político. Segundo a autora, questionar tais referências de gênero constitui uma ameaça a todo o sistema político. Assim, o gênero constrói a política e vice-versa. As relações de gênero inclusive mudam de acordo com os interesses específicos de Estado. Vemos então como é impossível pensar em uma discursividade neutra, uma vez que dispositivos de interesses bem específicos colocam em funcionamento as suas estratégias de regulação dos corpos.

Scott (1995), influenciada pela filosofia francesa pós-estruturalista e baseando-se no conceito de poder cunhado por Michel Foucault, entende que as relações de gênero são relações de poder socialmente construídas e legitimadas e a história opera enquanto lugar de produção de gênero. Em outras palavras, gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos. “Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.” (SCOTT, 1995, p. 88).

Nossa análise leva-nos a compreender que os jornais femininos cearenses harmonizavam com as novas técnicas de gestão das vidas humanas que se instauravam e que buscavam tornar os corpos uteis e dóceis, em consonância com um projeto de poder em curso. Em outras palavras, a imprensa para o público leitor feminino, enquanto agente de produção de subjetividades, inseria-se em uma história mais geral de instalação das relações de saber-poder na sociedade cearense do final do século XIX e início do século XX.

As subjetividades individuais certamente eram heterogêneas, mas atravessava-as, naquela época, um poder que buscava remodelar a sociedade tendo em vista novos moldes emergentes que se pretendiam civilizatórios, modernos e higiênicos. As configurações familiares que podíamos encontrar também certamente eram numerosas, mas havia forças sociais que concorriam para a instalação de elementos da família nuclear aburguesada no final do século XIX e início do século XX no Brasil. Os modos de ser mulher eram vários, mas certos modos eram estimulados enquanto outros eram desencorajados por práticas e discursos científico-morais que se encontravam em todo o tecido social e também nos jornais para o público feminino. Isso porque o poder não advém apenas das instâncias estatais, mas sim opera a partir de pontos múltiplos em nível social microfísico.

Mormente através das técnicas que abordamos no capítulo anterior da presente tese, buscava-se estimular principalmente os modos de ser mulher que exploraremos neste

capítulo. Quando, no capítulo anterior, tratamos da espacialização dos corpos, da vigilância, da denúncia e da pedagogização enquanto estratégias de controle dos corpos femininos, não as tomamos em seus efeitos repressivos prioritariamente. Tomamos tais estratégias enquanto funções sociais complexas que possuem efeitos mais positivos do que negativos, no sentido de que tendem mais a produzir realidade do que suprimir. Analisamos as estratégias dos jornais sob uma perspectiva da tática política. Consideramos que o corpo está mergulhado em um campo político. Ele é investido por relações de poder que irão buscar sujeitá-lo de modo a torná-lo útil, produtivo e submisso. Essa tecnologia política do corpo trata-se de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições.

Sobre os mecanismos de poder, Foucault (2010), em seu livro *Vigiar e Punir*, explica que a essência do ato de punir a partir da modernidade não consiste na punição em si, mas sim na efetivação de uma ortopedia moral. O que o autor fala nessa obra pode nos servir como ferramenta para pensar o que encontramos nos jornais cearenses para mulheres, uma vez que era em um projeto mais amplo de ortopedia moral que a imprensa da época estava imersa. A vigilância, as denúncias e as demais estratégias dos jornais intentavam acima de tudo alcançar a correção dos “maus comportamentos”, a reeducação das subjetividades, a “cura” das “anormalidades”.

Ainda na mesma obra, Foucault (2010) verifica como as transformações que a modernidade traz na maneira como o corpo é investido pelas relações de poder levam à entrada da alma no palco da justiça penal. Toda a história da microfísica do poder punitivo feita pelo autor em seu livro é considerada apenas uma peça para traçar uma genealogia da alma moderna. O poder disciplinar que Foucault analisa exerce-se sobre o corpo, mas, ao fazê-lo, acaba produzindo uma alma. Essa alma moderna trata-se de uma realidade permanentemente produzida, sobre a qual foram construídos conceitos e campos de análise, como *psique*, subjetividade, personalidade, consciência, etc. Essa alma é produzida no corpo por um poder que se exerce sobre os que são vigiados e punidos. Assim, o sujeito moderno, detentor de uma alma produzida, é efeito de uma sujeição. “Uma ‘alma’ o habita e leva à existência, que é ela mesma uma peça no domínio exercido pelo poder sobre o corpo. A alma, efeito e instrumento de uma anatomia política; a alma, prisão do corpo.” (FOUCAULT, 2010, p. 32).

Talvez possamos pensar que a história do saber/poder exercido pela imprensa feminina cearense pode ser considerada uma peça para uma genealogia do sujeito-mulher moderno no Ceará. O fato de que surge uma imprensa para o público feminino no Brasil do século XIX, em concomitância com um considerável movimento de escolarização das

mulheres, uma gama de livros designados como adequados para a leitura das mulheres, novas exigências de cuidado com a saúde da mulher, a consolidação de novas funções para a mulher dentro da família burguesa, tudo isso aponta para o fato de que havia no século XIX a preocupação com a produção de novos padrões de gênero. Através de suas estratégias, os jornais para as leitoras cearenses exerciam um poder sobre os sujeitos e buscavam produzir uma alma feminina. Que condutas e características femininas eram defendidas por aqueles da imprensa que ocupavam o lugar de sujeitos enunciadore de “verdades”? Que padrões de comportamento eram recriminados ou marginalizados? Que projeto de mulher se queria instaurar através dos discursos dos jornais? É o que discutiremos a seguir, a partir de três categorias relativamente distintas. Primeiro, mostramos como a mulher era colocada, pelos jornais, como central na remodelação higiênica e burguesa das famílias cearenses. No segundo tópico tratamos de determinadas características físicas e psicológicas traçadas, pelos periódicos, como desejáveis para as suas leitoras. Por fim, exploramos a categoria analítica que aborda os discursos sobre vida amorosa e sexual das mulheres encontrados no material de análise desta pesquisa.

5.1 Mulher, a rainha do lar

Em nossa análise, pudemos encontrar um conjunto de enunciados que, juntos, formam um discurso que dispunha a mulher como a principal responsável pela felicidade do lar, mediante o bom exercício das suas atribuições de mãe e esposa. Nos jornais que analisamos, propaga-se para as leitoras o discurso de que a mulher possui um dever a exercer em nome da evolução da sociedade. Em *A Brisa*, afirma-se que a mulher tem um encargo a cumprir na terra, uma missão divina da qual depende o futuro da humanidade:

Foi a mão de Deus que marcou horizontes novos e desconhecidos aos olhos da mulher: plantou um muro de bronze entre os negores pavorosos de seu passado de maldição e as brilhantes erradicações de seu presente de gloria: confiou-lhe o deposito sagrado dos destinos futuros das sociedades, dizendo-lhe: Mulher és grande! Sê maior! [...] deixa escripto no teu livro imenso e profundo a missão da mulher sobre a terra. (*A Brisa*, 1875, n. 9, p. 2).

No número seguinte do mesmo jornal, continua-se a discorrer sobre o mesmo assunto, colocando-se o amor da mulher pelos familiares como o cumprimento do encargo feminino sagrado dentro de sua família:

Vem: a mulher para a sociedade é como a gotta de orvalho para a planta, que emurchece aos ardores de um sol de estio. [...] O christianismo segredou no ouvido da mulher: - Ama, disse elle, e sê o anjo de tua família. E a mulher amou. Amou

com esse amor imenso, indefinível, ardente, inexprimível, sem quebra, sem ciúmes, sem maculas. Do seu coração brotão torrentes de carinhos e sentimentos. (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

No jornal *O Astro*, declara-se que todas as pessoas possuem um dever a cumprir perante a sociedade: os pais, os filhos, o jornalista, o médico, a criança, etc: “Todos temos deveres a cumprir, restricto e limitado. E somos obrigados a cumprir esta promessa radical de noss’alma porque o dever traz a honra.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 1).

Ao analisarmos os jornais, observamos que se criava para a mulher a narrativa de que esse novo lugar de importância ocupado por ela no interior da família era uma grande conquista histórica para o “bello sexo”, representava uma honra e era sinônimo de liberdade e estima na sociedade: “Assim como a desestima fazia da antiga mulher um ente desconfiado, a consideração que a mulher moderna recebe do marido e da família eleva-a aos próprios olhos.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Vemos então que se entendia que do exitoso desempenho desse papel feminino dependia o futuro da nação. O processo ocorrido no contexto europeu moderno descrito por Donzelot (1980), de responsabilização da mulher pela manutenção da moral e bons costumes por todos os membros da família, não é distante do que observamos no Brasil do final do século XIX e início do século XX, tal como afirma Esteves (1989). Problematizando tal questão, podemos refletir que a atribuição desta missão à mulher fez parte de um conjunto de estratégias médicas, políticas e religiosas afinadas com os interesses do Estado. Para que possamos compreender esse contexto, é preciso que recorramos brevemente à história e façamos um recuo no tempo para pensar a vida familiar em tempos de colonialismo.

Como explica Costa (1999), o ostracismo da família colonial, que se dispunha mais preocupada com os seus próprios interesses de manutenção do poder familiar do que com as necessidades estatais, começou a tornar-se cada vez mais problemática à medida que o crescimento populacional impunha-se no Brasil e que crescia o interesse de Portugal na colônia, devido à exploração do ouro brasileiro. A ordem senhorial da Casa-grande vigente no Brasil-colônia era marcada por um privatismo mediante o qual os senhores de terras reinavam quase como senhores “feudais”. Essa realidade dava-se de modo que a administração provinda do Estado enfrentava dificuldades para alcançar os domínios de tais senhores e impor-lhes a lei portuguesa. Como diz José de Alencar (1958) na obra *O Guarani*, eram senhores de “baraço e cutelo”, detentores da lei em seus domínios, mandando e desmandando em suas terras, milícias e família conforme lhes convinha.

A exploração portuguesa fez surgir camadas sociais contrárias à exploração de Portugal, tornando alguns lugares do país focos de revoltas que precisavam ser dominadas. Em meados do século XVIII começam os primeiros esforços sistemáticos de controle urbano e populacional em nome dos interesses do Estado. Contudo, os instrumentos de controle coloniais limitavam-se ao aparelho jurídico-policial, sendo incapaz, por si só, de conter o caos urbano. A interferência dos interesses particulares na justiça e na polícia levou a um desgaste do aparelho, assim como a lógica punitiva empregada até então não dava conta de prevenir a criminalidade.

O Estado buscou então na militarização a ajuda que precisava para o controle urbano eficaz, utilizando da disciplina militar para promover a ordem política. Tropas auxiliares foram organizadas com o intuito de reprimir preventivamente os indivíduos, antes que fosse necessária a punição legal, que havia se demonstrado falha. No entanto, pelo medo de insurreições armadas, a militarização logo passou a não mais ser vista como uma estratégia de controle segura pelo governo colonial.

Mesmo com a transformação do espaço urbano, que buscava favorecer a aristocracia portuguesa e o capitalismo europeu, que se operou com a chegada da Corte ao Brasil, continuava a família brasileira senhorial preocupada mais com ela mesma do que com o Estado. Viu-se que a justiça operada aos moldes coloniais que se tinha até então, ou seja, funcionando sob o modelo da soberanidade, não era capaz de alcançar a vida privada. No entanto, o poder estatal precisava ser visto como aliado pelas famílias e o Estado tinha interesse em fazer com que a sua tutela sobre os indivíduos sobressaísse-se em relação àquela dos senhores coloniais.

Então, ao final do período colonial, a medicina emerge apresentando-se como instrumento para o poder estatal, oferecendo meios de instauração de uma nova moral da vida e do corpo que agenciasse os interesses do Estado. “A questão da salubridade levantada pela medicina ligou-se, de imediato, ao interesse do país.” (COSTA, 1999, p. 29). O dispositivo médico, por meio da postura higienista, insere-se como alternativa para compensar as deficiências da lei na transformação das famílias. Ele alinhava-se à construção de uma ideia de nação, era capaz de introduzir-se no convívio íntimo familiar, produzia fiscais aliados dentro das próprias famílias e era capaz de oferecer recompensas à submissão ao poder. A medicina higiênica alia-se então ao novo sistema político contra a antiga ordem colonial. “Neste momento, as técnicas disciplinares saem do ostracismo colonial e passam a ocupar o primeiro plano da cena político-urbana. O sucesso da higiene indica essa revisão estratégica no trabalho de fissão e reestruturação do núcleo familiar.” (COSTA, 1999, p. 57).

É assim que o saber médico-higiênico irá, através de práticas diversas, empreender o que Costa (1999) chama de “estatização dos indivíduos”, ou seja, a criação do sentimento de nação e a promoção da docilização dos corpos segundo os interesses do Estado. Cria-se, no Segundo Império, um dispositivo de submissão das famílias chamado de higiene familiar, que irá dirigir-se às famílias urbanas com o objetivo de instalar novos padrões de conduta física, intelectual, moral, sexual e social para cada membro familiar, buscando adaptá-los ao sistema econômico e político.

As estratégias desse dispositivo consistiam em, além de criar papéis para os membros da família, prometer benefícios extraídos da sujeição, transpor o antigo modo de trabalhar do aparelho jurídico-policial, alimentar o gosto pela vida, pela prole, pela saúde e felicidade, converter os vulneráveis e, por fim, selecionar aliados da higiene no interior das famílias. Nessa seleção de aliados, a mulher foi vista como maior alvo. A mãe foi o grande agente de higienização dos lares e das crianças.

A mãe devotada e a criança bem-amada vão ser o adubo e a semente do adolescente, futuro adulto patriótico. Tradicionalmente presa ao serviço do marido, da casa e da propriedade familiar, a mulher ver-se-á, repentinamente, elevada à categoria de mediadora entre os filhos e o Estado. Em função destes encargos, suas características físicas, emocionais, sexuais e sociais vão ser redefinidas. Seu papel cultural cresce em força e brilho. A higiene passou a solicitar insistentemente à mulher que, de reprodutora dos bens do marido, passasse a criadora de riquezas nacionais. (COSTA, 1999, p. 73).

Essa ideia de missão feminina em favor da nação que é construída durante o século XIX radicaliza-se principalmente após o estabelecimento da República no Brasil (1889), pois as mulheres brasileiras são chamadas a fazer parte da construção da identidade nacional e da República nascente.

Talvez possamos dizer que as ações de governo da vida feminina que se configuraram a partir de então convocavam as mulheres a engajarem-se em práticas de governo de si mesmas e dos outros, principalmente dentro do contexto familiar. Governavam-se **as** mulheres e governava-se **mediante** as mulheres. Estratégia de governamentalidade da população, que se queria cada vez mais organizada, higienizada, docilizada e normalizada.

Quando falamos em governo da vida, remetemo-nos às considerações de Michel Foucault sobre a chamada governamentalidade:

Por “governamentalidade”, entendo o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa, de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por ‘governamentalidade’, entendo a tendência, a linha de força que, em todo o

Ocidente, não cessou de conduzir, e há muitíssimo tempo, em direção à preeminência desse tipo de saber que se pode chamar de ‘governo’ sobre todos os outros: soberania, disciplina. [...] Enfim, por ‘governamentalidade’, acho que se deveria entender o processo, ou melhor, o resultado do processo pelo qual o Estado de Justiça da Idade Média, tornado nos séculos XV e XVI Estado administrativo, encontrou-se, pouco a pouco, “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2012a, p. 303).

Segundo Foucault (2012a), a modernidade é marcada por um modo de governar alicerçada sobre três tipos de governo: o governo de si mesmo, que estaria ligado à moral, o governo da família, que seria relacionado à economia, e o governo do Estado, que estaria associado à política, havendo uma continuidade ascendente e descendente entre as três artes de governar. A continuidade ascendente significa que, para governar bem o Estado, é preciso governar bem a si mesmo e a família. A continuidade descendente significa que, quando o Estado é bem governado, as famílias e as pessoas também são. O elemento central entre essas continuidades é a economia.

Foucault (2012a) afirma que a principal função do governo dentro da lógica dessa nova arte de governar consiste em introduzir a economia no exercício político. Governar um Estado significa governar como um pai governa uma família. Mas a economia, que no século XVI é uma forma de governo, no século XVIII passará a ser um campo de intervenção do governo.

Esse modo de governo moderno configura um deslocamento histórico em relação ao modo de governar que lhe antecedeu, alicerçado sobre o que Foucault (2012a) chama de poder soberano. Essa arte de governar que tinha como princípio a proteção do poder soberano era assentada na identificação dos perigos e na manipulação de forças que mantinham o principado protegido. O que mantinha o poder soberano seriam apenas laços sintéticos, sem ligação natural ou jurídica, o que colocaria a sua posição sempre sob ameaça.

A soberania e essa nova forma de governar diferenciam-se também quanto às suas finalidades e os seus instrumentos, conforme explica Foucault (2012a). Na soberania, o objetivo final do governo é alcançar a obediência à lei soberana, ou seja, a finalidade da soberania é a sua própria manutenção. Já nesse novo governo, governa-se para alcançar um objetivo adequado a cada uma das coisas a governar. Busca-se atingir os diferentes objetivos não através da imposição de leis, como se fazia na soberania, mas através da utilização de táticas. A finalidade da soberania é ela mesma e seus instrumentos são as leis. Já a finalidade do governo são as próprias coisas que ele dirige e os seus instrumentos são as táticas.

Só foi possível que a arte de governar fosse colocada em funcionamento com o surgimento moderno do problema da população, como explica Foucault (2012a). É então que se abre a possibilidade de que a ciência de governo se ligue tanto à população quanto à

economia. Segundo Foucault (2012a), esse novo objeto, a população, passa a ser o grande alvo do governo, governo este que tem como objetivo maximizar as possibilidades de vida da população, através da gestão das taxas de natalidade e mortalidade, dos casamentos, da saúde e educação, da riqueza e demais aspectos referentes à coletividade, que passaram a ser medidos através do uso da estatística. É então que o governo passa a agir principalmente através de campanhas voltadas à população.

Tornou-se também necessária a elaboração de um saber de governo que tomasse em consideração os processos próprios da população. A economia emerge para atender a essa urgência sócio-histórica. A economia passou a ser, ao mesmo tempo, uma ciência e um tipo de intervenção de governo. É a partir de então que a arte do governo começa a tornar-se economia política. A passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre na Europa do século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 2013b, p. 426).

O surgimento da população enquanto objeto de saberes e práticas permitiu que fosse eliminado o modelo de família que se tinha até então. A partir do século XVIII na Europa, o grupo familiar começa a ser considerado um segmento da população, um elemento de fundamental importância, por onde se deve passar quando se quer algo da população como um todo.

Já no Brasil, no século XIX também ocorre um processo de deslocamento da função das famílias na sociedade, promovido principalmente por uma nova ordem médica que se impunha (COSTA, 1999). Houve um processo de fortalecimento do pequeno núcleo familiar, de valorização da intimidade doméstica, de redefinição dos papéis dos membros da família e de higienização, disciplinarização e aburguesamento dos costumes. Também aqui a família, e especialmente a mulher das classes médias e altas, foi vista como um meio através do qual se poderia alcançar a população.

Às mulheres das famílias aburguesadas, em sua maioria brancas, heterossexuais e economicamente privilegiadas, foram atribuídas funções fundamentais ao sucesso de todo o movimento civilizatório em nome da ordem e do progresso social que tomou lugar no Brasil oitocentista. Dessa intensa reforma moral, as mulheres eram convocadas a serem emissárias, sendo vistas como maior via de remodelamento da família de acordo com os novos padrões civilizatórios e higienistas. Isto as torna personagens importantes no processo de exercício de poder sobre o corpo social que passou a desenvolver-se e consolidar-se a partir da segunda metade do século XIX no Ceará (PONTE, 2001). Foi atribuída à mulher das classes médias e

altas a missão de fazer funcionar a ordem higiênica, dita moderna e civilizada, no interior das famílias (COSTA, 1999). Essa mulher passa a ter papel ativo no aburguesamento dos costumes urbanos.

Na Europa, como mostra Donzelot (1980), a mulher foi o centro da empreitada disciplinarizadora das famílias, através da valorização do espaço da domesticidade como o lugar principal da mulher. No Brasil acontece de forma análoga, uma vez que as mulheres foram alvos privilegiados, pois em suas mãos foi colocada grande parte da responsabilidade de reestruturação e triunfo da nova família burguesa desejada.

Nesse contexto, incumbia-se às mulheres a responsabilidade de manter a felicidade e prosperidade do espaço doméstico. Em enunciados dos jornais cearenses para mulheres, vemos a manifestação de um discurso que colocava a encargo da mulher a força, o conforto das dores e os valores morais da família: “Quereis balsamo para vossas dôres? Ela vol-a dá. Quereis forças para acções de valor? Ella vol-as transmite.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Para que as mulheres fossem capazes de cumprir esse múnus patriótico no interior de suas famílias, foi preciso uma radical reconfiguração das interações familiares e das relações dos sujeitos com eles mesmos e com os outros. Um novo sujeito-mulher fazia-se necessário.

Desse modo, a regulação da população que foi colocada em funcionamento em meados do século XIX no Brasil, dependeu de um processo complexo e multifacetado de reformulação dos papéis no interior das famílias, estabelecendo-se novas normas sociais para as crianças, para os homens e também para as mulheres, baseados em padrões de ideal burguês (RAGO, 1985). O saber e as práticas médico-higiênicas exerceram função central na instituição das novas normas familiares no século XIX no Brasil.

Além do discurso médico-higienista sobre a mulher, também tínhamos ideais similares dentro da igreja católica na sociedade cearense. Também o discurso da igreja católica cearense posicionou a mulher no centro da moralização familiar, mas o fez de acordo com os interesses religiosos (SILVA, 2017). Nos jornais analisados, vemos a mulher narrada como sendo um anjo, uma emissária da esperança, uma enviada de Deus para fazer a alegria da família através de sua bondade: “Aquelle rosto de bondade faz a alegria da familia. E’ o anjo do céu. Irradia. Tem em sua frente o brilho das esferas. Caminha. A cada pegada desatão raios. É a pallida esperança.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1). É claro que estavam à margem desse discurso as mulheres que mantinham relacionamentos amorosos ou que tinham filhos fora da lógica matrimonial católica.

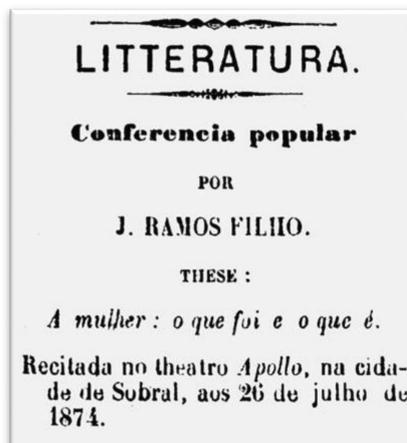
Para não perder o lugar privilegiado da igreja de referência aos modos de vida da população, as autoridades da igreja local, durante o século XIX, trabalharam fortemente na conservação das tradições, fazendo frente à modernização social que se processava àquele período, refletida em revoluções, novas ciências, novas ideias filosóficas, novas perspectivas políticas e etc. que questionavam a tradicional visão de mundo cristã (SILVA, 2017). Fazendo circular pelo tecido social as ideias tradicionais católicas, a Igreja cearense buscava manter a modernização dos costumes o máximo possível dentro dos seus moldes de moralidade.

No entanto, o discurso moderno que colocava a mulher no centro da regeneração familiar estava em consonância com os modelos de gênero feminino pregados pela religiosidade católica cearense oitocentista. Segundo Silva (2017), o discurso religioso cearense do século XIX entendia que a moralização popular dependia da educação e da ação religiosa, que deveria ultrapassar as paredes das escolas católicas e fazer-se presente em cada lar através da mulher.

Também no discurso católico a mulher passou a ganhar maior relevância, ainda que tenha sido mantida a sua figura tradicional de obediência, pureza, abnegação e submissão. Conforme Silva (2017), esse discurso concentrou-se na figura feminina porque à mulher cabia a instrução moral de toda a família. “Era preciso moralizar a sociedade. Era também impositivo que isso se iniciasse no proceder moralizado e exemplar da figura materna, égide moral da família, liame incontestável da sociedade oitocentista.” (SILVA, 2017, p. 61).

No jornal cearense para mulheres mais antigo entre os que compõem o nosso *corpus* de pesquisa, *A Brisa*, percebemos o discurso religioso sendo operado de modo a definir o posicionamento da mulher na sociedade da época. Encontramos, ao longo de alguns números do periódico, a transcrição de uma conferência popular recitada no teatro Apollo na cidade de Sobral no dia 26 de julho de 1874, que teve como título *A mulher: o que foi e o que é*.

Figura 25 – Trecho do número 5 do jornal *A Brisa*



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

A tese apresentada na declamação transcrita no jornal consiste em argumentar como a mulher do passado era oprimida, explorada e objetificada enquanto uma propriedade do homem e como a mulher daquele momento era emancipada e livre. Os escritos nos jornais retratam o momento histórico da sua atualidade como um tempo glorioso para as mulheres, concedido por Deus, argumentando que a vinda de Jesus deixou escrita na bíblia a missão da mulher sobre a terra: a constituição da família e a felicidade do lar. Nota-se a forte presença do discurso católico sobre a função feminina dentro das famílias: “[...] rebaixada, finalmente, á triste condição de cousa, de uma vil propriedade, que podia mudar de dono a todo instante, a mulher passava seus dias em contínuas amarguras.” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 2). “A condição social da mulher como tudo que esta sob o dominio da mudança, modificou-se profundamente em todos os séculos. A mão de Deus cavou um abysmo tremendo entre a mulher antiga e a mulher moderna.” (A Brisa, 1875, n. 3, p. 2). “Não se concebe um povo civilizado mantendo a opressão da mulher, Senhores.” (A Brisa, 1875, n. 9, p. 2). “A mulher será livre; será livre, sim: igual ao homem, e ambos constituirão por tua ordem irrevogável, a familia sobre o mais inabalavel alicerce – o alicerce do amor.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Vemos nesse jornal um discurso que reveste com o signo da liberdade o crescimento da importância feminina no seio familiar. A mulher do passado confinada sob o jugo do homem é vista como oprimida e o amor marital e maternal são colocados como o caminho certo para a sua libertação das amarras da opressão do passado. No entanto, malgrado o uso de termos como “liberdade” e “igualdade”, o discurso religioso da Igreja católica apostólica romana apresentava especificidades em relação ao casamento, à castidade,

às relações heterossexuais, etc. que posicionavam a mulher de certos modos a facilitar sua submissão.

Através da análise de documentos do bispado local e de jornais católicos, Silva (2017) afirma que o discurso católico cearense recorreu a textos sagrados e hagiografia, principalmente às epístolas de tradição paulina, para delinear a função social feminina almejada. O autor mostra como o discurso religioso católico fortalezense operou uma reelaboração discursiva sobre a mulher e suas funções dentro da família e da sociedade, através de uma hipervalorização da maternidade e conjugalidade enquanto funções femininas que dignificam a mulher. O autor argumenta como a defesa desse papel feminino foi alicerce para a moral e honra doméstica, vistas como essenciais na manutenção da paz e coesão social, no século XIX. As autoridades religiosas fortalezenses reafirmavam um modelo conservador e tradicional de mulher visando a fácil assimilação por parte da sociedade cearense oitocentista. “[...] elas reforçavam, para a parcela feminina local, o modelo de mãe e esposa em Maria como modo de encaminhar, educar e instruir as parcelas femininas, e, por continuidade, isso contribuiria para a construção de uma sociedade melhor [...]” (SILVA, 2017, p. 33).

Assim, com base em discursos oriundos de fontes diversas que circulavam no tecido social, novos paradigmas de união conjugal foram estabelecidos, baseados em ideias como, por exemplo, o cuidado parental com a prole, a possibilidade de escolha do parceiro conjugal, a preocupação com as condições físicas e morais dos noivos, exaltação do amor dentro do matrimônio e o estabelecimento de novos posicionamentos subjetivos para homens e mulheres na dinâmica do casamento.

A arquitetura do lar feliz aprisionou homens e mulheres dentro de uma moldura estritamente normativa. Homens e mulheres, maridos e esposas passaram a se defrontar não só com uma noção mais delimitada dos papéis sociais atribuídos a cada sexo mas, sobretudo, com uma rigidez provavelmente desconhecida até então em suas experiências cotidianas. (MALUF e MOTT, 1998, p. 382).

A necessidade de que a mulher fosse o que se considerava na época como uma boa esposa é muito clara nos jornais cearenses para o público feminino que analisamos. O marido deveria encontrar no lar tudo o que precisava, fazendo com que fosse desnecessário que ele buscasse “na rua” algum tipo de satisfação que não encontrasse em casa: “A doçura embalsama com seus perfumes peregrinos o lar domestico, diz um philosopho de nossos dias, o esposo encontra dentro da propria habitação a felicidade, que inutilmente procurava fora de casa.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Em outro enunciado dos jornais, a esposa é mostrada como a fonte de alívio de todos os males que o marido possa trazer do “mundo externo”, deixando muito claras todas as características de personalidade e todos os comportamentos que uma “boa esposa” deveria apresentar:

O esposo já regressa do trabalho diurno presentindo os braços abertos da esposa de seu amor. A’ mulher, senhores, assim dulcificada com o amor, que dá o que recebe, adoça por seu turno o homem, salva-o em vez de o perder, é o anjo da consolação, que derrama em seu coração todos os effluvios de seus carinhos, consola-o em vez de o repreender, tem balsamo em seus lábios para nossas chagas, sorrisos para nossas tristezas, cantos para nossa felicidade, energia para nossa mercia, fortaleza para nossas fraquezas, amparo para nossas quedas, doçura para as nossas amarguras, e, abrindo ainda as mãos cheias o cofre infinito de sua alma, fechado havia tantos séculos, caem-lhe delle sorrisos, lagrimas, affectos, carinhos, sacrificios, abnegação, que nem tem o mérito de avaliar siquer, porque os dá sem calculo, recebendo o premio na espontanea satisfação com que os dá.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Fica claro como era colocada nas mãos femininas a responsabilidade do sucesso do projeto civilizador das famílias aos moldes burgueses. Se o marido encontrasse em casa um bálsamo, não sentiria necessidade de entregar-se aos “prazeres da rua” (botequins, bebida, jogo, prostíbulo), que eram vistos como perigos à manutenção do trabalhador saudável e domesticado, pronto para produzir, fazendo funcionar o *modus operandi* da produção capitalista. Do mesmo modo, a responsabilidade da boa educação dos filhos era dada à mãe. No entanto, se o marido não se enquadrasse no mister de marido e pai higiênico, ou se as filhas do casal não fossem consideradas pela sociedade como recatadas e puras, a mulher esposa e mãe era a responsabilizada por esse fracasso.

Na aceitação ou no sentido dado a esses modelos, particularidades ligadas às classes sociais obviamente existiam. De acordo com Donzelot (1980), a mulher das camadas sociais mais ricas deveria acompanhar as mudanças urbanas e sociais, fazendo aparições ao lado de seu marido e estando mais presente no mundo público, afastando-se do maior contato com os serviços domésticos, o que, no caso do Brasil, inaugura certa novidade na vida feminina em relação à mulher colonial. Assim, a mulher higiênica dos grupos sociais privilegiados deveria proteger sua família dos perigos internos à sua casa atribuídos às doenças e à ignorância dos serviços, mas também dos perigos externos que a rua poderia oferecer à sua família, por exemplo, os vícios do jogo e da bebida para os maridos e os namoros inadequados para as filhas. Já o esforço das mulheres pobres, seguindo a mesma lógica das “elites”, mas com particularidades próprias, deveria consistir essencialmente em inculcar em cada membro familiar o cultivo da domesticidade, afastando-os das ameaças mundanas, como os carnavais de rua e os botequins.

No entanto, as circunstâncias das vidas das mulheres pobres dificultavam seu engajamento às novas exigências impostas à vida feminina. Estas estavam muito mais expostas à necessidade de circular pela cidade e a estar em contato com toda sorte de gente, uma vez que precisavam trabalhar e resolver pendências do dia-a-dia na rua. Assim, os ideais de domesticidade, de recato, de passividade não foram assimilados por todas as camadas sociais tal como as instâncias morais da sociedade desejariam.

Rago (1985) mostra como, apesar desse novo código moral ter tomado como base o ideário da família burguesa, as classes operárias não deixaram de ser tomadas como objeto dessa nova regulação disciplinar. A higienização do operariado³⁹ fez um jogo com os moldes burgueses de família que, por mais que não fizessem parte da realidade dessa parcela da população, impunham-se como referência, com o objetivo de produzir corpos dóceis e úteis prontos para servirem como mão de obra no capitalismo crescente: “[...] a domesticação do novo operariado implicou a imposição do modelo imaginário de família criado pela sociedade burguesa.” (RAGO, 1985, p. 61).

Assim, a higienização do espaço privado do trabalhador envolvia tanto uma reforma da sua moradia quanto dos papéis dos membros familiares. “A família nuclear, reservada, voltada sobre si mesma, instalada numa habitação aconchegante deveria exercer uma sedução no espírito do trabalhador, integrando-o ao universo dos valores dominantes.” (RAGO, 1985, p 61).

Em relação às reformas dos repertórios de subjetividades masculinas promovidas no século XIX, segundo o dispositivo normativo médico-higiênico, como explica Costa (1999), o “homem higiênico” deveria não mais agir de acordo com os esquemas comportamentais e políticos do patriarca colonial proprietário de terras, escravizados, filhos e mulheres. As insígnias patriarcais ruralistas foram estrategicamente desvalorizadas de forma gradual pelo higienismo, tendo sido apontadas como sinais de atraso para a nova sociedade urbanizada em formação no século XIX.

O cidadão medicalizado, habitante do Estado agrário, foi progressivamente coagido a perder toda aspiração ao senhorio. [...] O homem citadino, mesmo quando era grande proprietário, incorporou a seu universo sócio mental os valores urbano-burgueses como o apreço pelo trabalho; a admiração pela competência profissional; o estímulo ao espírito de competição; o gosto pela cultura artística e pelo conhecimento científico; o cultivo da aparência física; a busca do equilíbrio e da contenção moral, etc. (COSTA, 1999, p. 249).

³⁹ Uma significativa classe operária surge no Ceará da segunda metade do século XIX. A indústria têxtil cearense foi inflamada pelo sucesso na importação e exportação de algodão, surgindo em 1883 a primeira fábrica de tecidos e fiação em Fortaleza. Como afirma Ponte (2001), outras fábricas de tecido e indústrias de outros produtos, como cigarro, chapéus, cerveja e vinho de caju, surgem no Ceará durante a Primeira República, o que contribuiu para a emergência de uma nova pequena camada social empresária e uma numerosa classe operária.

O homem deveria ser agora prioritariamente um pai a serviço dos interesses do Estado e da “raça”, trabalhador provedor da família, progenitor e patriota. A sexualidade masculina deveria ser canalizada principalmente para a procriação dentro da família, protegendo a descendência dos perigos venéreos e morais do mundo. Claro, o estabelecimento desse novo modelo de homem-pai-higiênico implicava condenações às figuras que escapavam das normas, como os libertinos, celibatários e homossexuais.

A vida do cidadão comum brasileiro vai girar quase exclusivamente em torno dos filhos, canalizando todos os seus esforços para a formação desses pequenos sujeitos. “O edifício social montado pelo Estado agrário teve um dos seus mais sólidos pilares neste amor e responsabilidade paterna. O cuidado com os filhos foi usado como isca para manter o homem-pai quieto, imóvel, na dócil postura de cidadão patriótico.” (COSTA, 1999, p. 251).

Homens pobres e ricos assumem a nova ordem médico-estatal, no entanto, com uma distinção. Os industriais e grandes comerciantes perdiam o poder ilimitado anteriormente exercido sobre os membros da família, mas eram compensados não só com o machismo, mas também com benesses socioeconômicas, como diminuição dos encargos oriundos do paternalismo, assim como a possibilidade de explorar a mão de obra trabalhadora a seu serviço. Já o homem sem propriedades de fato sofre uma supressão drástica do antigo poder e respeitabilidade dos quais gozava nos tempos coloniais. Para ambos os tipos de homem, mantém-se um considerável poder sobre sua família nuclear como uma espécie de recompensa pela aceitação de tamanhas privações. “Para cumprir o dever de pai, o homem recebeu a autorização para ser ‘macho’. O machismo foi-lhe oferecido por uma pífia compensação pela usurpação de seu tradicional poder.” (COSTA, 1999, p. 249).

Assim, concentra-se principalmente sobre a mulher o poder masculino que nos tempos coloniais recaía sobre todo o grande grupo familiar, escravizados e agregados. A mulher devotada ao cuidado com o marido e filhos foi oferecida ao homem, pelo higienismo, em troca da renúncia ao largo poder do homem colonial. “Historicamente, a redução da mulher ao papel de mãe e esposa devotada representou esse compromisso entre o pai e o poder médico.” (COSTA, 1999, p. 252). O tipo de machismo produzido pelo higienismo foi fundamental à manutenção da ordem médico-política, porque o homem, convicto de sua posse sobre mulher e filhos, tornava-se guardião da moral higiênica, mediador da educação da infância (figura do pai funcionário do Estado) e auxiliar na redução da mulher ao papel de mãe. Dotado desse poder sobre a família nuclear e munido da lógica higienista, o pai transfigurava-se em um soldado da moral higiênica, através da vigilância, punição e disciplinarização dos membros familiares sob seu jugo, alimentando o dispositivo higiênico

de *ethos* burguês. Dessa forma regulava-se a conduta política da maioria dos homens, que passaram a preocuparem-se prioritariamente com as suas propriedades privadas (incluindo-se aí a família), deixando-se explorar de modo mais complacente pelos novos senhores.

Dentro dessa perspectiva higienista, a mulher deveria continuar na sua posição de inferioridade em relação ao homem e circunscrita ao espaço doméstico de modo a perpetuar o modelo de machismo que se instalava, necessário à manutenção do modelo familiar higiênico. Então, ainda que a mulher tenha passado a ocupar-se de uma missão de nova importância social, sua possibilidade de sair desse lugar de submissão masculina permanecia exígua.

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Emancipada intelectualmente e profissionalmente, a mulher comprometia o pacto “machista” firmado entre a higiene e o homem. (COSTA, 1999, p. 260).

Por esse motivo o trabalho feminino abalava tanto uma das grandes bases da lógica higiênico-burguesa de família, pois este era visto como um risco ao trinômio feminino esposa-mãe-dona de casa e perturbava o jugo do homem sobre a mulher. No entanto, o trabalho há muito tempo já fazia parte, e continuou fazendo, do cotidiano das mulheres pobres, que precisavam trabalhar para garantir a sobrevivência. A esfera do trabalho, enquanto era uma necessidade para as mulheres de classes mais pobres, era quase inacessível às mulheres dos grupos sociais privilegiados.

A resistência à profissionalização das mulheres da classe alta e da classe média permanecia inalterada, pois esperava-se que elas se dedicassem integralmente ao lar e à família. Apenas as moças pobres estavam liberadas para trabalhar nas fábricas e na prestação de serviços domésticos. (DUARTE, 2003, p. 158).

Entre a classe trabalhadora feminina cearense do século XIX, existiam diferenciações. Segundo Silva (2017), havia as mulheres pobres que trabalhavam com serviços domésticos em casas ricas em situação análoga ao trabalho escravo. Outras, ainda pobres, fabricavam ou consertavam vestuários, lavavam ou engomavam roupas e assim buscavam complementar a renda doméstica. Nas classes medianas, mulheres letradas ofereciam seus serviços às famílias abastadas, trabalhando como professoras de primeiras letras, de piano ou canto, outras eram modistas, costureiras de roupas finas ou trabalhavam com algum comércio de luxo.

As trabalhadoras cearenses, como afirma Silva (2017), deviam estar atentas aos seus comportamentos, pois caso fossem consideradas desonestas, sem honra ou desrespeitadoras dos costumes, poderiam perder seus ofícios. O autor mostra, através de

registros de contratos de trabalhadores domésticos do final da década de 1880, como as relações entre patrões e empregadas eram marcadas pelo moralismo da época e muitas mulheres perdiam seus empregos, sob a alegação, por exemplo, do consumo de bebida alcoólica, insubordinação (“má vontade”) ou imoralidade.

Uma das poucas profissões aceitas socialmente para as mulheres das classes mais favorecidas economicamente era o magistério, pois se caracterizava como uma função que não feria o lugar destinado à mulher de educadora das crianças e mensageira da moralidade e bons costumes. Além desse motivo, Cunha (2008) indica a necessidade emergente de docentes e o fato de que as professoras exerciam as mesmas funções que os professores por um salário de até mil-réis a menos - discriminação salarial que era pautada na ideia de que ganhar dinheiro significava transgredir o papel feminino tradicional de subordinada a um homem. No entanto, mesmo que o mercado de trabalho tenha passado a se abrir para a mulher, ela só deveria trabalhar se o seu ofício não prejudicasse o exercício do seu papel doméstico. Também devido a essa condição, o trabalho de professora, que se restringia a um turno por dia, era considerado aceitável para as mulheres.

As jovens normalistas, muitas delas atraídas para o magistério por necessidade, outras por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. (LOURO, 2015, p. 453).

As professoras, como aponta Louro (2015), para que exercessem seus ofícios, precisavam levar uma vida de moralidade impecável, uma vez que a elas eram confiados filhos e principalmente filhas, para serem educados. Enquanto uns acreditavam uma insensatez destinar a educação das crianças como função das mulheres, por acreditarem que estas não possuíam a capacidade intelectual necessária, outros entendiam que as mulheres possuíam uma vocação natural para lidar com crianças, o que as tornava ideais para o exercício desse trabalho que passa a ser visto como uma “extensão da maternidade”.

Nos jornais cearenses para o público feminino que analisamos, é inegável a robustez com que aparece, na ordem do discurso dos periódicos, o ideário burguês do posto doméstico da mulher. No entanto, nos jornais, como em todas as superfícies sociais, localizamos batalhas discursivas, lutas de forças, resistências. Em um dos periódicos, *O Astro*, logo no editorial do primeiro número lançado, defende-se a educação e o trabalho feminino:

Queremos desenvolver o espírito sob a **diffusão da instrução e principalmente da mulher**, até hoje tão abandonada no estreito âmbito de uma educação rotineira, que refrê os impetus dos corações mais generosos, estiolando-os as mais das vezes, privando ao sexo fraco a conquista por meio do talento e do trabalho, no seio da sociedade — onde a convenção mentirosa e vã idealiza ternuras, finge sofrimentos,

empresta posição; mas quasi nunca distingue o espirito culto e operoso! **Precisamos trabalhar**; devemos empreender; educar o nosso espirito e pol-o mais perto do progresso humano, e á carencia de outro meio que se encontraria nos institutos ou universidades, lançamos esta pequena nau no proceloso das ondas do Norte, como um tributo de amor às Lettras e ao Trabalho. (O Astro, 1902, n. 1, p. 1, grifos nossos).

Em outro número do mesmo jornal, defende-se que as mulheres que possuem diploma universitário de Direito possam exercer a profissão de advogadas e defende-se o movimento de emancipação da mulher, identificado com a luta pelo acesso da mulher à educação e trabalho:

É pena que o governo não tenha quirido ainda declarar aptas por todos os misteres da vida social áquelas, uma vez que permite que cursem Faculdades e recebam os seus pergaminhos. Em Paris, o Snr. Déliaud, advogado de nomeado, consultado a respeito da admissão da mulher no fôro, disse: ‘Uma vez que se abrem ás mulheres as portas das Faculdades de Direito, deve-se permitir-lhes que colham o fructo dos seus estudos e dos seus diplomas. Não vejo inconveniente em que ellas defendam réos, tanto mais quanto, na pratica, ellas não são tão innumeradas.’ E assim vai tomando vulto em todo o mundo civilisado a ideia da emancipação da mulher: com o correr dos tempos hade essa ideia enraigar neste paiz e a mulher occupará na Sociedade o logar á que tem inquestionavel direito. (O Astro, 1907, n. 54, p. 2).

Talvez tenhamos aqui, no jornal mais recente do conjunto das nossas fontes de pesquisa, o prelúdio do movimento brasileiro de emancipação da mulher visando o acesso da mesma à educação superior, ao trabalho e ao voto que ganharia ainda mais força nas próximas décadas do século XX.

No entanto, anos antes, em 1891, também se falava em outro jornal para o público feminino, *O Bond*, sobre a emancipação da mulher, mas dessa vez em tom de chacota e descrédito:

A propaganda a favor da emancipação das mulheres está se tornando ativa de mais. Até aqui já a temos. Nosso collega do “Libertador” esta publicando a traducção de uma senhora, ainda que fosse já anteriormente publicado no “Paiz”. Fazem bem as Patricias. Não se entibiem. O facto de as chamar de “machonas” um escriptor do “Correio do Povo” não as deve amedrontar. Avante! “Machonas” ou não, as senhoras que tem ou “julgam ter talento” devem aproveitá-lo, quer publicando artigos, como os d’“A Familia”, quer copiando trabalhos de outros e dando como seus. No Parnazo há logar para todos. Até nós já estamos na porta! (O Bond, 1891, n. 24, p. 2-3).

Nesses momentos, podemos perceber que as vozes sociais não eram monolíticas, de forma que podemos encontrar discursos destoantes nos jornais para mulheres. Podemos achar, por exemplo, em um mesmo jornal, a defesa da concepção burguesa de domesticidade feminina e o seu questionamento em argumentos favoráveis à ocupação feminina dos espaços públicos laborais.

Além de uma esposa dedicada e domesticada, no figurino de mulher higiênica, modelo ideal das “elites” e desejado produto dos valores dominantes da época, tinha-se a mulher como possuidora de vocação natural para ser mãe, devendo devotar sua vida aos cuidados familiares e à educação da prole. “A era das provas de amor começou. O bebê e a criança transformam-se nos objetos privilegiados da atenção materna. A mulher aceita sacrificar-se para que seu filho viva, e viva melhor, junto dela.” (BADINTER, 1985, p. 201).

O discurso médico propagava explicitamente a tese de que a mulher nascera para a família e para a maternidade (COSTA, 1999). A mulher seria dotada de uma inclinação inata para ser mãe e alcançar a maternidade devia ser tudo na vida de uma mulher.

Vemos sinais dessa concepção não apenas na imprensa feminina, mas também na literatura ficcional da época. Por exemplo, no romance *A Normalista*, do escritor cearense Adolfo Caminha (1867-1897), publicado em 1893, o personagem João da Mata exalta as “qualidades de procriação” de sua afilhada de quinze anos, afirmando que um bom útero é tudo na mulher e equivale a um bom cérebro. Também no romance *A Divorciada* (1902), da educadora e jornalista cearense Francisca Clotilde (1862-1935), a protagonista Nazareth mostra-se uma mãe dedicada e amorosa, que vê no filho um bálsamo para as dores da vida: “Oh! bem feliz a mulher que no meio dos martyrios de uma existência trucidada por desenganos cruéis tem para amenizar-lhe as torturas o sorriso dulcificante de um filho inocente.” (CLOTILDE, 1902, p. 120).

Além da imprensa e da literatura, a pintura brasileira do final do século XIX também toma a vida feminina e a maternidade como tema. Isso acontece porque um novo gosto artístico acompanhava a emergência das novas “elites” urbanas no Brasil dessa época. As temáticas artísticas ganharam um tom mais cotidiano, apostando no retrato da vida privada e dos cenários urbanos e da vida rural. Nesse contexto, a figura feminina ganhou maior espaço na pintura brasileira. Como exemplo, podemos citar a pintura *Maternidade*⁴⁰, de Eliseu Visconti, pintor europeu que viveu boa parte de sua vida no Brasil. Na obra, observamos uma jovem mãe que amamenta um bebê com o olhar fixo nele, furtando-se de apreciar a bela paisagem que a cerca. Além do bebê, acompanha ainda a mulher outra filha, que brinca de cuidar de sua boneca.

⁴⁰ Atualmente, a obra encontra-se exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo - SP.

Figura 26 – Pintura *Maternidade*, de Eliseu Visconti



Fonte: Visconti (1906).

Segundo Rago (1985), para a fundamentação científica do mito do amor materno, o poder médico no Brasil procurava respaldo nas teorias do iluminista francês Jean-Jacques Rousseau. O pensador colava à natureza feminina a concepção burguesa europeia de mulher, estabelecendo como naturais tanto uma personalidade fraca, submissa e passiva quanto a função de mãe, esposa e cuidadora do lar. O filósofo atribuía ainda à mulher-mãe o encargo de educar as suas crianças.

Em nenhum momento encontramos, nos jornais cearenses para o público feminino analisados, menções a mães cansadas, irritadas, impacientes ou sobrecarregadas. Nunca uma “má mãe” é mencionada. Em todos os momentos a mulher é a mãe dedicada, amorosa, cuidadosa e responsável pelo bem-estar dos seus filhos.

Nos jornais, encontramos enunciados que imprimiam amorosidade à figura materna: “A mãe collou os labios às faces gélidas de sua filha e n’ellas imprimiu em terníssimo beijo.” (O Orvalho, 1888, n. 1, p. 3). “Sabes quem sou? Sou um coração materno e o coração de mãe quando se perde jamais se encontra.” (O Astro, 1902, n. 1, p. 4).

Vemos ainda a narrativa do sofrimento materno da mulher ao ser separada de seu filho amado: “Adeus! suspira a mãe extremosa ao arrancarem o filho querido de seus braços.” (O Astro, 1902, n. 1, p. 2).

Os cuidados com os filhos são claramente impressos como atribuição materna no seguinte trecho, que relata uma mãe dotada de capacidades inexplicáveis, como a de cessar o choro de um bebê apenas aproximando-se do seu berço:

O filho valido é aquelle que mais necessita dos cuidados dela, continua o escriptor já citado. O que adoece vê-a chegar á cabeceira, como a doce imagem do allívio. O

beijo, o casto e santo beijo, que ella imprime em sua fronte, consola-o como um balsamo. O mais novo adivinha-a, quando ella se approxima do berço e cala-se-lhe o chôro ao adivinha-la.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

Em outro trecho dos jornais, a mãe é responsabilizada pela educação de suas filhas para que elas sejam futuras boas esposas, recatadas e prendadas: “Mães de familia, ensinae vossas tenras e meigas filhinhas a coser com perfeição uma camisa de homem e botar panela no fogo, pois ellas só tratam de aprender o malvado crochet, mestre do synico e desbriado namoro.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 1).

O lar era considerado local por excelência da formação do caráter e da educação das crianças, vistas como o futuro da força de trabalho do país, o que atribuía à mulher, a responsabilidade moral de prosperidade da nação (RAGO, 1985). Não ocupar esse lugar de mãe educadora destinado às mulheres significava ir contra a própria natureza, segundo as concepções vigentes. Na criação desse modelo ideal de mulher burguesa, saberes e práticas contribuíram, como as ações de combate ao aleitamento mercenário (uso de amas de leite) e a estimulação, pelo saber médico, do aleitamento materno. No discurso higiênico, a mulher que não amamentava ia contra não apenas a sua vocação natural de ser mãe, mas ia contra toda a classe das fêmeas mamíferas. Uma mulher que não amamentava não amava seus filhos. O higienismo, apontando defeitos nos modos de as mães criarem seus filhos, gerava culpa e utilizava-a para direcionar os comportamentos femininos.

Não podemos deixar de observar que a amamentação funcionava como uma estratégia eficaz de direcionamento da vida feminina, uma vez que mantinha a mãe circunscrita ao lar, direcionava o seu tempo livre em casa e ainda criava dificuldades para que ela trabalhasse (COSTA, 1999). Como explica Rago (1985) mesmo às classes de mulheres trabalhadoras esse discurso médico estendeu-se. As teses dos médicos brasileiros da época mostram que, diante da constatação da impossibilidade de abolir o uso das amas de leite, os médicos defendiam que esse tipo de amamentação fosse rigorosamente fiscalizado por especialistas competentes, através do controle da nutriz, seu filho e o lactante. Assim, diante da impossibilidade de proibição, propunha-se a regulação. As teses e artigos médicos investigados por Rago (1985) datam do final do século XIX e início do século XX.

No entanto, já desde a primeira metade do século XIX podemos encontrar a disseminação desse discurso acerca da amamentação na grande imprensa do Ceará. Em uma matéria do jornal *O Cearense* publicada no número 25, em 14 de fevereiro de 1847, ao qual tivemos acesso através da Biblioteca Nacional Digital, adverte-se contra o mau costume de delegar a outra nutriz o imperativo do aleitamento natural de sua própria cria:

Tratando desse assumpto, não podemos deixar de reprovar altamente o costume de certas mãis barbaras e desnaturalizadas, que em vez de aleitarem os seus filhinhos, os entregão a mulheres assalariadas, e de nenhum zelo maternal, ou á escravas viciosas e desleixadas, que pouco ou nenhum interesse tomão, e nem podem, inda que queirão, no fructo que lhes é estranho: e isto até muita vez prolonga-se á uma idade adiantada. Que prejuízo! Que boas licções de moral podem dar estas e outras quejandas quase sempre viciosas para chegarem a ser mai, e poderem ser ama? eis aqui, sem ir procural-o mais longe, o germen de tantos vícios, como os que inção o nosso paiz. Oh! mãis de família, não deprimais o vosso estado com um tal uso não renunciéis as sagradas leis que vos impõe a natureza [...] (O Cearense, 1847, n. 25, p. 4).

Não apenas a prática da ama de leite foi alvo das reformas higienistas na capital cearense. O discurso médico rechaçava quase todas as práticas populares, transmitidas entre as gerações pela cultura oral, de cuidados com a infância: uso de remédios caseiros, uso da chupeta, complementação alimentar de recém-nascidos com farinhas, entre outros (FREITAS, 2009). Dessa maneira, os médicos buscavam incutir nas mães a preocupação em relação aos cuidados que estas deveriam ter com a saúde de seus filhos. A responsabilização da mãe pela saúde dos bebês era reforçada, resultando em culpabilização no caso do desenvolvimento de doenças. Nesse movimento, as mulheres eram cada vez mais envolvidas com a tarefa de serem mães.

Como esclarece Scott (2016), encontravam-se muitas variações do modelo ideal de mãe-esposa-dona de casa, dependendo do contexto sociocultural de cada mulher. No entanto, esse era o ideal burguês que servia de parâmetro para as práticas e discursos de regulação social.

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e de etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às das classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade, da castidade e do esforço individual. Por caminhos sofisticados e sinuosos se forja uma representação simbólica da mulher, a esposa-mãe-dona-de-casa, afetiva mas assexuada, no momento mesmo em que as novas exigências da crescente urbanização e do desenvolvimento comercial e industrial que ocorrem nos principais centros do país solicitam sua presença no espaço público das ruas, das praças, dos acontecimentos da vida social, nos teatros, cafés, e exigem sua participação ativa no mundo do trabalho. (RAGO, 1985, p. 62).

As diversas estratégias da medicina, da justiça, dos patrões, das instituições de educação, dos representantes das religiões, da política, da polícia, da imprensa, etc., buscavam instalar uma normatividade burguesa que trazia uma noção muito específica de família e de seus membros. Ainda que a as condições de vida da população pobre não propiciassem uma adoção plena desses padrões, era a partir deles que os comportamentos individuais dos membros familiares eram julgados. Era através de estratégias de difusão desse modelo

familiar que, por exemplo, a justiça exercia um papel educativo frente às camadas populares, como afirma Esteves (1989).

Essas mudanças nas funções femininas e masculinas dentro das famílias promoveram um profundo deslocamento nos modos de vida de homens e mulheres, produzindo novos sujeitos. “Esta identificação entre masculinidade e paternidade e feminilidade e maternidade será o padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres.” (COSTA, 1999, p. 239).

5.2 À imagem de Maria: as virtudes da mulher cearense

Nos jornais cearenses para mulheres com os quais trabalhamos, numerosos enunciados delineiam determinadas características femininas como dignas de admiração, estabelecendo padrões ideais de estética, de comportamento ou mesmo de personalidade femininos, como no trecho a seguir: “A 10 do corrente passa o aniversário natalício da graciosa senhorita Fausta Alencar Mattos. Carinhosa, trabalhadora, modesta, a senhorita gentil é uma menina modelo. E no seu coração affectuoso encontram os necessitados um agasalho, um carinho.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 3).

A mulher sensível e frágil é constantemente retratada, principalmente nas peças de cunho literário, como o exemplo do pequeno conto sobre uma moça que chora simplesmente pela morte das flores que ornavam sua cabeça: “Dinah chorou... e suas lágrimas, puras gotas christalinas, cahiram sobre as alvas murchas saudades.” (O Astro, n. 1, p. 3).

Também são frequentes as comparações de mulheres com delicadas, frágeis e belas flores. As características comparadas são tanto físicas quanto subjetivas: “Es a adhalia odorante, a rosa que embriaga, es o lirio dos vales.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 3). “Tu es a rosa mui fragrante e bella,/Que desabrocha em manhã risonha;/Tu es o lírio do jardim dos céus,/És o poema que o poeta sonha. [...]/Tu es das flores a mais linda flor. ” (Lirio, 1875, n. 4, p. 3-4). “Minha Senhora! Hoje que as florinhas gentis do mimoso bouquet de que sois o encanto, reunidas aspergem sobre a vossa formosa fronte os mais suaves perfumes [...]” (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 1). “Ella tem a alvura cândida do lyrio, com transparentes ondas de leve carmim [...]” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 3).

O acróstico “Bem-vinda” (1875) vem repleto dos signos florais, estelares e sacros que se tornaram dominantes na figuração da feminilidade hegemônica:

Bella flor do vergel mais perfumoso
Estrella santa d'azulados céos;

Mimosa aragem de um soprar divino;
 Visão celeste, emanação de Deus;
 Inda não sabes que torturas sinto?
 Não avalias, minh'acerba dor?
 Dá-me um lampejo d'esperança eterna
 Aonde eu possa m'embeber de amor.
 (A Brisa, 1875, n. 9, p. 3)

Conforme nos explana Rago (1985), o discurso médico do final do século XIX e início do século XX, tanto no Brasil quanto em alguns países europeus, irá fixar traços da personalidade de meninos e meninas, com o objetivo de estabelecer indicadores para o planejamento da pedagogia voltada para cada sexo conforme as especificidades consideradas naturais de cada um. Também Rohden (2001), em sua pesquisa sobre os escritos médicos do século XIX e início do século XX, demonstra o esforço dos médicos europeus e também brasileiros em fixar diferenças físicas, psicológicas e morais entre os sexos.

O saber médico-higiênico solidificou características morais e até físicas de distinção entre os sexos a partir do modo como os homens e as mulheres reagiam aos sentimentos em geral. Ao tratar das diferenças entre homens e mulheres, o saber higiênico “Comparava-os entre si e das diferenças extraídas construía catálogos de especificação sócio-sexual.” (COSTA, 1999, p. 235). Da constatação da comum fragilidade física da mulher, os médicos inferiam delicadeza e debilidade da personalidade. A força física masculina migrava para o campo sócio-sentimental. A mulher era vista como mais sentimental do que intelectual.

Para os higienistas, diante da disposição ao sentimentalismo, toda a vida da mulher girava em torno de amar e ser amada. Também são desenvolvidas teorias sobre a vivência do amor por cada um dos sexos, estabelecendo-se padrões de gênero a partir da identificação dessas diferenças. Todas essas características eram afixadas pelo discurso médico como próprios da natureza feminina.

Médicos brasileiros da época publicavam artigos e teses que indicavam a sensibilidade, a emotividade, a fragilidade, a facilidade de chorar, o romantismo, a passividade, a inclinação para o lar e a maternidade, a graça e a doçura, como características da natureza feminina, observadas desde tenra idade. “A mulher tinha que ser naturalmente frágil, bonita, sedutora, boa mãe, submissa e doce. As que revelassem atributos opostos seriam consideradas seres antinaturais.” (DEL PRIORE, 2011, p. 90). Essa demarcação entre os gêneros resvalava do discurso médico e faz-se operar na sociedade.

O jornal *A Brisa* fala claramente sobre o que se acreditava que existia “dentro da alma” de uma mulher:

[...] abrindo ainda as mãos cheias o cofre infinito de sua alma, fechado havia tantos séculos, caem-lhe delle sorrisos, lagrimas, affectos, carinhos, sacrificios, abnegação, que nem tem o merito de avaliar siquer, porque os dá sem calculo, recebendo o premio na espontanea satisfação com que os dá. (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

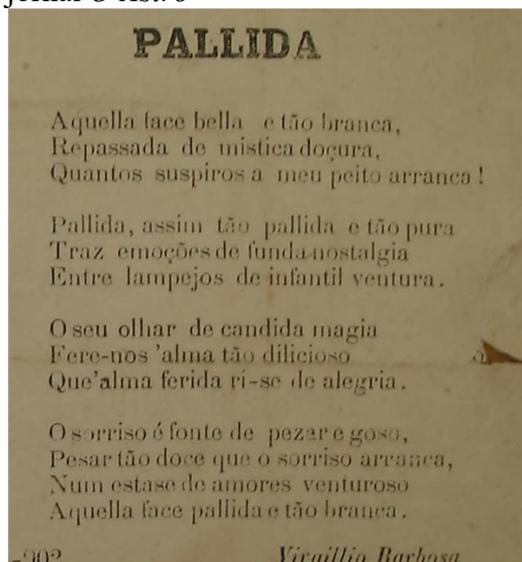
Os jornais para o público feminino, através de seus discursos, contribuíam para o assentamento desses modos de ser que se esperava das mulheres. A mulher doce, meiga, delicada e pura é protagonista na grande maioria dos enunciados da imprensa analisada. Mulheres com essas características eram colocadas como musas de inspiração poética dos escritores, dignas de amor e admiração. Vejamos alguns trechos: “Uma doçura sem fim,/Vive em tu’alma encerrada./A tua voz é suave/Como o gorgueio de uma ave ao despontar da manhã!” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 2). “Um affecto santo, puro,/Me desperta o coração;/Quando nesses lindos olhos/Eu leio terna expressão.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 2). “[...] Carmem, a minina flor, a adorável Perce-neige, que tem abrilhantado as nossas columnas com as caricias de um stylo terno, delicadíssimo, de uma seducção encantadora.” (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 1). “Nosso amor, nosso desvanecimento por ti nunca arrefeceu, e não possuímos joia de mais valor, do que teus affectos de filha meiga e carinhosa.” (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 3).

No adorável alvorecer da manhã, ao sorrir acetinado das flores, de cajado na mão, a bella e deliciosa pastora seguia pelas alamedas do jardim, numa meiguice tenra e encantadora. De faces ebúrneas e puniceas, cabelos ornados de magnólias deleitosamente aljofaradas de orvalho, e o vestido purpurino húmido destas perolas cândidas e alvinitentes. Tranquilla, transparecendo um leve scismar, doce, tão doce como o sorrir das estrelas.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 2).

[...] a linda e poética Lais de grandes olhos mysteriosos que brilham fascinantes, sob negros supercílhos que realçavam com a brancura de sua fronte pura e bella. Hora de doce melancolia e de infinda saudade em que doces enleios embalam a alma cândida e pura de casta donzela. Sentada a margem de manso regato mirava ella seu perfil delicado no liso espelho das aguas que corriam apressadas e lamurientes. (O Astro, n. 18, p. 3).

Na poesia de título “Pallida” (figura 27), notamos com nitidez a cor da pele branca como símbolo colonizado de beleza feminina: “Aquella face bella e tão branca,/Repessada de mística doçura,/Quantos suspiros ao meu peito arranca!/Pallida, assim tão pálida e tão pura/Traz emoções de funda nostalgia/Entre lampejos de infantil ventura.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 1). A brancura da pele, no texto poético, amalgama-se com as ideias de pureza, candura e beleza: “O seu olhar de cândida magia/Fere-nos’alma tão delicioso/Que’alma ferida ri-se de alegria./O sorriso é fonte de pezar e goso,/Pesar tão doce que o sorriso arranca,/Num estase de amores venturoso/Aquella face pallida e tão branca.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 1).

Figura 27 – Poesia do número 7 do jornal *O Astro*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Ainda que a maioria da população brasileira não fosse branca⁴¹, sendo o Brasil um país miscigenado, o padrão corporal e estético europeu predominava enquanto critério de beleza, sobretudo nos jornais que se dirigiam a uma “elite” letrada. Vemos, portanto, como as concepções de feminilidade que se propagavam nos discursos eram eurocêtricas.

No entanto, nem tudo eram flores e delicadezas. Modelos de mulher que fugiam à regra eram raros nos jornais, mas existiam. É o exemplo do trecho abaixo, no qual vemos uma fuga parcial ao padrão regular de estímulo a um modo de ser mulher que envolve apenas delicadeza, inocência e fragilidade:

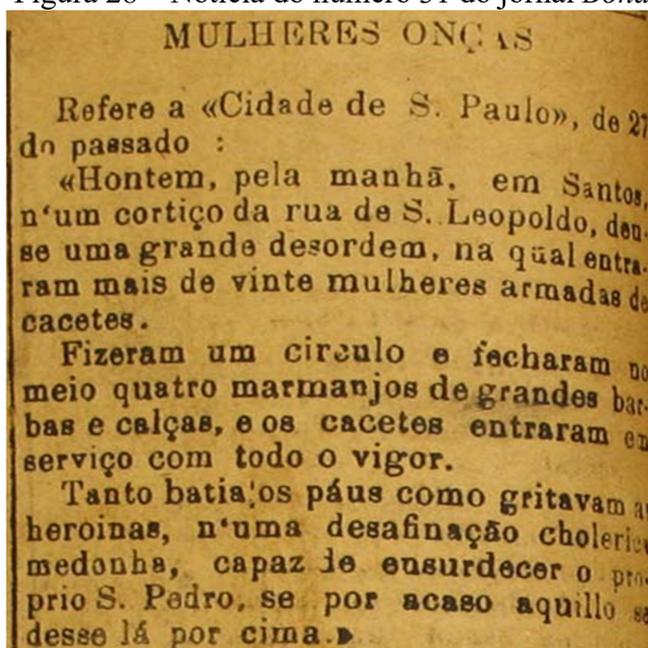
No Rozario a festa esteve esplendida. Um certo gaiato, porém, que lá se achava e já alizou os bancos do seminário, entendendo que estava no Circo ou na feira, praticou toda sorte de bandalheiras, tomando em paga de tudo isso uma bofetada na lata cynica, por uma mulher a quem o mesmo individuo queria ridicularizar, dirigindo-lhe chufas e pilhérias só dignas de criaturas vis. Achamos boa a reprimenda da mulher, e aconselhamos a todas, que assim procedam toda vez que se dê factos desta ordem, que os sevandijas e bilontras de bolços esguios, que não têm imputação, não trepidam em praticar. Todos os outros fangotes que estavam procedendo da mesma forma que o tal bicho, tornaram-se quietos com medo talvez de encontrarem outra mulher-homem como encontrou o tal ex-seminarista. (O Bond, 1890, n. 4, p. 3).

⁴¹ Ao analisar os documentos relativos ao recenseamento brasileiro de 1872, o último antes do censo de 1950 a separar a população segundo o critério “Raça”, pode-se observar que as mulheres brancas eram minoria no estado do Ceará. Segundo o recenseamento, a população feminina cearense da época era formada por um total de 355.839 mulheres, das quais 338.867 eram livres e 16.972 escravas. Do total de mulheres livres, 131.896 eram brancas, 166.325 eram pardas, 14.510 eram pretas e 26.136 caboclas. Utilizando apenas os dados relativos às mulheres livres da época, observa-se que as mulheres brancas representavam aproximadamente 38% do total. Essa parcela desce para 36% ao adicionarmos as 16.972 mulheres escravas ao total.

Podemos observar neste trecho uma aprovação da atitude ‘enérgica’ da mulher, que é chamada pelo autor de “mulher-homem” e tem a sua atitude louvada. Há a exaltação de uma atitude feminina que quebra a expectativa da mulher frágil e passiva. No entanto, a postura da mulher parece só ser aprovada porque atuou reprimindo um ato moralmente condenável de um homem, restaurando a ordem do local, a sacralidade da igreja e protegendo a sua própria honra.

Ainda em outro momento, também no jornal *O Bond*, mas em um número distinto, esse modelo destoante de “mulher valente” aparece. Dessa vez, trata-se da reprodução de uma notícia ocorrida na cidade de São Paulo. Num cortiço, um bando de mulheres coléricas e armadas de paus cerca e ataca quatro homens. Curioso que o jornal cearense tenha noticiado o fato de outra cidade e, principalmente, que não tenha dado mais detalhes sobre as razões e circunstâncias do episódio, que sugerem vingança. O fato foi considerado mais propriamente uma nota jocosa para seu público leitor sobre as “Mulheres-onça” que protagonizaram o insólito caso. Naquele momento histórico, o tom de zombaria parecia adequar-se à inversão das relações de gênero no conflito (os homens sendo espancados por mulheres) e ao ambiente pobre e incivilizado em que se encontravam os retratados. O texto aqui foge do repertório canônico de feminilidade e representa essas estranhas “heroínas” como um coro de “desafinação colérica medonha”.

Figura 28 – Notícia do número 31 do jornal *Bond*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Seguindo as formas consagradas de figuração da mulher, no que tange às características femininas louvadas nos jornais estudados, multiplicam-se menções à beleza e ao sorriso, bem como a certas virtudes de conduta que se amalgamam com os ideais de delicadeza, pureza e doçura. As idealizações românticas revelam-se nas próprias alcunhas designadas ao gênero feminino àquela época: “bello sexo”, “sexo frágil”, “gentis patricias”. Vejamos como essas noções aparecem em nossas fontes de pesquisa: “Em todos meus folquêtos infantis, era o piano o clow da festa: como acreditava nas fadas encantadas julgava, que, construíam e presenteavam as moças bonitas, e as meninas obedientes e ajuisadas conforme suponha ellas protegerem.” (O Astro, 1907, n. 54, p. 3). “Ella sorria ensurdecida também pelas folhagens que gemiam convulsivamente, quando uma chuva de pétalas de rosas perfumadas lhe acobertou os longos cabelos louros, que a luz da lua beijava serenamente julgando ver o sol.” (O Astro, 1902, n. 3, p. 2). “E eu não hesitaria em oferecer-lhe tudo: minhas crenças, minhas aspirações, meu futuro, minha vida, enfim, si ella apenas pagasse-me com um sorriso d’aquelles que sempre vão brincar-lhe nos angelicais lábios, tão nacarados como a romã.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 2). “Numa manhã, ella, a linda e loura Aracy inocente e feliz no regaço maternal com a pequenina e rósea destra, acariciando-a interroga-lhe: Amo tanto as avezinhas, como é lindo o voejar travesso num canto repassado de doçura!” (O Astro, 1902, n. 18, p. 4). “Zelita, bella moçoila de faces rosadas e lábios rubros e de negros cabelos, esperava a visão predilecta de seus sonhos [...]” (O Astro, 1902, n. 1, p. 4).

A romântica e dedicada Lair, a bella morenita dos jardins em flor, tinha grande atração pelas flores murchas, fenecidas, sem a vivacidade precoce das flores carminadas, nascidas nas manhãs primaveris. Ria-se a vontade quando via a beleza de uma flor extincta. (O Astro, 1902, n. 3, p. 4).

No campo vasto e solitário erguia-se a casinha de Zita, a bella filha dos campos. Era uma menina gentil de olhos travessos e brilhantes lábios rubros, tez nacarada. Todas as manhãs ella sahia feiticeira e grácil com a linda cabeleira em desalinho delicioso, seguindo em busca de Mario, seu companheiro de infância. (O Astro, 1902, n. 18, p. 3).

Alvíssimas moitas de jasmims cercam os grandes alpendres da bella vivendo, cujo tecto vermelho abriga a gentil Dinah, bella camponesa. Verde tapete, estendendo-se e ali alvos carneirinhos pastam, vigiados pela mimosa Dinah, cabelos ondedos e belos cahem-lhe pelos hombros. Seu lindo chapéo de palha, ornado de flores presas por uma fita verde, mal a resguarda dos indiscretos raios do sol, que lhe irradiam o risonho rosto. (O Astro, n. 1, p. 3).

Pouco tenho que dar-vos, minhas Senhoras, e esse pouco deposito em vossas mãos. Dou-vos minhas ilusões, que vós com vossos sorrisos, transformareis em flores; dou-vos minhas crenças, que vós, com a luz magnética de vossos olhares, transformareis em estrelas; dou-vos minhas idèas, que vós, com vossos carinhos,

transformareis em pyrilampos, e, alastrando vossa estrada de existência de flores, de estrelas e de pyrilampos, apanhai ao depois as primeiras para sacudirdes ao ceu, as segundas para sacudirdes ao futuro.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 2).

Alguns jornais davam destaque à beleza de suas leitoras ou mesmo ofereciam benesses às mulheres que fossem consideradas bonitas: “O ‘Pimpão’ só aceita colaboração das meninas bonitas, que poderão enviar as composições a qualquer um dos Redactores: - Eu, tu ou elle; ou para a Redacção.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 3). “Collaboração franca para todas as moças bonitas. Collumnas fechadas para as que forem...feias.” (O Bond, 1890, n. 5, p. 1). “A’ todas lindas meninas/Damos passagem de graça,/Porque gostamos das minas/Onde a canalha se massa.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4).

Pois bem, já que o Bond foi tão bem recebido, temos o grato dever de agradecermos de coração a vós, oh! lindas e divinas Cecis, porque soubestes mais uma vez apreciar o que é bello e chik em materia de imprensa séria, que entra nos salões mais nobres deste Estado. (O Bond, 1890, n. 2, p. 1).

As moças da rua Formosa, que são das mais bonitas cá da terra, adoram imensamente ‘O Bond’; e, apena o “dizem”, sae a rua, aos sabbados, cheiroso e penteado, todas as meninas surgem á janela com os indispensáveis 40 reis na mãozinha côr de rosa para comprar o ‘Bond’, o ‘Bond’ que é tão adorado e estimado e tão pouco custa as mimosas economias de suas adoráveis leitoras! (O Bond, 1891, n. 29, p. 2).

Além da questão da beleza, vemos também em alguns dos trechos transcritos acima menções a características físicas de corpos femininos muito específicas: faces brancas, lábios corados, cabelos louros. O corpo identificado como bonito pelos enunciados dos jornais tem cor, raça e classe. É do corpo da “elite” burguesa que se fala com elogios e admiração, a partir de uma visão eurocêntrica conforme já mencionamos anteriormente. Vejamos ainda mais alguns enunciados que trazem em si essa característica: “De faces ebúrneas e puniceas, cabellos ornados de magnólias deleitosamente aljofaradas de orvalho, e o vestido purpurino húmido destas perolas cândidas e alvinitentes.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 2). “A tua face nevada, – Imita a de um cherubim [...]” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 2). “Probre Lisette! Seus olhos tristes e a sua fronte pallida, erguem-se para firmamento estrellado.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 2).

Ella tem a alvura cândida do lyrio, com transparentes ondas de leve carmin; os olhos azues parecem reflectir a calma puresa do firmamento, sobre as espaduas encobertas pelo branco roupão de cambraia, esparzem-se, ligeiramente desgrenhados pelos afaços da brisa, os bastos cabelos louros. (A Brisa, 1875, n. 8, p.3).

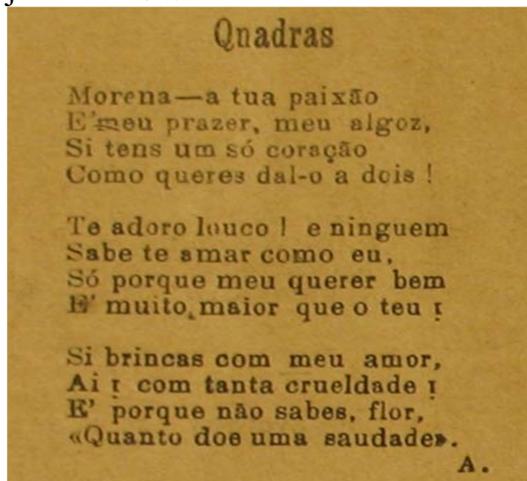
As mulheres morenas também são mencionadas nos jornais. No entanto, enquanto as mulheres brancas são descritas como puras, inocentes, delicadas, gentis e bonitas, as mulheres morenas não ocupam a mesma posição e, nos enunciados, oscilam entre bonitas e

sedutoras. Podemos ver como as mulheres morenas eram mais sexualizadas pelos enunciados dos jornais, com descrições mais detalhadas sobre seus corpos: “Pelos hombros, em ondas opulentas,/O teu negro cabello se espalhava./E em caixilho de seda liso e brando/Tua face morena emoldurava.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 3). “Muito prometem também as duas partidas do ‘Iracema’, que certamente inundar-se-há de lindíssimas morenas.” (O Bond, 1891, n. 25, p. 2), (sobre o Clube Iracema⁴²).

Contemplei-a extasiado. Os olhos negros, scintillantes como duas estrelas, os cabellos pretos formados em o mais artistico penteado, o rosto moreno, ao qual subia um ligeiro rubor, cintura flexível, o porte airoso e sereno, são attributos que se pode imperfeitamente dizer, sem dignamente escrever. (A Brisa, 1875, n. 6, p. 2).

Afinal – depois de tres dias de febre de amor e loucura – foram-se os carnavaes a o “tradicional” e o político, levando-se ainda uma vez uns trapos d’alma por ahi afôra e deixando-nos somente a saudade como única recordação dos bellos momentos gozados ao lado das sedutoras morenitas. (O Bond, 1891, n. 26, p. 2).

Figura 29 – Poesia do número 26 do jornal *O Bond*



Fonte: Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará.

Na poesia acima, vemos uma narrativa mais “ousada”, que fala da paixão de uma mulher morena e como ela causa prazer no eu lírico que escreve: “Morena – a tua paixão/É meu prazer, meu algoz,/Si tens um só coração/Como queres dal-o a dois! Te adoro louco! E ninguem/Sabe te amar como eu,/Só porque meu querer bem/É muito maior que o teu!” (O

⁴² “Em 28 de junho de 1884, surgia a sociedade recreativa Clube Iracema, pelas mãos de Joaquim Costa Souza, Papi Júnior, Pery (o cronista Antônio Martins Júnior, diretor do Libertador), Francisco Perdigão de Oliveira, Francisco Teófilo Gaspar de Oliveira, João Guilherme da Silva, dentre outros, se contrapondo ao “fechado” e aristocrático Clube Cearense, sediando em sua história os primórdios dos movimentos de libertação de escravizados e os republicanos, além de nele terem passado o Instituto Histórico do Ceará, o Gabinete de Leitura, a Academia de Letras, o “Perseverança e Porvir”, dentre outros movimentos literários e renovadores. Seu baile inaugural se deu em 19 de julho.” (NETTO, 2014, p. 75).

Bond, 1891, n. 26, p. 4). Além disso, a mulher morena é posicionada como cruel, por brincar com os sentimentos do poeta ao “dar seu coração” a dois homens diferentes: “Si brincas com meu amor,/Ai! com tanta crueldade!/É porque não sabes, flor,/Quanto doe uma saudade.” (O Bond, 1891, n. 26, p. 4).

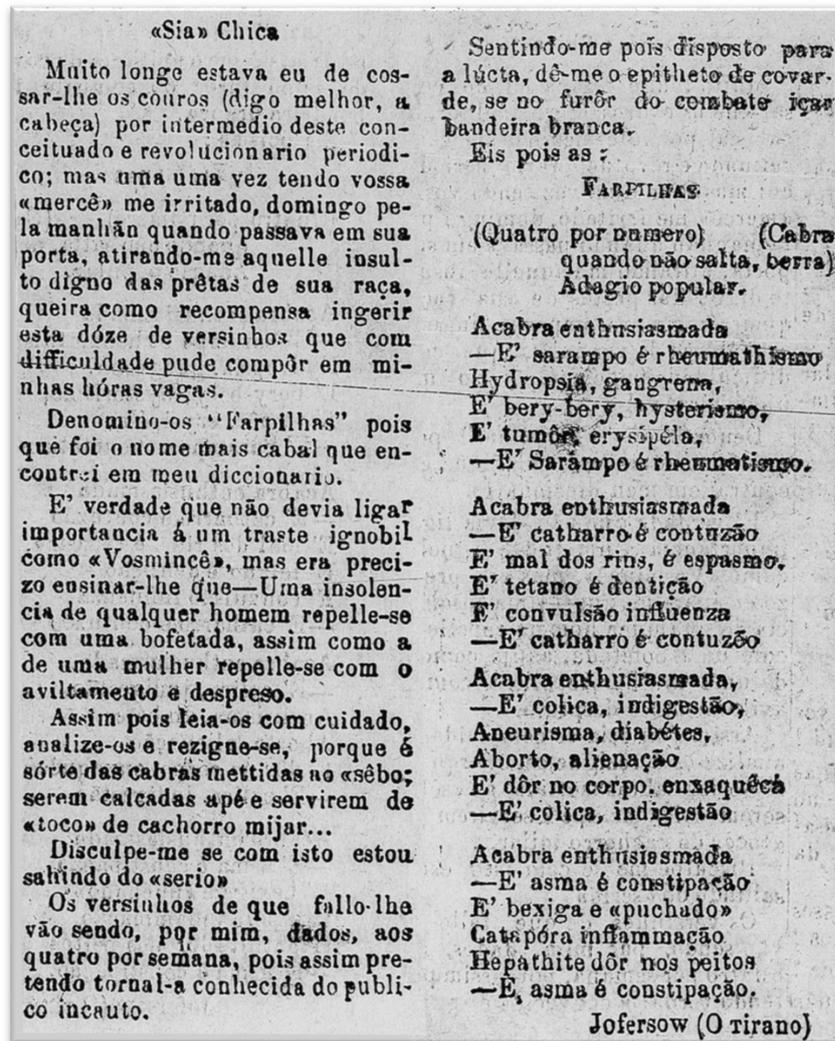
Encontramos um elogio às mulheres mestiças, retratadas enquanto dançam ao som de um choro. O narrador exalta as “gentis caboclas cearenses” cujos requebros de “encher os olhos” levam o observador a devaneios sensuais, traduzidos em metáforas de paragens desconhecidas, exóticas, míticas.

A cousa é de encher o olho, e quem ver os requebros das gentis caboclas cearenses ao som deste choradinho, o espirito ha de se evolar para o desconhecido como se estivesse diante de visões fantásticas com os deuses mithologicos em reunião solemne, a entoarem em côro a prosa que a teologia nos oferece para o nosso uso e goso. (O Bond, 1891, n. 29, p. 1).

Identificamos ainda uma menção à mulher negra, em um tom degradante e discriminatório:

Muito longe estava eu de cosar-lhe os couros (digo melhor, a cabeça) por intermedio deste conceituado e revolucionario periódico; mas uma vez tendo vossa “mercê” me irritado, domingo pela manhã quando passava em sua porta, atirando-me aquelle **insulto digno das prêtas de sua raça**, queira como recompensa ingerir esta dóze de versinhos que com dificuldade pude compor em minhas horas vagas. Denomino-os “Farpilhas” pois que foi o nome mais cabal que encontrei em meu dicionario. É verdade que **não devia ligar importancia á um traste ignobil como “Vosmincê”**, mas era preciso ensinar-lhe que – Uma insolencia de qualquer homem repelle-se com uma bofetada, assim como a de uma mulher repelle-se com aviltamento e desprezo. Assim pois leia-os com cuidado, analize-os e resigne-se, porque é sôrte das cabras mettidas a sêbo serem calcadas a pé e servirem de “tôco” pra cachorro mijar. Disculpe-me se com isto estou sahindo do “serio”. Os versinhos de que fallo-lhe vão sendo, por mim, dados, aos quatro por semana, pois assim pretendo tornal-a conhecida do publico incauto. Sentindo-me pois disposto para a lúcta, dê-me o epitheto de covarde, se no furor do combate içar bandeira branca. Eis pois as: Farpilhas [...] (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 3, grifos nossos).

Vemos que o autor dirige a uma mulher chamada Chica a expressão “prêtas de sua raça” e direciona-lhe toda espécie de ofensas. Ele sinaliza ainda a intenção de expô-la no jornal para que ela torne-se conhecida pelo público. O autor segue dedicando à mulher versos (Figura 30) com tom de ofensa que a coloca em pé de igualdade com as mais variadas doenças.

Figura 30 – Trecho do número 7 do jornal *O Bemtevi*

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

É importante destacar que também o corpo era objeto do saber-poder médico higiênico, que partia dos padrões burgueses para operar certa normalização dos corpos. Como vimos, o corpo da mulher colonial era visto pelo saber médico como flácido, gordo, tísico e reflexo do modo de vida feminino colonial, onde o confinamento doméstico e o ócio mantinham a mulher sentada em uma esteira no chão no centro da casa na maior parte do seu tempo (COSTA, 1999). O higienismo concorre então para tornar um corpo robusto, harmônico e saudável o representante de uma classe e raça dominantes, a “elite” branca. De acordo com Costa (1999), esse movimento acaba por incentivar práticas de preconceito e discriminação com os corpos divergentes do modelo aburguesado eurocêntrico. Cria-se, a partir do cuidado higiênico, uma consciência da superioridade biológico-social de certos corpos baseadas em referenciais médico-científicos.

Nesse estabelecimento de novos padrões de gênero na nova sociedade que se formava, de acordo com Rago (1985), o discurso burguês, claramente partindo de um referencial cristão, identificava a mulher idealizada à imagem de Maria, mãe de Jesus, dessexualizando e purificando a figura da mãe burguesa. Na verdade, a autora explica que o discurso burguês polarizava as mulheres. De um lado a figura da mãe, santa, assexuada e pura e, de outro, a pecadora, carnal, egoísta e diabólica. Tanto em uma personagem quanto em outra, as mulheres são colocadas em posições de submissão aos homens, como dependentes, irracionais e incapazes.

Silva (2017) mostra como os discursos católicos em Fortaleza reproduziam a dicotomia Maria *versus* Eva na apreciação das condutas femininas. “Daí porque não havia diversidade de modelos femininos: ou bem se estava sob o virtuoso manto mariano ou se somava às decaídas hostes das filhas de *Eva*, quando, no máximo, de mui suspeitas *Madalenas*.” (SILVA, 2017, p. 33). A mulher ideal deveria ser identificada não à Eva, perdição do homem, mas sim a Maria, mãe da humanidade. O lugar para a mulher na sociedade cearense era o lugar de Maria, ou seja, o lugar de mãe. Nesse processo, as mulheres que escapavam ao modelo feminino pregado eram condenadas pela igreja. Normalmente, eram as mulheres pobres o maior alvo de críticas, uma vez que seus modos de vida frequentemente colocavam em xeque o modelo de mãe e esposa que se pretendia inculcar.

Como explica Del Priore (2009), o catolicismo no Brasil sempre valorizou a figura feminina espelhada à figura de Maria, mãe de Jesus, e desde os tempos coloniais a Igreja Católica trabalhou no fortalecimento da figura materna mariana. No entanto, no século XIX essa valorização ganha cores próprias do movimento civilizatório em curso na formação de uma sociedade que caminhava para tornar-se mais urbana e industrial. A imagem mariana de maternidade, abnegação, recato, pureza e caridade entrecruza-se com o ideal burguês de feminilidade que se alastrava pelo tecido social.

Essa presença do discurso cristão colado à imagem feminina consagrada é a realidade que encontramos nos jornais quando observamos que são muitos os enunciados que comparavam a mulher a entidades divinas. Numerosas são as comparações com anjos, por exemplo. Em uma poesia de título *A Mulher*, fala-se: “Há um anjo do bem (visão querida) Que dos cardos da vida faz-nos flores [...] Anjo baixado das regiões diversas,/P’ra mitigar dos homens as feridas/Dores qu’os trazem sempre em estertor...” (O Astro, 1902, n. 7, p. 2).

Em *O Orvalho*, lemos: “Fascinado por seu todo angelical e suavidade de sua voz, eu estreitei-a em meus braços e beijei-a... beijei-a...” (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 3). No mesmo

número do periódico, o jornalista Humberto escreve para Carmem, uma das colaboradoras do jornal:

Permitti que nesse venturoso dia em que comemora o seu aniversário natalício, eu, apreciados das bellissimas virtudes que cercam o vosso purissimo coração, cercandovos a fronte angelical de uma aureola de doçura e bondade, venha render-vos mensagens de meu respeito e minha admiração.” (O Orvalho, 1894, n. 7, p. 1).

Em outros jornais encontramos enunciados similares: “O teu sorriso de fada e como o d’Seraphim.” (O Bemteví, 1892, n.7, p.2). “És no céu/Um cherubim/Minha Cecy...” (O Bemteví, 1892, n.7, p. 4). “Uns olhos de cherubim/Oh! não me volvas teus olhos/Com tanta ternura assim [...]Nesse sorrir divinas/Dos lindos olhares teus/Traduz-se toda a magia/Que se desprende de Deus.” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 2). “Pairava-te no lábio um riso d’anjo,/Em teus olhos brilhava um lume santo;/Tua voz, entoando o hymno sacro,/Tinha mais harmonia e mais encanto.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 3). “Onde achares um tumulto, orvalha-o com tuas lagrimas de anjo, e quando te aparecer um berço, não lhe poupes um sorriso.” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 1).

Além da comparação com anjos, falava-se da mulher como divina, modelo de santidade ou mesmo como a personificação de Deus na terra: “Tu que sonhas acordada: que não és humana, porque és divina, dirás comigo [...]” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 2). “Ah! não desprezes/Primoroso encanto/Modelo santo/De primor dos céus [...]” (Lirio, 1875, n. 4, p. 4). “Uns olhos negricolores, despedindo por sobre mim rayos luminosos, tão divinos como a aureola do Omnipotente, fizeram-me ajoelhar ante essa divindade do céu.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 2). “Oh! eu acredito, Senhores, que Deus palpável é a mulher.” (A Brisa, 1875, n. 10, p. 1).

No entanto, em meio a tantos enunciados sobre a mulher como uma divindade, encontramos uma crônica que, com humor, brinca e desloca, de certo modo, esse lugar da mulher atrelada à divindade. O autor conta que se enamorou da beleza de uma moça em uma missa de domingo na igreja da Sé e, ao final da missa, foi esperá-la do lado de fora da igreja, mas deparou-se com uma surpresa:

Quando acabou-se a oferta, fui ás carreiras para colocar-me do lado de fora, junto da porta principal. Nesse trajecto horrível, a minha jaca, que ainda não paguei, ficou totalmente inutilizada; a gravata não sei como desapareceu, finalmente machuquei-me todo; porém consegui ficar encostado a porta. Sahiu a quarta parte do povo – nada do meu cherubim; sahiu metade, nada do meu anjo; sahiu o resto, e nada do demônio da mulher. Olhei para o altar-mór, e ainda estavam lá três pessoas. Ela deve estar ali, disse eu. E esperei, esperei, esperei, até que e lugar da divindade sahiram-me três velhas que seriam capazes de assombrar a humanidade. (A Brisa, 1875, n. 6, p. 4).

Na análise dos jornais cearenses para o público feminino, observamos que a caridade também era considerada como uma importante virtude que a mulher deveria cultivar. No jornal *A Brisa*, fala-se sobre a mulher dos tempos do jornal: “Hoje, ella purifica pela castidade os costumes, visita o encarcerado e o pobre, funda o hospício, inventa as mil formas de beneficência, e, deixando de ser a comparsa inútil na labutação do mundo, vem estrear um papel grandioso na scena universal.” (*A Brisa*, 1875, n. 10, p. 1).

Em *O Orvalho*, um pequeno conto retrata um rapaz apaixonado por uma jovem que relata fazer caridade aos pobres: “Fiquei enamorado e para rete-la por mais tempo perguntei-lhe: Onde vaes encantadora menina? – Levar pão a uns pobres orphãos.” (*O Orvalho*, 1894, n. 7, p. 2).

Em *O Astro*, defende-se a prática da caridade e coloca-se em discurso a ideia cristã de que ajudar o próximo equivale a ajudar o próprio Deus:

Que imensa pagina amavel se desdobra em noss'alma quando praticamos a caridade! Uma sensação deliciosa, nos repercute em notas dulcurosas do que se evolum no espaço infinito, bello e azulado a pouzar sob os pés de Deus que as recebe sorrindo, como se praticassem a elle. – O minorasse a fome, o abrigasse do frio, alentasse suas angustias, enxugasse suas lágrimas, e atirasse ao longe os sordidos farrapos do desgraçado!... Olvidar a caridade, jamais! Devemos compadecer-nos dos míseros errantes, pobres torturados, ermos do mundo, os despresados da sorte, não esquecer os seus duros e cruéis sofrimentos, sem os deixar morrer a fome e a mingua, a estes tristes desventurados, porque a caridade, mas a caridade fraternal e generosa, nascida do coração, emana de Deus. Porque foi ele quem nos ensinou com sua bondade adorável a praticarmos o bem, a soffrermos com stoicismo e a tributar aos pobres, aos necessitados, desherdados da sorte, este amor subprime da caridade, que a creatura encerra no coração, essa partícula do bem, que se desprende de ternura, para com os míseros – tristes e acabrunhados. (*O Astro*, 1902, n.7, p 1).

Nas últimas décadas do século XIX, a noção de caridade enquanto uma virtude da mulher foi fortemente ensejada pelo catolicismo, buscando fortalecer a resignação e o sacrifício femininos. A prática caritativa feminina, através da organização de eventos beneficentes, de visitas domiciliares aos pobres e doentes, entre outras ações, também acabou funcionando como um meio para abrir espaço às mulheres das classes economicamente privilegiadas para ter contatos com o mundo externo ao lar, que antes, nos tempos coloniais, lhes era quase inacessível (HAHNER, 2016).

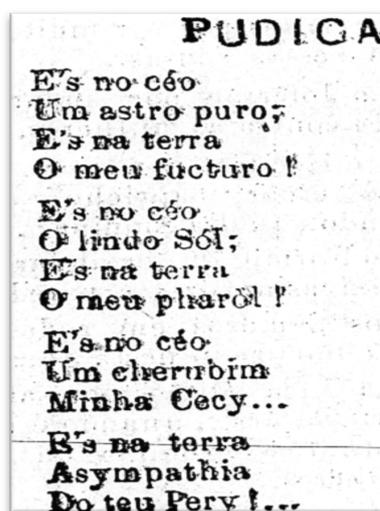
Além da caridade e da divindade de Maria, mãe de Jesus, a pureza, a inocência e a castidade também eram nuances de caráter atribuídas ao modelo burguês de mulher almejado. Nos jornais também encontramos enunciados desse modo de ser feminino. Em *O Astro*, descreve-se a pureza, doçura e castidade de Lais, protagonista de um pequeno conto: “Hora de

doce melancolia e de infinda saudade em que doces enleios embalam a alma cândida e pura de casta donzella.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 3).

Em *O Bond*, a inocência feminina é colocada como motivo de orgulho para todo o estado do Ceará: “Se todas as moças fossem como ella, então o Ceará podia gabar-se de ter meninas virtuosas e inocentes como o lyrio” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4).

No número 7 de *O Bemteví*, escreve-se uma poesia de título *Pudica*, que alude ao amor entre Peri e Cecy, personagens do livro *O Guarani*, de Jose de Alencar:

Figura 31 – Poesia do jornal
O Bemteví



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

No jornal *O Bemteví*, vemos uma mulher que escapa a esses padrões de recato e pureza aprovados nos discursos dos jornais. Em uma seção chamada *Encafifo*, o autor cita uma série de fenômenos e personagens do cotidiano cearense que o incomodam. O autor diz encafifar⁴³: “Com a Xica Oitão por andar com parte de arr... quando é simplesmente a ‘vergonha’ das outras mulheres...” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 3).

No jornal *O Bond*, encontramos um relato curioso, que parece narrar a prática de mulheres que “tomavam a iniciativa” (talvez se tratasse de prostitutas, uma vez que são mencionados os “**quartos** do Sampaio”) com rapazes em locais de banho coletivo. O autor aconselha que os rapazes deveriam ter cautela com essas moças:

Ando já com a roupa pegada no corpo só com medo de tomar um banho, lá nos banheiros do Jiló. Não pensem os leitores que é medo do banho, não, mil vezes não; o que eu tenho medo é do banheiro... E não é do banheiro propriamente o que eu receio é dos banhistas, pois, um pobre diabo indo aqui em certo banheiro é logo atacado pela **rapaziada de saia** dos legendários quartos do Sampaio, e... está o

⁴³ A expressão popular “encafifar” é utilizada para designar vergonha, descontentamento, incômodo.

homem morto... sem querer. Cautela com **as banhistas**, presados leitores de pontas de cigarro atrás da orelha e ceroula amarrada no mocoíó, cuidado, si não.... (O Bond, 1890, n. 11, p. 2-3, grifos nossos).

Mulheres como essas relatadas nas páginas dos jornais, que escapavam a esses padrões subjetivos normativos, muitas vezes chegavam a sofrer não apenas repreensões morais advindas da sociedade civil, mas também podiam responder judicialmente por seus atos. De acordo com Silva (2017), os comportamentos femininos, principalmente das mulheres à margem da sociedade, eram alvo privilegiado das forças jurídicas e policiais cearenses que desempenhavam o papel de moralizadoras da sociedade. Segundo a pesquisa do autor com fontes primárias judiciais, mulheres fortalezenses eram presas por comportamentos como brigar na rua, incomodar vizinhos com palavra obscenas, gritar na missa ou andar “fora de hora” com trajes masculinos. As ações consideradas delituosas que predominavam na população feminina representavam fundamentalmente contravenções às normas sociais de como deveria ser uma mulher, “[...] um contraponto direto ao estereótipo básico de feminilidade oitocentista: domesticidade, passividade, obediência, castidade e decência.” (SILVA, 2017, p. 136). As mulheres desordeiras eram vistas como mulheres desvirtuadas e, como era comum que pertencessem às classes mais pobres, por vezes atribuía-se seu comportamento à falta de caráter que os discursos elitistas outorgavam a essa parcela da população.

Outra característica mariana ensejada pelos jornais para o público feminino era a virgindade. A honra feminina, insígnia principalmente da virgindade das mulheres solteiras, era o bem de maior valor de uma mulher. O jornal *O Bond* fala claramente em nome dessa ideia no seguinte enunciado: “Um concelho, queridas leitoras: não vos deixeis iludir, tende cuidado com estes magarefes, zelas a vossa honra, que vale mais que tudo. Tenho dito.” (O Bond, 1890, n. 11, p. 4).

Assim, a preservação da integridade do hímen era preciosa à jovem solteira e chegava a ser assunto que dizia respeito a toda a família, uma vez que a ideia de honra familiar estava estritamente ligada à pureza sexual das mulheres da família (PINSKY, 2016). Para uma mulher, manchar a sua honra significava afetar a honra de sua família.

Sobre o conceito de honra feminina no século XIX e início do século XX, em um estudo feito sobre os processos criminais de violência que envolviam mulheres no Ceará imperial e republicano, Pimentel Filho e Caminha (2006) observam que o conceito jurídico de honra estava em jogo nesse tipo de processo judicial. Os autores demonstram como a ideia de honra feminina estava ligada principalmente à virgindade e à fidelidade da mulher.

No trabalho de Ferreira e Pedro (2012), construído a partir de casos de defloramento na cidade de Fortaleza nas primeiras décadas do século XX, confirma-se o embate jurídico em torno da honra feminina, buscando-se estabelecer, nos processos judiciais, se as mulheres defloradas podiam ou não ser consideradas “mulheres honestas”.

É importante destacar que no Ceará tanto imperial quanto republicano, a honra feminina - que se liga à virgindade, fidelidade e controle sexual – fazia sempre referência a um homem, seu pai enquanto ela fosse solteira e a seu marido depois de casada (PIMENTEL FILHO e CAMINHA, 2006). Dessa maneira, a honra da mulher tinha como fundamento a sua sexualidade e o homem como legitimador, pois a mulher ou tinha honra porque era solteira virgem (ou seja, não havia se entregado a nenhum homem) ou porque contraiu matrimônio com um homem e passou a ser uma senhora casada (SOIHET, 2015).

Quando falamos sobre os preceitos morais que diziam da honra e honestidade femininas, é importante que lembremos que os critérios nunca eram exatamente os mesmos para todas as mulheres, independente de cor, raça e classe social. As questões relacionadas à honra estavam fortemente ligadas a nuances das classes sociais, uma vez que as mulheres pobres estavam mais vulneráveis à sedução ou assédio provenientes dos homens das “elites” que as desejavam, e as mulheres escravizadas encontravam-se ainda mais desprotegidas do que aquelas (HAHNER, 2016).

A pesquisa de Esteves (1989) mostra que as mulheres negras eram mais marginalizadas que as pardas e estas mais do que as brancas nos julgamentos da honestidade da mulher que tomavam lugar nos casos de defloramento da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX. Assim, não só questões de classe social, mas também fatores raciais estavam em jogo na apreciação moral das condutas femininas. Como retrata Lima Barreto em seu livro *Clara dos Anjos*, que pinta a sociedade fluminense em vias de abolição da escravatura, as moças pobres e “de cor” tinham as suas virtudes de mulher em mau conceito e, a priori, já estavam condenadas apenas devido à cor e classe.

A virgindade, central no curso da vida das mulheres numa sociedade patriarcal e arraigada às tradições, era preocupação constante das famílias brasileiras com suas filhas em idade de namoro. A vigilância, aliada ao exercício de contenção das moças, buscavam orientar a conduta das mulheres na direção socialmente aceitável. A doutrina católica exaltava em especial a virgindade como uma virtude das mulheres solteiras (KNIBIEHLER, 2016) e a sua perda consistia num tabu, uma vergonha merecedora de silêncio. Pregava-se o amor como algo a ser vivido de forma casta até o casamento na Igreja, enaltecendo a mulher que permanecesse *virgo intacta* até as devidas núpcias com o futuro marido.

Entre as páginas dos jornais cearenses para o público feminino, em um estilo geralmente romântico, a virgem inacessível, infantil e assexuada torna-se a esposa-musa dos sonhos masculinos e modelo edulcorado para as moças: endeusada, entronizada e bem guardada à espera do matrimônio: “A virgem, enlaçada às seducções do bello, com a candura, inocência e graça de seus encantos, vai arrastando ao seu elegante primor, essa pleiade imensa de adoradores, que lhe cobrem de palmas.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 3). “Tu ès das aves o sonoro cântico,/Tu ès de Deus a criação mais linda,/Tu ès a virgem que meu peito ama,/Tu ès de Venus a beleza infinda.” (Lirio, n. 4, p. 4). “Amor! Qual seria o feliz mortal que tivesse a dita de possuir aquelle tesouro, que fosse o objeto dos sonhos daquela virgem?” (A Brisa, 1875, n. 6, p. 2). “Quem terá a ventura de ali habitar, de contemplar o por do sol que desmaia na cinta verde do horisonte recamado de nuvens róseas e douradas, [...] Talvez alguma virgem romântica ou algum poeta.” (O Astro, 1902, n. 18, p. 3). “Mas, ah! não acordemos a virgem que dorme; quem sabe se ella não sonha agora com os sorrisos do mancebo á quem adora.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 2). “Não negues, virgem, uns olhares belos: Ah!... dá-me esperança de viver d’amor.” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 4). “[...] esquece teu orgulho de virgem e desce do throno excelso em que te colocou a mão de Deus [...] Não receies que tua virgínea imaginação de contamine de um pensamento menos nobre; segue-me, e onde houver um espinho que te possa ferir, eu o evitarei [...]” (A Brisa, 1875, n. 8, p. 1). “Não chores mais, coração, de que te servem lagrimas?! Tens acaso um seio de virgem para deposital-as? Impossível! Buscaste uma mulher-anjo, e ella desdenhou de tuas lágrimas.” (A Brisa, 1875, n.8, p. 2).

Há momentos em que os jornais dirigem-se às leitoras tratando-as por essa alcunha, pressupondo-as virgens: “Leitora:—Se de volta da missa da madrugada, com toda a tua inocência de virgem, encontraste a *Brisa* no lugar onde tantas vezes apoias o braço, para pensar no *futuro*...” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 1). “Lede-a, pois, e guardae-a com todo o desvelado carinho e recato de virgem na covinha perfumada do vosso seio immaculado.” (O Bond, 1891, n. 29, p. 2).

Como nos mostra Del Priore (2017), as relações amorosas entre moças e rapazes dessa época deveriam ser cobertas de vigilância e cuidados para que fosse preservada a honra e a reputação feminina, representada pela manutenção da virgindade antes do matrimônio. A virgindade era a “moeda de troca” mais valiosa em um casamento burguês. Uma “moça de família” era uma jovem que saberia viver reservada ao lar, sob a sentinela dos pais, principalmente de sua mãe, e saberia manter a sua virgindade e “honestidade”. Estas eram as moças consideradas adequadas para se casar. “Em outras palavras, nos casamentos das classes

altas, a respeito dos quais temos documentos e informações, a virgindade feminina era requisito fundamental.” (D’INCAO, 2015, p. 235).

As relações sexuais eram permitidas à mulher, mas apenas dentro do casamento, espaço específico para o desenvolvimento do amor carnal. Era um sexo recoberto de normas morais, durante o qual a mulher não deveria perder o recato. Para a mulher, o sexo fora do matrimônio era abominado e, quando acontecia, por vezes chegava a virar “caso de polícia”, como nas situações de defloramento.

No âmbito dos padrões morais da época, que provinham do modo de vida burguês, perder a virgindade antes do casamento, para uma moça, significava reduzir suas chances de casar-se ou mesmo ser abandonada pelo pretendente. A mulher que perdia a virgindade tinha as suas possibilidades amorosas limitadas: “[...] com muito poucas exceções, ou ela conseguia manter o sucedido em segredo – e tudo lhe corria bem –, ou só tinha três alternativas: a prostituição discreta, se fosse pobre; o celibato; ou um casamento arranjado.” (DEL PRIORE, 2017, p. 457). Existia ainda a prática dos casamentos forçados, pelos pais da jovem e às vezes pela polícia, nos casos em que o deflorador da jovem era obrigado a contrair núpcias mesmo a contragosto.

Segundo a pesquisa de Boris Fausto (1984) sobre os crimes de natureza sexual na cidade de São Paulo entre 1880 e 1924, a preservação da virgindade das mulheres até o casamento é uma noção que se fazia presente em todas as camadas sociais, mas não era tão facilmente aderida pelas classes populares. Com sua pesquisa sobre o mesmo período no Rio de Janeiro, Esteves (1989) mostra que, mesmo que entre as camadas populares a virgindade não tivesse o mesmo peso ou significado do que para as “elites”, ela ainda assim era valorizada.

Desse modo, podemos entender o contexto sociocultural que emoldurava o louvor das mulheres virgens nos jornais cearenses para mulheres em nossa pesquisa. Circulava na sociedade do final do século XIX e início do século XX um complexo código moral para o sexo antes e depois do casamento. Trataremos mais especificamente dos relacionamentos amorosos no tópico seguinte.

5.3 Os relacionamentos sob uma nova moral sexual

A vida amorosa e sexual das mulheres é um dos assuntos mais frequentes nos jornais que analisamos e pode ser acompanhada nos numerosos enunciados sobre virgindade feminina, namoros e casamentos. Fica-nos claro que se considerava que a vida feminina não

estaria completa se não envolvesse o amor, a corte e um desfecho matrimonial. Em um dos jornais, o número 1 de *O Orvalho*, encontramos um criativo texto, que tem por título *A grammatica das mulheres*, emblemático de como a vida feminina era circunscrita ao campo matrimonial e à subordinação aos homens:

A mulher é um adjectivo, que precisa concordar com o substantivo homem, para estar colocada gramaticalmente na sociedade. – O namoro é um adverbio de tempo, com um complemento teminativo – o casamento. – Os arrufos são orações incidentes do periodo da adoração. Quando alguns pensam em tomar esposa, procuram logo a oração principal: o dote. – O verbo amar é de todos os verbos da língua o mais irregular. Ha mulheres que não sabem absolutamente conjugal-o, porque lhes esquece o tempo e as pessoas. Quantas vezes um rapaz deixa de casar, porque a preposição pede depois de si um complemento transitivo – a carruagem? – Uma solteirona bem conservada é um pretérito perfeito; se for encontrada em annos e acabada, é pretérito imperfeito. – Uma destas priminhas, que logo aos 14 annos começam a gostar de um primo, porque os paes vêm nelle um casamento de conveniência, é um condicional, que se torna futuro absoluto se aparece..., outra mulher que saiba captivar o priminho. – Quando se faz uma declaração de amor, conjuga se o verbo no modo indicativo do tempo presente. – Uma traição no amor é uma conjunção disjunctiva. – Quando uma mulher, que eu conheço, lançou uns olhares de *revés* para elle, com aquelles olhos pretos que ella tem, conjugou o verbo amar na 2ª pessoa do singular do modo imperativo: ama tú?! – Quando se não pode dizer com certeza se uma mulher gosta de Pedro ou Paulo, é porque há uma amphibologia. Quando se não vê namoro conhecido à mulher, deve dizer-se que o sujeito está occulto por elipse. – Quando dous namorados esfriam é porque andam nas declinações. – Quando elle e ella conversam devagarinho, ao canto da sala, estão entre parenthesis. (*O Orvalho*, 1888, n. 1 p. 2-3).

Apesar de observarmos que, nos jornais, à sexualidade feminina eram feitas diversas interdições, principalmente através da condenação dos namoros indecorosos avistados na cidade pelos cronistas, o fato é que a vida íntima das mulheres era constantemente colocada em pauta nas páginas dos jornais femininos. Nestes, percebe-se um desejo de revelar a sexualidade dos indivíduos, numa proliferação discursiva sobre a temática, tal como descreve Foucault (1988) sobre o dispositivo de sexualidade: “O que é próprio das sociedades modernas não é o terem condenado, o sexo, a permanecer na obscuridade, mas sim terem-se devotado a falar dele sempre, valorizando-o como *o segredo*.” (p.42).

Foucault (2013) utiliza o termo dispositivo com o objetivo de demarcar um conjunto de elementos, ditos e não ditos, tais como: discursos, instituições, enunciados científicos, leis, organizações arquitetônicas, etc. O uso do termo é uma tentativa de demarcar a natureza da relação existente entre estes elementos. O autor compreende ainda dispositivo como uma formação que responde a alguma urgência histórica e que possui uma função estratégica. Foucault fala de dispositivo de sexualidade, dispositivo de aliança, dispositivo de saber, dispositivo disciplinar, entre outros.

Discutiremos sobre como os jornais cearenses para o público feminino participaram da composição de um dispositivo de sexualidade que se instalava e buscava incidir sobre o corpo das mulheres. Optamos aqui por evocar formulações foucaultianas sobre sexualidade como ferramentas de leitura analítica da regulação da vida amorosa feminina colocada em jogo nos jornais cearenses para mulheres. É importante que explanemos que, ao falarmos em sexualidade com base em Foucault, não falamos apenas do sexo propriamente dito. Na entrevista *Sobre a história da sexualidade*, publicada na coletânea *Microfísica do Poder*, Foucault deixa claro que o dispositivo da sexualidade não se restringe ao sexo. O sexo na verdade é algo produzido pela sexualidade, é um de seus produtos. Tal dispositivo relaciona-se com o corpo, com o prazer e o desejo, com relações sociais de naturezas diversas. “O discurso da sexualidade não se aplicou inicialmente a sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais etc...” (FOUCAULT, 2013, p 384).

Tendo dito isto, argumentaremos que, nos periódicos cearenses aqui analisados, essa sexualidade feminina, mais do que reprimida, era direcionada. Mais do que silenciada, era colocada em pauta e tornada visível nas publicações da imprensa. Isso porque não partimos do pressuposto de que a sexualidade feminina no período que estudamos foi prioritariamente reprimida, pois entendemos que na verdade se buscou fundar novas formas de lidar com a sexualidade e o corpo, baseadas principalmente nos preceitos higienistas que tratavam de regular os modos de vida dos indivíduos no Brasil da época. Foram instauradas novas políticas discursivas em torno da sexualidade, colocando-a na ordem do discurso que buscava determinar quem, como e quando era autorizado a falar sobre o assunto, quem poderia proferir formulações com valor de verdade, o que poderia ou não ser dito.

Falamos aqui no corpo tornado objeto de conhecimento e alvo de práticas, em sua condição de *locus* da sexualidade. Isso pressupõe uma concepção sobre o poder que entende que este mais produz do que suprime. Se partíssemos da hipótese de que o poder é principalmente repressivo, focaríamos no fato de que a sexualidade feminina é oprimida através do que é dito nos jornais. No entanto, optamos pelo caminho teórico e metodológico que nos leva a olhar para o fato de que há nos jornais cearenses para mulheres que analisamos uma abundância de discursos sobre os corpos femininos, seus prazeres e desejos, uma multiplicação de conjuntos de enunciados sobre a sexualidade. Mais do que opressão, nos jornais encontramos prescrições de como as mulheres deveriam viver a sua intimidade, o seu corpo e o seu desejo.

Ao tratarmos de sexualidade e de poder nessa perspectiva, alinhamo-nos com o pensamento de Michel Foucault (1988), tendo como norte a sua obra *A Vontade de Saber*. Ao fazer uma história da sexualidade, Foucault argumenta como na sociedade ocidental moderna o que se passou com o controle da sexualidade não se baseou prioritariamente na repressão, mas sim em uma propagação controlada do saber sobre o sexo.

Trata-se, portanto, de levar a sério esses dispositivos e de inverter a direção da análise: ao invés de partir de uma repressão geralmente aceita e de uma ignorância avaliada de acordo com o que supomos saber, é necessário considerar esses mecanismos positivos, produtores de saber, multiplicadores de discursos, indutores de prazer e geradores de poder. É necessário segui-los nas suas condições de surgimento e de funcionamento e procurar de que maneira se formam, em relação a eles, os fatos de interdição ou de ocultação que lhes são vinculados. Em suma, trata-se de definir as estratégias de poder imanentes a essa vontade de saber. E, no caso específico da sexualidade, constituir a “economia política” de uma vontade de saber. (FOUCAULT, 1988, p.83).

Foucault fala que o sexo, no século XVIII, torna-se domínio da polícia, entretanto, esclarece: “Polícia do Sexo: isto é, necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não pelo rigor de uma proibição.” (FOUCAULT, 1988, p.31). Por volta do Séc. XVIII, a demanda de que se fale de sexo passa a ser política, econômica e técnica. Surge uma nova necessidade: a de formular sobre o sexo um discurso que não seja apenas moral, mas também racional. Emergem novos discursos que transmitem que o sexo é algo a ser administrado, tornado útil e regulado da melhor forma.

Mas é a primeira vez em que, pelo menos de maneira constante, uma sociedade afirma que seu futuro e sua fortuna estão ligados não somente ao número e virtude dos cidadãos, não apenas às regras de casamentos e organização familiar, mas à maneira como cada qual usa o seu sexo. (FOUCAULT, 1988, p.32).

No Brasil, vemos isso acontecer no século XIX inicialmente através do saber médico-higienista e posteriormente alastrando-se por todo o tecido social. Exerce-se um poder que vai fazer uso dos corpos e das sexualidades de modo a fabricar novos sujeitos de acordo com interesses específicos, como veremos mais detalhadamente adiante. Como afirma Foucault (1994), o problema do sujeito não parou de existir durante toda a questão da sexualidade. Em outras palavras, o dispositivo da sexualidade não deixa de fazer uma articulação entre sujeito, poder e saber.

Desse modo, apesar da nossa ciência de que Michel Foucault centra-se na realidade europeia na maioria de seus escritos, entendemos que um processo semelhante, resguardadas as devidas proporções e particularidades, tomou lugar no Brasil de meados do século XIX e início do século XX. A sexualidade é tomada como objeto de saber e práticas

em diversas instâncias sociais também no contexto brasileiro, como demonstram as autoras abaixo:

Os mais variados discursos sobre a família e o casal – literatos, religiosos, médicos e jurídicos – decretavam, a partir de meados do século passado, que era no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas. (MALUF e MOTT, 1998, p. 386).

Um exemplo é o campo jurídico e a própria polícia, que irá dar conta dos crimes sexuais contra a honra das famílias. Esteves (1989) demonstra que não era incomum que a polícia do início do século XX no Rio de Janeiro desrespeitasse os direitos da queixa privada e iniciasse um processo por conta própria em crimes de atentado ao pudor, por exemplo, os casos de defloramento. Vemos então o sexo da população tornando-se uma questão pública de Estado. A autora afirma ainda que os juristas da época eram categoricamente a favor da intervenção do Ministério Público em crimes sexuais, uma vez que se considerava que os interesses da sociedade como um todo estavam em jogo nesses casos.

Mais especificamente sobre a sexualidade da mulher, Esteves (1989) afirma que juristas brasileiros do final do século XIX e início do século XX entendiam que a civilização do país dependia de uma legislação que garantisse o respeito pela honra feminina, através da punição dos crimes sexuais. Assim, o sexo da mulher atrelado à ideia de honra estava sendo colocado em discurso no campo jurídico no Brasil do final do século XIX.

A segunda metade do século XIX e início do século XX no Brasil foram marcados pela organização de uma política de controle da moralidade popular. Havia um projeto sexual e comportamental a ser instalado. Essa política foi colocada em funcionamento pelos saberes científicos por meio da transformação da sexualidade em objeto de conhecimento. Essa política de controle moral estava inserida em um contexto econômico-social brasileiro de instalação do regime republicano, de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado e de formação da ordem burguesa. Assim, a disciplinarização do novo trabalhador estava no centro do projeto republicano. Essa disciplinarização envolvia todas as dimensões das vidas desses indivíduos, inclusive a dimensão “privada” através da difusão de normas higiênicas e morais para a organização das famílias. “O trabalhador ideal seria aquele que já saísse de casa com os hábitos da rotina doméstica, com as responsabilidades do lar e sem vícios sexuais, pelo menos para evitar o nascimento de crianças ilegítimas.” (ESTEVES, 1989, p. 27).

Dessa maneira, perpassando todas as camadas sociais, exercia-se um poder que buscava forjar uma nova sociedade higienizada e civilizada através, também, da instalação de

normas sexuais. O sexo do brasileiro passa a entrar nessa engrenagem de controle político-social.

O sexo passou a ser um negócio do Estado, um assunto de interesse se todo o corpo social em função das exigências e definições médicas sobre a normalidade. [...] A saúde do corpo social tornou-se uma preocupação de médicos e políticos: que nação se estava formando? (ESTEVEVES, 1989, p.27).

Foucault (1988) afirma que o dispositivo da sexualidade é um dos grandes agenciamentos do biopoder. Esse exercício de poder, que funciona através da gestão da vida, exerce-se positivamente, criando forças, organizando-as, regulando-as e gerindo a vida. Essa política de gestão da vida faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.

Quando falamos em biopoder em Foucault, tratamos de um poder sobre a vida que busca dar conta, ao mesmo tempo, dos corpos no nível individual através das disciplinas e da população enquanto espécie humana através de uma tecnologia de poder biopolítica. Foucault realiza uma justaposição das tecnologias disciplinares que objetificam os indivíduos às tecnologias que permitiram a sua subjetivação na modernidade, de modo a explorar de forma mais ampla a produção do sujeito moderno (FONSECA, 2011).

A análise que Foucault (1988) faz do problema da sexualidade enquanto um dispositivo complexo passa por uma analítica do poder. Isso porque “[...] a sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo; mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce.” (FOUCAULT, 2013b, p. 353).

O autor não entende o poder como central, repressor, que vem do Estado. Ele entende que o poder deve ser compreendido como múltiplas lutas de forças, que formam ou deformam cadeias ou sistemas. Seu método de investigação do poder vai buscar analisar as estratégias através das quais as relações de força se originam e se exercem nos aparelhos do estado, nas formulações de leis, nas hegemonias sociais. Pensar na condição de possibilidade do poder é tornar passíveis de conhecimento os seus efeitos e, portanto, analisar o campo social. Tal condição de possibilidade, a luta de forças, não está centrada em um ponto soberano de onde deriva o poder. O poder é onipresente no sentido de que é produzido nas mais diversas relações, nos mais diversos lugares e situações. O poder, na verdade, são relações de poder. Uma vez que as relações de poder com foco na sexualidade alastram-se por todo o tecido social, entendemos que também nos jornais para mulheres que analisamos elas encontram-se presentes.

Não há poder sem resistência, pois esta nunca é exterior ao poder. As relações de poder nunca poderiam existir sem os pontos de resistência ocupando o papel de adversário,

alvo, apoio e afirmação. Mas estas não são apenas meros resultados do poder e nem necessariamente são exatamente opostas a ele. Elas são o outro, o interlocutor irredutível das relações de poder. São também distribuídas de forma irregular, por vezes levando a revoluções, mas geralmente movendo-se de forma transitória, provocando pequenas mudanças.

Na questão da sexualidade, Foucault (1988) indaga sobre as relações de poder mais imediatas e locais em jogo no desenvolvimento histórico de determinado tipo de discurso sobre o sexo dirigido notadamente a certos corpos (ao corpo da criança e da mulher, por exemplo). Ao realizar essa análise, entende que se tornou possível investir sobre a sexualidade através de técnicas de saber e de procedimentos de poder. Foucault parte do que ele chama de "focos locais" de poder-saber, como, por exemplo, a relação entre o corpo da criança e seus parentes, babás, pedagogos e médicos. No entanto, nenhum foco local do poder funcionaria se não fizesse parte de uma estratégia global. Ao mesmo tempo, nenhuma estratégia global alcançaria seus objetivos globais se não se apoiasse e se fixasse em relações precisas.

Ao analisar o poder, não se deve buscar o detentor do poder ou saber e aquele que seria privado destes, mas sim o esquema de modificações resultantes das relações de força. A detenção do saber e poder por alguém é apenas parte de processos com determinados objetivos e essa figura detentora pode vir a mudar. Nessa articulação entre sexualidade, saber e poder, os discursos sobre o sexo não são apenas projeções dos mecanismos de poder, pois são neles onde se articulam saber e poder. Portanto, deve-se considerar os discursos como polivalentes em relação às suas táticas, podendo ser, concomitantemente, instrumento e efeito de poder, ou até resistência.

Dessa forma, fazer uma análise da sexualidade enquanto um dispositivo de poder-saber não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo que ideologias eles representam, mas sim:

[...] cumpre interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos." (FOUCAULT, 1988, p. 113).

No século XIX, forma-se uma robusta tecnologia do sexo que vai esmiuçar a sexualidade e torná-la tema de operações políticas, manobras econômicas e campanhas ideológicas. Concordamos com Duarte (2006) quando o autor ressalta que a radicalidade da tese da obra *A Vontade de Saber* está na afirmativa de que a sexualidade e o sexo não são simplesmente objetos de repressão da moral cristã e do capitalismo. Mais do que isso, são

fabricações de dispositivos e de micropoderes disciplinares historicamente gerados. Vejamos como os jornais cearenses para mulheres datados de 1875 a 1907 agiam em nome de uma normativa sexual específica, buscando, a partir destes parâmetros, formar sexualidades e produzir sujeitos em nome de um projeto civilizatório que estava em curso na sociedade cearense da época.

5.3.1 Os namoros davam o que falar

Durante a análise dos jornais cearenses para mulheres, encontramos numerosos enunciados sobre os namoros entre moças e rapazes. O tema “namoros” não era exclusivo da imprensa para o público feminino, pois era também uma constante em diversos pasquins cearenses do final do século XIX, onde se denunciavam os “namoros indecorosos” que chegavam ao conhecimento dos redatores dos jornais. Como afirma Marco Aurélio Ferreira da Silva (2009), “[...] as folhas pasquineiras não só criticavam e pediam providências inibidoras às autoridades responsáveis pela condução da moral e das condutas ‘lícitas’ da sociedade, como atuavam para intervir e inibir esses namoros indecorosos.” (p. 132).

No entanto, notamos que o que tínhamos na época não consistia restritamente em uma proibição da prática do namoro, apesar de que, muito frequentemente, os enunciados sobre o assunto presentes nos jornais para mulheres nos pareçam bastante repressores. Pudemos perceber que em muitos momentos o encontro amoroso entre mulheres e homens chegava a ser romantizado e exaltado. O namoro era algumas vezes até estimulado, mas sob a condição de que fosse casto. Vemos isso claramente no trecho: “Um namôro casto e puro e com todas as reticências do estylo vá, mas uns olhares vesgos em plena luz; não forma!” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 4).

No entanto, em muitos momentos é explicitado o incômodo com os namoros: “... que vão exalando os namoros da rapaziada. Aquillo já fede a ‘coisa’ Namora-se agora em toda a parte, com grande descaramento, pois que,/Hoje qualquer besouro/Rapaz sem eira nem beira/Cae n’asneira/Cae n’asneira de se atolar no namôro.” (O Bond, 1890, n. 13, p. 2).

Os namoros mais repreendidos, considerados escandalosos ou explícitos, eram os realizados “à plena vista” dos transeuntes e que incluíam trocas públicas de abraços e beijos, isto é, as carícias mais íntimas, consideradas indecorosas ou inconvenientes. Por exemplo, na crônica de título *Encafifo*, o autor de pseudônimo K-Pirôo diz encafifar com namoros nas calçadas e bancos de bodega: “Com o Hocifrot por ser ‘caprichôzo’ e por ‘capricho’ estar namorando aquella monina [...] Com os namoros em rodas de calçadas tão uzado nesta terra

[...] Com os namorados do banquinho da bodega do Bemfica [...]” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 3).

No jornal *Pimpão*, o cronista fala de uma moça abraçada ao namorado acariciando a sua mão: “Mas notei que uma menina encostadinha ao namorado ia fazendo comichão na mão dele, eu fiquei todo arrepiado que nem galinha em poleiro quando está tirando os piolhos de sua cabeça.” (Pimpão, 1897, n.1, p. 4).

Em outro momento, vemos mais um relato de uma moça abraçada com seu namorado: “O bond ia vertiginosamente passando pela rua do G. Sampaio, e assim mesmo eu pude ver a menina da boca torta agarrada as costelas do apaixonado. Era um deluvio aquilo.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 4).

Em outro jornal, fala-se do cinismo de uma moça que “aceitava negando” os beijos do namorado em sua janela:

La, quase ao chegar á rua 21 de Maio, descobri um namoro de sustância com a M., pesquei alguma cousa e fui andando...e fui andando...quando deparei com outro namoro na rua do General Sampaio, o typo acostado á janela, de quando em vez dava um beijinho na J., e ella, toda cheia de me deixes, continuou com o mesmo cynismo desbriado. (O Bond, 1890, n. 3, p. 2).

A valorização do amor romântico, o enfraquecimento dos chamados casamentos arranjados e a maior liberdade na escolha dos futuros cônjuges, deu espaço para o estabelecimento desses tipos de relacionamentos pré-maritais chamados namoros (AZEVEDO, 1986). Fatores próprios do século XIX, como a modernização das cidades, a maior liberdade de circulação na urbe, o surgimento do bonde elétrico, entre outros, levaram à instalação de novos hábitos amorosos (DEL PRIORE, 2017). Além desses fatores, também o romantismo literário europeu, tão presente nas páginas dos jornais para mulheres, parece ter tido sua parcela de influência nos novos namoros: “Sem dúvida, mudanças nos costumes do galanteio, do ‘fazer corte’ e do namoro refletiam a influência da literatura sentimental vinda da Europa.” (HAHNER, 2016, p. 56).

Segundo Azevedo (1986), o chamado *footing* representou um marco na transformação dos namoros antigos. Trata-se dos passeios que as jovens da alta sociedade faziam pelas novas ruas decorrentes das reestruturações urbanísticas que sofreram as grandes cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e início do século XX. Não apenas nas ruas, mas nos comércios de artigos de modas, nas sorveterias, livrarias, cafés, quiosques, praças e passeios públicos. Cabe lembrar que as ruas e os estabelecimentos que frequentavam moças e rapazes das classes mais pobres eram distintos dos que pertenciam às classes mais abonadas, ao exemplo do Passeio Público na cidade de Fortaleza, que possuía diferentes

avenidas de circulação para as pessoas das diferentes classes sociais. O cruzamento de homens e mulheres pelas ruas e espaços públicos da cidade permitia trocas de olhares, sorrisos e pequenos gestos que demonstravam o interesse romântico de ambas as partes, o que permitiu à mulher flertar e ser alvo de flerte.

No final do século XIX e início do século XX, existia um código normativo, um caminho a ser seguido, para os casais que desejavam envolverem-se amorosamente, como explica Del Priore (2017). Primeiramente havia o *flirt*, fase de captação da atenção da pessoa pretendida. Fazia-se então, à distância, uma troca de sinais de interesse ou desinteresse já codificados nos círculos sociais: uso de determinadas flores na lapela, formas específicas de arrumar o lenço no bolso do paletó, movimentos com a bengala, uso de determinada cor de vestido, uso de flores de determinadas cores, movimentos com o leque, entre outros. O flerte poderia acontecer na rua durante o *footing* ou na porta ou janela da casa da moça. Não necessariamente o flerte precisaria levar ao namoro. Segundo Azevedo (1986), o flerte era algo muito próprio dos namoros nos grupos sociais privilegiados.

Após a troca de bilhetes, cartas e de breves conversas cara a cara, o flerte poderia evoluir para um namoro. No início do namoro, a moça deveria ser cautelosa e averiguar as verdadeiras intenções e os sentimentos do rapaz. O casal de namorados fazia aparições em bailes ou ocasiões públicas em que pudessem trocar palavras ou mesmo dançar juntos. A dança que era concedida por uma moça a um rapaz (primeira dança, segunda, terceira e assim por diante) também era um sinal de suas intenções para com ele.

Seguia-se para um namoro mais sério, marcado por encontros frequentes na porta, na janela ou na sala de casa e passeios nas ruas, sempre acompanhados por alguém de confiança que vigiaria o casal para evitar contatos físicos comprometedores entre os dois. Os encontros ou excursões deveriam durar apenas até nove horas da noite, para evitar investidas eróticas por parte do rapaz ou mesmo para precaver-se da maledicência.

Um namoro sério, conhecido pelos pais da moça, deveria conter as intenções de um futuro casamento. “Apesar das transformações ocorridas com relação à idade ao casar e à natureza dos arranjos matrimoniais, o casamento em si manteve um papel central na vida da grande maioria das mulheres da elite.” (HAHNER, 2016, p. 62). Neste momento, todos os cuidados de proteção à honra e virgindade da moça eram acionados por seus parentes. Segundo Azevedo (1986), o noivado formal seria a última fase de um namoro, seguido pelo casamento. O namoro não deveria ser nem muito curto e nem muito longo antes que se tornasse um noivado, pois poderia dar espaço a intimidades que comprometessem a honra da moça. Dois ou três anos era o tempo considerado ideal.

Para o casamento, os rapazes deveriam optar por uma moça virgem, recatada, prendada, que pudesse cumprir o papel higiênico de mãe dos seus futuros filhos e que pertencesse à mesma classe social ou superior. Entre as noivas de família rica, no século XIX, o noivo ainda poderia receber um dote dos sogros, valor a que fazia jus por ocasião do matrimônio. O casamento e os inevitáveis interesses implicados em vultosos dotes são tema do romance *Senhora*, de José de Alencar, publicado sob a forma de folhetins em 1874. A obra ilustra como a união do casal com base no dote e não no amor consistia de fato numa transação comercial, ainda mais complexa quando envolvia desnível financeiro entre as partes. Em tom crítico, Alencar estrutura o romance justamente como uma negociação comercial, nomeando os capítulos “O preço”, “Quitação”, “Posse” e “Resgate”.

De acordo com Esteves (1989), os higienistas recomendavam para o casamento que o casal não fosse nem velho e nem novo demais, de modo a garantir a saúde do amor e dos futuros descendentes. Segundo Azevedo (1986), durante o século XIX no Brasil considerava-se como ideal que a mulher se casasse até no máximo os vinte e cinco anos de idade, preferencialmente em torno dos vinte anos de idade. Essa demarcação temporal de idade ideal para casar marca uma mudança em relação aos tempos coloniais, uma vez que, na colônia, os pais pertencentes às “elites” inquietavam-se quando ainda não haviam conseguido um marido para sua filha de 14 ou 15 anos (ARAÚJO, 2015).

Esses padrões de relacionamento amoroso possuíam toda força nas classes sociais elitizadas. No entanto, a pesquisa feita por Esteves (1989) com mulheres do Rio de Janeiro das camadas populares da primeira década do século XX nos mostra como esses padrões processavam-se de forma diferente nessas classes. Essas mulheres namoravam tarde da noite e em lugares proibidos às “elites”, como nas calçadas, no trabalho, nos botequins e nas festas populares e muito frequentemente andavam desacompanhadas ou apenas com os seus namorados. A intimidade entre os casais avançava mais rápido e as fases do namoro não eram tão bem definidas quanto nos grupos sociais privilegiados e, inclusive, podiam acontecer relações sexuais antes do matrimônio, ainda que não fossem toleradas com tranquilidade. Já o casamento não era tanto visto como uma possibilidade de ascensão social propriamente dita, mas sim apenas como talvez um meio de obter certa vantagem econômica, dependendo da condição financeira dos noivos, e social, como resultado da obtenção do *status* de casado(a). Na verdade, muitas vezes o amasiamento era visto como uma prática válida para esses homens e mulheres, apesar de o casamento ainda ser considerado a situação ideal e desejado pelas mulheres de baixa renda.

Analisando os enunciados dos jornais, pudemos perceber que, através principalmente da estratégia da vigilância e da denúncia vexatória, buscava-se, através dos jornais, regular os modos de “namorar”. Os namoros que aconteciam nas igrejas ou novenas eram alvo especial de menções, denúncias e reclamações nas páginas dos periódicos femininos. De fato, como afirma Azevedo (1986), as missas, o mês mariano e as trezenas eram pretextos usados por muitas moças para clivar a reclusão doméstica e encontrar os namorados sem a vigilância da família. Do mesmo modo, os rapazes iam aos eventos para estabelecer contato com as suas namoradas. Vemos as delações dos namoros nos eventos religiosos nos trechos dos jornais: “Pelos novenas temos tido namoros de toda espécie.” (O Bond, 1890, n. 1, p. 2). “Vão estupefacientes e animadoras as tresenas do Zé Pinto, alli acode gente em penca, de todas as classes. Namoro alli nunca vimos outro igual.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 3). “Desculpem-me chamar esta sagrada festa — intretenimento: pois se a isto me atrevo, é porque tenho toda a convicção de que muitas jovens vão á egreja, não por espirito de religião, mas com o unico fim de fazerem conquistas amorosas.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 4).

A matriz tem-se tornado o *rendez-vous* dos que se alimentam do amor. Até eu, que não sou nada, e que, há mais de um seculo, procuro uns olhos negros e rasgados, e que quanto mais trabalho, menos resultado tiro, lembrei-me de ir a novena de sabbado, a qual me disseram que era a anti-penultima. (A Brisa, 1875, n. 6, p. 4).

De acordo com Silva (2017), diante de certa limitação de opções de lazer no Ceará do século XIX, os eventos religiosos acabavam por cumprir a função de divertimento popular, o que frequentemente conflitava com a moralidade religiosa exigida nesses espaços. O autor mostra, através da análise de documentos da igreja da época, que o clero cearense no século XIX estava atento ao mundanismo que se infiltrava nos eventos católicos. De fato, vimos algumas vezes os jornais clamarem pela providência de autoridades da igreja em relação aos namoros nas missas e novenas: “Temos hoje fogos de vistas na egreja do Patrocinio, grande queima de namoros. O Padre-cura, porque não lança uma vista de olhos sobre os corredores de sua matriz?” (O Bond, 1890, n. 2, p. 3). “Na rua do Senador Pompeu faz lama o namoro. Lá perto do Formiga temos uma novena, que aquillo já parece mais porem é com uma safadeza. Ao bispo, para botar o visto.” (O Bond, 1890, n. 1, p.2).

Encontramos sentido nessa vigilância e repreensão aos namoros nos jornais quando pensamos que tais encontros entre os corpos abalavam as bases do sistema de casamento, do ideal de virgindade e do amor romântico platônico, ou seja, os valores do código moral burguês/higiênico/cristão em vigência. Para alcançar o controle dos namoros,

denúncias e repreensões aos encontros amorosos clandestinos preenchiam as páginas dos jornais.

Relatos de “flagras” de namoros eram tão frequentes nos jornais, que nos parece que era impossível falar do dia a dia da cidade sem falar nos namoros. O bom humor e a graçolagem são o tom reinante nos relatos dos escritores: “Alegria, demorei-me um pouco na bodega do usurário naquela rua, apreciei um namoro esplendido e fui andando [...]” (O Bond, 1890, n. 4, p.3). “Me contou o Miguel Bomba que as meninas daquela rua não dormem mais, só pensando em namorar com alguém da ‘Carioca’.” (O Bond, 1890, n. 5 p. 4).

Que povo namorador! Principia desde o quarteirão do Iracema á esquina do Amaral. E fui andando...e fui andando... e fui vendo tantas cousas porcas o tanto cheiro de chifre, que ainda hoje estou doente da cabeça de ver tanta imoralidade e de apreciar tanta gente bôa que nesta terra quer passar caga-fogo na humanidade e que amanhecem quotidianamente fintando á Deus e ao diabo, para á noite estarem na bilontragem descomunal, em casas de certos paes de família pacientes, a namorarem e... etc, e etc, e tal e fui andando... (O Bond, 1890, n. 3, p. 2).

Era comum que os jornalistas aticassem a curiosidade dos leitores em relação a quem seriam as personagens protagonistas das cenas de namoros flagradas: “No Calçamento de Mecejana tem uma moça que actualmente está namorando somente a três rapazes. Ella, é sympathica, côr morena, olhos castanhos e bonitos. Quem adivinha?...” (O Bemteví, 1892, n. 7, p 4). “Tambem apreciei um namorico da casa d’alminha, mas fica para de outra vez dizer o nome dos fulanos. Agora é cedo...” (O Bond, 1890, n. 14, p.2). “Que namoros pitorescos, segundo o aviso que tivemos! Se pudéssemos descobrir ao menos a pontinha da venta de alguns dos namorados daquela rua, teríamos muito que dizer a respeito dos supraditos cujos e mencionados namoricos!” (O Bond, 1890, n. 5 p. 4).

Podemos imaginar que esse “anonimato à meia luz” das denúncias dos namoros nos jornais talvez promovessem conjecturas por parte das leitoras sobre a identidade dos protagonistas das cenas amorosas. Vemos isso acontecer no romance cearense *A normalista* (1893), de Adolfo Caminha, onde se publica, no jornal chamado *Matraca*, versinhos chistosos sobre o “namoro do Trilho de Ferro”. O namoro misterioso “cai na boca do povo” e, apesar da publicação não identificar Maria do Carmo e Zuza, toda a cidade de Fortaleza logo deduz que são eles os “namorados do Trilho de Ferro”.

Os relatos e menções às mulheres cearenses e seus namoros estão fortemente presentes nos jornais, e numerosos são os que vêm carregados com um tom de condenação moral ou de deboche: “Menina bella e faceira; Que gosta de namorar, E’ da patria uma caveira... Não preenche o seu lugar. [...] Menina namoradeira Que mostra os dentes ao fallar, E’ da patria uma caveira... Não preenche o seu lugar” (O Bond, 1890, n. 13, p. 3). “Vê,

leitora, aquella menina de manual, que olvidou o titulo do seu livro olhando para aquella Manuel, que parece ser todo de [ilegível], foi aquella que hontem sacudiu uma bolinha de papel por entre a grade; aquella menina é das taes...” (A Brisa, 1875, n. 5, p. 4). “Começo tangendo o verbo sobre certas deidades que namoram cynicamente sem o menor escrupulo e depois tem a sorte da M. Adelia e de outras que por ahi andam vagando de tenda em tenda sem ter onde pousar.” (O Bond, 1890, n. 13, p. 4).

Por vezes apresenta-se não uma condenação exatamente, mas certa desqualificação de moças que namoravam “muito”, como na seção *Perfis de rozas* do jornal *O Bond*, onde se descreve uma mulher a quem se dá o falso nome de *Frangelica*: “Côr amorenada, voluves, tem mais amor á farda do que aos livros. E’ bella, porem, têm doidices de Joanna a louca. Tem amado a quase todo o Ceará, fora o resto. Muito simpathica e amável.” (O Bond, 1890, n. 1, p. 3).

Segundo Azevedo (1986), as moças consideradas namoradeiras eram aquelas que se engajavam em repetidos namoros fugazes, os quais não alcançavam o *status* de namoro sério conhecido pelas famílias dos envolvidos, assim como não completavam o ciclo esperado atingindo a fase do noivado e depois casamento.

Os homens também eram alvo dos escritos sobre namoros dos jornais para o público feminino, no entanto, o tom condenatório parece mais brando. Os jornais reservam à mulher a maior cota de cobrança, censura e responsabilização no que tange a conduta sexual: “O Charuteiro da rua do Trilho de Ferro continua com o seu desbriado e cynico namoro com a tal... amarelinha daquela rua. Ella ainda é mais synica do que elle. Sempre a mulher na ponta!” (O Bond, 1890, n. 2, p. 3).

Por vezes os rapazes que namoravam eram apontados como um perigo às moças e suas famílias:

Certos rapazes desta santa terrinha não querem outra vida a não ser a de namorar, de noite e de dia, caceteando os pobres paes de familia, que já vem lezos de somno em agental-os. Estes malandrins tomam conta das casas das moças e só sahem delas quando deixam as meninas bem *tristes*... E’ preciso que haja uma providência qualquer, ou então do contrario acabem-se com similhante absurdos quanto antes senão... já sabem. (O Bond, 1890, n. 2, p. 3).

Os moços que muito namoravam e demoravam a casar também eram indicados como perigosos à honra das moças:

Quanto aos vossos namorados, elles teem sido ingratos para convosco; uns possuem duas e trez namoradas, outros querem casar-se, porem falta-lhe o melhor, que é o “largen”, e sem isto não se vae ao mercado comprar os quiabos e nem se ver o boi dançar, pois a estes coitadinhos eu sempre ponho a mão no fogo por elles porque elles querem, porem não podem. Quanto aos outros, eu tenho a dizer o seguinte: São

ruins seductores, e até se as leitoras me permitem a frase, eu direi — são infames! Um concelho, queridas leitoras: não vos deixeis iludir, tende cuidado com estes magarefes, zelas a vossa honra, que vale mais que tudo. (O Bond, 1890, n. 11, p. 4).

Encontramos ainda nos jornais que o namoro, quando colocado do ponto de vista da experiência masculina, era mencionado com certo tom de graça ou neutralidade e era muitas vezes até encorajado: “Temos pena de um pobre rapaz que quotidianamente gasta dous borós no bond do Benfica, para ir ver a namorada. Meu amigo namoros á bond não vão adiante, arranje outra aqui mais perto.” (Pimpão, 1897, n. 1, p. 3). “O velho que mora em frente Da casa onde há um mez eu moro, Tem uma filha attrahente Que da janela eu namoro.” (O Bond, 1890, n. 15, p. 3). “O Juca alfaiate, meteu-se a namorado, e se bem nos parece elle casa-se breve.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4). “O molequinho Sabino, alfaiate, anda metido a sebo e dizem que elle está para casar-se. Não sabemos quem será esta doida. Enfim, barco encalhado não ganha frete: deixe que vá.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 4).

Parece-nos que os namoros, contanto que seguissem os cânones da moral e levassem ao casamento, eram “vistos com bons olhos” pela sociedade cearense da época dos nossos jornais. No jornal *O Orvalho*, no texto que já citamos aqui anteriormente, vemos como o namoro era considerado um degrau para o casamento: “O namoro é advérbio de tempo, com um complemento terminativo — o casamento.” (O Orvalho, 1888, n. 1, p. 2).

Quando o namoro era longo, começava-se a trata-lo como “fora do padrão”. Sobre isso, no jornal *A Brisa*, o cronista de pseudônimo *Agaliarept* fala que a chegou à redação do jornal uma correspondência de uma moça leitora, endereçada a “Agaliarept, encarregado do futuro das moças”, que dizia o seguinte:

Cançadas (coitadinhas) de esperar pelo nosso dia de noivado, e não nos convindo os *massantes*, que vivem á abuzar da nossa *paciência*, como se esta possuísse *elasticidade*, vamos pressurosas impetrar-lhe a falta de que se resente o nosso coração; pois que só quando *abençoarmos sobrinhas*; é que nos havemos de conformar com os nossos actuars admiradores. (A Brisa, 1875, n. 3, p. 4).

5.3.2 O casamento em nome do amor e da família

Nesse contexto, encontramos, em vários momentos nos periódicos, estímulos ao casamento, que é assunto frequente nas páginas analisadas. Assuntos relacionados ao casamento são tratados com animação por quem escrevia nos jornais: “Venho com a mala recheiada, trago tudo o que há de melhor no mercado de casórios, desde o veo até os sapatinhos de seda para botar em vossos pesinhos mimosos.” (O Bond, 1890, n. 11, p. 4). “Participa-nos de Espirito Santo que a nossa gentil patrícia Julietta Prado, contractou

casamento, com o sr. Maximino Bastos. Aos jovens noivos almeijamo-lhes perene e venturosos dias.” (O Astro, 1902, n. 5, p. 2).

Encontramos trechos em que o casamento é recomendado em tom de conselho e advertência: “Aconselhamos á rapaziada, que caze já e já. Ainda bem que a lei da republica vem por ahi, e, segundo o decreto, a gente só pode cazar uma vez. É brucharia ou não é! Viva o casamento pelo systema religioso! E venha gente.” (O Bond, 1890, n. 2, p. 1). “As viúvas estão na ordem do dia. Lá pelos trilhos de ferro têm havido o diabo por causa das viuvinhas. É bom casarem-se, depois...” (O Bond, 1890, n. 1, p. 2).

O casamento sempre é colocado em discurso como uma felicidade desejada a todos e principalmente às leitoras: “Assim espero vel-as hoje em S. Bernardo, onde vou depositar um responso nos pés de Santo Antonio, afim de ver se este santo faz com que as leitoras cazem-se este ano.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 4). “As meninas d’aquelle bairro andam anciosas para casarem e está me parecendo que muito breve aquellas jovens vão ao caminho do civil. É o que o ‘Bond’ deseja a toda menina encantadora.” (O Bond, 1890, n. 14, p. 2). “Fui ao Garrote ver a alma que anda aparecendo ao menino barbado, e segundo informação que colhi, o tal nenê anda, porem, é com muita vontade de ir ao civil. Que seja breve é o que quer o condutor do ‘Bond’.” (O Bond, 1890, n. 14, p. 2).

No jornal *O Bemteví*, expõe-se um rapaz que namorava alguém, mas que estava demorando muito para casar, inclusive identifica-se a rua em que o mesmo morava ou frequentava: “Na rua do M. Facundo, continuamos no cambio de costume, o namorado é bello rapaz, porém só faz azeitar, nada de ouvir fallar no Civil, quando têm de fallar em cazamento, o pobre rapaz grita logo: – O cambio... o cambio!” (O Bemteví, 1892, n. 7, p. 4).

Alguns enunciados nos apontam a baixa adesão da população cearense ao casamento, atitude esta que não era vista com bons olhos pelo discurso da imprensa para mulheres. A mancebia disseminada e o desinteresse da população do Ceará para regularizar sua situação segundo a nova legislação laica eram recriminadas pelos jornais cearenses estudados. O casamento civil havia sido implementado pela República no dia 24 de janeiro de 1890, poucos meses após a Proclamação:

Si o negocio do casamento civil nos outros Estados fôr feito como é aqui no Ceará, estamos certo que os juízes dos casórios morrem de fome e os seus escrivãos pedem esmolas. Desde o dia 24 do mez findo que começou a vigorar o decreto do casamento civil e até agora ainda não tivemos uma só união pelo novo systema! Parece que estão arripunando a coisa, que, aliás, si não é boa também má não é. Si todos tivessem minha opinião já o negócio estava em reboliço, principiando por dar o primeiro exemplo o vosso nunca esquecido Zé de Soiza. (O Bond, 1890, n. 4, p. 4).

Segundo Esteves (1989) a preocupação com os baixos números de casamentos era uma realidade no final do século XIX e início do século XX. Na verdade, conforme nos mostra Freyre (2003), desde os tempos coloniais encontrava-se no Brasil a mesma preocupação com a quantidade escassa de casamentos. Movimento semelhante aconteceu na Europa do século XIX, como nos aponta Donzelot (1980), tendo sido organizadas campanhas de iniciativas religiosas, moralistas e filantrópicas a favor do casamento, objetivando diminuir gastos com orfanatos, diminuir a mortalidade infantil e a “vadiagem”.

Podemos atribuir a preocupação com o casamento do final do século XIX no Brasil à demanda de fortalecimento da família burguesa, levando a combater os filhos ilegítimos que dificultavam a manutenção do patrimônio e a transmissão da herança familiar e a coibir os relacionamentos efêmeros que ameaçavam a nova ordem sexual em curso. Assim, considerava-se que todos os relacionamentos amorosos deveriam ter como objetivo, desde o seu início, o casamento.

Se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, se foi proclamado “garantidor da saúde da humanidade”, o melhor remédio para o corpo e para a alma, e se constituía uma das maiores fontes de “estabilidade social”, era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos. (MALUF e MOTT, 1998, p. 386).

Tínhamos ainda o discurso religioso da igreja católica de valorização da família e do sacramento do matrimônio. Segundo Silva (2017), o discurso católico veiculado pela igreja cearense valorizava a família dentro dos padrões tradicionais e patriarcais e considerava que se a mulher fosse mantida sob o jugo religioso, toda a família também o seria. A família, que devia ser fundada com o matrimônio monogâmico, era vista como a raiz da obediência e moralidade cristã. O casamento era o único caminho para a formação da família cristã. O autor afirma que houve uma sistemática movimentação da igreja nas últimas décadas do séc. XIX, baseada em decisão do Papa Leão XIII, no sentido de facilitar a conversão dos concubinatos em relacionamentos sacramentados pela igreja. No final dos anos 1880, essa decisão papal seria vista com bons olhos pelo clero cearense, pois alcançaria muitos casos de uniões “ilegítimas” no Ceará.

Situações de amasiamentos e arranjos conjugais distintos do casamento formal, ou mesmo namoros e noivados muito longos que não culminavam em casamentos, não eram vistos como respeitáveis à moral e aos bons costumes vigentes. Em uma sociedade regida por um discurso dominante que dispunha o casamento como ponto de chegada de todos os envolvimento amorosos entre homens e mulheres, os relacionamentos que fugiam à norma

sexual vigente eram transformados em alvo. Essas modalidades outras de relacionamento eram presentes principalmente nas camadas sociais populares.

Ainda que crescesse o interesse na conservação do patrimônio e herança familiar, o que estimulava o casamento oficial, o casamento formal não preponderava entre os populares. Como afirma Soihet (2015), a ausência de interesses econômicos, as dificuldades burocráticas e o custo das despesas matrimoniais levavam a população mais pobre a viver em concubinato. O livro brasileiro *O Cortiço* (1890), de Aluísio de Azevedo, retrata bem essa realidade em que a maioria das pessoas não vivia casada. Além disso, muitas mulheres das camadas mais pobres preferiam garantir a autonomia que possuíam por trabalharem e possuírem um meio de subsistência independente de seus parceiros, ainda que a mulher, via de regra, fosse remunerada de forma inferior aos homens. Como demonstra Esteves (1989), situações de amasiamento eram muitas vezes consideradas como alternativas válidas entre as populações mais pobres e muitas mulheres engajavam-se nelas como uma alternativa possível e válida. Mas, como afirmam Maluf e Mott (1998), os relacionamentos das camadas populares eram os mais fiscalizados e subjugados a medidas prescritivas oriundas das “elites” sociais e intelectuais e dos clérigos.

Traçadas as linhas da “conduta decente”, os promotores da moral e da ordem classificaram como ilícita toda e qualquer relação entre homens e mulheres que se firmasse fora do contrato matrimonial. Em nome de uma ligação de amor que fundisse existências, e não somente sexos, o amor na mancebia foi transformado em objeto de intervenção. Amor degenerado, espectro de amor, imitação de amor: esses eram os termos do discurso que pretendia regular as uniões consensuais. (MALUF e MOTT, 1998, p. 387).

Desse modo, podemos compreender o que tornava propício o discurso de apoio ao casamento que encontramos na imprensa feminina cearense.

Ainda assim, o ambiente propício ao casamento abençoado e regulamentado pelas leis de Deus e dos homens não excluía o reconhecimento das agruras das uniões íntegras e estáveis. O casamento burguês, com suas regras e obrigações, podia sim significar uma vida maçante para homens e mulheres, como revela a cena imaginária descrita no jornal *A Brisa* sobre um jovem casal, passada a lua de mel:

O marido a lêr, a mulher a tocar a aria do tédio, representão essa scena da comedia social que se reproduz ao fim de seis mezes de casamento. A lua de mel esconde-se no horisonte oposto, e as trevas invadem o paiz dos afagos conjugaes. Não direi quanto tempo aquelle aborrecido casal levou a perpassar teclas e lêr gazeta, interrompendo-se para olhar o relógio ou mudar de posição na poltrona: declaro apenas que isto foi por grande espaço de tempo a única distração d’elle. Finalmente a pendula de jaspe agitou-se e bateu horas. Ella contou-as uma por uma e, lançando um ultimo olhar de enfado ao marido, abandonou o piano e sahio da salêta com andar de rainha ofendida, mas enfasiada, sem dirigir uma palavra ao seu indiferente

Adão. Elle viu-a levantar-se, depoz vagorosamente a gazeta sobre a meza, seguiu-a com os olhos enquanto esguia-se os braços n'um prolongado espreguiçar e, erguendo-se também sahiu por porta oposta á de sua mulher. Lá fora, a chuva lavava as ruas e açoutava as janelas; na salêta, as figuras de porcelana olhão-se sorradeiras, como testemunhas d'aquillo, e a pendula de jaspe preparava-se para no dia seguinte bater o compasso d'aquella mesma scena, sem variante, ao fim de seis mezes de casamento. (A Brisa, 1875, n. 10, p. 2).

Talvez não seja incorreto afirmarmos que o discurso acima provoca certa fissura na ordem do discurso dos jornais que se apresenta no sentido de incentivar o casamento entre homens e mulheres dentro dos moldes burgueses tão presentes nos jornais cearenses do final do século XIX e início do século XX. O trecho acima trata do fato de que o casamento burguês pode tornar-se uma fonte de inesgotável tédio.

No entanto, talvez a narração acima possa ainda ser compreendida como o relato de um casamento sem amor, que a partir do século XIX, principalmente na segunda metade do século, passa a ser considerado algo problemático pelo discurso higienista. Como discutiremos mais detalhadamente adiante, o amor romântico era ensejado e a prática de casamentos arranjados caía cada vez mais em desuso, apesar de muitas restrições nas escolhas dos futuros cônjuges ainda serem impostas aos solteiros, principalmente nas camadas sociais elitizadas. No Brasil colonial tínhamos o homem patriarca das grandes famílias como sede das decisões e vontades de todos os membros familiares. Mulheres e filhos não se enxergavam fora do jugo patriarcal, o que fazia com que as sentenças do pai, de modo geral, fossem acatadas sem muitos protestos (COSTA, 1999). Dentre esse rol de decisões estava o casamento dos filhos, que era planejado de modo a fortalecer o poder familiar.

O amor ou mesmo a atração física entre os noivos raramente figurava um fator de resolução. O casamento era uma troca de riquezas, o que era muito bem representado pela prática de transferência ao marido de parte dos bens da família de origem da esposa: o chamado dote. “A tal ponto chegou a vinculação do dote ao casamento que, em muitos documentos coloniais, os termos eram empregados como sinônimos.” (COSTA, 1999, p. 216). Além das razões econômicas, pesavam ainda interesses sociais e raciais nos contratos conjugais. Por tais motivos era comum a consanguinidade entre os noivos, assim como drástica disparidade etária, sendo a mulher a mais nova. Essa prática matrimonial era favorecida pela igreja católica que, na época colonial, não via o amor conjugal com bons olhos. Segundo Del Priore (2009), a Igreja entendia que era pelo dever e não pelo amor que os cônjuges deviam unir-se, para pagar o dever conjugal, procriar e resistir ao adultério.

O higienismo via no casal colonial a incapacidade de proteger e formar seus filhos enquanto cidadãos. Uma vez que no âmago do higienismo residia o objetivo de superar os

modos de vida coloniais, enfraquecendo o poder patriarcal, mudar as regras dos contratos conjugais, abrindo a possibilidade de escolha individual de cada um em relação ao casamento, era peça fundamental no funcionamento do dispositivo higiênico.

A partir do momento em que a escolha do cônjuge passa a ser feita por cada um de forma livre, a responsabilidade do sucesso ou fracasso conjugal passa a recair sobre cada indivíduo que não soube escolher seu parceiro ou não souber amá-lo. Nesse jogo de responsabilidade e culpa, cada indivíduo passava a ocupar-se mais do seio familiar em busca de não ser responsável pela dissolução de sua família.

Assim, o casamento no Brasil a partir de meados do século XIX vira uma instituição higiênica. O casal higiênico deveria constituir-se com o objetivo de proteção e educação da prole. “Por esta razão, a seleção do parceiro conjugal tornou-se uma questão capital para a higiene.” (COSTA, 1999, p. 219). Além disso, o saber médico contrariou os saberes antigos ao atribuir benefícios para a espécie no cruzamento entre diferentes famílias, ao contraindicar discrepância de idade entre os cônjuges e ao atribuir valor às condições físicas e morais dos noivos diante da preocupação com a hereditariedade.

Esta subversão dos valores e representações “aristocratiformes” que o patriarcado colonial tinha das origens, como de propagação e finalidades familiares, estava claramente ligada ao aburguesamento geral da sociedade brasileira oitocentista. A higiene encarnava esse projeto, espezinhando tudo o que, nos costumes familiares, pudesse resistir à secularização das mentalidades e modos de vida. (COSTA, 1999, p. 222).

É nesse contexto que, com o apoio do discurso higiênico, o amor e o sexo conjugal passam a ser valorizados. Em relação ao sexo, até o século XIX o catolicismo condenava relações sexuais sem fins de procriação ou fora do casamento, assim como o sexo excessivo. Já o dispositivo higienista continuava a condenar o sexo “irresponsável”, mas passou a exaltar a sexualidade conjugal. Com esse ensejo, buscava evitar uma série de realidades maléficas ao funcionamento social higiênico: o adultério⁴⁴, a prostituição, alastramento da sífilis, a masturbação e doenças físicas e morais. A falta de sexo entre o casal passa a ser vista como um problema a ser endereçado. É importante destacar que, como indica D’Incao (2015), a esposa da família aburguesada deveria adotar regras castas no encontro sexual com o marido.

Como afirma Costa (1999), o estímulo do prazer sexual entre o casal era utilizado pela higiene como um meio de fomentar o amor no seio familiar. O amor no casamento foi

⁴⁴ “No Brasil, de acordo com o Código Penal de 1890, só a mulher era penalizada por adultério, sendo punida com prisão celular de um a três anos. O homem só era considerado adúltero no caso de possuir concubina teúda e manteúda.” (SOIHET, 2015, p. 381).

pedra angular na reedição familiar empreendida no século XIX. A medicina higiênica defendia intensamente o amor conjugal. O discurso higiênico fez uso do romantismo para se fortalecer. No entanto, o viés romântico do discurso médico só ia até certo ponto. Apesar de se utilizar de cores e estilos do romantismo, o amor estimulado pelos médicos não era um amor romântico propriamente dito, com todas as suas fantasias e intensidades, mas sim um amor material, utilitário, voltado aos objetivos do núcleo familiar conjugal.

O ponto culminante da união conjugal era o amor. Mas, ao contrário do amor romântico, o amor higiênico era pragmático. Reclamava seus vínculos com a sexualidade e a procriação. A cumplicidade com o romantismo sentimental tinha limites. Sem sexo, o amor era “delírios”. Só através do sexo ele se adaptava à realidade, inserindo-se maduramente na política de conservação biológica e moral da espécie. (COSTA, 1999, p. 231).

Assim, o higienismo utilizou-se do amor como uma arma contra o patriarcalismo colonial, como referência de código moral para a vida familiar, como artifício para ensejar a maior preocupação com a família e como meio de criar e regular novos papéis para homens e mulheres dentro do casamento (COSTA, 1999). O amor é mais uma via através da qual a higiene buscou converter o homem à figura do pai e a mulher à figura da mãe, ambos aburguesados.

Novas estratégias de educação amorosa eram elaboradas com o objetivo de preservar o tradicional modelo matrimonial. Se o propósito era expandir e legitimar a instituição conjugal, a causa final consistia em normalizar a sociedade e reger os comportamentos sexuais. (MALUF e MOTT, 1998, p. 391).

Na literatura brasileira e cearense da época encontramos um forte apelo à escolha dos futuros esposos baseada na mútua troca de sentimentos afetivos. Na literatura cearense, por exemplo, temos o romance *A Divorciada* (1902), de Francisca Clotilde, que narra as desventuras da jovem Nazaré até desposar seu verdadeiro amor. Ao invés de casar com Chiquinho, jovem pobre e do interior que é alvo de seus afetos, acaba casando com seu primo Artur para agradar e obedecer ao seu pai. Nazaré vive então um casamento infeliz e acaba divorciando-se. Somente após ficar viúva, finalmente casa-se com Chiquinho e é feliz.

Já no livro *Senhora*, de José de Alencar, Seixas aceitar casar, às escuras, com a rica Aurélia apenas pelo dote oferecido, sem que este ao menos se desse conta de que ela era sua antiga noiva repudiada no passado por seus poucos recursos. A atitude revela, para a heroína ofendida e à cata de reparação, o desvio de caráter do rapaz, que assim é desprezado num casamento de fachada. Toda a narrativa é construída para censurar a prática da “compra” do marido que gera infelicidade para ambos. O desenlace, seguindo sua chave romântica,

ocorre com a expiação da culpa pelo rapaz que consegue resgatar sua dívida e sua honra aos olhos de sua amada.

Em um dos jornais para mulheres que analisamos, encontramos um texto cheio de passagens ilegíveis, mas que nos mostra claramente como circulavam opiniões contrárias aos casamentos por interesse pecuniário ou por conveniência, que levariam frequentemente à infelicidade do casal, à instabilidade da união e, em última instância, ao divórcio:

Estão muito em moda infelizmente e todos os dias os exemplos se excedem - os casamentos por conveniencia e os casamentos por interesse. Não temos palavras bastante fortes para estigmatizar e condemnar essa sorte de contractos forjados muitas vezes de um momento para outro e que não podem deixar de trazer consigo males sempre inconciliaveis. Quer motivado pelo interesse, quer por conveniencia tida particular, tais casamentos preparam para o futuro tristes consequencias que vão muito alem do que geralmente se supõe. Não é somente o inferno domestico que elles arcam, não são somente os horriveis escandalos a que todos os dias a sociedade impassivel assiste, não é somente o desfecho logico e vulgarissimo de um divorcio, é tambem o [ilegível] do futuro de inocentes crianças causado pelo exemplo [ilegível] e [ilegível] que germina como uma planta má [ilegível] como [ilegível] no cérebro infantil e [ilegível] pelas creaturinhas que recebem assim logo ao nascer como um dote fatal, o veneno infalivel e [ilegível] de uma educação [ilegível]. [...] É tristissimo que haja homens e **sobretudo mulheres** que compromettam todo um futuro por um vil ou futil interesse, [ilegível] ou de qualquer outra especie, [ilegível] que não refletem que pai ou mãe não dar a seus filhinhos em um futuro muito proximo, quando não que companheiro não escolheu para uma longa [ilegível] de uma vida inteira e o [ilegível] de se servir por toda a existencia a uma alliança indestrutivel e insoluvél. E quando fallamos assim, não contamos o divorcio como remedio a semelhante mal. O casamento e a fidelidade conjugal são leis naturais e o divorcio é uma instituição [ilegível], e como tal incompleta, falha e defeituosa, feita para corrigir os excessos d'aquellas leis, mas que em verdade não faz mais que agravalos e até mesmo [ilegível]. (O Orvalho, 1894, n. 51, p. 1, grifo nosso).

No texto, avalia-se o casamento sem amor como fadado ao divórcio e este é visto com maus olhos, como uma estratégia danosa para reparar as uniões que não cumpriram seu verdadeiro destino de “aliança indestrutível e insolúvel”. O casamento por interesse e seu corolário, o divórcio, são descritos como atos de irresponsabilidade de homens, mas “sobretudo mulheres”, às quais cabe a maior parte da culpa pelos prejuízos imputados às suas crianças. De fato, a argumentação contra os males do casamento sem amor e sua preocupação com o futuro da prole são próprias da lógica da família de ideal burguês.

O estímulo ao casamento que observamos nos jornais femininos concorre para a adoção de um modelo de relação conjugal fincado na família nuclear aburguesada que se buscava consolidar nesse momento da história do Brasil e também do Ceará. Esse controle do

casal monogâmico também caracteriza o funcionamento do dispositivo da sexualidade identificado por Foucault nas sociedades ocidentais.

No primeiro volume de *História da Sexualidade*, Foucault (1988) afirma que normalmente se costumava dizer que a modernidade tentou reduzir a sexualidade ao casal⁴⁵. Foucault fala que isso ocorre em certa medida, porém a análise que ele realiza vai além do estudo das interdições. Sobre a sexualidade do casal, o autor afirma: “Mas ela também é uma rede de prazeres-poderes articulados segundo múltiplos pontos e com relações transformáveis.” (FOUCAULT, 1988, p.23). O casal teve suas condutas de procriação estabelecidas e socializadas através de medidas sociais ou fiscais. A sexualidade conjugal passa a ser vista como uma questão pública e a procriação ganha um cunho econômico.

O núcleo familiar, *lócus* de sexualidade, sentimentos e afetos, foi suporte essencial ao dispositivo da sexualidade. A família torna-se uma dimensão do dispositivo da sexualidade, local onde a produção e fixação da sexualidade acontecem. Ela torna-se espaço obrigatório de amor e carinhos e surge a preocupação com o incesto. O dispositivo familiar, muito mais do que redutor da sexualidade, é incitador e proliferador da mesma, através de seus segredos, vigilâncias, cuidados com amamentação, separação de meninos e meninas e outras práticas.

5.3.3 Valorização do amor romântico

As menções nos periódicos cearenses que analisamos sobre o que era o amor e o que ele significava para as pessoas são diversas: “[...] no amor e na tranquilidade está a nossa doce ventura.” (O Bemteví, 1892, n. 1, p. 2). “Dos lábios nasce o sorriso/Do coração nasce o amor;/Da rosa nasce o perfume/Do tormento nasce a dor.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 2). “O que é – amor? – Um sentimento louco,/Que nasce pútrido em salões sem fê;/– Castello fraco que, sem bases treme,/E a humana raça quer soster de pé.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 3).

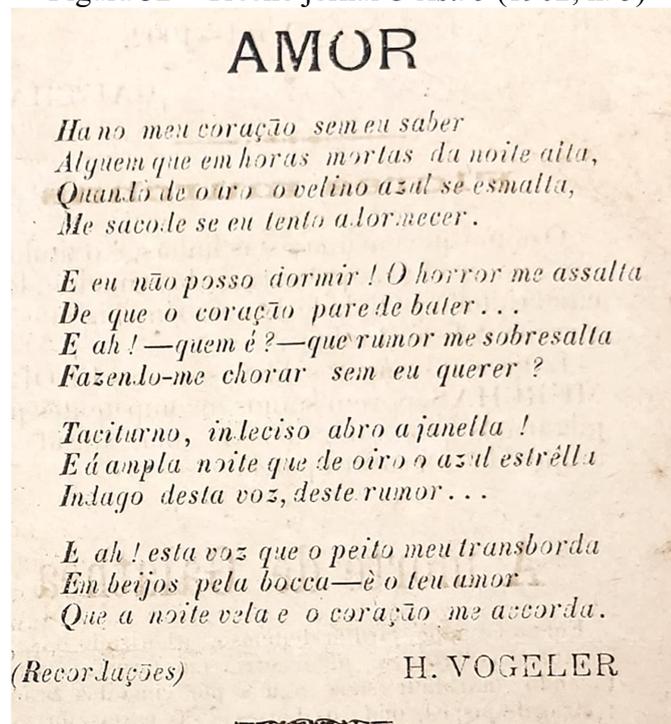
Eram muito comuns nos jornais estudados o lirismo e a veia sentimental gravitando em torno do amor. Como explica Moisés (1999), o vocábulo “lirismo”, cunhado pelo romantismo francês, refere-se ao caráter marcadamente individualista e emocional que exhibe a poesia lírica a partir do século XIX. O poeta, traduzindo a preocupação com o seu próprio “eu”, mergulha na própria alma, criando versos que atualizam suas vivências interiores, sensações e estados íntimos. O amor torna-se uma constante da poesia lírica,

⁴⁵ De acordo com Foucault (1988), o casal malthusiano, ao lado da mulher histérica, da criança masturbadora e do adulto perverso, foi um dos quatro grandes objetos das estratégias do biopoder em funcionamento no dispositivo de sexualidade.

presentificando em versos breves as dores e os prazeres recordados das experiências afetivas. Nos jornais para mulheres aqui analisados, os amores não correspondidos e os anseios por amadas inacessíveis constituem a tônica quando o tema é artisticamente abordado. “Como era bella! [...] O coração mais eivado de insensibilidade não trepidaria em derramar-lhe aos pés as perfumesas e cândidas violetas do amor. E eu amei-a.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 2). “Aquella face bela e tão branca,/Repassada de mística doçura,/Quantos suspiros a meu peito arranca! [...] O sorriso é fonte de pezar e goso,/Pesar tão doce que o sorriso arranca,/Num estase de amores venturosos/Aquella face pallida e tão branca.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 1). “Amava aquella mulher com um amor puro e santo, saindo do amago do coração, como um sentimento sahe do seio d’alma.” (A Brisa, 1875, n. 6, p. 3).

Si quereis ouvir um conto de amor, leitoras, uma narração abundante, não em phrases alambicadas e burlescamente marteladas, mas singellas, sinceras e verdadeiras: filhas do affecto mais intimo d’uma alma jovem e de um coração apaixonado; e inspirado por um anjo-mulher: se quereis, repito, vinde comigo, abri o livro da minha alma.” (A Brisa, 1875, n. 6, p. 1).

Figura 32 – Trecho jornal *O Astro* (1902, n. 5)



Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil.

Tal como afirmamos anteriormente, estimulava-se nesse período a vivência de um amor casto, romântico e platônico: “Sim, amor. Mas é um amor puro e divino, que não poderás gosar, sem que tua alma adore ao idealismo: sem que sejam embaladas por esses mysterios da poesia que velam os sonhos da virgem.” (A Brisa, 1875, n. 7, p. 1).

Apesar da agenda de estímulo a um amor idealizado, muitas vezes o amor é retratado como fonte de sofrimento, nem sempre unindo os corações em desfechos felizes: “O amor é como o menino: começa brincando e acaba chorando.” (O Astro, 1902, n. 1, p. 1). “As lágrimas minoram as agruras d’um coração sofredor.” (O Astro, 1902, n. 1, p. 1).

Adeus! palavra sensível, que baluciam os corações que se separam, um ausentando-se do bem querido. [...] Palavra christalina, que desliga duas almas apaixonadas, por mais sagrado e eterno que seja o vínculo. Adeus! murmuramos todos quando amamos, e o acaso nos distancia do objeto amado.” (O Astro, 1902, n. 1, p.1).

Encontramos também, nos textos de aspiração literária dos jornais estudados, formas antiquadas de trovadorismo, como o exemplo abaixo, à moda de uma “pastorela”, que trata do diálogo amoroso entre o “gentil aldeião Múcio” e a doce pastora Lucy: “– Conheceis, formosa pastora, os mysteries do amor? Gravita em teu coração este germen traiçoeiro? – Quem não sente, replicou Lucy, meigamente, este poder electrico que nos fascina?” (O Astro, 1902, n. 5, p. 2).

Por vezes as mulheres amadas ganhavam nome nas histórias contadas nos jornais. Em um texto literário do jornal *Lirio*, um escritor que fala de seu amor a uma mulher chamada Enoê:

Eu amava pela primeira vez; e esse sentimento é profundo em uma alma como a minha, que sempre primou em apaixonar-se pelo bello e pelo sublime, e Enoê é o conjunto disto: havia encontrado nella o ideal sublime que tantas vezes concebi em meus delírios de mancebo. (Lirio, 1875, n. 4, p. 1).

Em outro número, o texto literário romântico é escrito como que endereçado a uma moça de nome Ilicia: “[...] as virgens adoçam os sofrimentos dos tristes Petrarchas, resumem em si o santuário do bello, falam ao coração, despertam suaves emoções, matam n’este morrer doce que se chama – amor.” (Lirio, 1875, n. 4, p. 3).

No jornal *A Brisa*, surgem composições poéticas simples, como os acrósticos, formados pelos nomes das musas inspiradoras:

Figura 33 – Trecho do jornal *A Brisa*
(13 de junho de 1875)

Acrosticos.

Curei amar-te, e ao juramento celico.
 Cppoz-se, ingrata, O desprezo teu;
 Com, conculcaste, sacrosanto affecto:
 Essa centelha que nos vem do céu.
 Torem ao vate q' o perdão dilecto
 Hesita dar-te, se humilhando á dor;
 Linda q' ocanto não t' inspire anhelos,
 Não negues, virgem uns olhares bellos:
 Ah!...da-me esp'rança de viver d'amor.

Junho—75.

Arrievilo.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Podemos pensar que versinhos como estes acima, publicados em jornais que iriam parar nas mãos femininas cearenses, poderiam ser um artifício utilizado por rapazes para declararem-se às suas amadas. De fato, como afirma Del Priore (2017), à época reinava nos namoros o distanciamento e a dificuldade de comunicação entre os amados e a prática de utilizar os jornais para veicular recados e declarações de amor não era incomum. No livro *A Normalista*, de Adolfo Caminha, história que se passa na década de 1880 na capital cearense, vemos o exemplo do jovem Zuza que se punha a escrever versos no jornal *Província* dedicados à sua namorada Maria do Carmo.

Em uma seção chamada *Postaes Fimininos* do jornal *O Astro*, a temática do amor não poderia deixar de aparecer, o que reafirma fato de que os “assuntos do coração” eram colocados como inerentes ao interesse feminino: “Meu coração é um altar que guarda a tua imagem n’um eterno respeito, e minh’alma a todo momento a contempla em extase, n’um culto de verdadeiro amor e ternura.” (*O Astro*, 1907, n. 54, p. 2).

Encontramos também nos jornais femininos muitos trechos em que as mulheres aparecem como as personagens apaixonadas, principalmente no jornal *O Astro*, dirigido por mulheres e com muitas autoras do sexo feminino, o que acreditamos que pode ter exercido influência nessa frequência de aparição das protagonistas femininas. Em um pequeno conto intitulado *O segredo de Dina*, fala-se de uma mulher que ama: “Sem proferir o que sentia, na solidão do campo Dina soltou um profundo suspiro que revelou todo o seu amor.” (*O Astro*, 1902, n. 3, p. 3).

O jornal *O Astro* fala também das apaixonadas Lair, Lisette, Diva e Laís: “A imagem encantadora de Armando ella [Diva] trazia impressa n’alma e silenciosa quedava-se a

ouvir um murmúrio de vozes, que julgava ser Armando, que vinha ao seu encontro.” (O Astro, 1902, n. 7, p. 3).

Lair ama, só traz no coração a saudade, única flor que lhe procura, a única do jardim, de seu coração amoroso. – Então, respondeu o myosostis afagando a saudade: Lair tem razão. E abençoada seja tu, porque és a única flor que viceja nos corações ausentes apaixonados...” (O Astro, 1902, n. 3, p. 4).

O zephyro indiscreto passa de manso segredando-lhe nome que estava impresso em seu coração – Renato – As ondas que na tarde antecedente tinham levado orgulhosas para bem longe o ideal de Lisette, – vinham agora chorosas beijar-lhes os pés como pedido de perdão. (O Astro, 1902, n. 7, p. 2).

Lais olha as rosas e diz: “Como estão murchas as flores que lhe destinei! Talvez que a branca flor do seu amor esteja assim! E’ tarde de mais e Mario não chega!” Algumas lágrimas resvalaram dos olhos dela perdendo-se nas rendas finíssimas do roupão azul. Já é noite... diz Lais enquanto dos braços a enlaçavam. E Mario aninhou-a nos braços como ella aninhava a branca rolinha. (O Astro, 1902, n. 18, p. 3).

Como já afirmamos anteriormente, entendemos os discursos enquanto práticas. Consideramos que há nas páginas dos jornais cearenses para mulheres analisados certas formas de construir discursivamente o amor e seus amantes, bem como certos modos de prescrever como ele deveria ser vivido entre homens e mulheres.

Pode-se considerar que o amor não é uma experiência universal, mas sim uma definição que depende do contexto sociocultural no qual os sujeitos que amam estão inseridos (BEALL e STERNBERG, 1995). Essa concepção nos abre espaço para pensar sobre como os aparatos culturais podem exercer influência sobre as ideias que se tem sobre o amor, definindo pressupostos que vão delinear o que significa amar. O amor é uma narrativa que tem sido construída de forma tanto fictícia, através de músicas, literatura, teatro, etc. quanto a partir de histórias de fato vividas (BAWIN-LEGROS, 2004). Nos jornais cearenses para mulheres, foi possível ver o amor colocado em discurso de modo a alinhar as vivências amorosas a partir de um ideal romântico de amor.

Giddens (1993) afirma que é no final do século XVIII que o amor romântico começa a fazer-se presente. Segundo o autor, historicamente, os ideais do amor romântico articularam-se com as noções emergentes de liberdade e auto-realização. Dubys (1998) também localiza no século XVIII, no contexto ocidental, a premissa de articulação entre amor e casamento.

Segundo Bawin-Legros (2004), historicamente os ideais de amor romântico afetaram mais as aspirações das mulheres do que dos homens, apesar de também os homens

terem sido influenciados por eles. Segundo Giddens (1993), “O amor romântico era essencialmente um amor feminilizado.” (GIDDENS, 1993, p. 54). Isso porque cabia à mulher a tarefa de promover o amor romântico conjugal, de modo que o ideal de amor romântico circunscrevia a mulher ao lar ao atribuir-lhe tal responsabilidade marital. A criação da ideia de lar, a modificação das relações entre pais e filhos e a valorização da função materna feminina alimentou uma série de valores propagados pelo ideal de amor romântico, como a diferenciação fundamental dos sentimentos e das atividades dos dois sexos (GIDDENS, 1993). Bawin-Legros (2004) reforça a ideia de que o *ethos* do amor romântico serviu como um auxílio no processo de situar a mulher no espaço doméstico do lar. Dessa forma, podemos considerar que o amor romântico sustentou relações de poder entre homens e mulheres, que influenciaram e foram influenciadas pela organização da vida social (NEVES, 2007).

Como já mencionamos anteriormente, no Brasil colonial, onde reinava um regime patriarcal e familista, os patriarcas das famílias, via de regra, escolhiam os maridos e esposas para sua prole, priorizando nessa decisão os interesses sociais, econômicos ou mesmo políticos da família (AZEVEDO, 1986). Nessa época, imperavam os casamentos arranjados pelos pais, sem a anuência dos futuros cônjuges.

Já no século XIX, entram em jogo as exigências do amor romântico, abrindo espaço para que pesassem na escolha dos futuros esposos fatores como atração física, simpatia e correspondência de sentimentos, ainda que condicionados aos critérios específicos dos estratos sociais. No entanto, ainda que se tivesse uma maior liberdade de escolha dos pretendentes, mais entre as mulheres de classes mais baixas do que entre as mulheres das “elites”, a escolha deveria seguir o quadro de proibições da época (D’INCAO, 2015). A partir da segunda metade do século XIX, essa mudança na forma de conceber o noivado e o casamento torna-se ainda mais patente. Abre-se espaço para a vivência do namoro, que, no século XIX, torna-se mais romântico e menos restrito aos interesses da família (AZEVEDO, 1986).

Com o novo modelo de amor romântico, convocava-se a viver o amor de forma mais platônica, sendo os namoros mais “carnais” condenados como imorais. O amor romântico é marcado por certa transcendência das relações, de modo que “Nas ligações de amor romântico, o elemento do amor sublime tende a predominar sobre aquele do ardor sexual.” (GIDDENS, 1993, p. 51). Como explica Giddens (1993), o amor envolto pelo romantismo distingue-se do *amour passion* fincado na ligação sexual. Isso porque a intimidade envolvida no amor romântico relaciona-se com a conexão não entre os corpos, mas sim entre as almas, ligação esta que levaria à completude do ser.

Nos jornais cearenses para mulheres, encontramos um estímulo à vivência do amor entre homens e mulheres de forma romântico-platônica. São de fato numerosos os enunciados nos jornais cearenses femininos que tratam do amor nesse modelo romântico, sofrido, idealizado e transcendental. Esse modo de pensar o amor se tornava popular ao longo do século XIX, certamente com a ajuda não apenas da imprensa, mas também da literatura romântica⁴⁶ que era apreciada e produzida no Ceará⁴⁷, como no resto do país. Referimo-nos aqui à característica da corrente literária romântica brasileira de culto à idealização das virtudes e beleza dos personagens heroicos, fortemente marcados pelo sentimentalismo. Era comum que os personagens românticos se posicionassem diante do mundo de forma exageradamente apaixonada e sofredora. Candido (2002) mostra como o lirismo açucarado de toque sentimental ou mesmo o sentimentalismo mais sóbrio esteve presente em determinados momentos do romantismo no Brasil e em muitas obras de escritores brasileiros.

Podemos ainda afirmar que, segundo Germano (2005), nos séculos XIX e XX a forma literária romântica é marcada por uma “interioridade”, prevalecendo os aspectos psicológicos da narrativa em detrimento da descrição de aventuras. Assim, cenas domésticas, personagens comuns e exploração dos conflitos íntimos dos personagens são comuns nesse tipo de literatura. Entendemos que a produção literária, assim como a imprensa, não apenas refletia a realidade, mas atuava sobre a organização social, produzindo novas formas dos sujeitos de relacionarem-se consigo mesmos e com os outros.

Portanto, a literatura desses séculos não somente “representou” a constelação cultural que lhe serviu de base (refletindo os condicionamentos da sociedade de onde emergiu), mas também ajudou a “construir” essa constelação, na medida em que os escritores e suas obras repercutiram sobre a sociedade, modificando os recursos da comunicação expressiva, delimitando públicos, definindo hábitos, além de consolidarem valores, sensibilidades e visões de mundo. (GERMANO, 2005, p. 428).

A literatura romântica marcada por essa postura preenchia as páginas da imprensa cearense do século XIX, em uma época onde literatura e imprensa não possuíam uma diferenciação tão demarcada quanto na atualidade. Muitas obras eram primeiramente lançadas em formato de folhetim nos jornais para só depois serem publicadas como livro, como foi o caso da obra romântica cearense *O Guarani*, de José de Alencar. Inclusive, José de Alencar

⁴⁶ O movimento literário romântico foi um dos principais movimentos artísticos do século XIX no Brasil. Trata-se de uma corrente literária complexa, com diversas nuances e características. Na expressão do movimento no contexto cearense, podemos destacar como temáticas principais o indianismo e nacionalismo, representados especialmente por José de Alencar (1829-1887), e o regionalismo que tem como nome principal no Ceará o escritor Juvenal Galeno (1836-1931).

⁴⁷ Apesar da Literatura Cearense, de modo geral, margear o cânone literário nacional, o Ceará, desde o século XIX mostrou-se forte em atividades literárias. Um marco representativo dessa realidade é o fato de que uma Academia Cearense de Letras (1894) surgiu dois anos antes da Academia de Letras no Brasil.

deixou o público leitor do jornal *Diário do Rio de Janeiro* tomar as rédeas do enredo de *O Guarani*, alterando a história conforme as opiniões que ia recebendo dos seus leitores.

Segundo D’Incao (2015), as mulheres das “elites” do século XIX, letradas e com tempo livre no espaço doméstico, comumente dedicavam-se à leitura de romances sentimentais. “Destinada ao entretenimento da tradicional aristocracia e dos grupos emergentes, a literatura romântica teve peso na definição das práticas femininas da elite letrada [...]” (MARTINS, 2010, p. 186).

Como afirma Giddens (1993), a literatura romântica e as próprias mulheres desempenharam importante papel na difusão do amor romântico. “Uma onda crescente de novelas e histórias românticas, que não diminuiu até hoje – muitas escritas por mulheres-, inundou as livrarias do início do século XIX em diante.” (GIDDENS, 1993, p. 52). Na verdade, é principalmente através do conteúdo literário presente nos jornais cearenses para mulheres que a temática do amor era tratada.

Cabe ainda mencionar que o amor romântico vivido entre os jovens, cantado em versos e prosas nas páginas dos jornais, ia de encontro ao amor conjugal defendido pelos higienistas. O amor estimulado pelo higienismo deveria iniciar por formas contidas de namoro de modo a regular impulsos sexuais inadequados, posteriormente evoluindo para a convivência marital salutar e geradora de prole legítima. O amor assim construído e praticado fortaleceria a adesão dos cônjuges ao seio familiar e às demandas da sociedade que se modernizava, deixando para trás os velhos costumes coloniais. “O elogio higiênico do amor era incontestável. Mas não se reduzia à exaltação de seus ‘gemidos’ melódicos. Os médicos insistiam em mostrar a distância existente entre suas concepções do amor e os devaneios insensatos de literatos e sonhadores [...]” (COSTA, 1999, p. 230). Era uma visão pragmática do amor, que reconhecia e valorizava o papel desse sentimento na construção de uma nova sociedade rumo ao progresso.

Vemos, com a análise dos enunciados dos jornais cearenses para mulheres, como a sexualidade não era mais reprimida do que direcionada. Falava-se intensamente nas páginas dos jornais sobre amor entre homens e mulheres, namoros, virgindade da mulher, casamento. O assunto não era interdito. Ele estava nas páginas dos jornais, que circulavam pelas mãos das moças letradas do Ceará. Mais do que repressão, havia uma “vontade de saber” sobre a sexualidade. Ao tratar da sexualidade feminina, os discursos dos jornais colocam-se como elementos de um conjunto maior, de um dispositivo mais amplo de produção de sujeitos.

O sujeito moderno é sujeito de sua sexualidade, sexualidade esta que não transcende a cultura e a história. O dispositivo de sexualidade do qual fala Foucault é efeito e instrumento do poder sobre a vida que se consolida no século XIX nas sociedades ocidentais. O sexo é um ponto de articulação entre o poder disciplinar e o poder sobre a população enquanto dois polos da tecnologia política da vida. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie.” (FOUCAULT, 1988, p.159). O poder na modernidade não se exerce sobre a sexualidade através da lei e da soberania, mas sim através de uma tecnologia do sexo complexa, que se exerce mais positivamente, criando, do que negativamente, interditando.

Costa (1999) explana como a sociedade brasileira do século XIX, que vivia sob o domínio do poder-saber higienista, fazia funcionar essa sobreposição da norma em relação à lei. A ordem da lei, que se efetiva por meio da proibição e punição, em uma concepção jurídico-discursiva, perde terreno para a norma, que opera sob a lógica dos dispositivos de normalização. Os saberes e práticas são os elementos que fornecem ao dispositivo a sua potência normalizadora. A norma opera através não tanto da repressão, mas sim, principalmente, da regulação:

A regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais. (COSTA, 1999, p. 50).

A norma é um elemento que, segundo Foucault (1999b), vai circular entre o que é da ordem da biopolítica e o que é da ordem da disciplina. Foucault (2008) afirma que a normalização na disciplina é fundada na instituição de uma norma e no esforço de encaixar todos os indivíduos e realidades no modelo de normal. O normal é o que se adequa à norma, enquanto o anormal é o que não se adequa. É da norma que derivam o normal e o anormal. Já na biopolítica, os mecanismos de segurança funcionam de forma diferente. Estabelece-se tanto o normal quanto o anormal. O normal define-se pelo que é considerado tolerável e a norma se define a partir da normalidade. Faz-se uma série de estatísticas para pensar na curva de normalidade, a partir da qual irá derivar uma norma.

Dessa maneira, conforme Foucault (1999b), uma sociedade de normalização caracteriza-se como uma sociedade em que a norma da disciplina e a norma da regulamentação entrecruzam-se conforme uma articulação ortogonal. É essa normalização dupla, conforme Costa (1999) que se faz operar na sociedade brasileira a partir do século XIX através do dispositivo higiênico. A ordem médica faz funcionar uma nova norma familiar que

vai buscar individualizar, domesticar e estatizar os sujeitos. “A higiene da elite familiar brasileira seguiu de perto este rumo, integrando a série de medidas normalizadoras que buscavam organizar a sociedade independente.” (COSTA, 1999, p. 52).

É nesse contexto social que se insere a imprensa cearense para mulheres, tornando-se ela própria um mecanismo normalizador, na medida em que funcionava como um entrecruzamento entre disciplinas e biopolítica no governo dos corpos e das subjetividades femininas. Ao mesmo tempo, vimos como era fortemente presente nos jornais uma regulação da sexualidade feminina, através principalmente da tentativa de redefinição da família e dos relacionamentos amorosos entre homens e mulheres. No núcleo do problema da população, que é alvo do biopoder, está o sexo, que é analisado e modificado de forma a tornar-se útil. Nesse modo de funcionamento das relações de poder, o Estado deve saber do sexo da população e cada um deve controlar o seu próprio sexo.

Nesse contexto, a mulher, ou melhor, seu corpo, sua vida e, principalmente, seu sexo passaram a ser alvo dos efeitos normalizadores do biopoder, pois a ela cabia a responsabilidade de cuidar da saúde de seus filhos, garantindo-lhes a longevidade, além de manter a solidez da instituição familiar, assegurando certa ordem social. (WITZEL, 2014, p. 529).

Podemos então conjecturar que os discursos dos jornais transitavam entre um controle disciplinar dos indivíduos e um controle da população através da gestão das sexualidades e da higienização das famílias. Tendo isso em vista, podemos entender que os jornais cearenses para mulheres funcionaram como um mecanismo de controle da vida, do corpo individual e do corpo da população.

6 REFLEXÕES FINAIS

Nesta tese de doutorado, lançamos mão dos discursos dos jornais analisados para entender esse foco local de saber/poder que foi a imprensa cearense para mulheres em sua função de produção de subjetividades femininas nas últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX. Pudemos reafirmar a relevância de estudar esse período no Brasil, que foi marcado por um esforço coletivo, nos âmbitos da educação, religião, igreja, imprensa, entre outros espaços sociais, de demarcação de uma nova normatividade da vida feminina.

Empreendemos um trabalho de “desmontagem” dessa imprensa, com vistas a analisar as relações de poder inerentes aos discursos, pensando nas suas condições de possibilidade, desnaturalizando e demarcando a historicidade dos enunciados, espreitando-a onde menos se esperaria. Em última instância, esperamos ter operado uma dissociação da subjetividade feminina da época, de modo a mostrar a pluralidade de lutas de forças que nela habita, forças estas que eram políticas. Não quisemos encontrar a origem da mulher moderna, mas sim dissipá-la, ao discutir como esta é discursivamente e historicamente construída.

Ainda que o objetivo desta pesquisa não tenha sido fazer uma história da imprensa cearense para o público leitor feminino, ao descrever e contextualizar o nosso *corpus* de pesquisa, também esperamos aqui ter deixado algumas pistas e indícios dessa imprensa para pesquisadores futuros que se interessem sobre os primórdios e desenvolvimento da imprensa para mulheres no Ceará, além, e principalmente, daqueles que se interessem por pensar a relação entre produção de subjetividades e artefatos socioculturais do período ao qual nos dedicamos. Isso porque, a imprensa produzida no Ceará para o público feminino, principalmente quando falamos dessa imprensa no momento inicial, do século XIX, “pequena”, marcada pelo anonimato dos escritores e editores, de caráter pasquineiro, ainda é relegada ao silêncio da história.

Esses pequenos jornais quase nunca figuram os grandes cânones da história da imprensa e, pelas próprias condições de armazenamento e conservação nas quais encontramos alguns dos jornais, fica evidente o quanto estão esquecidos. Talvez tenha sido justamente esse um dos motivos – o fato de estar empoeirada, deteriorada e esquecida, habitando os porões das hemerotecas – que essa imprensa nos tenha suscitado tamanha curiosidade e a sensação de estarmos lidando com verdadeiras relíquias.

Ao longo de nossa análise dos discursos dessa imprensa, pudemos observar que os jornais cearenses para o público leitor feminino tinham o seu discurso em sintonia com os

modelos burgueses de mulher que se forjavam no Brasil do século XIX e início do século XX. Por sua própria natureza de mídia impressa, a imprensa para o público feminino era consumida por mulheres letradas, que, nessa época, em sua maioria pertenciam às classes médias e altas, diante do gradativo estabelecimento da educação feminina. A educação e o resultante letramento das mulheres ampliaram-se junto com o consumo da imprensa, sinalizando a relação de interdependência entre ambos os fatores. Eram a essas mulheres que os jornais endereçavam-se e eram elas principalmente que esses meios pretendiam “aburguesar” através de seus discursos.

No entanto, mesmo que a imprensa do final do século XIX e início do século XX se dirigisse às “elites” letradas, ela era peça ativa de um projeto mais amplo de reestruturação moral da sociedade que buscava alcançar todo o corpo social com seu código moral. Nesse processo, a regulação da sexualidade, que buscou instaurar um novo código sexual normativo, teve papel fundamental. No entanto, esse controle que tem início nas famílias mais abastadas alastra-se posteriormente a todo corpo social, uma vez que o controle do espaço urbano, o novo e maior contingente populacional nas grandes cidades e a mão de obra livre tornavam-se um problema a ser endereçado.

Contudo, é importante lembrar mais uma vez que essa política de policiamento das famílias, que buscava aburguesar os costumes familiares, não é assimilada da mesma maneira por todos os segmentos sociais e, como todo controle social que se exerce, produzia dissidências, reformulações, contradições, reafirmações e efeitos diversos. Ainda que os jornais para mulheres propagassem, através de suas estratégias que perscrutamos nesta pesquisa, modos de vida dentro dos padrões morais burgueses, não podemos perder de vista que, embora esse modelo fosse o dominante na ordem dos discursos sociais, os modos de vida então vigentes eram diversos. Muitos deles pudemos testemunhar através dos escritos da imprensa cearense para mulheres, geralmente figurando como alvos de repreensão.

É claro que, se os jornais traziam em suas páginas numerosas condenações a atos (namoros, brigas em praça pública, recusa ao casamento, uso de roupas extravagantes, etc.) praticados por mulheres que se recusavam a seguir os modelos de conduta vigentes, isso significa que havia no cotidiano cearense comportamentos que faziam frente aos padrões de normalidade em voga na época. Esses modos outros de viver sem dúvida existiram, principalmente nas classes sociais menos abastadas, distintas dos estratos aburguesados tanto em relação às suas condições materiais de vida quanto na adesão a certo conjunto de tradições e costumes. Por mais que os discursos dos jornais cearenses para mulheres almejassem promover uma sociedade ilustrada, civilizada e moralizada, aos moldes europeus, as mulheres

cearenses do século XIX viviam em um meio social marcado em seu cotidiano, de modo geral, pela ruralidade, autoritarismo e bruteza dos costumes (SILVA, 2017).

Nos jornais para mulheres, conseguimos observar discursos normatizadores, em suas cores diversas e contradições, tentando fazerem-se operar sobre uma população que constantemente escapava às expectativas dos modos de vida que tinham como referência as “elites” intelectuais, econômicas e políticas. A imprensa, com seus discursos, construía signos de diferenciação social, a demarcar como desejáveis características da mulher burguesa e a condenar comportamentos femininos que talvez dissessem respeito à realidade da maioria da população. Vimos retratados nas páginas dos jornais namoros indecorosos, resistência dos cearenses ao casamento civil, brigas femininas em praça pública, mulheres “atiradas”, “mulheres-onça” que pisavam fora do cerco de recato e passividade, entre outros tipos de conduta feminina considerada desviante naquele cotidiano citadino.

Esperamos ter mostrado como os jornais não eram apenas meios de divulgação do cotidiano ou de discursos sociais diversos. Mais do que isso, eles eram espaços de lutas, de exercícios de poder-saber, que pretendiam exercer-se sobre os sujeitos os quais alcançava. O jornal funcionava não apenas como fonte de informação, mas sim como meio de governo tanto do corpo individual quanto do corpo da população. Um governo sobre a vida, que buscava construir padrões de gênero de modo a atender interesses político-sociais. Os discursos, que são sempre práticas discursivas, criaram realidades para o gênero feminino daquela época e sociedade específicas que era a sociedade cearense das últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX.

O processo disciplinador e biopolítico posto em andamento no final do século XIX e início do século XX aconteceu através principalmente de uma articulação entre a remodelação dos espaços urbanos, o surgimento de uma nova “elite” intelectual, o reajustamento social das classes populares e a higienização dos corpos, mentes e espaços. Nesse contexto, a imprensa exerceu um papel pedagógico na secularização dos costumes, auxiliando no processo de objetivação da vida, tornando-a objeto de investimentos políticos.

Assim, podemos pensar como o controle das vidas femininas da época serviu a propósitos também políticos, uma vez que a construção de corpos dóceis, úteis e regulados, operada pelo biopoder, era necessária à manutenção do trabalho fabril, da higiene e da família burguesa, dando sustentação à sociedade capitalista em consolidação. O surgimento do biopoder foi fundamental para o desenvolvimento do capitalismo industrial, pois significou o estabelecimento da vida como alvo de controle, passando então o biológico a fazer parte do político. Investigar o controle das mulheres nesse contexto de um poder sobre a vida em

emergência se torna ainda mais relevante quando observamos o fato de que a mulher teve papel fundamental no alastramento e consolidação desse tipo de exercício de poder. Vimos como os jornais cearenses para mulheres operavam premissas de redimensionamento da vida feminina, de modo a fazer-se exercer uma disciplina dos corpos individuais, visando o alcance de toda a população por meio da mulher.

Esperamos ter destacado, com este estudo, as regulações dos comportamentos individuais das mulheres a partir dos padrões que elucidamos ao longo desta tese e como os jornais veiculavam esses modelos de subjetividade desejáveis e indesejáveis. O que ganhava espaço na imprensa cearense nesse período eram os comportamentos da população, os repertórios de subjetividade circunscritos por uma nova normatividade moderna que se estabelecia. Os deslocamentos históricos operados a partir de meados do século XIX inauguram processos de normatização nos quais a mulher é convocada a ocupar um papel central, convocada a subjetivar-se de determinado modo a fim de cumprir com as exigências de uma nova normatividade que emerge. Isso significa que os pensamentos, intenções e sentimentos de cada sujeito são matéria de uma administração que é político-social, ou seja, a subjetividade constitui-se enquanto objeto de governo.

Como discutimos anteriormente, o corpo e a subjetividade da mulher no período colonial não atendiam aos novos interesses econômicos, políticos e sociais inaugurados pelo desenvolvimento urbano e pela criação do Estado nacional no século XIX. Havia uma necessidade de controle desses corpos que estavam agindo em inconformidade com os interesses de um poder sobre a vida que se instalava, mesmo nas classes elitizadas. É então que surgem diversos saberes e práticas para objetificar esses corpos e torná-los alvos de práticas e discursos, dentre eles a imprensa para o público feminino.

Vimos que, em complemento ao novo modelo de família que surgia no século XIX (urbana, e focada no núcleo familiar), novas exigências apresentavam-se à mulher, à qual cabia ser mãe, esposa e dona de casa. Ela deveria ser dedicada à criação dos filhos, esposa afetiva, submissa ao marido e voltada aos afazeres do lar. Com grande auxílio dos discursos médico-sanitarista, religioso, jurídico e moral, cria-se a concepção de que as mulheres eram feitas para a vida doméstica, sendo este considerado um instinto feminino natural e sua grande responsabilidade diante da sociedade. A mulher era vista, pelas práticas discursivas dominantes, como veículo de remodelação da família e do progresso de uma nova República que buscava instalar-se e consolidar-se.

Para que as mulheres cumprissem as novas funções exigidas, fez-se essencial o fortalecimento do trinômio mãe-esposa-dona de casa enquanto significado da vida feminina.

Para que a mulher realizasse sua missão nacional, era indispensável a construção desse sujeito mulher ensejado pelos dispositivos normalizadores. No interior das famílias ela, educadora dos filhos, esposa fiel e responsável pela prosperidade da vida doméstica, serviria como suporte para que o homem cumprisse o seu papel de provedor e chefe da família. Da mulher preocupada com a felicidade doméstica dependia o sucesso da disciplinarização higiênica de toda a população. O projeto de higienização da família concorreu para o surgimento do sujeito moderno psicologizado e individualizado (COSTA, 1999). Ao redimensionar-se a função feminina na família a partir dos preceitos higiênicos, psicologiza-se, individualiza-se e faz-se surgir um novo sujeito. É então que vemos a articulação entre as relações de um poder sobre a vida humana a construção de um sujeito-mulher moderno.

Observamos ainda, nos jornais, que características de feminilidade foram acopladas ao ideal de mulher, como a caridade, a pureza, a passividade, a instabilidade emocional, a delicadeza e a beleza. Os saberes vieram dar respaldo e naturalizar a ideia de que tais características eram inerentes à condição feminina e que qualquer manifestação subjetiva que escapasse a estas determinações era desnaturada ou anormal. Nesse contexto, o discurso burguês polarizou as mulheres. De um lado a figura da mãe, santa, assexuada e pura e, de outro, a pecadora, carnal, egoísta e diabólica. Tanto em uma personagem quanto em outra, as mulheres foram colocadas em posições de submissão aos homens.

Além disso, vimos que os discursos dos antigos jornais cearenses para mulheres buscaram colocar em marcha uma normatização da sexualidade feminina, fazendo funcionar um código sexual de permissões e proibições no qual os namoros, os casamentos e os amores eram alvos principais. Com o objetivo de civilizar os hábitos da população, os jornais tornavam público o que se poderia considerar como privado, como os relacionamentos amorosos. Ao produzir sexualidades, pretendia-se produzir novos sujeitos.

A imprensa cearense para mulheres foi aliada de um projeto medicalizante, moralizador, higienizante e disciplinarizador posto em marcha na aurora da modernidade. Os novos tempos que se configuravam exigiam novos corpos, novas subjetividades, que servissem aos propósitos políticos de um poder sobre a vida em ascensão. Sujeitos disciplinados, domesticados, úteis, sujeitos de suas sexualidades eram o que se visava. A imprensa, junto com estratégias diversas, era mais um meio de produção da experiência de uma nova subjetividade. Essas condições sócio-históricas permitiram o surgimento de um novo sujeito, resultante do investimento político sobre a vida. Não pretendemos, com esta tese de doutorado, ter feito uma história da construção do sujeito-mulher moderno, mas esperamos ter desmontado alguma peça dessa engrenagem.

Acreditamos que problematizar e “historicizar”, a partir de uma inspiração genealógica, a regulação das mulheres, diante do perceptível movimento atual de denúncia e questionamento dos padrões impostos a estas, carrega uma importância social e política. Apesar dos modelos de mulher presentes nos jornais analisados talvez parecerem distantes da nossa realidade cotidiana, uma vez que vivemos atualmente um momento de grande difusão das reivindicações feministas, o conservadorismo tem encontrado novo fôlego para avançar sobre a vida feminina nos últimos anos no Brasil. Apesar de tantas lutas já travadas na história visando a abertura do horizonte de possibilidades para as mulheres - de outros modos de vida e de subjetivação - estas ainda hoje continuam sendo constante alvo de cerceamentos, exigências e direcionamentos. Os modos de vida femininos possuem um passado de regulações que ressoam, através de continuidades e descontinuidades históricas, até os dias atuais. Ainda hoje, mais de um século depois da publicação dos jornais analisados nesta pesquisa, discursos que convocam a mulher a subjetivar-se de modo a ser “bela, recatada e do lar” ainda encontram espaço para circular no meio social.

ÍNDICE DE FONTES

- **Jornais Cearenses para Mulheres:**

A Brisa (1875)

Lirio (1975)

O Bond (1890)

O Bemteví (1892)

O Orvalho (1888/1894)

Pimpão (1897)

O Astro (1902/1907)

- **Outros Jornais Utilizados:**

Cearense (1847)

O Libertador (1887)

Revista Moderna (1892)

- **Mensagens dos Presidentes de Estado:**

CEARÁ. **Mensagem que o Exm.º Sr. General de Divisão José Clarindo de Queiroz Governador do Estado do Ceará leu perante o respectivo Congresso em sessão ordinária de 1º de outubro de 1891.** Fortaleza: Typ. do Estado do Ceará, 1891.

CEARÁ. **Mensagem dirigida à Assembléia Legislativa do Ceará em 1º de julho de 1905 pelo Presidente do Estado Dr. Antônio Pinto Nogueira Accioly.** Fortaleza: Typo-lithographia a Vapor. 1905.

- **Relatórios:**

CEARÁ. **Relatório que o Secretário Interino dos Negócios do Interior Antonio Salles apresenta ao Exm.º Sr. Presidente do Estado.** Fortaleza: Secretaria do Interior do Estado do Ceará, 1893.

- **Recenseamentos:**

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística (DGE). **Recenseamento do Brazil em 1872.** Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger & Filhos, s.d.

BRASIL. Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas. Directoria Geral de Estatistica. **Synopse do Recenseamento de 31 de dezembro de 1890.** Rio de Janeiro: Officina da Estatistica, Imprimérie du bureau de statistique. 1898.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009.
- ALENCAR, José de. **O Guarani**: romance brasileiro. Edição crítica por Darcy Damasceno. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1958.
- ALENCAR, Helena Castro de. Quando a suíte vira novela: uso de estratégias narrativas ficcionais no telejornalismo. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DE COMUNICAÇÃO, 33., 2010, Caxias do Sul. **Anais [...]**. São Paulo, 2010. p. 1-13. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/resumos/R5-1889-1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ALMEIDA, Luciana Andrade de. **A Estrela**: Francisca Clotilde e literatura feminina em revista no Ceará [1906-1921]. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
- ALMEIDA, Luciana Andrade de. Francisca Clotilde: uma escrita pelo Ceará. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Unisinos, 2007. 1 CD-ROM.
- ALVES, Marco Aurélio de Andrade; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. As marcas do progresso: alguns códigos urbanos na cidade de Fortaleza dos séculos XIX e XX. **O público e o privado**, Fortaleza, n. 17, p. 13-24, jan./jun., 2011.
- AMARAL, Marivaldo Cruz do. Mulheres, imprensa e higiene: a medicalização do parto na Bahia (1910-1927). **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 927-944, dez. 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000400003>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702008000400003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 05 jun. 2020.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. *In*: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 45-77.
- AZEVEDO, Aluizio. **O cortiço**. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890.
- AZEVEDO, Thales. **As regras do namoro à antiga**. São Paulo: Ática, 1986.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BAER, Werner. **A economia brasileira**. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2003.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, história e técnica**: história da imprensa no Brasil. São Paulo: Ática, 1990.
- BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio**: imprensa, poder e público. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2000.

- BARBOSA, Marta Emisia Jacinto; LIMA, Jorge Luiz Ferreira. História, imprensa e redes de comunicação. **História & Perspectivas**, Uberlândia, n. 39, p. 37–57, jun. 2008.
- BARRETO, Lima. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Klick Editora, 1995.
- BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2018.
- BAWIN-LEGROS, Bernadette . Intimacy and the new sentimental order. **Current Sociology**, [s. l.], v. 52, n. 2, p. 241-250, 2004.
- BEALL, Anne E.; STERNBERG, Robert J. The social construction of love. **Journal of Social and Personal Relationships**, [s. l.], n. 12, p. 417-438, 1995.
- BITTENCOURT, Circe. **Livro didático e saber escolar (1810-1910)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BRAGA JUNIOR, Walter de Carvalho. **Mulheres criminosas: transgressão, violência e repressão na Fortaleza do século XIX**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.
- BUITONI, Dulcília Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2009.
- CAMINHA, Adolfo. **A normalista**. Rio de Janeiro: Magalhães & C., 1893.
- CAMPOS, Eduardo. **A Fortaleza provincial: rural e urbana (introdução ao estudo dos códigos de posturas de 1835, 1865, 1870 e 1879)**. Fortaleza: Secretaria de Cultura, Turismo e Desporto, 1988.
- CANDIDO, Antonio *et al.* **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/SP, 2002.
- CANDIOTTO, Cesar. Subjetividade e verdade no último Foucault. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.87-103, 2008.
- CARDOSO, Gleudson Passos. **As repúblicas das letras cearenses: literatura, imprensa e política (1873 - 1904)**. 2000. 272 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.
- CARDOSO JR., Hélio Rabello. Para que serve uma subjetividade? Foucault, tempo e corpo. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, p. 343-349, dez. 2005.
- CASTRO, Carla. **Resquícios de memórias: dicionário biobibliográfico de escritoras e ilustres cearenses do século XIX**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2019.

CASTRO, Eduardo. **Vocabulário de Foucault**: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

CLOTILDE, Francisca. **A divorciada**. Fortaleza: Typ. Moderna a vapor, 1902.

CORRÊA, Lucelinda Schramm. O caráter civilizatório das práticas higienistas no século XIX. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, v. 2, n. 47E, p. 1-12, fev. 2011.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

COSTA, José Claudio dos Santos; MONTEIRO, Maria do Socorro; MIRANDA, Wandelson Silva de. Analfabetismo: um entrave histórico para a cidadania no Brasil. **InterEspaço**, Grajaú, v. 1, n. 2, p. 368-379, jul./dez. 2015.

CUNHA, Cecília Maria. **Além do amor e das flores**: primeiras escritoras cearenses. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2008.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Histórias da gente brasileira volume 3**: república - memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Planeta, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In*: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 223-240.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DUARTE, André. Biopolítica e Resistência: o legado de Michel Foucault. *In*: RAGO, Margareth (org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 45-55.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, dez. 2003.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**: século XIX - dicionário ilustrado. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DUBYS, George. **Amor e sexualidade no Ocidente**. Lisboa: Terramar, 1998.

ELLSWORTH, Elisabeth. **Teaching positions**: teaching, pedagogy and the power of address. New York: Teachers College/Columbia University, 1997.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas**: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. *In*: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 241-277.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano**: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

FAUSTO NETO, Antônio. **A sociedade enfrenta a sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Editora Paulus, 2006.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa; PEDRO, Joana Maria. São honestas? defloramentos em Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 41-58, 2012.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, n. 114, p. 197-223, nov. 2001.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault revoluciona a pesquisa em educação? **Perspectiva**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 371-389, jul./dez. 2003.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia: modos de educar na (e pela) TV. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

FONSECA, Márcio Alves da. **Michel Foucault e a constituição do sujeito**. 3. ed. São Paulo: EDUC, 2011.

FONSECA, Sílvia Carla Pereira de Brito; CORRÊA, Maria Leticia (org.). **200 anos de imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012b.

FOUCAULT, Michel. **Aulas sobre a vontade de saber**: curso no collège de France (1970-1971). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV**: estratégia, poder-saber. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits**: 1954–1988. Paris: Gallimard, 1994. v. 4.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1977.

FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". *In*: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica - para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 273-295.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

FREITAS, Idalina Maria Almeida de. Gênero, corpo e sexualidade: as narrativas de processos-crime na Fortaleza do século XX. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 26-45, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5618/3551>. Acesso em: 14 out. 2020.

FREITAS, Idalina Maria Almeida de. Medicina legal, corpo e relações de gênero em Fortaleza (1910-1950). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPUH, 2009. 1 CD-ROM.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 7. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1985.

FURTADO, Luísa Escher; GONCALVES, Shirley Dias; MIRANDA, Luciana Lobo; PASCUAL, Jesus Garcia. Subjetivação, discursos científicos e midiáticos: revisitando estudos foucaultianos sobre corpos. **Fractal, Revista de Psicologia**, Niterói, v. 23, n. 1, p. 155-170, abr. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-02922011000100011>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922011000100011&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 ago. 2020.

GARCIA, Tomas Ibanez. O "giro linguístico". *In*: IÑIGUEZ, Lupicínio (coord.). **Manual de análise do discurso em ciências sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 32-54.

GERMANO, Idilva. Interioridade, intimidade: o discurso psicológico na literatura dos séculos XIX e XX. *In*: JACÓ-VILELA, Ana Maria; FERREIRA, Arthur Arruda Leal; PORTUGAL,

Francisco Teixeira (orgs.). **História da psicologia: rumos e percursos**. Rio de Janeiro: Nau Ed., 2006. p. 425-440.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Edgar da Silva. Um embate ideológico: Estado-Igreja no crepúsculo do século XIX no Brasil. **Revista Eletrônica Espaço Teológico**, [s. l.], v. 1, n. 2, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Comunicação, mídia e consumo**, São Paulo, v. 4, n. 11, p. 11-25, nov. 2007.

HACK, Rafael Fernando. **Foucault, o sujeito e a sexualidade: a produção do sujeito na história da sexualidade de Michel Foucault**. 2007. 212 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Instituto de Filosofia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2007.

HAHNER, June E. Honra e distinção das famílias. *In*: PINSKY, Carla Bessanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 43-64.

HELLER, Barbara. **Da pena à prensa: mulheres e leitura no Brasil (1890-1920)**. São Paulo: Porto das Idéias, 2006.

HOHLFELDT, Antonio. Crônicas de Machado de Assis e romance folhetim de Almeida Garrett: duas experiências pioneiras. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 23, out. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2016.s.25015>. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/25015>. Acesso em: 14 out. 2020.

JUNIOR, Almeida. **Leitura**. 1892. Pintura, óleo sobre tela, 95 x 141 cm.

KETTERER, Valérie. Mulheres de letras no Ceará (1880-1925): dos escritos à cena pública. **Revista de Letras**, Curitiba, v. 18, n. 2, p. 102-110, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/viewFile/2071/1547>. Acesso em: 14 out. 2020.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do feminino**. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2008.

KNIBIEHLER, Yvonne. **História da virgindade**. São Paulo: Contexto, 2016.

LEGRAND, S. **Les normes chez Foucault**. Paris: PUF, 2007.

LENE, Hérica. O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos. **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 3, p. 212-222, set. 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6136/3311>. Acesso em: 14 out. 2020.

LINHARES, Juliana. Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”. **Veja**, [s. l.], 16 abr. 2016. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/marcela-temer-bela-recatada-e-do-lar/>. Acesso em: 14 out. 2020.

LOBO, Lília Ferreira. Pesquisar: a genealogia de Michel Foucault. *In*: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIM, C. (org.). **Pesquisar na diferença**: um abecedário. Porto Alegre: Meridional, 2012. p. 9-19.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In*: PRIORE, Mary Lucy Murray del. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 443-481.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. *In*: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-422. v. 3.

MARÍN-DIAZ, Dora Lilia. **Autoajuda, educação e práticas de si**: genealogia de uma antropotécnica. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MARTINS, Patrícia Carla de Melo. Práticas e representações femininas do catolicismo à cultura letrada: o modelo civilizatório europeu sobre o Brasil, no início do século XX. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano 3, n. 8, p. 183-210, set. 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/article/view/30354>. Acesso em: 14 out. 2020.

MEDEIROS, Nathássia Matias de. **Os discursos do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas**: adolescência, sexualidade e subjetivação. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-graduação em Psicologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/13216>. Acesso em: 14 out. 2020.

MOISÉS, Massaud. **Dicionário de termos literários**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

MORAIS, Cleidiane da Silva. **De antídoto da desordem a obstáculo do progresso**: ensino moral e religioso na instrução pública primária do Ceará imperial (1874-1890). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/25249>. Acesso em: 14 out. 2020.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 225-233, jun. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100013>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/8720>. Acesso em: 14 out. 2020.

NAVARRO, Pedro. Dispositivo da sexualidade, discurso da mídia e o corpo feminino. *In*: JÚNIOR, Antônio Fernandes; SOUSA, Kátia Menezes de. **Dispositivos de poder em Foucault**: práticas e discursos da atualidade. Goiânia: Gráfica UFG, 2014. p. 171-193.

NETTO, Raimundo. **Centro**. Fortaleza: Secultfor, 2014.

NEVES, Ana Sofia Antunes das. As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do "amor confluyente" ou o retorno ao mito do "amor romântico"?. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 3, p. 609-627, dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000300006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 01 ago. 2020.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

NOBRE, Geraldo da Silva. **Introdução à história do jornalismo cearense**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

OLIVEIRA, José de Arimatéa Vitoriano de. Uma cidade em construção: modernidade, cotidiano e imaginário na Fortaleza de finais do século XIX e princípios do século XX. **Revista Espacialidades**, Natal, v. 2, n. 1, p. 1-31, set. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17632>. Acesso em: 14 out. 2020.

ORTEGA, Francisco Guerrero. A questão da intersubjetividade em Michel Foucault. **Filósofos**, Goiânia, v. 1, n. 2, p. 3-34, jul./dez. 1996. DOI: <https://doi.org/10.5216/phi.v1i2.10670>. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/philosophos/article/view/10670>. Acesso em: 14 out. 2020.

PEREIRA, Alexandre Queiroz. **A urbanização vai à praia**: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

PERROT, Michelle. **Mulheres ou os silêncios da História**. São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto; CAMINHA, Raquel. Mulheres, disputas e direitos numa sociedade patriarcal: surra e honra feminina no Ceará imperial e republicano. **Verba Juris**, João Pessoa, ano 5, n. 5, p. 127-157, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpb.br/index.php/vj/article/view/14847>. Acesso em: 14 out. 2020.

PIMENTEL FILHO, José Ernesto. **Urbanidade e cultura política**: a cidade de Fortaleza e o Liberalismo Cearense no Século XIX. Fortaleza: Edições UFC, 1998.

PINHEIRO, Clara Virgínia de Queiroz; MEDEIROS, Nathássia Matias de. Práticas de prevenção do HIV/Aids e modos de subjetivação. **Physis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 629-646, jun. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312013000200016>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312013000200016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 set. 2020.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 469-512.

PINTO, Luciano Rocha. A história como jogo: contribuições de Michel Foucault para o ensino da história. **História e Ensino**, Londrina, v. 17, n. 1, p. 149-165, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/11255>. Acesso em: 14 out. 2020.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. *In*: SOUZA, Simone de (org.). **Uma Nova História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007. p. 162-191.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1869-1930)**. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

PRADO FILHO, Kleber. Historicizar. *In*: FONSECA, Tania Mara Gali; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci. **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PRADO FILHO, Kleber. **Trajetórias para a leitura de uma história crítica das subjetividades na produção intelectual de Michel Foucault**. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

PRADO FILHO, Kleber; LOBO, Lilia Ferreira; LEMOS, Flávia Cristina Silveira. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. **Fractal, Revista de Psicologia**, Niterói, v. 26, n. 1, p. 29-42, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4973>. Acesso em: 14 out. 2020.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RODRIGUES, Luciana; HENNIGEN, Inês. Jornalismo, a questão da verdade e a produção de subjetividade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 63, n. 3, p. 45-57, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000400005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 jun. 2018.

ROHDEN, Fabíola. **Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. *In*: PINSKY, Carla Bessanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. p. 15-42.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SILVA, Antonio Lucieudo Lourenço; MIRANDA, Luciana Lobo; GERMANO, Idilva Maria Pires. Da fisiologia à biopolítica: discursos sobre a deficiência física na legislação brasileira. **Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 197-223, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.23653>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/23653>. Acesso em: 14 out. 2020.

SILVA, Bárbara Eliza Soares. **Uma história da educação: a invenção da instrução pública na Província do Ceará (1858-1889)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará: SECULT, 2009.

SILVA, Ozângela de Arruda. **Pelas rotas dos livros: circulação de romances e conexões comerciais em Fortaleza (1870-1891)**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

SILVA, Nicodemus Zacarias da. **As aranhas e as vespas: a construção discursiva sobre moral, comportamento e gênero em Fortaleza (1840-1890)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SILVA, Marco Aurélio Ferreira da. **Humor, vergonha e decoro na cidade de Fortaleza (1850-1890)**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2009.

SILVA, Régia Agostinho da. Entre mulheres, história e literatura: a escrita feita por mulheres em Fortaleza no século XIX. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: ANPUH, 2011. 1 CD-ROM.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. *In*: DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2015. p. 362-400.

SOUSA, Francisca Inar de. O território do prazer: a gênese da prostituição em Fortaleza. **Educação em Debate**, Fortaleza, v. 19, n. 34, p. 13-23, 1997. Disponível em: <http://www.periodicosfaced.ufc.br/index.php/educacaoemdebate/article/view/657>. Acesso em: 14 out. 2020.

SOUZA, Keyle Samara Ferreira de. Alba Valdez: a palavra das mulheres na história da literatura e da imprensa no Ceará. 2019. 427 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

STUDART, Barão de. **Catálogo dos jornaes de grande e pequeno formato editados em Ceará**. Fortaleza: Typ. Minerva, 1904.

STUDART, Barão de. **Datas e Factos para a História do Ceará**. Fortaleza: Typ. Commercial, 1924a.

STUDART, Barão de. **Para a história do jornalismo cearense: 1824-1924**. Fortaleza: Typ. Moderna, 1924b.

TASSIN, Etienne. De la subjetivación política: Althusser / Rancière / Foucault / Arendt / Deleuze. **Revista de Estudios Sociales**, Bogotá, n. 43, p. 36-49, ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0123-885X2012000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 14 out. 2020.

VASCONCELOS, Luciana Lima. **Em nome do decoro**: o Cearense na construção de uma etiqueta urbana para Fortaleza. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2008.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1870-1914). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VISCONTI, Eliseu. **Maternidade**. 1906. Pintura, óleo sobre tela, 165 x 200 cm.

VOGEL, Daisi Irmgard. Sobre Foucault e o jornalismo. **Verso e reverso**, São Leopoldo, v. 23, n. 53, [n. p.], ago. 2009. DOI: <https://doi.org/10.4013/5777>. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/5777>. Acesso em: 14 out. 2020.

XAVIER, Monalisa Pontes; AQUINO, Cássio Adriano Braz de; MIRANDA, Luciana Lobo. A caverna: um retrato literário da inserção do sujeito no emergente modelo de produção moderno. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 131-145, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652010000200009>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652010000200009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Ago. 2020.

WILLIG, Carla. **Introducing qualitative research in psychology**: adventures in theory and method. Buckingham: Open University Press, 2001.

WITZEL, Denise Gabriel. Discurso, história e corpo feminino em antigos anúncios publicitários. **Alfa**, São Paulo, v. 3, n. 58, p. 525-539, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1409-1>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/6315>. Acesso em: 14 out. 2020.